

EDUARDO CATROGA

**INTERVENÇÕES
SOBRE
POLÍTICA ECONÓMICA**

VOLUME II

DEBATES E ENTREVISTAS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Setembro 1995

INTERVENÇÕES
SOBRE
POLÍTICA ECONÓMICA

EDUARDO CATROGA

**INTERVENÇÕES
SOBRE
POLÍTICA ECONÓMICA**

VOLUME II

DEBATES E ENTREVISTAS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Setembro 1995

ÍNDICE

VOLUME I

CAPÍTULO 1 — DISCURSOS

1.1 — Linhas Fundamentais da Política Económica para 1994 e 1995 . . .	13
Intervenção na Associação Industrial Portuguesa, em Lisboa, a 28 de Janeiro de 1994	15
Trabalho apresentado no Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, em Lisboa, a 25 de Fevereiro de 1994 . . .	29
Intervenção por ocasião do encerramento da conferência «A Economia Portuguesa como Envolvente Dinâmica da Gestão Financeira», Comissão de Finalistas da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em Lisboa, a 16 de Março de 1994	75
Tópicos da intervenção no Auditório da Torre do Tombo por ocasião do Encontro com Dirigentes do Ministério das Finanças sobre a Carta para a Qualidade nos Serviços Públicos, em Lisboa, a 11 de Maio de 1994	87
Intervenção por ocasião da abertura da Semana do Economista na Associação Portuguesa de Economistas, em Lisboa, a 23 de Maio de 1994	91
Intervenção por ocasião do Encontro Ministerial da OCDE, em Paris, a 7 de Junho de 1994	115
Intervenção por ocasião da tomada de posse do novo Conselho de Administração do Banco de Portugal, em Lisboa, a 28 de Junho de 1994	119
Intervenção por ocasião do «Dia do Antigo Aluno de Económicas» na Associação dos Antigos Alunos do ISEG, em Lisboa, a 4 de Julho de 1994	131
Intervenção por ocasião da «The 1994 International Development Conference — Strategies for Growth», no âmbito da reunião do Fundo Monetário Internacional, em Madrid, a 5 de Outubro de 1994	155

Intervenção por ocasião da conferência «Poupança e Desenvolvimento», em Lisboa, a 31 de Outubro de 1994	163
Depoimento para a revista <i>Especial PME Prestígio 1994</i> , em Lisboa, a 6 de Setembro de 1994	169
Intervenção por ocasião da cerimónia de entrega dos Troféus PME Prestígio, em Lisboa, a 15 de Setembro de 1994.....	179
Intervenção na sessão de encerramento da conferência «Portugal e a Europa — 50 Anos de Integração», em Lisboa, a 15 de Março de 1995	185
Intervenção na sessão de encerramento da 8.ª Conferência do <i>Semanário Económico</i> , em Lisboa, a 17 de Março de 1995...	195
 1.2 — Política Orçamental: a Política Fiscal	 209
Intervenção por ocasião da tomada de posse da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, em Lisboa, a 22 de Abril de 1995	211
 1.3 — Mercado de Capitais	 215
Intervenção no Conselho Nacional do Mercado de Valores Mobiliários, em Lisboa, a 25 de Março de 1994.....	217
Intervenção na Associação Portuguesa dos Analistas Financeiros, em Espinho, a 16 de Junho de 1994	221
Intervenção na sessão de abertura da 3.ª Conferência da APDMC «Futuros e Opções em Portugal», em Lisboa, a 26 de Outubro de 1994	233
Intervenção por ocasião da tomada de posse do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Lisboa, a 3 de Março de 1995.....	245
 1.4 — Sistema Financeiro	 255
Intervenção por ocasião da tomada de posse da Comissão Directiva do Fundo de Garantia de Depósitos, em Lisboa, a 4 de Março de 1994	257
Intervenção por ocasião da sessão solene de atribuição de diplomas no Instituto Superior de Gestão Bancária, em Lisboa, a 26 de Maio de 1995.....	269
 1.5 — União Económica e Monetária	 275
Tópicos da intervenção por ocasião do Seminário para Chefes de Missão e Altos Funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, a 6 de Janeiro de 1995	277
Intervenção na sessão de encerramento da conferência «União Europeia: Que Futuro?», em Lisboa, a 28 de Março de 1995	297
Intervenção por ocasião da conferência «The Politics of the EMU and the IGC of 1996», organizada pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, a 6 de Abril de 1995	303

Intervenção por ocasião do seminário «International Investing for Pension Fiduciaries», organizado pelo Institute for Fiduciary Education, em Lisboa, a 16 de Maio de 1995	311
Intervenção por ocasião do IV Encontro dos Conselhos Económicos e Sociais, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, a 27 de Maio de 1995	319
Tópicos da intervenção por ocasião da apresentação do livro <i>Política Económica — 22 Meses no Ministério das Finanças</i> , em Lisboa, a 14 de Setembro de 1995	331

VOLUME II

CAPÍTULO 2 — INTERVENÇÕES EM DEBATES PARLAMENTARES

2.1 — Intervenção na Comissão de Economia e Finanças, a propósito do «caso Totta»	13
2.2 — Interpelação do Partido Socialista ao Governo sobre o balanço da evolução da economia portuguesa em 1993 e perspectivas económicas e sociais para 1994	18
2.2.1 — Discurso de abertura	18
2.2.2 — Debate	32
2.2.3 — Discurso de encerramento	41
2.3 — Debate sobre o Orçamento Suplementar para 1994	48
2.3.1 — Discurso de abertura	48
2.3.2 — Debate	50
2.4 — Debate sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado para 1995	65
2.4.1 — Sessão de abertura	65
2.4.2 — Debate	78
2.4.3 — Discurso de encerramento	91
2.4.4 — Sessão de encerramento	112
2.4.5 — Debate	125
2.5 — Debate sobre Política Económica centrado na temática da crise social	127
2.5.1 — Discurso de abertura	127
2.5.2 — Debate	138

CAPÍTULO 3 — ENTREVISTAS

3.1 — Entrevista ao <i>Expresso</i>	147
3.2 — Entrevista ao <i>Público</i>	179
3.3 — Entrevista à <i>Exame</i>	219
3.4 — Entrevista ao <i>Diário Económico</i>	231
3.5 — Entrevista à <i>Vida Económica</i>	251
3.6 — Entrevista ao <i>Diário de Notícias</i>	285

2

**INTERVENÇÕES EM DEBATES
PARLAMENTARES**

2.1 — Intervenção na Comissão de Economia e Finanças a propósito do «caso Totta» (4 de Fevereiro de 1994).

Srs. Deputados:

Começo por recordar que iniciámos as nossas funções em 7 de Dezembro último.

A nossa primeira preocupação relativamente ao assunto Totta-Banesto foi: *i)* inteirarmo-nos dos elementos já existentes no Ministério; e *ii)* apurar as entidades com competência em matéria de fiscalização e controlo.

1 — Entidades fiscalizadoras

Concluimos imediatamente serem três as entidades envolvidas:

- i)* Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações;
- ii)* Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- iii)* Banco de Portugal.

A Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações (CAR) tem competência na matéria em virtude das atribuições de fiscalização que lhe estão expressamente cometidas pela Lei Quadro das Privatizações (Lei n.º 11/90, de 5 de Abril), que a instituiu.

Assim, nos termos deste diploma, compete a esta Comissão verificar: a estrita observância dos princípios e regras consagrados na lei; e a rigorosa transparência do processo de privatização.

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) tem também competência que deriva das suas atribuições de fiscalização das regras que regem o mercado de capitais.

E, por fim, o Banco de Portugal está envolvido dadas as suas funções de supervisão das instituições de crédito, que abrangem, entre outros aspectos, o controlo da idoneidade dos principais accionistas destas instituições.

2 — Relatórios das entidades fiscalizadoras

Constatámos que o Ministério recebera já relatórios da CAR e da CMVM, os quais evidenciam a realização de investigações que se prolongaram por vários meses.

O documento principal da CAR data de Julho de 1993 e o da CMVM data de Agosto de 1993. Enviaram estas entidades ainda elementos complementares, respectivamente em 30 de Setembro e em 30 de Novembro do mesmo ano.

Analisada a situação, decidimos: perguntar à CAR e à CMVM se os seus relatórios precisavam de ser actualizados; e solicitar ao Banco de Portugal que emitisse parecer, no âmbito das suas competências.

Na sequência destes pedidos, foram recebidas cartas das duas primeiras entidades, ambas datadas de 14 de Janeiro deste ano e manifestando a inexistência de novos dados ou correcções relativamente ao anteriormente informado. E recebemos, há dias, também uma apreciação preliminar do Banco de Portugal, que entretanto continua a desenvolver a sua análise.

3 — Conclusões das entidades fiscalizadoras

Dos relatórios recebidos podem extrair-se as conclusões principais seguintes:

- Primeira: a aquisição de acções Banco Totta & Açores, por entidades ligadas ao Banesto, efectivou-se através de um esquema muito complexo de participações em cascata;
- Segunda: a verificação, com segurança, da possível inobservância dos limites estabelecidos pela lei para as participações de entidades estrangeiras é, nestes casos, muito difícil;
- Terceira: existem indícios que conduzem à suspeita de desrespeito daqueles limites, por parte do grupo Banesto; mas,

Quarta: quando se procura passar do plano dos indícios para o da existência de provas concretas de situações de violação da lei — questão em última análise decisiva —, já o juízo das entidades fiscalizadoras se apresenta muito mais reservado;

Quinta: não existem, até ao momento, provas suficientes em juízo. Como refere a CAR: «Não nos parecem, por enquanto, carregados quer pela nossa averiguação, quer pela levada a efeito pela CMVM, elementos que possam assegurar a demonstração directa, em juízo, com um mínimo de segurança, de factos efectivamente violadores dos limites legais.»

A este propósito, também o próprio Banco de Portugal afirma nos elementos preliminares disponibilizados há poucos dias: «A verdade é que nem a CMVM, apesar do escrupuloso cuidado com que conduziu as averiguações, se sentiu em condições de afirmar que o conjunto de entidades envolvidas actuou por conta do Banepto.»

A CAR sublinha mesmo os riscos do envolvimento *precipitado* do Estado Português num confronto jurídico de desfecho incerto, com reflexos negativos quer no prestígio do Estado, quer na estabilidade da instituição de crédito em reprivatização.

Por seu turno, a CMVM entendeu não existir fundamento, no âmbito das suas competências, para o lançamento de uma OPA.

Por último, o Banco de Portugal não encontrou, até ao momento, fundamento de violação das regras sobre a comunicação da aquisição de participações qualificadas ou outras no âmbito da sua jurisdição.

4 — Encaminhamento para a Procuradoria-Geral da República

Cumpridos estes passos indispensáveis, e face à incerteza que subsiste, considerámos ser indispensável levar estes factos ao conhecimento da Procuradoria-Geral da República.

Porquê a Procuradoria?

Porque, para além da competência genérica que lhe cabe, nos termos da sua Lei Orgânica, de defesa da legalidade e de representação do Estado em juízo, tem a competência específica que lhe está

atribuída pelo n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 170-B/90, de 28 de Maio, que regulou a 2.ª fase de reprivatização do Totta.

Esta competência permite-lhe, em particular, requerer a declaração de nulidade das aquisições efectuadas por entidades portuguesas, em nome próprio, mas por conta de entidades estrangeiras.

Além disso, porque o Ministério Público é a entidade que dispõe dos meios e poderes instrumentais necessários para aprofundar a investigação dos factos relevantes.

Enviámos assim, no passado dia 27 de Janeiro, ao Sr. Procurador-Geral de República, o processo contendo toda a documentação em nosso poder sobre a situação accionista do Banco Totta & Açores.

Portanto, o Governo aguardará, como lhe compete, o resultado destas investigações, estando na disposição de prestar todo o apoio técnico que esteja ao seu alcance e que venha a ser solicitado para o efeito pela Procuradoria-Geral da República.

Tendo em conta a necessidade de respeito pela autonomia do Ministério Público, compreender-se-á que o Governo se abstenha, neste momento, de qualquer posição pública sobre a matéria, mantendo uma atitude de serenidade e de confiança nos mecanismos legais existentes.

5 — Outros aspectos

Complementarmente, demos também instruções à Inspecção-Geral de Finanças para, no âmbito das suas competências, efectuar inspecções a algumas sociedades com sede em Portugal que detêm, directa ou indirectamente, participações no capital do Totta, tendo em vista a eventual detecção de situações de inobservância da legislação que rege a sua actividade.

Por outro lado, e como atrás se referiu, o Banco de Portugal continua a desenvolver as suas investigações.

A Administração Provisória do Banesto e o Banco de Espanha estão, por seu turno, a proceder a investigações no âmbito do processo de intervenção que está a decorrer no Banesto.

A grande preocupação do Governo Português é a clarificação de um quadro accionista estável para o BTA, com respeito pela lei portuguesa.

O Governo Português dispõe de alguns instrumentos, que se propõe utilizar, para contribuir para a clarificação e estabilização da composição accionista do Totta, dentro dos limites da lei vigente. De entre estes instrumentos destacamos dois:

Primeiro, o Decreto-Lei n.º 380/93, de 15 de Novembro, o qual sujeita a autorização prévia do Ministro das Finanças a aquisição de participações superiores a 10% no capital de sociedades que sejam objecto de reprivatização, independentemente da nacionalidade dos adquirentes;

Segundo, a participação ainda detida pelo Estado Português no capital do Totta, a qual não será alienada antes que a estrutura accionista esteja clarificada e estabilizada.

Neste âmbito, o Governo vê com muito bons olhos o aparecimento de grupos portugueses candidatos à tomada de participações qualificadas que contribuam para a formação de um quadro accionista estável.

Por último, o Governo salienta que o problema em discussão se circunscreve exclusivamente à esfera accionista do Totta. O Banco Totta & Açores, como o Banco de Portugal recentemente confirmou, dispõe de uma situação económica e financeira sólida, a qual deve ser salvaguardada em qualquer circunstância.

É esse o interesse da instituição, dos seus trabalhadores, clientes e depositantes.

É esta a preocupação essencial do Governo.

2.2 — Interpelação do Partido Socialista ao Governo sobre o balanço da evolução da economia portuguesa em 1993 e perspectivas económicas e sociais para 1994-1995 (28 de Abril de 1994).

2.2.1 — *Discurso de abertura*

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA: PASSADO RECENTE, SITUAÇÃO EM 1993 E PERSPECTIVAS PARA 1994-1995

1 — 1986-1992: crescimento, integração na economia internacional e transformações estruturais

1.1 — Desde 1986, a economia portuguesa tem tido uma evolução favorável, que contrasta claramente com o comportamento decepcionante verificado entre 1975 e 1985.

Convém recordar a evolução das principais variáveis, para melhor fazer ressaltar este contraste:

- i) os défices orçamentais ultrapassaram os 10% do PIB, o que provocou défices externos insustentáveis e o disparo da inflação;
- ii) a inflação atingiu valores entre os 20% e os 30%, hoje impensáveis. Como sempre, quem perdeu com a inflação não foram os mais prósperos. Pelo contrário, foram os mais desprotegidos: pensionistas e trabalhadores por conta de outrem;
- iii) a recessão de 1984-1985 implicou uma queda brusca do nível de vida das famílias portuguesas.

Em 1985, os salários reais encontravam-se ao nível de 1973 e, é bom não esquecer-lo, a prática de salários em atraso não era, infelizmente, pouco corrente;

- iv) a taxa de desemprego duplicou, atingindo 8,8% em 1985, o que é tanto mais grave quanto, na altura, a protecção social era bem menor do que actualmente;
- v) os défices externos, medidos pelos saldos da BTC, atingiram níveis não sustentáveis de 9,2% em 1977 e 13,4% em 1982. Portugal ficou na história como o último país comunitário a ter de recorrer ao FMI. Todos nos lembramos da dificuldade extrema em obter financiamentos externos após a delapidação das reservas em divisas.

Os factos são conhecidos, o diagnóstico incontroverso e a opinião consensual: os Portugueses não querem regressar a este passado, marcado pela instabilidade e pela falta de um rumo claro na política económica.

Em 1985, nas vésperas da adesão à Comunidade Europeia, alguns, com maior vocação para o pessimismo, afirmaram que o fosso de bem-estar e progresso que dela nos separava era não só intransponível como tendia a agravar-se. Enganaram-se redondamente.

1.2 — A estabilidade política de que o País desfruta desde 1986 favoreceu uma estratégia de crescimento que, globalmente, teve resultados muito positivos no período de 1986-1992. Os vectores da estratégia de crescimento da política do Governo são simples e coerentes:

- i) desenvolvimento de um quadro macroeconómico estável e coerente, favorecendo um crescimento sustentado e não inflacionista;
- ii) aprofundamento das reformas estruturais necessárias para melhorar a competitividade e a elevação da taxa de crescimento de forma sustentada.

Desde 1985, a distância que nos separa da Europa encurtou muito. Portugal registou um dos crescimentos mais rápidos na Europa, o que permitiu uma melhoria sensível do nível de vida. Entre 1986 e 1992 o rendimento *per capita* passou de 51% para 61% da média comunitária, ou seja, a melhoria do nível de vida foi mais rápida do que na Europa.

O contraste com o período 1980 a 1985 é bem claro: entre 1980 e 1985 o PIB cresceu a uma taxa média anual de 0,9% e entre

1986 e 1992 cresceu à taxa média anual de 3,8%. Portanto, a taxa de crescimento média quase que quadruplicou.

E a taxa de desemprego caiu para metade.

1.3 — Como sabemos, é mais difícil crescer quando, ao mesmo tempo, se estabelece como objectivo reduzir a inflação e os défices públicos. Porém, é a única receita disponível para promover o crescimento sustentado. Não tenhamos ilusões.

Quando o crescimento é estimulado pela expansão das despesas públicas e dopado pela inflação, o crescimento é ilusório e logo seguido de instabilidade. Portugal conseguiu crescer ao mesmo tempo que diminuíram os défices públicos e a inflação. Cresceu mais rapidamente do que a média europeia e diminuiu gradualmente, como aliás convém, a inflação e os défices públicos.

A inflação passou de 29% em 1984 para 8,9% em 1992.

O défice orçamental que atingia 12% do PIB em 1984 passou para 3,3% em 1992. Não menos importante, recordemos que foi controlada a indisciplina financeira que tinha levado a uma grande desorçamentação das despesas públicas. Ou seja, o progresso que se registou na consolidação orçamental foi ainda bem maior do que estes números revelam.

1.4 — Foi também neste período que a economia portuguesa sofreu transformações estruturais profundas. Por um lado, ocorreu uma grande reafecção de recursos entre os diversos sectores produtivos. Por outro lado, aumentou substancialmente o grau de abertura ao exterior.

Na linha do que se já se tinha verificado nas economias mais desenvolvidas, registou-se, em apenas sete anos, uma diminuição do peso relativo do sector primário no emprego de 10,6 pontos percentuais. Esta alteração foi compensada por um aumento do peso do sector terciário, que se aproximou dos padrões comunitários.

(em percentagem)

Estrutura do emprego	Portugal		Comunidade
	1985	1992	1992
Primário	21,8	11,2	6,7
Secundário	32,3	33,3	31,2
Terciário	45,9	55,5	60,1

(em percentagem)

Estrutura do VAB	Portugal		Comunidade	
	1985	1992	1985	1992
Primário	8	5	4	3
Secundário	39	36	38	35
Terciário	53	59	58	62

Raramente se assistiu, em tão curto espaço de tempo, a uma reafecção de recursos de tamanha amplitude, sem criação de desemprego, num clima global de empenho colectivo na modernização e internacionalização da economia.

A abertura da economia real ao exterior, em especial relativamente à Comunidade Europeia, aumentou rapidamente, e diminuiu o protecçãoismo.

Medido pelo quociente entre o montante médio das exportações e importações e o PIB, o grau de abertura subiu de 30%, em 1984, para cerca de 52% em 1992.

Por seu turno, a integração financeira na União Europeia (UE), gradualmente preparada entre 1986 e 1991 e coroada em 1992 com a adesão do escudo ao Mecanismo das Taxas de Câmbio (MTC) do Sistema Monetário Europeu (SME) e com a liberalização plena dos movimentos de capitais, traduziu-se em mudanças estruturais importantes:

- i)* a concorrência aumentou no sistema financeiro, e em particular no sector bancário;
- ii)* a política monetária passou a subordinar-se à política de estabilidade cambial;
- iii)* no âmbito da política orçamental, aumentou a importância de consolidação a médio prazo, em linha com os compromissos comunitários.

Globalmente, na esfera real e na esfera financeira a economia portuguesa passou a ser muito mais sensível à evolução do ciclo internacional.

Justifica-se, portanto, uma referência, ainda que breve, à evolução recente da economia europeia e à propagação do ciclo económico internacional à economia portuguesa.

2 — Evolução recente da economia europeia. A propagação do ciclo económico internacional

2.1 — Desde inícios de 1991 registou-se na UE uma forte desaceleração do ritmo de actividade económica: em média, o crescimento do PIB caiu de 3% em 1990 para 1% em 1992 e para um valor negativo (ainda por apurar em definitivo) em 1993. A economia da União Europeia entrou em recessão, com deterioração significativa e preocupante de todos os indicadores macroeconómicos, em particular a taxa de desemprego e os défices orçamentais.

Valores médios na União Europeia				(em percentagem)
Indicadores	1990	1991	1992	1993 (estimativa)
Taxa de crescimento do PIB ..	3,0	1,4	1,0	— 0,6
Taxa de desemprego	8,3	8,7	9,4	10,9
Défice SPA/PIB	4,0	4,6	5,0	6,0
Dívida Pública/PIB.....	55,0	57,0	61,0	66,0

Fonte: Comissão da União Europeia.

Mesmo nas economias em que o crescimento do PIB foi positivo (Grã-Bretanha e Irlanda), a taxa de desemprego não deixou de crescer e o défice das finanças públicas de se agravar.

Portanto, esta fase recessiva do ciclo económico revelou comportamentos e resistências à retoma mais complexos do que é habitual.

2.2 — A recessão, aliada a uma deterioração tendencial da competitividade europeia face às economias mais dinâmicas dos EUA, Japão e Sudeste Asiático, conduziu a um forte aumento do desemprego. Relativamente a ciclos anteriores, o desemprego apresenta uma evolução mais desfavorável quer da sua componente estrutural, quer da sua componente cíclica.

Em primeiro lugar, a recessão instalou-se quando ainda havia emprego a absorver, o que agravou o peso do desemprego estrutural. Em segundo lugar, a correlação dos níveis de emprego com a evolução do ciclo económico tornou-se mais acentuada, agravando também o desemprego cíclico.

Taxa de desemprego na UE
(percentagem da população activa civil)

Países	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Bélgica	10,2	8,6	7,6	7,5	8,2	9,4
Dinamarca	6,4	7,7	8,1	8,9	9,5	10,4
Alemanha	6,3	5,6	4,8	* 5,8	* 6,8	* 8,1
Grécia	7,7	7,5	7,0	7,2	7,5	7,6
Espanha	19,3	17,1	16,2	16,4	18,2	21,5
França	9,9	9,4	9,0	9,5	10,0	10,8
Irlanda	17,3	15,7	14,5	16,2	17,8	18,4
Itália	10,9	19,9	10,0	10,1	10,3	11,2
Luxemburgo	2,0	1,8	1,7	1,6	1,9	2,6
Grã-Bretanha	8,5	7,1	7,0	8,9	10,2	10,5
Portugal	5,7	5,0	4,6	4,1	4,7	6,2
EC	9,8	8,9	8,3	8,7	9,4	10,5
EC *				* 8,9	* 9,7	* 10,9

* Com os cinco novos *Länders* da Alemanha.

Fonte: Comissão Europeia, *Relatório Económico Anual*, Março de 1994.

A taxa de desemprego na Comunidade atingiu quase 11% em 1993, o que é praticamente igual ao seu máximo histórico de 1985. Aqui mesmo ao lado, na vizinha Espanha, com governo socialista, este fenómeno atingiu a sua expressão mais grave: um em cada cinco trabalhadores espanhóis está desempregado. Na Irlanda, a taxa atingiu os 18%.

A gravidade do desemprego foi causada, em larga medida, pela destruição muito rápida de um grande número de PME, que são, em todos os países, essenciais para assegurar a coesão do tecido económico e social e flexibilidade na afectação dos recursos.

Os países da UE consideraram, unanimemente, que o recrudescimento do desemprego exige uma reorientação estratégica da política económica, porque passou a constituir, em grande parte, um problema estrutural.

Com efeito, a taxa de crescimento económico potencial na Comunidade caiu nos últimos 20 anos (passou de cerca de 4% para cerca de 2,5%) ao mesmo tempo que a sua quota no comércio mundial baixou de 39% em 1972 para 20% em 1992.

A reorientação estratégica em curso tem como quadro de referência as propostas contidas no Livro Branco e visa relançar, de forma articulada, o Crescimento, a Competitividade e o Emprego.

Para o efeito, as actuações recomendadas comportam duas fases:

- i) sair tão rapidamente quanto possível da presente recessão;
- ii) reencontrar, a partir de meados da presente década, o caminho de um forte crescimento económico.

O *policy-mix* necessário para atingir estes objectivos passa pela criação de condições para uma baixa gradual e sustentada das taxas de juro reais de curto prazo (desde fins de 1990 bastante acima das taxas dos EUA e Japão) e para a melhoria da competitividade geral das economias e das empresas dos países membros.

2.3 — A interrupção do crescimento económico na UE contribuiu também para o recrudescimento das tensões que implicaram a reformulação do MTC do SME. A decisão de alargar a banda de variação para os actuais 15% veio resolver problemas de inconsistência que desencadearam a crise cambial do Verão de 1992 e a turbulência que se prolongou até Agosto de 1993. O SME possui hoje, na sua formulação actual, a flexibilidade apropriada para a continuação da construção da UE no quadro dos compromissos acordados pelos países membros.

3 — Descontinuidade em 1993 — A recessão europeia atinge Portugal

3.1 — Dado o grau de abertura e internacionalização da economia portuguesa, a recessão europeia não podia deixar de ter uma influência sensível na evolução conjuntural.

Mas é importante assumirmos claramente que, para além dos efeitos do ciclo económico internacional sobre uma economia pequena e tão aberta como a portuguesa, houve também factores internos que contribuíram para o abrandamento da actividade económica em 1992-1993. Nomeadamente:

- i) o crescimento dos salários superior ao da produtividade, em 1990-1993, com prejuízo da competitividade e emprego;
- ii) a forte subida do preço relativo dos bens não transaccionáveis, perturbando a afectação de recursos e reforçando a resistência à descida da taxa de inflação;

- iii) a persistência de taxas de juro reais elevadas, apesar dos progressos alcançados;
- iv) a queda do investimento privado directamente produtivo, em parte explicada pelas elevadas taxas de juro reais, pela desaceleração da procura e pela fase de adaptação estratégica das empresas;
- v) as dificuldades de adaptação estratégica de alguns sectores ao novo quadro de estabilidade cambial, após a substituição do longamente enraizado regime de *crawling peg*.

3.2 — 1993 representa um ponto de descontinuidade (que assumimos) no comportamento da economia portuguesa dos últimos anos:

- i) queda do nível da actividade económica. O PIB terá tido um crescimento negativo (muito influenciado pela queda da procura externa);
- ii) abrandamento do crescimento do consumo privado e queda do investimento privado;
- iii) comportamento desfavorável da produção agrícola e da produção industrial;
- iv) quanto ao défice das contas públicas registou-se uma descontinuidade na trajectória de consolidação orçamental [o défice do Sector Público Administrativo (SPA) em relação ao PIB, que em 1992 baixara para 3,3 %, subiu para 7,1 % em 1993].

Para avaliar este resultado, ajuda colocar a situação portuguesa em perspectiva.

Foi uma descontinuidade, semelhante ou menos expressiva do que a que se registou na generalidade dos países europeus.

Se ajuda colocar os desenvolvimentos em 1993 em perspectiva, não ajuda menos sermos realistas e reconhecermos que, para além do efeito do ciclo económico, houve outros factores. Nomeadamente:

- i) a abolição das fronteiras fiscais com a entrada em vigor do Mercado Único e o aumento da evasão fiscal que lhe esteve associado;
- ii) a utilização mais intensiva pelos contribuintes dos esquemas dos benefícios fiscais previstos na lei;

iii) problemas de organização e gestão na Administração Fiscal.

Mas em 1993 houve igualmente comportamentos positivos, nomeadamente:

- i)* o comércio externo acabou por ter uma evolução relativamente positiva apesar da conjuntura recessiva da procura externa; as exportações globais caíram apenas 0,2% e as importações diminuíram 4,6%. Donde melhorou em 2,7 pontos percentuais a taxa de cobertura [no comércio intercomunitário esta melhoria foi da ordem dos 5 pontos percentuais (p. p.)];
- ii)* continuação da descida da inflação (que passou de 8,9% para 6,5%, dentro do intervalo previsto para o Governo);
- iii)* manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos;
- iv)* trajectória descendente das taxas de juro;
- v)* continuação do aumento do poder de compra dos salários e das pensões.

Importa sublinhar que se começaram a desenhar, já no último trimestre de 1993, alguns sinais de recuperação.

4 — 1994: Início da retoma económica

4.1 — A economia europeia evidencia sinais de recuperação. Segundo dados de Março último, o Índice de Confiança Económica da UE subiu pelo 5.º mês consecutivo e, pela primeira vez, a retoma estendeu-se a todos os sectores de actividade. Desde o 1.º trimestre de 1992 este índice subiu 2,7 pontos percentuais esperando-se que cresça cerca de 1 p. p. adicional no 2.º trimestre de 1994.

Também, de acordo com as últimas estimativas, o PIB da UE deverá crescer 1,2% em 1994. Portanto, há finalmente indicações bastante claras de que uma das mais profundas recessões registadas na Europa no século XX chegou ao fim.

4.2 — Detectam-se, igualmente vários elementos positivos de retoma na evolução recente da economia portuguesa. Com efeito, depois da quebra acentuada do 1.º semestre de 1993, a economia

portuguesa já terá registado uma evolução mais favorável no 2.º semestre, que se está a confirmar nos primeiros meses de 1994 e deverá continuar a ganhar *momentum* até ao final do ano.

4.3 — O crescimento do PIB já está a recuperar. O Índice de Confiança Económica para Portugal, publicado pelo Banco de Portugal, que tinha apresentado uma quebra de 12 pontos percentuais entre Junho de 1992 e Março de 1993, registou uma melhoria de 4 p. p. até ao 1.º trimestre de 1994, devendo continuar a recuperar no 2.º trimestre deste ano. Assim, para o ano que acaba em Junho próximo, espera-se uma subida de cerca de 8 p. p. deste índice.

Aliás, esta tendência de recuperação do PIB, nos últimos meses, é confirmada não só pelos inquéritos de conjuntura feitos aos diversos sectores como, também, pelo comportamento recente do Índice de Produção Industrial.

Outros indicadores disponíveis para os primeiros meses de 1994 permitem confirmar a recuperação das exportações e do investimento, assim como a continuação da redução dos *stocks*, sobretudo no comércio a retalho.

Portanto, a confirmarem-se as estimativas anteriores, o PIB deverá terminar o ano de 1994 dentro do intervalo do cenário macroeconómico do Orçamento do Estado para 1994, isto é, com um crescimento entre 1% e 2%. À semelhança do resto da UE, a recuperação da economia portuguesa deverá ser liderada pelas exportações e pelo investimento. Espera-se, também, que em 1994 a produtividade do trabalho retome um crescimento superior à média da UE.

4.4 — A nível sectorial, existem igualmente dados encorajadores que confirmam a retoma. A taxa de utilização da capacidade produtiva na indústria transformadora (quer no sector dos bens de investimento quer no de bens de consumo) voltou a subir de forma significativa a partir de Outubro de 1993, o que já não acontecia desde o Verão de 1992.

Na agricultura, as previsões do INE relativamente à produtividade dos cereais de Inverno apontam para acréscimos significativos.

Também na construção civil o inquérito de conjuntura mensal (Março de 1994) revela elementos de recuperação.

No comércio, o Inquérito do INE do último trimestre de 1993 sugere perspectivas favoráveis para a evolução do volume de vendas, o que já não acontecia desde meados de 1992.

As vendas das empresas exportadoras também se apresentam favoráveis.

No turismo a retoma é já um facto, a avaliar pelo aumento da taxa de ocupação hoteleira prevista.

Os indicadores de retoma de actividade são cada vez mais claros.

Seria tão leviano criarmos falsas expectativas como pretendermos ignorar as tendências para que convergem os vários indicadores disponíveis.

Por isso, repito o que tenho dito nas minhas intervenções públicas.

A retoma económica vai ser lenta e difícil. Mas vai acontecer já em 1994 e em 1995 será ainda mais forte.

4.5 — No domínio da inflação, os últimos meses reforçaram a evolução favorável.

Desde Dezembro último, tem-se observado um comportamento positivo do preço dos bens não transaccionáveis. Este facto representa uma novidade positiva, e é muito importante, já que até então este sector tinha evidenciado uma grande resistência à descida.

A taxa de inflação homóloga de Março é já ligeiramente inferior a 6%. A projecção, até ao final do ano, com o mesmo padrão de comportamento do ano transacto, indica que, em Dezembro, a taxa homóloga pode cair para 5,3%, a inflação média dos 12 meses para 5,7% e a inflação do último trimestre em relação ao anterior para 4,4%¹. Permito-me sublinhar aqui um ponto técnico: em período de viragem do ciclo económico é sobretudo a esta última taxa que se deverá atender.

Estas simulações mostram, portanto, que o objectivo entre 4% e 5,5% contido no cenário macroeconómico do Orçamento do Estado para 1994 é agressivo, mas não é de forma alguma impossível.

4.6 — O indicador mais preocupante é a taxa de desemprego. No final do 1.º trimestre de 1994 esta taxa registou 6,8% (contra 11% a nível europeu e 22% em Espanha), e deverá continuar a aumentar durante alguns meses. É sabido por todos que a criação de emprego apenas se acelera e se generaliza a todos os sectores quando uma economia se aproxima da taxa de crescimento de

¹ Em período de viragem do ciclo económico as taxas de variação homóloga sobrestimam a queda e subestimam a recuperação que entretanto está a ter lugar, a qual é melhor evidenciada pela subida das taxas mensais de variação.

longo prazo. Portanto, é só quando o crescimento é forte e duradouro que se consegue inflectir substancialmente a evolução da taxa de desemprego.

No fundo, estamos perante o famoso *lag* de reacção do emprego em relação ao ciclo económico.

É importante, pois, que tenhamos em conta o desfasamento temporal entre a recuperação económica e o seu impacte a nível do emprego. É totalmente normal que exista algum desfasamento entre a retoma e a criação generalizada de empregos.

Portanto, não podemos perder de vista esta realidade para que se não diga, demagógicamente, que afinal a retoma não se está a verificar porque a taxa de desemprego está ainda a subir.

Para favorecer e acelerar a retoma, é muito importante a moderação salarial que se está a verificar no corrente ano. No 1.º trimestre, a evolução das remunerações implícitas na regulamentação colectiva de trabalho, incluindo o SPA, traduziu-se em média por um aumento de 4,7%, em linha com o objectivo de se continuar a assegurar a gradual redução da inflação.

Os sindicatos, os trabalhadores e as entidades patronais têm vindo a dar mostras de um elevado sentido de responsabilidade que infelizmente não é partilhada por todos os responsáveis políticos.

4.7 — Ao nível das contas públicas que, conforme assumi claramente, revelaram uma deterioração preocupante no ano passado, existem agora melhores perspectivas. Esta evolução é muito importante porque, não nos enganemos: para assegurar que o crescimento da economia portuguesa seja sustentado, é necessária a consolidação orçamental. Pode não ser suficiente mas é certamente necessária.

No 1.º trimestre, o défice corrente diminuiu de 41% relativamente ao mesmo período do ano passado. Esta melhoria traduz o comportamento favorável quer da despesas, quer das receitas.

As despesas correntes diminuíram, em termos nominais, de 1,1% relativamente ao 1.º trimestre do ano passado.

As receitas correntes, por seu lado, registaram um aumento de 25%. As receitas fiscais subiram 30%.

A consolidação orçamental não implicou, de modo nenhum, uma contracção das despesas de capital. O investimento público é fundamental para a retoma da economia e para a criação de condições favoráveis ao crescimento. É prioritário melhorar as infra-

-estruturas e os sistemas de educação e saúde, o que requer elevado investimento público. As despesas de capital aumentaram em 18,3% no 1.º trimestre.

Em conclusão, apesar de os dados se reportarem apenas ao 1.º trimestre, há já indicações de que o esforço de consolidação orçamental está a ser bem sucedido.

4.8 — A trajectória descendente das taxas de juro tem-se vindo a acentuar. Desde 31 de Dezembro de 1992 até ao presente as várias taxas no mercado de crédito caíram entre 3 e 4 p. p., com evolução mais acelerada nos últimos meses.

Apesar desta trajectória descendente, não nos enganemos. A queda das taxas de juro não irá decorrer de forma linear nem, tão-pouco, irá decorrer de forma artificial. A redução dos custos de financiamento deve ser durável, e o Governo está fortemente empenhado em reforçar as condições para que isso se verifique de forma sustentada.

O Governo está decididamente empenhado em criar condições favoráveis para uma queda sustentada dos custos de financiamento. Porém, não podemos regressar às políticas de taxas de juro fixadas administrativamente que, no passado tiveram resultados tão negativos e custos que ainda se estão a pagar.

	31 de Dezembro de 1991	31 de Dezembro de 1992	30 de Junho de 1993	31 de Dezembro de 1993	28 de Fevereiro de 1994	31 de Março de 1994	18 de Abril de 1994
<i>Prime rate média (3 principais bancos) ...</i>							
APB (180 dias)	(a)	16,250	15,375	14,250	13,960	13,042	13,042
OT (5 anos)	22,8958	20,7958	19,1771	18,2188	17,5938	17,2500	16,8750
OT (10 anos)	(b) 13,033	(b) 13,157	11,306	(c) 8,782	(c) 8,782	(c) 8,842	(c) 8,844
TBA	-	-	-	(d) 9,146	(d) 9,037	(d) 9,325	(d) 9,297
Overnight	17,5464	15,4094	12,4282	10,5195	9,6875	9,2894	9,2894
Crédito carteira comercial	17,4480	13,524	11,4844	10,2966	9,8475	12,0867	12,4811
	24,7	20,8	20,4	18,2	18,1	n. d.	n. d.

(a) As *prime rates* começaram a ser divulgadas apenas em 1992.

(b) OT Jun. 16 % 91/86.

(c) OT Jan. 12,5 % 93/98.

(d) OT Jun. 10,625 % 93/03.

4.9 — Significam os sinais e factos positivos evidenciados que as dificuldades estão ultrapassadas? Não. Nas nossas intervenções sobre política económica sempre temos vindo a afirmar que a retoma da economia portuguesa vai ser lenta e vai ser difícil e que a recuperação se deve tornar mais nítida no decurso do 2.º semestre de 1994, mas com um nítido reforço do ritmo de crescimento em 1995.

4.10 — Alguns economistas têm advogado que a actual desaceleração do ritmo de crescimento do PIB se deveria combater com políticas de estímulo à procura agregada.

Ou seja, com políticas de natureza decididamente contracíclica. Consideramos que qualquer tentativa de crescer em contraciclo em relação à economia europeia constituiria um convite à ampliação do défice orçamental e recrudescimento da inflação, que aliás, teria como factura uma crise da balança de pagamentos.

É o que atestam sem margem para dúvidas os vários fracassos registados entre 1974 e 1983 a que se seguiram programas de estabilização com o FMI, que ninguém deve esquecer.

Como a economia portuguesa se tornou muito mais aberta, tal política contracíclica seria ainda mais nefasta do que as que caracterizaram aquele período de forma tristemente célebre.

A questão central da política económica na conjuntura actual é, precisamente, o desenvolvimento das condições necessárias para um crescimento sustentado e não inflacionista da economia portuguesa.

O Governo acredita firmemente que a melhor maneira de promover o crescimento económico reside no estímulo a políticas que aumentem a competitividade das empresas.

A única forma de aumentar o ritmo de desenvolvimento de uma forma sustentada é através de políticas estruturais de aceleração do crescimento do capital físico, humano e emprego, que sejam acompanhados pela melhoria da sua produtividade.

São as empresas que competem e são também as empresas que dinamizam a criação sustentada de emprego.

Neste sentido, o reforço da confiança que os indicadores evidenciam mostra que a política económica do Governo é coerente e que se mantém no rumo certo.

2.2.2 — Debate

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou procurar responder de forma rigorosa, numa base objectiva, e não com chicana ou su-

perficialismos, como ouvi aqui em algumas respostas que nem sequer o foram.

Relativamente às questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Manuel dos Santos, quero dizer, em primeiro lugar, que a política económica do Governo, derivada do seu Programa, assenta desde sempre, sobretudo desde 1986, em dois vectores fundamentais: a criação e o reforço de um quadro macroeconómico estável e coerente que favoreça um crescimento sustentado e não inflacionista e o aprofundamento das políticas estruturais que actuam sobretudo do lado da oferta e que aumentam, a prazo, a produtividade da economia e a competitividade das empresas.

De entre as políticas estruturais, saliento, apenas para lembrar, o desenvolvimento do sistema educativo, o desenvolvimento dos recursos humanos, as reformas na área da Administração Pública, a diminuição do peso do Estado na economia, com as privatizações, o aumento das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, o apoio ao desenvolvimento de estratégias empresariais competitivas, com efeitos estruturantes sobre o tecido produtivo.

Ainda bem que o Sr. Deputado António Guterres aqui reconheceu, abandonando a vocação socialista das funções do Estado, que, numa economia de mercado, é ao Estado que compete criar um ambiente macroeconómico estável e coerente que favoreça a competitividade da economia e desenvolver políticas públicas orientadas para a competitividade.

Mas, se ao Estado compete criar um ambiente favorável à competitividade da economia — nisso estamos de acordo —, são as empresas, e não os países, que competem entre si, pelo que, uma vez criado esse ambiente estável e coerente, compete-lhes a elas o desenvolvimento de estratégias que permitam o progresso económico, social e cultural do País.

Assim, Sr. Deputado Manuel dos Santos, devo dizer-lhe que a política económica do Governo continua a assentar naqueles dois vectores estratégicos fundamentais, simplesmente, a conjuntura é evolutiva e a combinação das políticas macroeconómicas, com os seus vários ingredientes, também tem de ser dinâmica, em função dos problemas que se enfrentam. E, não havendo receitas de combinação das políticas macroeconómicas, a única solução credível é, efectivamente, a criação de um quadro coerente e estável e o reforço das acções estruturais que actuam sobre o capital humano, sobre o capital físico e sobre o emprego.

O Sr. Deputado Manuel dos Santos disse que eu, ainda antes de tomar posse, identifiquei-me como o «ministro da recuperação». Sr. Deputado, devo dizer que esperava poder contribuir, de acordo com o Programa do Governo — com o qual concordo —, para a criação de condições que proporcionem a retoma económica.

Os progressos feitos na consolidação orçamental nestes três ou quatro primeiros meses, na moderação salarial, no reforço da confiança dos empresários, como mostram todos os indicadores — e, se os Srs. Deputados também não os têm, posso fornecê-los —, e a confirmação do processo de descida das taxas de juro no sentido da criação de condições para uma baixa sustentada do custo do financiamento das empresas são condições que favorecem a retoma da economia numa base sustentada.

Sempre disse que a retoma vai ser lenta e difícil em articulação com a situação da economia europeia mas — repito — a recuperação está a acontecer e vai acentuar-se em 1995, quer os Srs. Deputados do Partido Socialista queiram quer não.

Em relação à política fiscal do Governo, no âmbito da estratégia de consolidação orçamental a médio prazo (e estou de acordo com o Sr. Deputado Nogueira de Brito quanto ao facto de os socialistas serem amantes do crescimento acelerado das despesas públicas e dos défices públicos excessivos), devo dizer que a política económica do Governo visa uma consolidação orçamental actuando simultaneamente do lado da receita e do lado da despesa.

Do lado da despesa, controlando as despesas correntes para libertar recursos públicos — e aproveito para lembrar os investimentos estratégicos no domínio da educação, da saúde e das infra-estruturas.

Do lado das receitas, os grandes elementos da política económica do Governo ou da política, na sua componente fiscal, visam o alargamento da base tributária, a luta contra a evasão fiscal (assumimos a orientação política dessa luta), a luta para um sistema fiscal mais justo e eficiente no sentido do desenvolvimento, sem rupturas, mas considerando que, após 1989, com a entrada em funcionamento do Mercado Único e a liberalização plena do movimento de capitais, há condições novas que obrigam ao desenvolvimento da reforma fiscal no sentido de um sistema fiscal cada vez mais justo e equitativo.

No âmbito da criação de condições para a descida do custo de financiamento das empresas de uma forma sustentada — repito,

há que actuar nesse domínio sob várias variáveis —, falei na redução progressiva e gradual do imposto do selo sobre as operações bancárias. E, Srs. Deputados, quão diferente é não ter responsabilidades de governação, pois quando não as tinha, pensava que era fácil reduzir o imposto do selo; a partir do momento em que assumi responsabilidades de governação, como qualquer Ministro das Finanças responsável, verifiquei que a política de redução do imposto do selo tem de ser gradual.

Assim, vamos apresentar uma proposta de lei para a eliminação do imposto do selo sobre as operações cambiais, já aprovado em Conselho de Ministros, e, no Orçamento do Estado para 1995 — na linha do que prometi aos empresários e as minhas promessas serão para cumprir —, vai ser dado um sinal positivo no sentido de uma redução progressiva do imposto do selo.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Nogueira de Brito, agradeço a saudação que me dirigiu ao fim de tantos anos após a disciplina de Direito Corporativo no curso de Ciências Económicas e Financeiras, de que, aliás, aprendi bastante.

Em relação à evolução de 1985-1992, disse — e reafirmo — que em Portugal, em 1985, o PIB médio, *per capita*, era da ordem dos 51 % em relação à média comunitária; em 1992, estava na casa dos 60 %, tendo constituído a melhor *performance* dos, hoje, chamados «países de coesão».

Evidentemente que houve um contributo europeu para este desenvolvimento, o qual, aliás, deriva da nossa entrada no Mercado Comum e dos fundos comunitários e, em relação a estes, a melhor estimativa que conheço sobre o seu impacte no PIB é da própria Comissão, segundo a qual os fundos comunitários aumentam, a médio e a longo prazo, a chamada taxa potencial de crescimento em 0,5 %.

Porém, ao contrário da Grécia, soubemos aproveitar esses contributos europeus mais aceleradamente do que a Espanha, e é essa a tônica que quero dar. Tivemos contributos europeus, mas soubemos utilizar os fundos no sentido de um crescimento mais acelerado.

No que diz respeito ao imposto do selo, Sr. Deputado Nogueira de Brito, está muito mal informado. Vou enviar-lhe a intervenção que fiz na Associação Industrial Portuguesa e na Associação Industrial Portuense. A minha promessa, o compromisso político foi no sentido de uma eliminação gradual e progressiva do imposto

do selo, no sentido de dar um bom sinal para 1995. Foi essa a promessa desde sempre feita e nunca a eliminação pura e simples. É essa a promessa que vai ser — e está a ser — satisfeita!

Em relação às privatizações, o que dissemos foi que, quanto a elas, temos de ser pragmáticos, de analisar caso a caso, dentro de um quadro de referência de critérios, sendo o primeiro deles o de que o Estado deve retirar-se tanto quanto possível da esfera produtiva e deve aumentar o seu papel na esfera reguladora. Entre esses critérios, é evidente que temos de atender à evolução do mercado de capitais e da situação económica e financeira dos grupos portugueses.

Nesse ponto, estou de acordo com o Sr. Deputado. Para mim, não é indiferente que grandes empresas nacionais estejam controladas por interesses nacionais ou por interesses estrangeiros.

Não posso deixar de defender, aliás, com o apoio da política do Governo, que, neste momento, de uma forma pragmática, em relação a algumas dessas empresas, a estratégia correcta de privatização é através da dispersão do capital. Na entrevista ao *Expresso* que o Sr. Deputado Nogueira de Brito refere, eu disse que tudo isto é dinâmico. Quem cá estiver daqui a meia dúzia de anos que decida. Mas, neste momento, pragmaticamente, em relação às grandes empresas — CIMPOR, Telecomunicações de Portugal, EDP —, a dispersão de capital é a melhor estratégia, porque vai permitir colmatar uma insuficiência estrutural do mercado de capitais: o aumento da oferta de títulos com vocação de cotação.

Sr. Deputado, quanto aos salários reais, o que eu disse foi que eles cresceram mais do que a produtividade, em alguns anos. Os salários reais, na economia portuguesa, cresceram, em média, no período de 1986 a 1993, 3 %, o que representa o dobro do crescimento verificado em Espanha. Disse ainda que em 1993 houve um crescimento dos salários reais, mas esse crescimento já foi saudável, já esteve alinhado com a produtividade, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores.

Deve ficar claro o seguinte: a política económica do Governo no domínio salarial orienta-se para atender à necessidade de acréscimo dos salários reais em linha com a produtividade, ponderando a necessidade de, em determinados momentos e transitivamente, como acontece no ano de 1994, alguns sacrifícios para a criação de condições para a retoma sustentada da economia.

Em relação à política orçamental e ao «caso Banesto», devo dizer que, no «caso Banesto», já tive a oportunidade, na Comissão

de Economia, Finanças e Plano, de esclarecer os Srs. Deputados sobre o tema. Dou apenas um conselho: «até ao lavar dos cestos é vindima». Vamos aguardar pela evolução dos acontecimentos.

Em relação à estratégia de consolidação orçamental, estamos de acordo. Eu disse que é preciso controlar as despesas de funcionamento para libertar recursos financeiros para sectores na área da educação e da saúde e isso está de acordo com a política do Governo. A política do Governo tem uma componente social que importa reforçar.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, penso que entrou numa área . . . Sou Ministro das Finanças deste Governo, com muito gosto, e, no âmbito da execução da política económica e financeira, estou a contribuir para um crescimento sustentado e não inflacionista, repito.

Quanto ao Sr. Deputado Octávio Teixeira, devo dizer que a história da *cassette* está ultrapassada, pois estamos no tempo do *compact disc*, pelo que não aceito lições em termos de *cassette*.

No que respeita ao PIB *per capita*, posso facultar-lhe todas as estatísticas da Comissão Europeia sobre a evolução favorável de todos estes indicadores da economia portuguesa, desde 1986. É que a verdade vem sempre ao de cima como o azeite e, portanto, não há aqui qualquer mistificação de dados.

O Sr. Deputado falou na criação de condições para a descida das taxas de juro. Respondo-lhe que é verdade que o meu discurso tem sido no sentido do reforço das condições para a descida sustentada do custo de financiamento das empresas.

Vamos, então, dividir este «bolo» em fatias, para ter mais «sabor». É um facto que é necessário criar condições para a descida das taxas de juro, mas há que ter em atenção que as mesmas não são fixadas administrativamente, antes resultam das forças de mercado. Julgo que terá reparado que, desde 1992, estamos em plena integração financeira, com liberalização total do movimento de capitais, e que o escudo é totalmente convertível, pela primeira vez em 101 anos.

Como dizia, é importante criar condições porque importa ter um quadro macroeconómico que facilite a criação de condições para uma baixa sustentada dos custos de financiamento das empresas. Já agora, aproveito para clarificar quais as variáveis sobre que estamos e vamos continuar a actuar.

A primeira variável fundamental é a da continuação da descida da taxa de inflação, para que as taxas directoras do Banco Central possam continuar a descer, em articulação com as taxas directoras dos outros bancos centrais e com os objectivos de estabilidade cambial.

A segunda variável é a do reforço da concorrência e da eficiência do sistema bancário, no sentido de acomodar uma maior redução das margens financeiras. A concorrência tem aumentado: é um facto relativamente aos segmentos da habitação, da dívida pública, das grandes empresas e, já também, no âmbito do segmento das pequenas e médias empresas. Mas a concorrência vai intensificar-se e é por via desta e do aumento da transparência do mercado que, progressivamente, as pequenas e médias empresas também terão acesso a taxas de juro mais competitivas. Aliás, basta olhar para os números: por exemplo, a taxa da APB, a 180 dias, estava em 21 %, em 31 de Dezembro de 1992, hoje, está em 16,8 %; a taxa de OTs a 5 anos estava em 13,1 % e, hoje, está em 8,8 %; a carteira comercial, que é, essencialmente, a modalidade de financiamento das pequenas e médias empresas, estava em 21 % e, hoje, está abaixo de 18 %. Portanto, estamos no bom caminho.

Acabei de referir apenas duas variáveis, mas há uma terceira: a da dinamização do mercado de capitais, a qual tem um duplo efeito. Por um lado, aumenta a pressão concorrencial sobre o sistema bancário, através do incremento da desintermediação financeira e, por outro, permitirá o acesso das empresas a capitais a custos mais moderados.

A quarta variável é a da redução progressiva do imposto do selo — já expliquei isto — e das reservas de caixa. Neste domínio, o Sr. Deputado manifesta um grande desconhecimento. É que a problemática das reservas de caixa é um problema de execução da política monetária que, estatutariamente, compete ao Banco Central. Respeita ou não a autonomia do Banco Central?

Em relação à matéria dos tomadores de dívida pública, devo dizer que as medidas de modernização do mercado da dívida pública em Portugal já começaram em 1993 e continuaram em 1994. Trata-se de medidas no sentido das reformas dos mercados financeiros mais maduros, tal como acontece em Espanha, em França e na Bélgica.

Portanto, as medidas tomadas visam tornar competitivo o mercado da dívida pública. E não me venha com afirmações tais como

li num jornal, em que o Sr. Deputado diz que o custo de financiamento das empresas é devido a o Tesouro se financiar a taxas de juro cada vez mais baixas. É verdade que, entre 1992 e 1994, poupámos cerca de 100 milhões de contos, o que quase chega para construir uma nova ponte sobre o Tejo, muitos hospitais e muitas escolas.

Nessa crítica, que também tenho ouvido a alguns amigos nossos, parece estar implícito que se devia aumentar artificialmente as taxas de juro para o mercado da dívida pública. É evidente que essa ideia parte de uma visão proteccionista do mercado. Ora, estamos em integração financeira e, se as taxas de juro fossem atractivas, os chamados não-residentes acorreriam, pelo que as mesmas deixariam de ser atractivas. Portanto, as suas palavras encerram um pressuposto, uma visão demasiado estreita do funcionamento dos mercados.

Assim, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Octávio Teixeira, amigo dos tempos da «Económicas», de longa data e permanente, devo dizer-lhe que fiquei muito desiludido com o seu pedido de esclarecimento.

Sr. Deputado Ferro Rodrigues, ao afirmar que existe uma contradição entre o discurso do Sr. Primeiro-Ministro e o do Ministro das Finanças, está a tocar numa «tecla» não séria. Na verdade, o que o Sr. Primeiro-Ministro afirmou à Reuters foi que, se a taxa de inflação baixasse para 5%, se houver sucesso na consolidação orçamental e se houver sucesso na moderação salarial, estariam criadas as condições fundamentais, sem prejuízo da estabilidade cambial, para uma redução das taxas de juro. Ora, qualquer pessoa séria, qualquer economista minimamente fundamentado subcreve esta opinião.

Quanto ao Ministro das Finanças, ao contrário, em linha com isto, nunca falou em baixa de taxas de juros mas sempre em reforço das condições para uma descida sustentada do custo do financiamento das empresas, o que faz parte do tal enquadramento macroeconómico favorável à competitividade. Mas isto não se consegue por via administrativa, consegue-se é actuando sobre aqueles quatro vectores que caracterizei, com impactes a curto prazo e a médio e longo prazo. A descida já aconteceu, ainda não é satisfatória no segmento das pequenas e médias empresas, mas estamos no bom caminho porque os *fundamentals* da economia estão no bom caminho.

Portanto, esses *fundamentals* — a consolidação orçamental, a moderação salarial, o aumento da competitividade e da produtividade, que, desde 1986, cresceu cerca de 20 pontos em relação à

média comunitária, a aceleração das formas estruturais que actuam sobretudo do lado da oferta, aumentando a produtividade — constituem um quadro que é fundamental para a criação de condições para a descida sustentada das taxas de juro, sem prejuízo da estabilidade cambial. Não há aqui nenhuma contradição.

Sr. Presidente, Sr. Deputado António Campos, começo por dizer-lhe que não aceito lições de democracia.

Depois, quero fazer-lhe notar que o Sr. Deputado — talvez, por, tanto quanto sei, V. Ex.^a ter uma formação agrícola e não financeira —, confundiu avales com apoios financeiros e, a partir dessa confusão, tirou conclusões completamente erradas.

O Sr. Deputado, repito, tirou conclusões completamente erradas, porque confundiu um aval a uma empresa pública com apoios financeiros, ou seja, com saída de dinheiro para apoiar determinada actividade ou subactividade do sector primário.

Em relação à agricultura portuguesa, aconselho o Sr. Deputado António Campos, que faz uma análise das dificuldades conjunturais, também por nós conhecidas, da queda dos rendimentos reais dos agricultores, fruto de problemas de natureza estrutural mas também consequência de uma seca e do endividamento — há que dizê-lo —, aconselho-o, repito, a ler no *Portugal Agrícola*, o suplemento, que saiu recentemente, do INE, onde se verifica que o VAB agrícola, entre 1985 e 1992, cresceu, a preços constantes, a uma taxa anual de 3,1%, que a produtividade física e a produtividade do sector agrícola estão a aumentar e que estão a ocorrer transformações estruturais. Há, com certeza, problemas conjunturais, mas os investimentos no II Quadro Comunitário de Apoio aumentam em mais de 100% em relação ao I Quadro Comunitário de Apoio.

Mas não esqueçamos que, para além de factores de ordem estrutural, como a harmonização de preços — e as ajudas comunitárias não foram suficientes para compensar essa harmonização de preços —, houve duas secas consecutivas! Esperemos que o ano de 1994 seja diferente. Aliás, a minha fonte estatística, o INE, diz que, para 1994, as produções agrícolas serão, a não ocorrer qualquer acidente natural, significativamente superiores. Portanto, não sejamos profetas da desgraça!

Sr. Deputado Lino de Carvalho, quanto aos seus comentários sobre eventuais afirmações minhas feitas numa reunião do Conselho de Ministros, espanta-me que se tenha conhecimento dos

assuntos tratados em Conselhos de Ministros e que, a partir daí, se façam especulações jornalísticas — não sei se elas provirão de alguns microfones de escuta avariados...?!

Na realidade, o que o Ministro das Finanças referiu nessa reunião do Conselho de Ministros — e isso não é segredo! — foi que, apesar de o orçamento da receita e o orçamento da despesa serem orçamentos rigorosos, objectivos agressivos e difíceis de atingir, estávamos a desenvolver acções para que o saldo orçamental previsto fosse alcançado. Foi isto o que efectivamente referi nesse Conselho de Ministros, chamando a atenção de todos os ministros para a necessidade do controlo das despesas correntes, de modo a libertar fundos para as áreas estratégicas do investimento em infra-estruturas, educação, saúde, etc.

Quanto às minhas perspectivas optimistas para 1994, elas justificam-se pela leitura, que fiz, das estatísticas do Banco de Portugal, de Março, das estatísticas do INE, de Março, e do Inquérito de Conjuntura da Construção Civil, também de Março.

Relativamente a esse relatório do Banco de Portugal, ele ainda incorpora as indicações estatísticas até ao mês de Fevereiro. Ora, é evidente que os sinais de retoma estão a acentuar-se de mês para mês.

2.2.3 — *Discurso de encerramento*

1 — O resultado fundamental deste debate é simples de apresentar: nenhum partido da Oposição e, em particular o Partido Socialista, tem uma política económica e social alternativa, digna desse nome, para pôr em confronto com a política do Governo.

Com efeito nem o Partido Socialista nem outra bancada da Oposição produziu o que num debate sobre política económica e social é suposto fazer-se: apresentar ao País uma visão diferente dos problemas e soluções alternativas, no quadro de uma estratégia consistente, servida por um discurso claro e incisivo, próprio de quem analisou as questões a fundo e sabe agir.

O que vimos foi, no mínimo, diferente.

Enredados aqui e acolá por cedências fáceis à demagogia, os discursos dos partidos da Oposição apresentaram todos uma característica comum: «muita parra pouca uva».

2 — Podemos deixar a parra de lado, pois para isso serviram as perguntas e as respostas. E concentremo-nos na uva para lhe dar mais sabor.

Importa, pois, sublinhar os eixos fundamentais em que assenta a política económica do Governo, para que não haja equívocos quanto à linha de rumo da economia portuguesa.

Como tenho afirmado, o objectivo fundamental da política económica para 1994 e 1995 é o reforço das condições da retoma económica, numa base saudável e sustentada.

Continua-se assim a desenvolver a orientação que enforma a política do Governo, segundo dois vectores estratégicos fundamentais:

- i)* o desenvolvimento de um ambiente macroeconómico estável e coerente para promover um crescimento sustentado e não inflacionista;
- ii)* o aprofundamento das medidas estruturais destinadas a aumentar a produtividade da economia e a competitividade das empresas.

Em primeiro lugar, a política orçamental deve ser orientada para a redução dos défices públicos excessivos, assegurando uma trajectória saudável para as finanças públicas.

É o que estamos a fazer, com os resultados encorajadores já obtidos no 1.º trimestre de 1994, como referi na minha intervenção inicial.

Em segundo lugar, a retoma exige igualmente o reforço das condições para a continuação da baixa sustentada do custo de financiamento das empresas, actuando, em simultâneo, sobre as seguintes variáveis:

- i)* prossecução da trajectória favorável para a inflação, por forma a permitir uma baixa das taxas directoras do Banco Central em linha com a evolução das taxas dos outros bancos centrais e de harmonia com os objectivos de estabilidade cambial;
- ii)* intensificação do aumento da concorrência e da eficiência no sector bancário por forma a acomodar, progressivamente, uma redução de margens financeiras para níveis europeus;
- iii)* dinamização do mercado de capitais com o duplo efeito de aumento da pressão concorrencial sobre os outros segmentos do sistema financeiro e de aumentos das possibilidades de acesso a capitais permanentes a preço mais adequado;

- iv) redução progressiva dos custos fiscais e implícitos nas operações bancárias através da diminuição, de forma gradualista, do imposto do selo e de reformulação de regime de reservas de caixa.

Actuando sobre este sistema a quatro variáveis, vamos conseguir, a médio prazo, caminhar para custos de financiamento ao nível do suportado pelas empresas europeias.

Por último, no reforço do enquadramento macroeconómico favorável à competitividade e emprego, é crucial acentuar a moderação salarial em 1994, pelas razões que tive ensejo de expor.

De entre elas destaca-se o facto de termos perdido, no triénio de 1990-1993, cerca de 9 p. p. de competitividade face aos nossos concorrentes europeus, porque os nossos salários reais, descontados da produtividade, cresceram esse montante acima dos nossos parceiros.

Como são as empresas que criam ou mantêm empregos, e não o Governo, o abrandamento salarial em 1994 está a ser bem compreendido pelos parceiros sociais.

3 — Tudo ponderado, a execução da política económica tem dado um bom contributo ao aumento da confiança e está a reforçar os sinais encorajadores da retoma, que têm vindo a acontecer.

Como demonstrámos no debate, a retoma económica é já um facto, com expectativas fortes de ampliação no 2.º semestre do ano em curso e reforço em 1995.

Para a continuação da criação de condições para um crescimento económico sustentado importa o desenvolvimento do segundo vector básico da política económica: o aprofundamento das reformas estruturais para aumentar a produtividade global da económica e a competitividade das empresas.

Neste contexto, trata-se de aprofundar um conjunto de políticas públicas orientadas para a eliminação dos *gaps* históricos que se posicionam como os grandes obstáculos que o crescimento e o emprego têm defrontado no longo prazo.

Destacam-se assim, como eixos fundamentais destas políticas a desenvolver:

- i) os recursos humanos;
- ii) a flexibilidade e eficiência dos mercados;
- iii) a eficiência da Administração Pública e das infra-estruturas de apoio;

- iv) o estímulo ao desenvolvimento de estratégias empresariais competitivas (com efeitos estruturantes sobre o tecido produtivo e sobre as capacidades de gestão e de internacionalização das empresas).

Desenvolvimento dos recursos humanos

4 — Na área dos recursos humanos, apesar do esforço realizado desde 1986 — que se traduziu, por exemplo, por um aumento de cerca de 20 p. p. da taxa de escolarização entre os 14 e os 17 anos —, continuamos significativamente atrasados em relação à média dos países industrializados.

Embora venha a haver maior progressão de alunos do secundário para o superior, fruto da dinâmica que se instalou, é necessário continuarmos a desenvolver grandes esforços de *investimento em capital humano para nos colocarmos nas mesmas condições* dos países que têm tido rápidos processos de modernização e desenvolvimento.

Mas não basta apenas aumentar a quantidade, é necessário também elevar a qualidade do Ensino, a todos os níveis e, em especial, nas vertentes da educação básica e técnica.

O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) que vai vigorar até final do século constitui o instrumento por excelência, para se reduzir decisivamente o *gap* histórico que temos nesta área.

Desenvolvimento da flexibilidade e da eficiência nos mercados

5 — O desenvolvimento da flexibilidade e eficiência dos mercados é uma área permanente de actuação da política económica.

No horizonte de 1994-1995 dois vectores de actuação são especialmente importantes:

- i) o desenvolvimento do programa de privatizações;
- ii) o desenvolvimento da reforma do mercado de capitais.

Outro factor que explica por que Portugal não atingiu, nos últimos anos, os elevados índices de crescimento dos Novos Países Industrializados (NICs) tem a ver com o maior peso relativo do Estado na economia portuguesa. Tal situação, deve dizer-se com

toda a clareza, gera em geral fortes ineficiências relativas na gestão e afectação dos recursos.

A filosofia de base das privatizações é hoje consensual. Assume que o papel do Estado deve ser, cada vez mais, o de regular a economia e, cada vez menos, o de participar directamente na actividade económica. Daí a prioridade às privatizações como instrumento da melhoria da eficiência e da flexibilidade da economia portuguesa.

Como já tive ocasião de referir, o encaixe financeiro não é o principal objectivo a atingir em 1994-1995, representando apenas uma restrição ou condicionante. Sublinho também que a ligação de certas privatizações ao mercado de capitais se revela como elemento determinante para o aumento da oferta de títulos com perfil adequado.

O desenvolvimento do mercado de capitais constituiu uma outra medida estrutural de grande importância. O mercado de capitais português compara desfavoravelmente com a grande maioria dos restantes países da OCDE, com o dos «Tigres Asiáticos» e mesmo até com muitos dos chamados mercados emergentes.

Tal situação contrasta com a da nossa taxa de poupança, que está ao nível das mais adequadas.

Estamos portanto a desenvolver uma reflexão para, a breve trecho, aprofundar a reforma do mercado de capitais.

Desenvolvimento da eficiência da Administração Pública e de infra-estruturas de apoio

6 — Apesar dos progressos recentemente realizados, importa melhorar a eficiência da Administração Pública, como factor de competitividade.

O Governo está a desenvolver um conjunto de acções para melhorar gradualmente a qualidade na Administração Pública, nomeadamente na ligação com os cidadãos e empresas, aprofundando as reformas em curso, que constituem um processo permanente, por forma a reduzir os custos directos e indirectos que a burocracia implica.

No âmbito das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento — de transporte, comunicações, tecnológicas, educacionais e outras — as palavras cedem com gosto o lugar à obra física que espelha o muito que já se fez nos últimos anos. Basta percorrer o País.

Mas muito mais ainda se irá fazer no quadro do PDR de modo a que, até ao final do século, este deixe de ser um factor condicionante da competitividade das empresas.

Estímulo às estratégias empresariais com efeitos estruturantes sobre o tecido produtivo e sobre as capacidades de gestão e internacionalização das empresas.

7 — O desenvolvimento de uma economia de mercado depende porém, em última análise, da capacidade estratégica das suas empresas e dos efeitos estruturantes que daí se produzem sobre o tecido produtivo.

Ao Governo compete o desenvolvimento de estímulos à implementação de estratégias empresariais competitivas na área da redução de custos e/ou diferenciação de produtos e serviços.

A competitividade — numa economia cada vez mais global e integrada — depende hoje, cada vez mais, do sucesso na área dos factores dinâmicos de competitividade (*marketing, design, marcas, etc.*).

A internacionalização das empresas portuguesas é um elemento vital para uma melhor penetração nos mercados, com o ganho de quotas numa base duradoura. É um objectivo que exige um aprofundamento das capacidades de gestão das empresas. O sucesso dos projectos empresariais nos mercados externos, que é favorecido pela existência de uma base doméstica sólida, gera por seu turno efeitos positivos estruturantes sobre o tecido produtivo interno.

Para além destes vectores, importa também estimular a interligação das empresas que, pelo adensamento das suas relações de *input* e *output* e localizações próximas umas das outras, podem tirar partido da partilha do fluxo informativo necessário à melhoria dos respectivos produtos e processos.

Um país nunca é competitivo em todos os sectores, mas naqueles sectores ou actividades em que as empresas conseguem vantagens competitivas em termos de custo e/ou de diferenciação face aos seus concorrentes.

Portugal tem sectores e empresas com boas posições no mercado internacional, que podem melhorar o seu posicionamento através de estratégias empresariais correctas e de políticas públicas orientadas para a competitividade.

E é este o desafio principal que enfrentamos nos próximos anos, para reforçar a nossa posição na economia internacional.

Os Programas Estruturais de Apoio Directo ao Tecido Productivo — na Agricultura, nas Pescas, na Indústria, no Comércio, nos Transportes e Comunicações — integrados no PDR visam contribuir para o estímulo de desenvolvimento da capacidade competitiva das empresas portuguesas.

Mas não nos iludamos. O principal papel no desenvolvimento compete à sociedade civil, aos empresários e trabalhadores.

Não é uma frase feita dizer que o futuro de Portugal reside na sua gente.

A grande aposta que estamos a fazer no desenvolvimento dos recursos humanos é simplesmente uma questão de autoconfiança — a de que as novas gerações de jovens vão fazer melhor do que nós; para isso temos que lhes transmitir o que sabemos e dar-lhes oportunidades para apurar os seus talentos e capacidades.

Pelos progressos já alcançados, Portugal tem todas as razões para reforçar a sua autoconfiança.

O pior que poderia acontecer a Portugal seria deixar que a crítica destrutiva de alguns matasse o sentido do progresso necessário. Mas tal não vai acontecer porque os Portugueses sabem distinguir o trigo do joio!

2.3 — Debate sobre o orçamento suplementar para 1994 (9 de Novembro de 1994)

2.3.1 — *Discurso de abertura*

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No âmbito das competências em matéria orçamental da Assembleia da República, o Governo vem solicitar alteração à Lei do Orçamento do Estado para 1994.

A execução orçamental para o corrente ano revela, por um lado, o esforço permanente de melhoria da eficiência da Administração Fiscal e, por outro, o rigor na contenção das despesas, traduzido no cumprimento do limite global fixado para a despesa.

Em resultado desta política, o défice reduziu-se em 25 milhões de contos.

Na parte relativa às receitas fiscais, face aos resultados das cobranças efectuadas até Setembro, a receita do imposto sobre o valor acrescentado deve atingir 1021 milhões de contos, mais 76 milhões que a previsão efectuada, e a receita do imposto automóvel deve ser excedida em 9 milhões de contos.

A variação total nos outros impostos deverá ser praticamente nula, já que os aumentos de receitas serão compensados pela previsível quebra no imposto do selo.

O acréscimo das receitas de capital resultou do encaixe de cerca de 30 milhões de contos proveniente da realização de uma operação de um *swap* de taxas de juro relativa a duas emissões de empréstimos externos da República Portuguesa.

Na parte respeitante às despesas, reforçam-se as transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para as autarquias lo-

cais, em 5,1 milhões de contos, devido à revisão da previsão orçamental da receita do IVA.

Esta medida é inédita no financiamento das autarquias locais desde a aprovação da actual Lei das Finanças Locais.

O Governo justifica-a por imperativos de transparência e de reforço da capacidade de intervenção dos municípios.

Recorde-se, a propósito, que no ano de 1993 houve uma idêntica variação, mais significativa ainda, embora de sentido inverso, sem que daí tenham resultado quaisquer correcções do FEF, tendo-se registado na prática uma absorção financeira desse desvio no défice global, que não se repercutiu desfavoravelmente para as autarquias.

O orçamento do Ministério da Educação é reforçado em 23,6 milhões de contos, verba que se destina ao pagamento do descongelamento dos escalões do pessoal docente.

Globalmente, o facto de tudo isto se conseguir sem aumento da despesa resulta da poupança conseguida pela anulação de 22,6 milhões de contos, nas verbas congeladas ao abrigo do artigo 4.º da Lei do Orçamento para 1994, e pela anulação de 6,1 milhões de contos em outras despesas.

Ainda em matéria de despesas, a contribuição de Portugal para a União Europeia (UE) foi acrescida de 42 milhões de contos, na sequência da revisão das contas nacionais que se traduzem na reavaliação do PIB em cerca de mais 15%.

Finalmente, o reforço excepcional de 70 milhões de contos para a Segurança Social provém, fundamentalmente, da não concretização da receita prevista na cessão de créditos no montante de 40 milhões de contos e programas ocupacionais na importância de 28 milhões de contos.

Propõem-se, ainda, nos artigos 2.º e 3.º, duas medidas complementares.

No artigo 2.º, trata-se de uma norma destinada a permitir a regularização contabilística de um empréstimo contraído em 1993, (junto da Defence Security Assistance Agency), destinado à aquisição de equipamento militar nos termos da Lei de Programação Militar (Lei n.º 66/93, de 31 de Agosto).

Esse empréstimo foi contratado, no âmbito da preparação dessa lei, em Abril daquele ano, dada a sua importância e a urgência de que se revestia para o País.

A Lei de Programação Militar veio a conceder a respectiva autorização no seu artigo 4.º

Porém, como só veio a ser publicada em 31 de Agosto, podem suscitar-se algumas dúvidas sobre a interpretação literal daquele artigo e sua aplicação ao empréstimo em causa, pelo que é conveniente que a Assembleia da República proceda à sua interpretação autêntica, no sentido de que há ratificação do empréstimo contraído, ordenando a sua regularização contabilística.

No artigo 3.º propõe-se a regularização das contas consulares.

Já tinha sido prevista uma norma semelhante nas Leis do Orçamento do Estado para os anos de 1992 e 1993.

A sua pertinência é justificada pelo facto de terem entrado em vigor as novas leis orgânicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não tendo sido possível aos serviços externos deste Ministério a oportuna remessa das suas contas às entidades competentes para a sua certificação e julgamento.

Por outro lado, a partir da data da entrada em vigor daquelas leis orgânicas (28 de Fevereiro de 1994) todas as receitas e despesas dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros passaram a ser integradas no próprio Orçamento do Estado, pelo que, de futuro, não voltará a suscitar-se qualquer problema relativamente a estas contas.

Deve anotar-se que, não obstante a norma deste artigo 3.º, a Direcção-Geral da Contabilidade Pública poderá realizar a respectiva auditoria.

Quanto à regularização contabilística, ela é considerada fundamental para resolver em definitivo o problema das chamadas despesas a liquidar, cujo processo de regularização se arrasta há décadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é de mais salientar que com esta alteração o Governo se propõe diminuir o défice, o que exprime a sua permanente preocupação numa gestão orçamental rigorosa.

É com este espírito que se encara o presente debate e que nos apresentaremos a esta Assembleia para a discussão do Orçamento do Estado para 1995.

2.3.2 — Debate

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No âmbito das competências em matéria orçamental da Assembleia da República, o Governo vem solicitar alteração à Lei do Orçamento do Estado para 1994.

A execução orçamental para o corrente ano revela, por um lado, o esforço permanente de melhoria da eficiência da Administração Fiscal e, por outro, o rigor na contenção das despesas, traduzido no cumprimento do limite global fixado para a despesa no âmbito do Programa de Convergência.

Em resultado desta política, o défice reduziu-se em 25 milhões de contos, relativamente ao Orçamento do Estado para 1994.

Na parte relativa às receitas fiscais, face aos resultados das cobranças efectuadas até Setembro, a receita do imposto sobre o valor acrescentado deve atingir 1021 milhões de contos — mais 76 milhões de contos do que a previsão efectuada — e a receita do imposto automóvel deve ser excedida em 9 milhões de contos.

A variação total nos outros impostos deverá ser praticamente nula, já que os aumentos de receitas serão compensados pela previsível quebra no imposto do selo.

O acréscimo das receitas de capital resultou do encaixe de cerca de 30 milhões de contos provenientes da realização de uma operação de um *swap* de taxas de juro relativamente a duas emissões de empréstimos externos da República Portuguesa. Tivemos oportunidade de explicar detalhadamente, em termos técnicos, à Comissão de Economia, Finanças e Plano esta operação de *swap* e tivemos oportunidade de entregar uma nota técnica feita pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública quanto à contabilização deste encaixe.

Na parte respeitante às despesas, reforçam-se as transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as autarquias locais em 5,1 milhões de contos, devido à revisão da previsão orçamental da receita do IVA.

Devo salientar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta medida é inédita no financiamento das autarquias locais desde a aprovação da actual Lei das Finanças Locais. O Governo justifica-a por imperativos de transparência e de reforço da capacidade de intervenção dos municípios.

Recorde-se, a propósito, que, no ano de 1993, houve uma idêntica variação, mais significativa ainda, embora de sentido contrário — uma variação negativa —, sem que daí tenham resultado quaisquer correcções do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as autarquias locais, tendo-se registado, então, na prática, uma absorção financeira desse desvio no défice global, que não se repercutiu desfavoravelmente no orçamento e nas finanças das autarquias.

O orçamento do Ministério da Educação é reforçado em 23,6 milhões de contos, verba que se destina ao pagamento do descongelamento dos escalões do pessoal docente.

Globalmente, o facto de tudo isto se conseguir sem aumento da despesa resulta da poupança conseguida pela anulação de 22,6 milhões de contos nas verbas congeladas ao abrigo do artigo 4.º da Lei do Orçamento do Estado para 1994 e pela anulação de 6,1 milhões de contos em outras despesas.

Ainda em matéria de despesas, a contribuição de Portugal para a UE foi acrescida de 42 milhões de contos, na sequência da revisão das contas nacionais, que se traduzem na reavaliação do PIB em mais cerca de 15 %.

Finalmente, o reforço excepcional de 70 milhões de contos para a Segurança Social provém, fundamentalmente, da não concretização da receita prevista na cessão de créditos, no montante de 40 milhões de contos, e da não concretização de programas ocupacionais, na importância de 28 milhões de contos.

Propõem-se, ainda, nos artigos 2.º e 3.º, duas medidas complementares: no artigo 2.º trata-se de uma norma destinada a permitir a regularização contabilística de um empréstimo contraído em 1993, junto da Defence Security Assistance Agency, destinado à aquisição de equipamento militar, nos termos da Lei de Programação Militar (Lei n.º 66/93, de 31 de Agosto). Este empréstimo foi contratado, no âmbito da preparação dessa Lei, em Abril daquele ano, dada a sua importância e a urgência de que se revestia para o País. A Lei de Programação Militar veio a conceder a respectiva autorização no seu artigo 4.º Porém, como só veio a ser publicada em 31 de Agosto, podem suscitar-se algumas dúvidas sobre a interpretação literal daquele artigo e a sua aplicação ao empréstimo em causa. Daí a conveniência em que a Assembleia da República proceda à sua interpretação autêntica, no sentido de que há ratificação do empréstimo contraído, ordenando a sua regularização contabilística.

No artigo 3.º propõe-se a regularização das contas consulares — já tinha sido prevista uma norma semelhante nas Leis do Orçamento do Estado para os anos de 1992 e de 1993 — e a sua pertinência é justificada pelo facto de terem entrado em vigor as novas leis orgânicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não tendo sido possível aos serviços externos desse Ministério a oportuna remessa das suas contas às entidades competentes para a sua certificação e julgamento.

Por outro lado, a partir da data da entrada em vigor daquelas leis orgânicas (28 de Fevereiro de 1994), todas as receitas e despesas dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros passaram a ser integradas no próprio Orçamento do Estado, pelo que, de futuro, não voltará a suscitar-se qualquer problema relativamente a estas contas.

Deve anotar-se que, não obstante a norma deste artigo 3.º, a Direcção-Geral da Contabilidade Publica poderá realizar a respectiva auditoria.

Quanto à regularização contabilística, ela é considerada fundamental para resolver, em definitivo, um problema das «Despesas a liquidar», cujo processo de regularização se arrastava há décadas. Srs. Deputados, sabem que ainda estava por liquidar uma verba despendida pelo Almirante Gago Coutinho? . . .

O Governo dá, assim, mais um passo no sentido da transparência das contas públicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é de mais salientar que, com esta alteração, o Governo se propõe diminuir o défice orçamental, o que exprime a sua permanente preocupação em ter uma gestão orçamental rigorosa. Portanto, esta política de redução do défice tem expressão nestas alterações ao Orçamento do Estado para 1994, como vão ter expressão na proposta do Orçamento do Estado para 1995.

Queria salientar, perante a Assembleia da República, que esta maior eficiência na cobrança dos impostos tem duas causas fundamentais, a primeira das quais é a recuperação da actividade económica no ano de 1994, relativamente ao ano de 1993.

Sempre dissemos, desde o início das nossas intervenções sobre política económica, em Janeiro último, que a recuperação da economia ia ser lenta e difícil; que ela ia acontecer progressivamente, sobretudo no 2.º semestre de 1994, e que iria intensificar-se em 1995, em linha com a recuperação da economia internacional e da economia europeia.

Pois bem, é isso que está a acontecer progressivamente.

Portanto, temos aqui um primeiro facto, que explica este desvio positivo na cobrança das receitas: uma melhoria da actividade económica em 1994, comparativamente com a situação de 1993.

Mas não podia deixar também de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o esforço realizado com vista à melhoria da eficiência da Administração Fiscal, com o reforço das acções na

luta contra a evasão e a fraude fiscais. Esta sempre foi uma preocupação do Governo.

Recordo que, quando chegámos ao Ministério das Finanças, os analistas e muitos responsáveis políticos referiram que um dos factores de análise do sucesso ou do insucesso da equipa do Ministério das Finanças seria a inversão da tendência negativa que se verificou na receita fiscal em 1993.

Nós sempre salientámos que em 1993 a situação foi excepcional e que ela foi fruto, por um lado, da queda da actividade económica e, por outro, de uma evasão fiscal acrescida, ligada não só à abolição das fronteiras fiscais, a partir de Janeiro de 1993, mas também a determinados problemas surgidos na máquina da Administração Fiscal. Portanto, no ano de 1994 reforçaram-se as acções tendo em vista um sucesso cada vez maior na luta contra a evasão e a fraude fiscais.

Na área da justiça fiscal, devo salientar a importância do decreto-lei de Novembro de 1993 que reforça o quadro sancionatório no que respeita às retenções abusivas por parte dos contribuintes, dos sujeitos passivos, do IVA e do IRS.

Como se recordam, até Dezembro de 1993, estas retenções abusivas do IVA e do IRS eram qualificadas como abuso de confiança fiscal. Simplesmente, em tribunal, os sujeitos passivos poderiam invocar motivos inadiáveis e outras situações susceptíveis de levarem os juízes a considerarem esses argumentos justificativos da não entrega do dinheiro destes impostos nos cofres do Estado.

Pois bem, o decreto-lei de Novembro de 1993 representou uma grande alteração qualitativa e levou os tribunais, a partir de Janeiro de 1994, a considerarem essas situações como um crime, independentemente das suas causas. Isto é aquilo a que os juristas chamam o «crime-resultado», independentemente dos motivos que levaram ao crime.

Portanto, esta alteração, qualitativamente importante na luta contra a evasão e a fraude fiscais, aconteceu no final de 1993 e entrou em vigor em Janeiro de 1994. Foi tendo presente este novo quadro punitivo e sancionatório que o Governo aprovou um decreto-lei no sentido da flexibilização das situações de dívidas acumuladas ao Fisco e à Segurança Social, a título excepcional e transitório, até 31 de Dezembro de 1993. Isto foi feito no sentido de, com o novo quadro punitivo, que criou uma situação fiscal

completamente nova, permitir a regularização das situações do passado em relação às entidades ainda economicamente viáveis.

No domínio da fiscalização tributária, importa salientar a intensificação dos nossos esforços em 1994. Para além de um acompanhamento permanente de 25 000 contribuintes considerados estratégicos, foi possível intensificar os esforços de fiscalização e melhorar a metodologia da fiscalização no sentido do acompanhamento permanente dos sectores de risco, a par do desenvolvimento de acções para a melhoria da eficácia no âmbito da organização, da gestão e do domínio do sistema informático.

Temos a consciência de que esta é uma tarefa permanente, que não há milagres de curto prazo. No entanto, as melhorias já alcançadas permitiram a intensificação de acções na luta contra a evasão e fraude fiscais.

Neste âmbito, devo também salientar que o Ministério das Finanças — e o Governo, em particular — começou a ver, nos tribunais, os seus esforços terem repercussão a nível da análise dos indícios de crimes ligados com o caso das facturas falsas. O Ministério das Finanças, em articulação com a Polícia Judiciária, já mandou para tribunal centenas de casos, que aguardam julgamento, no âmbito do chamado «processo das facturas falsas». Alguns desses casos já foram julgados e, portanto, importa ao Ministério das Finanças, em articulação com a Polícia Judiciária, continuar os seus esforços no sentido da ulatimação dos processos que ainda estão em curso. Mas as centenas de casos já enviados para tribunal permitem antever uma aceleração dos esforços dos tribunais no sentido da condenação dos crimes de facturas falsas. Portanto, importa salientar que o ano de 1994 representou o ano do julgamento dos primeiros casos das facturas falsas.

Assim, em consequência destas variáveis — recuperação da actividade económica, por um lado, maior eficiência contra a evasão e a fraude fiscais, por outro lado —, foi possível, sem prejuízo das alterações à despesa e, nomeadamente, para fazer face às transferências para a Segurança Social, garantindo, assim, o pagamento das pensões e das prestações sociais, que são uma prioridade da política económica e social do Governo, retomar, em 1994, o processo de consolidação orçamental.

Como sabem, de 1986 a 1992, o Governo fez importantes progressos na área da gestão das finanças públicas. Em 1986, o défice público, para além de alguns défices ocultos, era superior a

10% do PIB. Chegámos a 1992 com 3,3%. O ano de 1993 representou uma interrupção neste processo de saneamento das finanças públicas e o de 1994 o reinício de um processo de consolidação orçamental de uma forma gradual, progressiva, em linha com os compromissos de Portugal no âmbito da convergência.

Portanto, penso que, se as alterações propostas pelo Governo ao Orçamento do Estado para 1994 são determinadas, essencialmente, pelo facto de haver ajustamentos à despesa, sem prejuízo do respeito pelo tecto nominal para a despesa pública, no âmbito da definição que o Governo a si próprio impôs e que consta do programa de convergência, é de saudar que estas alterações vão no bom sentido, que é o da retoma de uma trajectória saudável para as finanças públicas, que constitui um elemento permanente da política económica do Governo.

*

* *

Sr. Presidente, vou começar por responder aos Srs. Deputados Ferro Rodrigues e Nogueira de Brito, dizendo que há pouco falei nas alterações propostas à despesa pública porque é em consequência dessas alterações que o Governo vem, hoje, à Assembleia da República.

Mas é também importante salientar, para além dos ajustamentos à despesa, os ajustamentos do lado da receita e, sobretudo, a boa *performance* de cobrança e as acções em curso, visando o reforço da luta contra a evasão e a fraude fiscais. Penso que falei dos dois lados da moeda.

Ainda em relação à despesa, recordo ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues que, a propósito das despesas correntes, não houve aumento das despesas da Segurança Social mas, isso sim, um desvio nas receitas, que determinou um aumento das transferências de 70 milhões de contos para a Segurança Social.

E se não fora o aumento excepcional das transferências para a Comunidade de 42 milhões de contos... E ainda bem que há uma aproximação mais real ao cálculo do PIB no período de 1989-1992, o que significa que as estatísticas passam a espelhar, de uma forma mais adequada, a realidade, e é natural que ainda haja outras correcções. Houve, então, essa correcção, não só em Portugal mas também noutros países, que determinou um aumento do PIB e,

portanto, em consequência das regras das transferências dos fundos para a Comunidade houve um aumento da nossa contribuição para a UE de 42 milhões de contos.

Aproveito para salientar que, muitas vezes, os partidos políticos da Oposição esquecem que os fluxos financeiros com a Comunidade têm dois sentidos: Portugal recebe fluxos positivos da Comunidade, portanto, contribuições no âmbito dos vários fundos estruturais, mas também tem contribuições para a Comunidade no âmbito das regras definidas em função do IVA, do PIB, etc. Penso que, no relatório do Orçamento do Estado para 1995, o capítulo sobre os fluxos financeiros com a Comunidade é bastante elucidativo.

Mas, voltando à despesa corrente, se não fora esse aumento excepcional de 42 milhões de contos de transferências para a Comunidade e dos 70 milhões de contos de transferências para a Segurança Social, as despesas correntes ter-se-iam situado em menos 16 milhões de contos do que o valor orçamentado. Estes são os factos! É que, quando se analisa a despesa, há que analisar também os motivos dos desvios em relação aos objectivos. Portanto, isolando estas duas situações excepcionais, a despesa corrente teria evoluído menos 16 milhões de contos do que o valor orçamentado.

Mas mais importante do que isto são as despesas de funcionamento. As despesas com o pessoal, que representam 85 % das despesas com bens e serviços, aumentam apenas cerca de 2 %. Esta evolução é compatível com uma redução de efectivos da função pública, de acordo com o objectivo de racionalização da Administração Pública, e com o aumento médio de remunerações de 4,5 %. Isto é, o aumento médio das remunerações da função pública em 1994 foi da ordem, em termos de massa salarial, de 4,5 %.

Portanto, isto está de acordo com a filosofia da política orçamental do Governo. Sempre temos dito que o objectivo é um controlo estreito das despesas correntes, por forma a libertar recursos para as áreas estratégicas do investimento público, da educação, da saúde, etc.

Não participei, nem podia tê-lo feito, na discussão do Orçamento do Estado para 1994 mas recordo que, a propósito das despesas com a educação, o reforço que agora é concedido corresponde, no essencial, ao descongelamento de carreiras, aos encargos com a progressão automática dos professores. São esses encargos que justificam o desvio no orçamento da despesa do Ministério da Educação.

O Governo, no Orçamento do Estado para 1994, podia ter tomado uma de duas opções: considerar esses 20 milhões de contos logo no orçamento do Ministério da Educação — primeira opção — ou — segunda opção e foi essa que considerou — incluir essa verba no âmbito da dotação provisional que está inscrita no Ministério das Finanças.

Esta segunda opção aparece justificada na medida em que, à época, era difícil ter uma previsão segura, portanto, era uma estimativa, apresentava ainda algo que era difícil estimar com segurança, o que é um pressuposto da inscrição na rubrica orçamental respectiva de cada um dos ministérios. No fundo, a verba estava prevista no âmbito da dotação provisional do Ministério das Finanças.

Agora, como, em função do aumento excepcional da contribuição para a UE, que não estava prevista no Orçamento do Estado, houve uma utilização da dotação provisional nesse montante, em vez de aumentarmos a dotação provisional para reforçarmos o orçamento do Ministério da Educação, reforçamos directamente o orçamento do Ministério da Educação. Penso que, a propósito do comentário sobre as despesas com a educação, a situação está clara.

Vamos à famosa operação dos *swaps*, das emissões em dólares e em ecus.

Já tive oportunidade de explicar tecnicamente esta operação, em que as receitas orçamentais, no âmbito das receitas de capital, aumentam 30 milhões de contos.

Para os Srs. Deputados menos familiarizados com o que é uma operação de *swap*, recordo que, no artigo 68.º da Lei do Orçamento do Estado para 1994, os senhores autorizaram o seguinte: «O Governo tomará as medidas adequadas à eficiente gestão da dívida pública, ficando autorizado, através do Ministro das Finanças, que terá a faculdade de delegar, a adoptar as seguintes medidas: [...]» Entre essas medidas, a Assembleia da República autorizou o Ministro das Finanças «à renegociação das condições de empréstimos anteriores, incluindo a celebração de contratos de troca (*swaps*), do regime de taxa de juro, de divisa e de outras condições contratuais».

Portanto, no âmbito desta competência, delegada pela Assembleia da República ao Governo, através do Ministro das Finanças, o Ministro das Finanças delega no Secretário de Estado do

Tesouro e no Director-Geral do Tesouro a gestão eficiente da dívida pública.

Não se trata, pois, de qualquer operação de especulação, embora o termo especulação possa ter um sentido nobre, trata-se apenas de o tesoureiro dos dinheiros do Estado, o responsável pela gestão da dívida pública, lançar todas as medidas que, na sua perspectiva, são eficientes.

Portanto, um *swap* é uma troca de fluxo de pagamento e, como sabem, pode haver *swap* de taxas de juro, de câmbios . . . Por isso, num *swap* de taxa de juro, o emitente transfere um fluxo de pagamentos a taxa fixa para taxa variável ou vice-versa.

Desta forma, duas emissões da República, uma de 1000 milhões de dólares e outra de 750 milhões de ecus foram objecto de um *swap* de taxas de juro, de taxa fixa para taxa variável. A República estava obrigada a pagar os cupões a taxa fixa de 5,75% e de 6%, respectivamente, e passou a pagar *libor flat*, mas já tive oportunidade de explicar isto aos Srs. Deputados na Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Os *swaps* representaram um encaixe de 30 milhões de contos e daí esta minha pergunta: onde é que queriam que este encaixe fosse contabilizado? Esse encaixe deriva do *timing* das duas emissões acima referidas e da evolução subsequente dos mercados internacionais. Ambas as emissões tiveram lugar numa altura em que as taxas de longo prazo atingiram o ponto mais baixo e, a terem lugar actualmente, devido à subida generalizada das taxas de longo prazo, o seu custo seria muito superior. Portanto, 8,1%, no caso da emissão em dólares, e 8,86% no caso da emissão em ecus. Os *swaps* de taxas de juro permitem internalizar os ganhos resultantes do facto de as duas emissões terem tido lugar no momento em que as taxas de longo prazo se encontram a um nível muito mais baixo do que actualmente. Trata-se, assim, de uma gestão eficiente da dívida pública.

A receita de 30 milhões de contos foi, efectivamente, uma entrada de caixa e não corresponde a qualquer alteração no valor global da dívida já que esta manteve o seu valor nominal, pelo que havia que registar a receita como um ganho, como uma mais-valia que, de acordo com os critérios da Contabilidade Pública, tanto quanto me dizem os técnicos, deve ser classificada como receita de capital.

Assim, trata-se de uma operação perfeitamente normal, tão normal que até a Assembleia da República não teve dúvidas em au-

torizar a celebração de contratos de troca (*swaps*) — aliás, tal vem referido no artigo 68.º da Lei do Orçamento do Estado para 1994, que tem como epígrafe «Gestão da dívida pública». Evidentemente que qualquer gestor financeiro ficaria admirado se o Tesouro português não tivesse feito esta operação! Devo dizer que o Director-Geral do Tesouro, cessante, foi elogiado na imprensa financeira internacional por esta operação, e outras, tendo até recebido o prémio Euromoney. Logo, não está em causa a grande eficiência da gestão dos financiamentos externos por parte do Tesouro português, pois ela é reconhecida a nível internacional.

Assim, Srs. Deputados, não vale confundir uma gestão eficiente da dívida pública com uma mera operação de especulação. Aliás, devo agradecer ao Sr. Deputado Nogueira de Brito o seu assentimento em relação a esta nossa perspectiva.

Em relação à despesa corrente, importa analisar as razões do desvio, mas essas razões estão devidamente explicadas e não põem em causa, pelos montantes envolvidos, aquilo que o Governo sempre disse que era uma sua preocupação fundamental no domínio da política orçamental, ou seja, o controlo estreito das despesas correntes.

Devo dizer que se, no Orçamento do Estado para 1994, o Governo tivesse aplicado a Lei das Finanças Locais, o FEF para 1994 tinha sido inferior ao FEF para 1993. O Governo, na altura, decidiu manter o valor do FEF para 1994 igual ao valor do FEF para 1993.

Importa salientar politicamente isto porque, às vezes, procura transmitir-se a mensagem exactamente contrária.

Assim, em função da maior eficiência da máquina fiscal, por um lado, e, também é justo dizê-lo, por outro, em função da eliminação daqueles factores anormalmente negativos que afectaram a receita do IVA em 1993, que não foi apenas um problema de eficiência, não foi apenas um problema de evasão fiscal mas pelo facto de ter havido uma alteração da base de liquidação e uma abolição das fronteiras fiscais que determinou problemas acrescidos em 1993 em todos os países, importa salientar, em termos de FEF, como, aliás, referi na intervenção, que é inédito, no âmbito do período de vigência das finanças locais, o Governo vir a rever, no sentido da alta, a verba atribuída ao FEF em consequência de uma melhor *performance* na cobrança do IVA.

Deste modo, os Srs. Deputados, que não querem que fale em *performance* do lado das receitas fiscais, esquecem-se que essa boa *performance* do lado das receitas fiscais permitiu justificar um aumento da despesa das contribuições para as autarquias locais. Importa salientar este facto.

*

* *

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho pena de não estar aqui o Deputado Guilherme d'Oliveira Martins para lhe explicar um pouco de técnica da contabilidade pública, porque ele, efectivamente, evidencia um grande desconhecimento no que respeita à política de contabilização das Obrigações do Tesouro que são emitidas acima do par e, partindo da clarificação técnica feita pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública, procura criar confusão a propósito da contabilização da mais-valia ligada com o *swap*, com o resultado de encaixe do *swap*.

Vou apenas recordar o que acontece contabilisticamente quando uma obrigação do Tesouro é emitida acima do par. Ora, como a obrigação é emitida acima do par, isto é, acima do seu valor nominal, que é considerado um passivo financeiro do Estado, o diferencial entre o valor de emissão e o valor nominal — a chamada «mais-valia» — é registado, contabilisticamente, como receita de capital, dentro de uma lógica: se é emitida acima do par, é para fazer face a maiores encargos futuros com juros.

Portanto, quando o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins procura tirar ilações a partir da clarificação contabilística que é feita pelos serviços técnicos e que é dada na nota que, hoje, tive oportunidade de distribuir na Comissão de Economia, Finanças e Plano, está completamente errado e, como está errado, tira conclusões erradas.

A operação está clara, está transparente e é uma operação que representa uma boa gestão da dívida pública. Mal iria qualquer gestor financeiro, como diz o Sr. Deputado Nogueira de Brito, se não lançasse mão desses instrumentos.

Terei muito prazer em explicar, esquematicamente, ao Deputado Guilherme d'Oliveira Martins como se processam essas contabilizações, para ele não criar mais confusão a si próprio nem às pessoas que não são técnicos nesta matéria.

Em relação aos cofres consulares, fui tomando nota dos aspectos que me foram suscitados e parece-me que está tudo esclarecido.

Devo dizer que os cofres consulares estão extintos e só foi possível a sua extinção após a entrada em vigor das Leis Orgânicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, salvo erro, no dia 28 de Fevereiro de 1994. Consequentemente, a partir desse momento, todas as receitas e despesas passaram a estar integradas no Orçamento do Estado, acabando assim com uma situação irregular que já tinha décadas, que vem desde os anos 20, e com que nenhum Governo, até à data, tinha tido oportunidade de acabar. Assim, este problema está solucionado, a bem da transparência.

O Sr. Deputado Lino de Carvalho fez uma breve referência ao nível de fiscalidade, dizendo que o peso das receitas fiscais, em 1994, aumentou, tendo, portanto, aumentado a carga fiscal. Ora, devo também aqui fazer um esclarecimento, pois, como sabe, o nível de fiscalidade mede-se em função do PIB, da chamada pressão fiscal ou carga fiscal, como os técnicos especialistas nesta matéria muito bem sabem. A nível dos impostos directos, em 1994, comparativamente com 1993, o nível de fiscalidade baixou de 8,2% para 8% do PIB, a nível dos impostos indirectos melhorou 1 ponto em função do PIB, está em 13,2%, e recordo que, neste momento, a média da UE, a nível da tributação indirecta, é de 13,3% do PIB, estando nós, portanto, quase em linha com a média comunitária. E isto porquê? Porque a área da tributação indirecta é a área de harmonização por excelência, quer no domínio do IVA quer no dos impostos especiais de consumo.

Mas quero salientar a melhoria qualitativa do nível de fiscalidade em 1994, comparativamente com 1993, que não resultou de um agravamento de impostos, mas de uma maior eficiência na luta contra a evasão fiscal. É, portanto, isto que representa a melhoria de um ponto percentual em relação ao nível de fiscalidade.

Em relação à educação, foi também feita uma grande confusão. Os encargos com os descongelamentos e com a progressão de carreiras estavam previstos no Orçamento do Estado para 1995, como o Sr. Deputado Nogueira de Brito referiu, na rubrica «Dotação provisional». Pode discutir-se, como tive oportunidade de dizer logo na minha primeira intervenção, se essa verba deverá ser inscrita na dotação provisional, se deveria ter sido logo inscrita no orçamento do Ministério da Educação. Na medida em que, sa-

bendo que é um facto certo, há uma estimativa ainda bastante incerta, os serviços têm preferido colocar esta verba na dotação provisional, mas admito que possa ter outro tratamento contabilístico. Por consequência, não é lícito concluir daqui, como concluiu o Sr. Deputado Lino de Carvalho, que as verbas não estavam previstas e que, agora, houve que privilegiar a utilização da dotação provisional em termos do pagamento da contribuição excepcional para a UE. E a razão é muito simples.

Deixe-me explicar-lhe, Sr. Deputado, para que não faça confusão.

A contribuição para a UE teve de ser realizada logo no início do ano, não estando, portanto, prevista orçamentalmente e a única alternativa era a utilização da rubrica da dotação provisional do Ministério das Finanças, pois as despesas com a progressão automática das carreiras no Ministério da Educação iam acontecendo progressivamente ao longo do ano. Daí que, numa primeira fase, tenhamos utilizado a dotação provisional para fazer face a esse pagamento excepcional e, portanto, em relação à verba para o Ministério da Educação não houve possibilidade de utilizar a dotação provisional, precisamente por causa desta circunstância excepcional. É por essa razão que agora se pede o reforço da verba para a educação.

Há aqui algumas questões bastante importantes, nomeadamente no domínio da Segurança Social. A este respeito reforçava apenas que o défice da Segurança Social está ligado aos regimes não contributivos ou fracamente contributivos e, portanto, a comparticipação do Orçamento do Estado é uma verdadeira medida de solidariedade social que deve ser paga pelo conjunto dos impostos e do sistema económico e não, exclusivamente, pelo factor trabalho. Isto sem excluir, como dizemos no relatório do Orçamento do Estado para 1995, a necessidade de repensar o financiamento da Segurança Social, tanto por razões demográficas e outras, como por razões que têm a ver com o envelhecimento da população e com a relação entre activos e reformados. Este é um tema que, de momento, está sobre a mesa de todos os países europeus, de todos os países da zona da OCDE e, portanto, é um problema que merece ser reflectido. O Governo, no Orçamento do Estado para 1995, dá um primeiro passo, ainda que muito curto, no sentido do reforço do financiamento autónomo da Segurança Social. É essa a via a seguir, a par de outras vias que teremos, certamente, a oportunidade de analisar no âmbito do Orçamento do Estado para 1995.

Em relação ao *stock* da dívida pública recordo que Portugal tinha, em 1990, um *stock* da dívida pública que representava 68 % do PIB, e que, nesse mesmo ano, a UE tinha 52 % do PIB, em média.

O fenómeno do agravamento da dívida pública nos últimos anos aconteceu em todos os países da UE e em Portugal foi muito mais mitigado do que na média desses países. Basta dizer que a média da UE passou de 52 %, em 1990, para 70 % neste momento, e que Portugal passou de 68 % em 1990 para setenta vírgula qualquer coisa por cento, actualmente.

Portanto, concordo que, efectivamente, o *stock* da dívida pública tem de baixar a médio prazo. É por isso que a consolidação orçamental é fundamental, como fundamental é aprofundar a política das reprivatizações, por forma a que o *stock* da dívida pública, a médio prazo, baixe. E vai baixar, com certeza, com as receitas das privatizações e com a redução, a prazo, do défice do Estado.

*

* *

Sr. Presidente, o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins, que, pelo que pode inferir-se das palavras do Sr. Deputado Ferro Rodrigues, não é um especialista em matéria de contabilidade pública, fez um determinado tipo de análise que está errada tecnicamente e que pode criar confusão nas pessoas. Foi por isso que tive de chamar a atenção para o facto, penso que com correcção, pois toda a gente pode cometer erros (eu também os cometo).

2.4 — Debate sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado para 1995

2.4.1 — *Sessão de abertura* (23 de Novembro)

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

A apresentação do Orçamento do Estado na Assembleia da República é um momento de grande significado político. É um momento alto na vida económica e financeira do País. As opções subjacentes ao Orçamento são da maior relevância para o futuro dos Portugueses, e merecem ser discutidas com grande elevação e dignidade. Espero poder contribuir para isso, conjuntamente com os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É conhecida a existência de ciclos económicos, períodos de expansão e de contracção das economias dos países, que a política económica sabe, quando muito, suavizar, mas não evitar. Isto porque a alternância desses períodos releva da própria natureza da economia de mercado e da forma como ela é influenciada pelas alterações das expectativas dos agentes económicos.

Depois de um longo período de crescimento da economia mundial que se iniciou no final de 1982, a fase de abrandamento e recessão a nível mundial começou em 1991 nos EUA, tendo-se depois propagado ao Japão e à Europa.

Em consequência, a Europa conheceu entre 1991 e 1993 a sua maior crise económica após a II Grande Guerra.

No período de 1986-1994 (que corresponde em Portugal a um ciclo completo) a economia portuguesa teve um comportamento positivo. A um primeiro período de forte crescimento entre 1986

e 1990, seguiu-se uma fase de abrandamento da actividade económica em 1991-1992, continuada pela recessão em 1993 e pelo início da retoma económica em 1994, em linha com a evolução da economia europeia.

Globalmente, no período de 1986-1994, a nossa taxa de crescimento do PIB excedeu a média comunitária em 0,9 pontos percentuais ao ano, ao mesmo tempo que se reduziu em 10 pontos percentuais o fosso de bem-estar que nos separa da Europa, medido pelo PIB *per capita* (ajustado pelas paridades do poder de compra), em relação à média comunitária (na mesma base estatística, antes da recente revisão da série do PIB).

Deve ainda sublinhar-se que a boa *performance* da economia portuguesa, nesta perspectiva de longo prazo, aconteceu num período em que nela se verificaram profundas alterações estruturais, a nível global e dos vários sectores produtivos.

As profundas mutações verificadas na economia portuguesa nos últimos oito anos — no seu grau de abertura ao exterior, na estrutura do emprego e do produto, no sector primário, no perfil da indústria, no sistema financeiro, no comércio e distribuição e nos serviços em geral — não têm paralelo na nossa história económica.

Passámos, neste período, de uma economia ainda com largos traços de economia fechada e altamente regulamentada para uma economia aberta ao exterior, em processo acelerado de integração no espaço europeu e na economia mundial.

Tem-se consciência dos custos de adaptação estrutural que a nova situação tem implicado, mas também é certo que, para além das dificuldades inerentes ao processo de mudança, se estão a criar condições para o reforço da modernização do tecido produtivo, para a melhoria da competitividade da economia e portanto para a criação de maior riqueza e bem-estar para os Portugueses.

As perspectivas da economia mundial para 1995 evidenciam a possibilidade de os três grandes blocos económicos (EUA, Japão e UE) crescerem já a taxas superiores a 2,5 %. A simultaneidade deste crescimento significativo, a qual já não acontecia há largos anos, reforça a robustez do novo ciclo de desenvolvimento que se está a iniciar na economia mundial e na economia europeia.

A experiência demonstrou que o relançamento das economias dos nossos principais parceiros comerciais é uma condição necessária à consolidação da recuperação da nossa economia e que a

economia portuguesa reage com um certo desfasamento à força propulsora da procura externa.

No quadro actual de maior integração económica e financeira, estes aspectos verificam-se de forma ampliada.

Estas razões fundamentam que a política económica do Governo se recuse a estimular artificialmente um crescimento a contraciclo (de tão má memória na economia portuguesa pela penalização grave no emprego e no bem-estar dos Portugueses).

Mas, se a consolidação da retoma da economia dos nossos principais parceiros é uma condição necessária à obtenção de um nível de crescimento adequado na economia portuguesa, ela não é suficiente.

Para se obter a condição necessária e suficiente, é fundamental também uma política económica coerente, consistente e com uma linha de rumo definida, como a que deriva do Programa do Governo.

Assim, estão reunidas as condições necessárias e suficientes para desenvolver na economia portuguesa um novo ciclo de expansão acima da média comunitária, até ao final do século, em linha com os grandes objectivos económicos e sociais que constam do PDR para o período 1994-1999.

Pretendemos um padrão de retoma adequado a uma pequena economia aberta ao exterior como a portuguesa: isto é, numa primeira fase, a recuperação a ser liderada pelas exportações, para de seguida se propagar ao investimento e ao consumo privado.

É o que está a acontecer, em linha com a nossa previsão para o ano de 1994 e com o cenário macroeconómico para 1995, subjacente à proposta do Orçamento do Estado agora em discussão.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta do Orçamento do Estado para 1995 está orientada para o bem-estar das famílias e para o reforço da competitividade das empresas, e visa três objectivos fundamentais:

- a consolidação da retoma económica;
- a dinamização do investimento;
- a defesa e a promoção do emprego.

Estes objectivos chave do Orçamento do Estado para 1995 estão, naturalmente, em consonância com a política económica e social do Governo.

É no quadro do reforço da estabilidade macroeconómica que se insere a estratégia de consolidação orçamental a médio prazo, no sentido de uma trajectória saudável para as Finanças Públicas, como elemento determinante para a continuação do processo de redução sustentada da inflação, em estabilidade cambial.

Por outro lado, é através de um combinação adequada da política orçamental, da política de rendimentos e da política monetária e cambial, que se reforçam as condições para a redução gradual do diferencial, face à média europeia, do custo do financiamento das empresas e das famílias.

O processo de redução sustentada da inflação apresenta resultados muito positivos. O diferencial face à média da UE, que era de 13,5 pontos percentuais em 1985 e de 6 pontos percentuais em 1991, está hoje abaixo dos 2 pontos e com tendência para se reduzir em 1995.

O País não poderia ter como objectivo participar no processo de integração europeia sem desenvolver uma política de combate à inflação.

Sublinha-se, todavia, que esta política se impõe por si própria, face aos efeitos perversos que a inflação gera na economia e na sociedade.

Note-se que o objectivo de desinflação gradual e continuada tem sido conseguido sem os custos sociais de desemprego verificados noutras economias que seguiram, anteriormente, programas semelhantes.

O combate ao desemprego é uma prioridade da política económica e social.

Portugal continua a ter a mais baixa taxa de desemprego da UE, excluindo o Luxemburgo. Mas tal não nos satisfaz, pois o desemprego é, simultaneamente, um drama social e um desperdício de recursos, pelo que é prioritário que a política de rendimentos seja compatível com uma política activa de emprego, à semelhança do que se verifica na generalidade dos países.

Os recentes inquéritos ao emprego do INE evidenciam já alguns sinais favoráveis, mas é com a intensificação do crescimento económico e do investimento que iremos ter um impacte maior e mais duradouro na criação líquida de emprego.

O ano de 1994 constitui o reinício do processo de consolidação orçamental, que importa ampliar em 1995 e anos seguintes,

por forma a atingirmos gradualmente um défice global para o conjunto do SPA na ordem dos 3% do PIB.

No Orçamento para 1995, o objectivo para o défice global do SPA é de 5,8% do PIB (medido na óptica da Contabilidade Pública). Representa um bom progresso relativamente a 1993 (7,6% do PIB) e 1994 (6,3% do PIB) e está em linha com a trajectória de redução que é desejável a médio prazo.

Este objectivo aparece conjugado com uma selecção criteriosa das prioridades no domínio da política da despesa pública e da política fiscal, e com a manutenção do nível global de fiscalidade em função do PIB.

Analisemos, então, a política da despesa pública e a política fiscal que integram a proposta do Orçamento do Estado para 1995.

A despesa total do Estado proposta no Orçamento para 1995 aumenta 5,2%, em termos nominais, relativamente à estimativa de execução de 1994, mantendo-se significativamente abaixo do crescimento do PIB nominal.

Mas, enquanto as despesas correntes evidenciam um crescimento nominal de apenas 3,8%, reflectindo um continuado esforço de contenção das despesas de funcionamento dos Ministérios, as despesas de capital experimentam um aumento significativo de 17,6%.

No âmbito da classificação funcional da despesa pública, e com vista a destacar as prioridades do Governo, importa assinalar as variações seguintes relativamente ao Orçamento de 1994:

i) Os recursos afectos às áreas sociais — educação, saúde, segurança social, habitação e outros serviços colectivos — aumentam 250,7 milhões de contos, o que representa cerca de 70% do acréscimo global da despesa pública.

As funções sociais, que no Orçamento de 1994 correspondiam a 43,6% do total das despesas, passam a representar 45,6%. Se considerarmos o total das despesas sem juros da dívida pública, o peso relativo das despesas com as funções sociais sobe para 54,7% do total da despesa pública.

É um rácio cuja magnitude revela as preocupações de equidade social subjacentes ao mecanismo de redistribuição de rendimento que é operado através da conjugação entre a política fiscal e a política de despesa pública.

ii) O apoio do Orçamento do Estado para 1995 ao sector da saúde, para além da transferência para o SNS, prevê ainda a

assunção pelo Tesouro de dívidas do Serviço Nacional de Saúde (SNS), na parcela historicamente anormal, até ao montante de 70 milhões de contos.

Esta medida irá permitir uma gestão financeira mais rigorosa do SNS e tem grandes reflexos positivos no tecido produtivo.

iii) O apoio do Estado ao Sector da Segurança e Acção Social inclui o apoio financeiro de 330 milhões de contos, o que corresponde às necessidades de financiamento dos chamados regimes não contributivos ou fracamente contributivos, as quais, por se tratar de verdadeira solidariedade social, devem ser cobertas pelo conjunto da sociedade.

De salientar a medida fiscal proposta de consignação á Segurança Social do acréscimo de receita com a reposição da taxa normal do IVA em 17%, reforçando-se assim os meios financeiros da Segurança Social e criando-se um embrião do «IVA social» preconizado a nível da UE.

Trata-se de uma política de grande alcance em termos de solidariedade social, na medida em que reforça o financiamento autónomo da Segurança Social, o qual deixa de estar baseado apenas em contribuições sobre o factor trabalho.

É uma medida que deveria ter o apoio unânime desta Câmara.

iv) Merece também relevância, no domínio da função social do Estado, o apoio ao sector da habitação, representando um esforço financeiro global superior a 150 milhões de contos, com realce para:

- as bonificações directas, que atingem um total de 54,1 milhões de contos;
- os benefícios fiscais em IRS e imposto do selo, que ascendem a 42 milhões de contos;
- os programas de promoção habitacional a cargo do INH e IGAPHE, com 58 milhões de contos;
- os programas de erradicação das barracas, de grande significado em termos de solidariedade social.

São apoios avultados no domínio da habitação, que demonstram a elevada prioridade atribuída ao sector na política económica e social do Governo. Contribuí, assim, o Orçamento do Estado de uma forma muito significativa para a concretização de uma profunda aspiração das famílias portuguesas.

Ao mesmo tempo, o Orçamento apoia o relançamento da actividade económica, atendendo aos efeitos multiplicadores, de ren-

dimento e de emprego, que a dinamização da actividade deste sector gera na economia nacional.

v) No domínio da educação, as verbas orçamentadas para 1995 crescem 11 % quando comparadas com as do orçamento de 1994, evidenciando que o desenvolvimento dos recursos humanos constitui uma das grandes prioridades deste Orçamento.

Assim, após a imputação da parcela da dotação provisional que competirá ao Ministério da Educação, na parte correspondente aos encargos com a revisão das tabelas salariais da função pública e com a progressão nas carreiras do pessoal docente, o total das despesas com a educação atingirá os 5,2 % do PIB, valor sem precedentes na história do nosso país.

vi) As transferências para as autarquias locais crescem cerca de 13 % em relação ao orçamento inicial de 1994, e 10,1 % tomando por base as rectificações do orçamento, atingindo um total de 219,6 milhões de contos (o triplo da verba de 1986).

vii) Por seu turno, as transferências directas para as Regiões Autónomas (para além dos outros fluxos financeiros evidenciados no Relatório do Orçamento do Estado para 1995) crescem, implicitamente, 13,5 %, tomando em conta a transferência para a Administração Central das despesas com as Universidades.

Ainda no domínio da despesa pública, importa salientar a prioridade dada ao investimento público.

O PIDDAC para 1995 atinge um total da ordem dos 750 milhões de contos, 59 % de financiamento nacional e 41 % de origem comunitária.

Na componente nacional, destaca-se o contributo do capítulo 50 do Orçamento do Estado com a dotação orçamental de 383 milhões de contos, mais 11 % que a estimativa de 1994.

A distribuição dos recursos financeiros do PIDDAC por tipo de aplicações evidencia as prioridades seguintes:

- i)* implementação de estratégias empresariais competitivas;
- ii)* realização de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento;
- iii)* educação e formação dos recursos humanos;
- iv)* saúde e ambiente.

Mas se o investimento público é necessário à modernização das infra-estruturas de apoio, o investimento privado tem de constituir o instrumento fundamental do aumento da capacidade pro-

dutiva e da taxa de crescimento potencial da economia, bem como da modernização do tecido produtivo.

Para além do reforço do clima de confiança empresarial, que está associado à crescente estabilidade macroeconómica que se verifica, e dos importantes incentivos financeiros previstos nos programas operacionais de apoio aos vários sectores da economia, o Orçamento para 1995 prevê ainda a introdução de um crédito fiscal ao investimento, bem como de estímulos ao desenvolvimento do mercado de capitais, do mercado da habitação, e à criação de novas empresas.

O objectivo de relançamento do investimento privado pressuposto no cenário macroeconómico para 1995 está, também, ligado às metas definidas, no que concerne à criação de condições para a baixa sustentada do custo de financiamento das empresas, de melhoria da sua rentabilidade e do reforço do ambiente geral favorável à competitividade.

Tive oportunidade de caracterizar sucintamente os traços mais salientes da política da despesa pública proposta no Orçamento do Estado para 1995. Penso que ficou bem evidenciada a sua articulação com o reforço da estabilidade do quadro macroeconómico (1.º pilar da política económica) e com o aprofundamento das acções estruturais (2.º pilar), que actuam sobretudo do lado da oferta, e que são fundamentais para melhorar a competitividade, o crescimento potencial e o emprego, nomeadamente nos domínios do desenvolvimento do capital humano e das infra-estruturas de base.

Ainda no domínio do aprofundamento das medidas estruturais, de salientar também, pela sua importância estratégica, as políticas de flexibilização e melhoria da eficiência dos mercados, de redução do peso do Estado na economia, através das reprivatizações, de fortalecimento da base económica regional e a política de melhoria da qualidade da Administração Pública. São acções permanentes.

Também os objectivos nucleares de crescimento, competitividade e emprego estão bem evidenciados na política fiscal para 1995 e foram critérios orientadores das opções tomadas, a par dos objectivos de melhoria do rendimento disponível das famílias e de estímulo à poupança.

O primeiro vector orientador da política fiscal para 1995 é o da consolidação orçamental, que se deseja intensificar num quadro moldado pela estabilidade do sistema fiscal.

Com efeito, as reformas fiscais realizadas na segunda metade da década de 80 (e de que se destacam a introdução do imposto sobre o valor acrescentado em 1986 e dos novos impostos sobre o rendimento em 1989) modernizaram o sistema fiscal e aproximaram-no, quanto aos seus parâmetros fundamentais, dos vigentes nos outros países da UE.

Mas, se no seu conjunto o sistema fiscal português registou consideráveis progressos nestes últimos anos, cumprindo melhor os três grandes objectivos da política fiscal — eficiência, equidade e contributo para a estabilização macroeconómica —, importa, contudo, continuar a aperfeiçoar o sistema, sem prejuízo da estabilidade do quadro fiscal.

Neste sentido foi criada, em Abril de 1994, a Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, tendo por objectivo estudar e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema fiscal, sem pôr em causa as linhas fundamentais do sistema fiscal resultante da reforma, mas abrangendo-a em todas as suas componentes.

Pretende-se, assim, tornar o sistema fiscal mais eficiente e equitativo, bem como mais competitivo no espaço económico a que pertencemos e também menos permeável à fraude e evasão fiscais, condição essencial para se atingir a justiça e equidade fiscais.

A consolidação fiscal pressupõe o alargamento da base tributável, através da adopção de medidas de moralização fiscal, tomando-se como paradigma os sistemas dos outros países da UE.

Efectivamente, tem sido preocupação do Governo, que mais uma vez se reflecte nas medidas legislativas constantes do Orçamento do Estado para 1995, corrigir situações que levam a efectivas desigualdades tributárias que, em última instância, se materializam numa base tributária que não corresponde à realidade económica.

Por outro lado, as novas envolventes em que Portugal se insere no contexto da UE, que se traduzem, designadamente, na liberdade de circulação de bens, serviços e capitais, implicam uma adequação permanente, de forma a prevenir ou a corrigir fenómenos de arbitragem fiscal.

É com este desiderato que se adopta na proposta do Orçamento do Estado para 1995 um conjunto de medidas de moralização fiscal, do maior significado em termos de justiça e equidade fiscais.

Por outro lado, a criação de condições, pela via fiscal, para a consolidação da retoma económica é assumida com nitidez no

Orçamento do Estado para 1995. Manifesta-se, em particular, ao nível do reforço da competitividade das empresas, em especial através do contributo que é dado para a redução de custos e relançamento do investimento.

Assim, no tocante ao reforço da competitividade empresarial cumpre destacar:

- a substancial redução do imposto do selo sobre operações de financiamento às empresas, que se traduz numa baixa significativa do seus custos financeiros, e a sua eliminação sobre as operações cambiais;
- a introdução de um crédito fiscal por investimento, através de uma dedução à colecta do IRC, até aos limites de 15 % desta e de 5 % do investimento produtivo adicional realizado em 1995, o que, em conjunto com os regimes de incentivo ao investimento que continuam em vigor (artigo 49.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais), se traduz num dos sistemas europeus mais favoráveis em matéria de benefícios ao investimento;
- a redução em 50 % dos emolumentos e outros encargos legais devidos por aumentos de capital das sociedades, por entradas de numerário ou conversão de suprimentos;
- o alargamento do prazo para o investimento dos valores de realização de mais-valias, de dois para três anos;
- a redução de 0,75 % das contribuições para a Segurança Social, diminuindo assim os custos indirectos do factor trabalho, em linha com as recomendações do Livro Branco da UE sobre Crescimento, Competitividade e Emprego;
- o estímulo à emissão de obrigações privadas, tendo a taxa liberatória de juros sido reduzida de 25 % para 20 %;
- o aumento do crédito de imposto de 50 % para 60 %, eliminando-se praticamente a dupla tributação económica;
- o alargamento de 40 % para 50 % da parte percentual dos dividendos de acções cotadas que não é considerada para efeitos de tributação em IRS e IRC.

Atenção especial é dada ao segmento das micro e pequenas empresas, tendo em consideração o peso que as mesmas têm na estrutura empresarial portuguesa e o importante papel que são cha-

medidas a desempenhar em termos de investimento e criação de emprego. Para estas empresas, os benefícios fiscais são reforçados:

- pagamento de IRC apenas sobre 5 % dos lucros em 1995, 1996 e 1997, para as sociedades constituídas em 1995;
- elevação para o dobro do crédito fiscal por investimento previsto para as restantes empresas;
- isenção de emolumentos e outros encargos legais devidos pela constituição de novas sociedades ou pelo aumento de capital das já existentes;
- introdução de um regime de neutralidade fiscal que permitirá o diferimento da tributação relativa aos bens patrimoniais transmitidos aquando da transformação de empresas em nome individual em sociedades.

Ao nível das famílias, tomam-se medidas fiscais para melhorar o rendimento disponível, através dos abatimentos e deduções em sede de IRS, para diminuir os custos com a aquisição de casa própria e com a aquisição a crédito de bens de consumo duradouros. Destacam-se as medidas principais seguintes:

- aumento em 6 % dos abatimentos em IRS (despesas de educação, compra de habitação, arrendamento de habitação, etc.);
- aumento em 6 % das deduções em IRS dos rendimentos do trabalho e pensões;
- dedução ao IRS de despesas com aquisição de habitação sem recurso ao crédito;
- prorrogação do regime de isenções de IRS a pequenos agricultores, bem como o desagravamento fiscal para os restantes;
- abatimento autónomo em IRS para seguros de doença e de acidentes pessoais, seguros para os riscos de morte ou invalidez e contribuições para fundo de pensões ou equiparáveis;
- as despesas de educação passam a poder beneficiar de uma maior dedução para efeitos de IRS, em consequência da autonomização das despesas com seguros;
- os escalões do imposto municipal de sisa no tocante à compra de habitação, e os limites para efeitos de isenção de contribuição autárquica, são aumentados em

- 10%, e o limite de isenção da sisa passa de 8400 contos para 10 000 contos;
- redução de 0,3 pontos percentuais das taxas de contribuição autárquica, de molde a desagrar a colecta dos prédios ou fracções inscritas a partir de 1989;
 - isenção de imposto do selo do 7%, ao ano, sobre as operações de crédito ao consumo.

Por outro lado, o poder de compra das famílias é também beneficiado pelo reforço de condições para a continuação do processo de redução sustentada da taxa de inflação e do custo dos financiamentos a que recorram, com reflexos igualmente favoráveis no rendimento disponível e no nível de consumo.

Outra das preocupações essenciais do Orçamento do Estado para 1995 centra-se na criação ou intensificação de estímulos à poupança das famílias.

Pretende-se privilegiar, neste domínio, a canalização dos recursos das famílias para instrumentos de poupança de longo prazo existentes ou para os que agora se criam (Planos de Poupança Popular e Planos de Poupança Acções) e, simultaneamente, procura-se aproximar os diferentes regimes fiscais de poupança de modo a que a fiscalidade cumpra um objectivo de relativa neutralidade, não condicionando de *per se* as opções dos aforradores.

Também constitui preocupação deste Orçamento do Estado fomentar a canalização das poupanças para aplicações no mercado de capitais, com o objectivo da sua dinamização e de criação de formas alternativas de financiamento do tecido empresarial.

No âmbito dos designados impostos especiais sobre o consumo, área onde existe já uma acentuada harmonização ao nível da UE, actualizam-se, fundamentalmente, as taxas dos impostos com base no referencial da inflação para 1995.

No que respeita ao imposto automóvel, actualizam-se os escalões em 4% e promove-se o alargamento da base, passando-se a abranger, com taxa reduzida, certos segmentos de mercado hoje isentos, por forma a evitar distorções a nível da concorrência e obter uma maior justiça fiscal.

Dissemos atrás que o objectivo do défice público seria alcançado através de uma selecção criteriosa de prioridades no domínio da política da despesa pública e da política fiscal, sem prejuízo da manutenção do nível de fiscalidade global.

De facto, como assinala a OCDE em estudos de análise comparativa em vários países, constata-se que o nosso nível de fiscalidade global (impostos + contribuições para a Segurança Social), medido em proporção do PIB, passa de 32,1 % em 1994 para 32 % em 1995 (9 a 10 pontos percentuais abaixo da média comunitária).

No que se refere às receitas fiscais, o seu peso mantém-se nos 23,7 % do PIB constatando-se o seguinte:

- os impostos directos passam de 7,9 % para 7,7 % do PIB em consequência da diminuição do peso relativo do IRS (de 5,9 % para 5,7 %), já que o IRC se mantém à volta de 2 % do PIB;
- na área da tributação directa, o nível de fiscalidade continua 5 a 6 pontos percentuais abaixo da média europeia, nomeadamente ao nível do imposto sobre as pessoas singulares, já que a tributação sobre as empresas é inferior em 1 % do PIB em relação à média europeia;
- os impostos indirectos mantêm em 1995 o mesmo peso relativo no PIB (13,1 %), com um valor já próximo da média europeia (à volta de 13,3 %), o que não é de admirar já que é a área de harmonização fiscal por excelência a nível da UE.

Como se acaba de constatar, o processo de consolidação orçamental é compatível com um nível estável de fiscalidade e com uma política de despesa pública de rigor, sem esquecer a indispensabilidade de manter elevados os níveis de investimento público.

Os efeitos da consolidação orçamental dos últimos anos são também visíveis nas necessidades de financiamento do SPA, as quais têm vindo em regra a baixar em função do PIB, excluindo a descontinuidade verificada em 1993. Esta tendência decrescente vai continuar em 1995 e é particularmente expressiva no tocante às necessidades de financiamento do Estado, libertando-se assim recursos para o financiamento e expansão do sector privado.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Acabo de traçar as linhas mestras da proposta do Orçamento do Estado para 1995, que se apresenta como um orçamento de rigor, orientado para as famílias e para a competitividade das empresas.

Ele visa, por um lado, contribuir para a concretização gradual das aspirações dos Portugueses em áreas fundamentais — como

a educação, a saúde, a habitação, a segurança social, as infra-estruturas para a melhoria da qualidade de vida, etc. — e, por outro lado, contribuir para os objectivos fundamentais do relançamento sustentado da actividade económica, do investimento e do emprego.

Mas, sendo o Orçamento um instrumento importante para a obtenção destas metas, importa sublinhar o papel chave que compete aos empresários, aos trabalhadores e aos cidadãos em geral, na continuação do esforço da modernização do País e de melhoria dos níveis de produtividade.

É esta a única via credível para aumentarmos, de forma continuada, o nível de vida e o bem-estar económico e social e para realizarmos o desenvolvimento integral da sociedade portuguesa, atingindo padrões cada vez mais elevados.

Estamos certos de que os Portugueses são capazes de continuar a vencer estes desafios de hoje e do futuro!

Muito obrigado!

2.4.2 — *Debate*

O Sr. Deputado Jaime Gama trazia a lição muito mal estudada, pois confunde milhares com milhões, confunde percentagens . . . Aliás, é o discurso típico de política económica do PS.

Os porta-vozes do PS sobre política económica um dia defendem a estabilidade cambial, noutro defendem a desvalorização do escudo, noutro defendem uma baixa voluntarista das taxas de juros e no meio de tudo isto, no meio de tais conselheiros, os líderes andam perdidos!

Quando o Sr. Deputado Jaime Gama fala em falência de previsões, eu devo dizer-lhe que esse é o mesmo discurso de há 10 anos! Há 10 anos que os senhores falam da falência dos projectos do Governo e há 10 anos que as vossas previsões falham e vão continuar a falhar!

Em relação ao aumento da despesa pública, devo dizer que tenho muita honra em fazer parte de um Governo, apoiado pelo PSD, que fez nos últimos cinco anos crescer o peso relativo da despesa pública.

Mas onde? Na educação, na saúde, na habitação e na segurança social.

São estas as áreas que, mais uma vez, no Orçamento do Estado para 1995, absorvem 70% do acréscimo da despesa. Então o PS está a atacar o crescimento das funções sociais do Estado? Não percebo! . . .

Em relação ao sistema fiscal, dissemos que, em 1993, a máquina da administração fiscal teve alguns problemas, mas atacámo-los com coragem e os serviços da Administração Fiscal estão cada vez mais eficientes em matéria de organização, de gestão, no domínio das metodologias da fiscalização, na luta contra a evasão e a fraude fiscais.

E sobre a luta contra a evasão e a fraude fiscais não sabemos qual é a posição do PS!

No entanto, agora, o Sr. Deputado Jaime Gama falou em cumprimento fiscal, dizendo que há que atender à situação das empresas, como se todos os sujeitos passivos, os contribuintes, sejam eles pessoas singulares ou colectivas, não fossem iguais perante a lei.

Quanto à herança da Segurança Social, eu recordo que os Governos do Sr. Prof. Cavaco Silva receberam a herança dos governos socialistas, em que a pensão mínima, na altura, era de 5500 escudos. Esta é que foi a herança, Sr. Deputado!

De então para cá a pensão mínima já subiu 130% em termos reais, isto é, descontada a inflação.

Quanto às despesas públicas, Sr. Deputado Jaime Gama, não me faça rir! . . . O PS inviabilizou o programa de privatizações até 1990 e agora vem dizer que as empresas públicas têm peso no estado da economia? Ó Sr. Deputado Jaime Gama, é preciso ter muito descaramento e estar a jogar para aparecer na televisão com essas tiradas! . . .

Só mais uma coisa em relação à fuga de capitais: Portugal é dos poucos países que tem uma posição externa líquida, isto é, as suas reservas em ouro e divisas excedem as suas responsabilidades externas, é um dos países que tem divisas para um maior número de meses de importação. Portanto, há entrada e saída de capitais. E sabe o Sr. Deputado por que é que há entradas e saídas de capitais? Porque o Governo do PSD fez uma reforma que permitiu a eliminação de barreiras à entrada e à saída de capitais, permitiu a liberalização dos mercados. Portanto, não se admire que haja entradas e saídas de capitais, Sr. Deputado! . . . Mais uma vez, não percebo o seu comentário!

*

* *

Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, tenho muito gosto em responder-lhe. Aliás, estive a ler os «Diários» das sessões de anos anteriores e verifico que o vosso discurso é sempre o mesmo.

Não mudou absolutamente em nada, nem com a conjuntura nem com a evolução estrutural, na economia portuguesa. E as vossas previsões também falharam categoricamente. Se bem me recordo, no ano passado, nesta altura do ano, os senhores disseram que a inflação para 1994 estaria a caminho dos 10 %, que a taxa de desemprego caminharia para os 10 % e a taxa de inflação para os 7 %.

Portanto, as vossas previsões falham sempre!

Mas vamos, agora, às questões concretas, em termos de convergência real.

Sr. Deputado, trouxe, especialmente para si, porque já sabia que esta questão ia ser levantada, um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) recente, o *World Economic Outlook*, que explica qual é a metodologia para a análise da evolução da convergência real.

É feito em relação a uma amostra de países e utiliza, essencialmente, dois critérios: o da taxa de crescimento do produto em termos reais — portanto, superior à média dos países mais ricos ou do padrão objectivo — e a comparação entre o rendimento real *per capita* ajustado pelas paridades do poder de compra do país mais pobre em relação à média dos mais ricos. E fá-lo sempre, metodologicamente — e é esta a perspectiva correcta —, num horizonte de longo prazo, um horizonte que é fundamental para avaliar uma tendência, porque — como sabem e tive oportunidade de explicar — há ciclos económicos, sobretudo, quando temos uma política económica que rejeita uma estratégia de crescimento em contraciclo — aliás, de má memória na economia portuguesa como foi em anos anteriores —, estratégia de crescimento em contraciclo essa que representa efectivamente grandes desequilíbrios macroeconómicos. Ora, os ganhos de convergência no âmbito de um longo prazo que cobre o ciclo verificam-se essencialmente nos períodos de franco crescimento, isto é, nos períodos de expansão.

Portanto, a nossa convergência real no horizonte de oito/nove anos é um facto, quer em termos de taxa de real crescimento acima da média comunitária (0,9%) quer em termos do nível de bem-estar medido pelo indicador internacional que é o PIB médio *per capita* ajustado pelas paridades do poder de compra.

Em relação às suas observações, quando digo que houve uma melhoria de 10 pontos percentuais, quero dizer que é uma melhoria de 10% antes da revisão da série do PIB pelo INE, porque, se eu fizesse após a revisão, essa melhoria não seria de 10 pontos percentuais . . .

A comparação, Sr. Deputado, é feita na mesma base estatística.

Por outro lado, em relação à crítica dos que dizem: «ah, mas houve uma redução do denominador, diminuiu a população» . . ., Sr. Deputado, se diminuiu o denominador, também diminuiu o numerador.

Este indicador é o mais perfeito. Nós utilizamo-lo de acordo com a metodologia dos serviços da UE e tiramos as conclusões a partir do trabalho desses serviços. Portanto, não aceitamos a vossa desvalorização do índice.

Em relação ao PIDDAC, é evidente que o Governo investe 750 milhões de contos, 59% de origem nacional e 41% de fundos de origem comunitária. Ainda bem que o Orçamento do Estado permite a pressão sobre a despesa pública a partir dos fundos estruturais. Isto é uma consequência da política económica e social do Governo!

Em relação à educação, o Sr. Deputado Octávio Teixeira veio com a rubrica «educação pré-escolar ou ensino especial», mas a Sr.^a Ministra da Educação terá oportunidade de responder a essas questões.

O que o Sr. Deputado não pode iludir é o facto histórico de o total da despesa pública com a educação atingir, em 1995, 5,2% do PIB, facto sem precedentes na História do País.

Quanto à Segurança Social, penso que o Sr. Deputado Octávio Teixeira, a propósito da falência ou não falência da Segurança Social, respondeu bem ao Sr. Deputado Jaime Gama. É evidente que o apoio do Estado — e eu disse-o na minha intervenção — de 330 milhões de contos corresponde ao saldo dos regimes não contributivos ou fracamente contributivos que deve ser o conjunto da sociedade a pagar e não exclusivamente o factor trabalho.

Portanto, a Segurança Social não está falida, mas estaria falida se a gestão fosse ali do PS. Disso não tenho dúvidas!

E não está nem vai estar falida, Sr. Deputado, porque o Governo já tomou medidas — e recordo as medidas tomadas em 1993, medidas que têm vindo a ser tomadas de uma forma gradualista, de uma forma reformista, indo de encontro às aspirações profundas do povo português nesta matéria.

Portanto, Sr. Deputado, aproveito para dizer que concordo consigo: a Segurança Social não está falida; o Estado cumpre as suas obrigações e garante o pagamento das pensões e prestações sociais e toma medidas para garantir o futuro dos Portugueses.

Em relação à fiscalidade, repito aquilo que disse: o nível de fiscalidade global em Portugal, em função do PIB, é 9 ou 10 pontos abaixo da média comunitária, quer no imposto sobre as famílias, quer no imposto sobre as empresas, quer no âmbito da tributação indirecta. E digo que a vossa comparação, que tive oportunidade de ver no comunicado do Partido Comunista, está completamente errada e não é séria, não é rigorosa... porque, quando faço uma análise da política fiscal sobre as remunerações, quando comparo 1994 com 1995, tenho que comparar com a mesma remuneração real, tenho que comparar com a mesma base... e não admitir que os salários crescem $x\%$. É evidente, se eu admito que os salários crescem $x\%$ em termos nominais, tenho que fazer a comparação na mesma base, ou seja, a fiscalidade que incidia sobre uma remuneração no ano de 1994 e sobre a mesma remuneração no ano de 1995... e aí há um desagravamento.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, como é que, tecnicamente, justifica que com deduções e abatimentos de 6% não haja uma melhoria do rendimento disponível? Como é que justifica que não haja uma melhoria do rendimento disponível com o aumento das deduções para seguros, para despesas com a educação, para aquisição de casa própria, etc.?

Estes cálculos, como já tive oportunidade de ver, não são rigorosos e volto a dizer aquilo que disse na Rua de São Ciro: é uma pura aldrabice, Sr. Deputado!

Quem fala para um país virtual é o Sr. Deputado, porque fala para um país que não existe! Nós falamos para o país real, que compreende o grande alcance social e político do embrião do IVA social, por razões de solidariedade social. Como sabem, a Segurança Social, até aqui, tem-se baseado exclusivamente nas contribuições sobre o factor trabalho. Com a introdução do embrião do IVA social, passa a dispor também de contribuições a partir da

globalidade da actividade económica. Ora, esta é uma medida de grande alcance social e de futuro.

Sr. Deputado Manuel dos Santos, tenho muita dificuldade em perceber qual é a política do Partido Socialista sobre a evasão e a fraude fiscais. Contudo, penso que não sou só eu. O mesmo se passa com a imprensa e com qualquer observador atento da vida económica e social do País. Uns dizem uma coisa, outros dizem outra; ninguém percebe, afinal, qual é a estratégia do Partido Socialista.

Ninguém percebe! Aliás, isso acontece também no domínio da política económica. Como tive oportunidade de dizer, uns porta-vozes do PS dizem que o Orçamento é muito eleitoralista, muito expansionista, outros dizem que é pouco expansionista, outros dizem que é contraccionista . . .

Neste âmbito, por exemplo, umas vezes, o Partido Socialista defende a desvalorização do escudo e, outras, defende a estabilidade cambial. Nesta matéria de política económica e fiscal o PS não tem uma linha de rumo.

Sobre a sua observação de que este é o meu primeiro e último orçamento, devo acrescentar que os senhores, nesta Casa, disseram exactamente o mesmo a propósito do Orçamento do Estado para 1991. Tive oportunidade de ler o *Diário* relativo a essas sessões.

Portanto, não há dúvida . . . de que é o último orçamento desta legislatura, e o Sr. Deputado tem toda a razão. Mas estou convencido de que se vai enganar, como se enganou, por esta altura, em 1990!

Em relação à Segurança Social, Sr. Deputado Manuel dos Santos, não vale demagogias.

Esta área é demasiado séria para se brincar com o futuro dos Portugueses e fazer afirmações tão graves como a que fez o seu colega de bancada, Deputado Jaime Gama, a propósito da referência à falência da Segurança Social.

A Segurança Social tem as suas contas equilibradas com a explosão dos chamados regimes fracamente contributivos e não contributivos.

Assim, o apoio do Orçamento do Estado é perfeitamente natural, por razões de solidariedade social. O Governo tem tomado medidas no sentido de disciplinar a administração da Segurança Social, de melhorar a «máquina» da gestão das cobranças, assim

como no que se refere a reformas de fundo, aos independentes, ao modo de cálculo das pensões, à uniformidade da idade das reformas. Todas estas medidas de fundo foram tomadas em 1993 e vão ter impacte a médio e longo prazos.

Idêntica situação se verifica na área do funcionalismo público. Os Srs. Deputados deviam estar muito distraídos, quando o Governo tomou medidas no sentido de reforçar o financiamento da Caixa Geral de Aposentações e quando tomou a medida nuclear de, a partir de 1 de Setembro de 1993, os novos funcionários públicos passarem a ser integrados no regime geral, usufruindo do mesmo esquema do regime geral da Segurança Social.

Portanto, este Governo tem tomado medidas de fundo, necessárias para defesa da Segurança Social, e, por isso, peço, Srs. Deputados, que não brinquem com uma matéria tão séria.

Em relação a manobras de engenharia financeira, fez uma referência aos 180 milhões de contos. Lamento muito, Sr. Deputado, mas tenho de dizer que os senhores continuam a saber pouco de contabilidade pública e a não perceber o que é um défice consolidado do Sector Público Administrativo (SPA). O défice consolidado do SPA integra o défice do Estado, os fundos de serviço autónomos, a administração regional e integra ainda os 330 milhões de contos de défice específico da Segurança Social, independentemente do modo de financiamento. Os senhores ainda não perceberam o que é uma consolidação e, por isso, fazem confusões, como, aliás, o CDS-PP faz, na sua proposta de orçamento alternativo, que é, efectivamente, um monte de confusões, nesta matéria.

E de falta de rigor técnico.

Sr. Deputado Manuel Sérgio, apesar de conhecê-lo mal — conheço-o apenas pelas suas intervenções —, respeito-o muito e penso que, tal como o Governo, é um paladino da solidariedade social.

Como paladino da solidariedade social, vem protestar em relação ao aumento da despesa pública com as funções sociais do Estado, nomeadamente nas áreas da educação, da saúde, da Segurança Social, da habitação, da cultura. Confesso que tenho dificuldade em perceber isso, Sr. Deputado.

Em relação à problemática das pensões e prestações sociais dos idosos, precisamente porque este Governo acredita na solidariedade social é que não tem uma visão economicista e tecnocrática destas matérias.

É por isso que, como nenhum outro Governo, aumentou, em termos reais, as pensões e as prestações sociais, para defesa da família e dos idosos.

*

* *

Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, V. Ex.^a disse que existem cerca de 400 000 desempregados. Recordo que esse foi o recorde de desempregados em Portugal, no tempo em que o PS tinha a principal responsabilidade no Governo. Actualmente, o número de desempregados é realmente elevado, embora Portugal — e o Sr. Deputado não pode escamotear esta realidade — tenha a taxa de desemprego mais baixa da UE, à excepção do Luxemburgo. Basta olhar para o que se passa na vizinha Espanha! Sr. Deputado, o desemprego não é, para nós, uma simples questão de números, como parece sê-lo para si, mas um drama social e, por isso, faz parte da política económica e social do Governo o combate ao desemprego, a implementação de políticas activas de emprego e o desenvolvimento da formação profissional, dos recursos humanos e da ligação entre a educação e a formação profissional . . . , assim como faz parte dos nossos objectivos, para 1995, a defesa e a promoção do emprego. Como? Em primeiro lugar, consolidando a recuperação da economia. É fundamental que a economia caminhe para taxas de crescimento superiores a 2,5%/ano para que haja um impacte positivo a nível do emprego. E, a respeito de impactes positivos a nível do emprego, não posso deixar de referir que, nos últimos 12 meses, a economia portuguesa criou 35 000 novos postos de trabalho e conseguimos travar a tendência para o aumento da taxa de desemprego. Mas está muito longe dos 10% que os senhores vaticinavam!

Portanto, o desemprego é um problema humano, que tem de ser atacado por meio de políticas de relançamento da actividade económica, do investimento, através de políticas activas de emprego e de desenvolvimento dos recursos humanos, da educação, da formação permanente. São estes os eixos estratégicos da política do Governo no combate ao desemprego estrutural. São estas as medidas fundamentais que estamos a lançar, com sucesso, embora com a consciência de que existe um desfasamento temporal entre o momento da recuperação económica e o impacte duradouro a nível do emprego.

Sr. Deputado, esta é a posição séria a adoptar sobre este tema.

O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca falou em instabilidade familiar. Efectivamente, este é um orçamento orientado para as famílias. E o Sr. Deputado quer que lhe demonstre porquê?

Basta pensar nos efeitos redistributivos da política da despesa pública, em que 70 % do acréscimo da despesa pública se destina a funções sociais que vão beneficiar as famílias com um efeito redistributivo importante. E a nível da política fiscal, há um impacte no rendimento disponível, com a redução dos encargos com a aquisição de habitação, etc. Portanto, é todo um conjunto de medidas de estímulo ao crescimento do rendimento disponível das famílias, a par de outras medidas que o Governo toma noutras áreas, no sentido de garantir ao máximo a estabilidade familiar ou, melhor, de tentar controlar um dos factores desse mal das sociedades modernas.

Em relação à carga fiscal, provei que o nível de fiscalidade, em Portugal, é um dos mais baixos da UE — 9 a 10 pontos percentuais do PIB —, quer sobre as empresas quer sobre as famílias. Quanto à carga fiscal sobre as famílias, devo dizer que, em termos do IRS, a taxa média ronda os 15 % no modelo 1 e os 19 % no modelo 2. Isto porquê? Porque, apesar de termos taxas marginais de 40 % e de os rendimentos acima de 15 000 contos reterem taxas efectivas superiores a 33 %, existe uma grande personalização através de deduções e abatimentos no IRS. Portanto, a afirmação do Sr. Deputado de que a carga fiscal sobre as famílias é cada vez mais pesada é um lugar comum e os números não o demonstram, nem em termos absolutos, nem em termos relativos, nem em termos de análise comparativa com outros países com um estágio de desenvolvimento económico e social semelhante ao nosso.

Ainda a propósito do sistema fiscal, devo dizer que, depois das reformas de 1986, com a introdução do IVA, e das de 1989, com a introdução dos IR — o IRS e o IRC —, substituindo o antigo sistema de impostos parcelares, Portugal ficou com um sistema fiscal, nos seus parâmetros fundamentais, ao nível dos mais modernos nos países da zona da OCDE. Isto sem ocultar que há necessidade de corrigir, de fazer aperfeiçoamentos e desenvolvimentos.

Sr. Deputado Manuel Queiró, relativamente às suas questões, permita-me que me detenha um pouco num outro aspecto. Ontem, à noite, tive acesso a uma proposta de orçamento alternativa

apresentada pelo CDS-PP. Porém, fiquei muito triste, ao verificar a fraca qualidade do trabalho apresentado por um partido da oposição. Vou demonstrar rapidamente porquê e devo dizer que, se esse trabalho tivesse sido apresentado em qualquer disciplina de Finanças Públicas ou de Economia por um grupo de alunos, nenhum professor ou assistente o admitiria para discussão. Porém, vou ser benevolente e admiti-lo para discussão, sem, contudo, deixar de demonstrar que, desde que exerço funções deste tipo, nunca vi um trabalho sobre política económica, financeira e orçamental de tão fraca qualidade.

Em primeiro lugar, começa por não saber qual é a metodologia do cálculo do SPA; não sabe que essa metodologia, hoje, está uniformizada ao nível da UE, ou seja, no âmbito do exercício dos défices públicos excessivos da UE. Portanto, faz confusões, não sabendo o que é o défice consolidado do SPA. Confunde o financiamento da Segurança Social, os 180 milhões de contos de aquisição de créditos, com o défice, dizendo que isto é esconder défice. Ora, isto não é esconder défice! O défice é exactamente o mesmo!

Posso dizer-lhe o seguinte: quer os 330 milhões de contos da Segurança Social fossem financiados só com transferências, só com empréstimos, com transferências mais empréstimos ou por aquisição de créditos, o défice consolidado da Segurança Social era exactamente o mesmo! E sabe porquê? Porque em termos de contabilidade nacional, estes 180 milhões de contos não entram como receita do SPA!

Este é um erro terrível!

Outro erro terrível no modo de cálculo de défice diz respeito às receitas das privatizações.

Ora, na metodologia da UE, as receitas das privatizações não são receitas do Orçamento do Estado; entram, sim, nos activos e nos passivos financeiros. Portanto, influenciam as necessidades de financiamento do SPA e vêm influenciar o *stock* da dívida pública, mas não o défice do SPA.

Por outro lado, em relação ao tecto nominal à despesa que referem —e devo dizer que este é um instrumento que o Governo utiliza e cumpre e que este Orçamento do Estado para 1995 está em linha com o objectivo do tecto da despesa pública, consignado no Programa de Convergência Revisto—, os senhores desconhecem a definição desse tecto. Esse tecto não tem a despesa consig-

nada, por exemplo. Ora, como desconhecem, a partir daqui, manifestam uma grande ignorância e fazem erros clamorosos, página a página, não merecendo este trabalho sequer um cinco como nota.

Assim, os senhores colocam aqui toda uma série de questões, que, por partirem de um conjunto de pressupostos errados, revelam uma ignorância a toda a prova.

Dizem, por exemplo, que a fiscalidade sobe, esquecendo-se de que esta tem de ser medida em função do PIB. Logo, em função do PIB, a fiscalidade até baixa ligeiramente.

Depois, referem os acréscimos na aquisição de bens e serviços, mas não sabem que esse total inclui a dotação provisional, que serve para transferências para fundos e serviços autónomos.

Portanto, fazem um conjunto de pressupostos para tentar demonstrar que aumenta o peso do Estado na economia. Fazem um conjunto de confusões terríveis, que, efectivamente, não merecem que me debruce sobre isto, porque são erros técnicos grosseiros.

Em relação à poupança, a demagogia é total. Devo dizer que o conjunto da poupança das famílias e das empresas, em Portugal, não baixou. O que os senhores não sabem é que houve, em relação à poupança dos particulares, que o Banco de Portugal ainda está a rever, alterações estatísticas, uma alteração da base das contas nacionais de 1986, para uniformização com os critérios da UE, o que explica desde logo uma queda de 5 pontos.

Por outro lado, não sabem que os empresários em nome individual deixaram de ser tributados como empresas, passando a ser tributados como singulares, e que, normalmente, por razões de fisco, apresentam poupança negativa, o que faz baixar a poupança dos particulares, aumentando a das empresas.

Portanto, o total da poupança interna bruta, famílias mais empresas, mantém-se praticamente. Isto é que é fundamental e, em Portugal, continua a ter um nível bastante satisfatório.

No entanto, devo dizer que é perfeitamente natural que a taxa de poupança das famílias baixe um pouco, caminhando progressivamente para uma taxa geral de equilíbrio, ao nível da Comunidade, da ordem dos 11 %. E sabem porquê? É uma consequência do sucesso da política económica e social do Governo nos últimos anos, mas vou explicar porquê.

Quanto menor for a inflação, menor é a percentagem do rendimento que precisa de ser poupado por motivo de precaução para manter o *stock* de riqueza; quanto maior é a confiança no futuro,

menor é a taxa de poupança por efeito de precaução; quanto mais favorável é o sistema de segurança social, com alargamento ao regime não contributivo, menor é a propensão a poupar por motivo de precaução para efeitos de saúde; há ainda a liberalização do sistema financeiro. Portanto, há aqui um conjunto de factores que, naturalmente, vão explicar alguma queda da taxa de inflação das famílias por razões de sucesso da política económica e social do Governo, não ignorando, como é óbvio, que existem também factores demográficos, como o envelhecimento da população e outros.

Portanto, devo dizer que as medidas que tomámos, de estímulo à poupança, fazem com que, por exemplo, um casal que utilize toda a panóplia de instrumentos possa passar a dispor de 1800 contos, em vez de 1300 ou 1400 contos. Logo, existe uma panóplia de instrumentos sem paralelo nos países da UE, mesmo nos países com um estágio de desenvolvimento económico e social semelhante ao nosso.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Queiró, é preciso gerir o tempo.

Respondo às suas questões tomando como base a proposta de orçamento alternativo do CDS-PP, que é realmente um documento de muito fraca qualidade, e só tenho pena que as limitações do tempo não me permitam arrasá-lo totalmente, assim como os argumentos do Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Sr. Deputado João Cravinho, já nos conhecemos há muitos anos e sabe como aprecio as suas preocupações em relação à Europa e à convergência mas devo dizer que, nesta matéria dos critérios de convergência, também não percebo a posição do Partido Socialista, que ora ataca os critérios de Maastricht, ora defende-os; ora diz que devemos ser fundamentalistas, ora refere que devemos ser laxistas. Afinal, em que é que ficamos, Sr. Deputado?

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado João Cravinho sobre esta matéria, recordo que 1995 não é a data prevista para a decisão de passar ou não à 3.^a fase da União Económica e Monetária (UEM). Numa perspectiva gradualista, estamos empenhados em lutar pela obtenção de indicadores saudáveis para a nossa gestão macroeconómica, independentemente da existência do Tratado de Maastricht.

Pensamos que os critérios de Maastricht constituem, em termos de quadro de referência, princípios são para a política eco-

nómica e financeira de médio prazo. Assim, segui-los-íamos qualquer que fosse a nossa postura em relação à 3.^a fase da UEM mas, como queremos passar a essa fase, estamos, com cuidados redobrados, a seguir as políticas correctas.

Em relação ao critério da inflação, pergunto-lhe, Sr. Deputado João Cravinho, quando é que tivemos pouco mais de 1 ponto de diferencial em relação à média da UE?

Diga-me: quando é que isso aconteceu na nossa história, pelo menos, nos últimos 20 anos? Quando é que estivemos tão perto do chamado critério de convergência financeira em relação às taxas de juro de médio e longo prazo, que é medido pelas OTs a 10 anos? Quando é que estivemos tão perto?

Quando é que, comparativamente com a Espanha, a Itália, a Bélgica e a Grã-Bretanha, nos posicionámos desta forma, quer em relação ao critério do défice em função do PIB, quer em relação ao critério da dívida pública?

Sr. Deputado João Cravinho, nesta matéria, temos uma perspectiva gradualista e olhamos para os critérios como valores de referência privilegiando a tendência... Estamos a lutar por uma política económica correcta que permita uma melhoria gradual e progressiva no domínio deste como no de outros indicadores.

À questão colocada pelo Sr. Deputado Vieira de Castro, respondendo dizendo que é absolutamente verdade.

Até que enfim me foi colocada uma questão, porque a verdade é para ser dita!

Posso facultar aos Deputados da oposição o estudo do FMI sobre convergência real, *World Economic Outlook*. De acordo com os critérios utilizados, quer em relação ao critério taxa de crescimento acima da média, quer ao critério —que também aparece aqui defendido— rendimento real *per capita* ajustado pelas paridades/poder de compra, estamos no caminho da convergência.

Este relatório demonstra que só a análise numa perspectiva de longo prazo é séria e que não devem tirar-se conclusões na fase ascendente ou descendente do ciclo, devendo tirar-se a média para todo o ciclo económico, sobretudo quando a política económica do Governo rejeita uma política de crescimento anticiclo.

Porém, foi com surpresa que, nesta Câmara, ouvi o CDS/PP propor o aumento dos défices públicos, não falando das propostas apresentadas pelo PS. Vejo que há saudosos dos períodos de divergência quer real quer nominal. Vejo aqui cultores dessa época,

com saudades de grandes desequilíbrios macroeconómicos, de défices públicos excessivos, do disparo da taxa de inflação e das taxas de juro. Ainda há aqui alguns saudosos desse passado, do tempo em que o Partido Socialista era responsável pelo Ministério das Finanças.

*

* *

Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa. Sr. Presidente, não sei a que é que o Sr. Deputado João Cravinho está a referir-se. Contudo, devo dizer que, hoje, às 14 horas, recebi um fax da Reuters de acordo com o qual a taxa de crescimento, para Portugal, prevista pelos serviços da Comissão é de 3% e que, para 1996 —vejam lá, até já adianta—, será de 3,2%. Com a maioria do PSD vai, com certeza, ser muito superior.

Terei muito gosto em facultar toda essa informação e poderei mesmo ler o fax na íntegra, que coincide exactamente com o ponto médio do objectivo fixado pelo Governo para o crescimento do PIB.

Por outro lado, em relação a todos os outros indicadores e no que diz respeito aos défices públicos, prevê-se, para 1995, um crescimento do défice público de 5,8% e, para 1996, de 4,8%, resultados ligeiramente melhores aos da Espanha para 1995, cujo crescimento é de 6%. Para este ano, prevê-se um crescimento de 6,2% contra os 7% previstos para Espanha.

Como referi, terei muito gosto em facultar toda esta informação e apenas interpelo a Mesa, gastando um tempo precioso, para que não fique nesta Câmara uma ideia errada, porque a verdade contraria o que o Sr. Deputado João Cravinho referiu.

2.4.3. — *Discurso de encerramento*

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

O Governo apresentou em 17 de Outubro à Assembleia da República o relatório e a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1995.

No meu discurso de apresentação tive oportunidade de salientar os seus objectivos básicos, linhas mestras e medidas fundamentais.

Como o debate havido nesta Câmara mostrou, com toda a clareza, aos olhos de qualquer observador independente, a proposta de Orçamento do Estado para 1995 constitui, na linha do Programa do Governo, um instrumento para o progresso económico e social do País e para o reforço da confiança dos Portugueses no seu futuro, na medida em que:

- i)* representa um contributo importante para a satisfação das aspirações das famílias em áreas fundamentais;
- ii)* promove o reforço das condições para a melhoria da competitividade das empresas e para o relançamento da actividade económica numa base sustentada e não inflacionista;
- iii)* utiliza critérios de rigor na definição das prioridades norteadoras das políticas subjacentes e na consolidação orçamental.

Não admira, pois, a frustração e o desnorte manifestados pelas bancadas da Oposição ao longo do debate.

Assim, num primeiro tempo, as Oposições fugiram à análise, séria e profunda, sobre os temas essenciais do Orçamento. E, num segundo tempo, refugiaram-se em questões superficiais de ordem formal, à mistura com conclusões erróneas do ponto de vista técnico.

Com efeito, começaram as Oposições por se furtar à discussão sobre a consistência e articulação entre os três objectivos fundamentais da proposta de orçamento:

- i)* a consolidação da retoma económica;
- ii)* a dinamização do investimento;
- iii)* a defesa e promoção do emprego.

O seu desconforto aumentou ao verificarem que a proposta está, de facto, orientada, e de modo muito expressivo, para o reforço do bem-estar das famílias e para o aumento da competitividade das empresas e da economia. E que, para cúmulo, estamos perante um orçamento de rigor.

Procuraram, afanosamente, as Oposições qualquer vestígio de eleitoralismo ou qualquer elemento de despesismo que pudessem exhibir, triunfalmente, como prova do que não se cansaram de vaticinar antes de conhecerem o conteúdo da proposta de orçamento.

Enganaram-se redondamente, e daí a desorientação sobretudo de alguns economistas da área socialista, que apareceram a qualificar o Orçamento, uns como «expansionista», outros como «pouco expansionista» e ainda outros como «contraccionista».

Na verdade, um Orçamento que não aumenta o nível de fiscalidade, que diminui o peso das despesas correntes no PIB, mas que eleva consideravelmente as despesas de investimento e que, não obstante, reduz o défice global do SPA no quadro de uma estratégia gradual de consolidação orçamental terá deixado, segundo alguns analistas, as bancadas da Oposição «à beira de um ataque de nervos».

Que dizer do conteúdo social de um Orçamento que promove o bem-estar das famílias, aumentando em 250,7 milhões de contos as despesas públicas afectas às áreas sociais — educação, saúde, segurança social, habitação, cultura e outros serviços colectivos —, o que corresponde a 70 % por cento do acréscimo global das despesas públicas no Orçamento de 1995 face ao de 1994?

E que dizer de um PIDDAC que, dos seus 752 milhões de contos de despesas de investimento, dedica 30 % à educação, formação profissional, saúde e ambiente, 37 % a apoios ao tecido produtivo, para estimular a competitividade e a criação de emprego, e 27 % a infra-estruturas para a melhoria da qualidade de vida e funcionamento competitivo da economia?

E que dizer de um Orçamento que, pela via fiscal, também eleva o poder de compra das famílias, aumentando em valores reais os abatimentos em IRS, sem alterar as taxas, que isenta de imposto do selo o crédito ao consumo, que alarga os benefícios fiscais a novos instrumentos de poupança financeira longa e que atribui 150 milhões de contos para apoio à habitação, entre outras medidas?

E que dizer das medidas de apoio ao investimento das empresas, mola real da criação do emprego?

Ouvimos nós, nesta ilustre Câmara, as Oposições criticarem ou mesmo debruçarem-se, por exemplo, sobre:

- i) o crédito fiscal ao investimento e a duplicação deste incentivo para as micro e pequenas empresas que são responsáveis pela esmagadora maioria da criação de empregos no sector privado?
- ii) a redução de emolumentos e outros encargos devidos por aumentos de capital ou a isenção destes encargos para micro e pequenas empresas?

- iii) a eliminação, na prática, da dupla tributação económica ou a quase eliminação da tributação do lucro para as micro e pequenas empresas nos três próximos anos?
- iv) a redução das taxas liberatórias nos juros das obrigações das empresas ou o reforço dos benefícios fiscais para as acções cotadas?
- v) ou, ainda, as medidas de moralização fiscal e de reforço da luta contra a evasão fiscal?

É evidente que os aperfeiçoamentos introduzidos, numa perspectiva mais gradualista, por exemplo, em termos dos normativos sobre as despesas confidenciais, despesas de representação e com viaturas, não alteram em nada a linha essencial das medidas tomadas e o rumo certo nesta matéria. Aliás, deve dizer-se em abono da verdade, que as empresas portuguesas dispõem, neste âmbito, do regime mais favorável de todos os países da UE.

A bom entendedor meia palavra basta para compreender o significado do profundo silêncio das bancadas da Oposição sobre estas e outras matérias essenciais da proposta de orçamento.

Razão também para o discurso pouco rigoroso que as Oposições utilizaram ao longo do debate.

Nisso se distinguiu o PS, que nos brindou com o espectro ameaçador de uma onda de falências e de desemprego maciço. No seu entender, a economia não poderá suportar por mais tempo a concorrência com a Europa e os desafios da competitividade.

A prova, ainda segundo o PS, é que no período de 1991-1994 nos teríamos afastado da média da UE, em matéria de convergência real.

O pior, para o PS, é quando passa à fase de propor medidas. E aí começa o rosário de contradições entre os seus responsáveis.

Começaram todos por ser fundamentalistas inflamados em favor de Maastricht, quando o Tratado foi ratificado pelo próprio PS nesta Câmara. Agora, exprimem, de uma forma ou de outra, reservas ao seu cumprimento. Das mais variadas teses socialistas que têm vindo a público, parece destacar-se a versão catastrofista, segundo a qual ainda não estamos preparados (e segundo ela nunca estaremos) para aceitar o desafio de Maastricht. Assim deveríamos abandonar o objectivo de cumprimento dos critérios de convergência com o que, no fundo, se propõe o retorno à política da derrapagem da despesa pública, da desvalorização e da inflação, na ilu-

são vã e perigosa, tantas vezes já negada pela experiência, de que assim se protege a competitividade e o emprego.

Ora, sobre uma questão tão central para as perspectivas de médio prazo e para a orientação da política económica, qual é afinal a posição do PS? É diferente da do Governo? E nesse caso qual é a alternativa que defende?

A estas interrogações responde a direcção do PS com um mar de *ses*, de *talvez*, de *tendo em conta que*, em função das tendências de opinião de que a Comunicação Social se faz eco e da evolução conjuntural do ciclo económico.

E, para desviar as atenções, avança com a tese de que nos estamos a afastar irremediavelmente da média da UE, em matéria de convergência real.

É fácil, no entanto, evidenciar o erro técnico grosseiro em que assenta esta tese.

É obviamente intencional ter-se escolhido a fase de ciclo baixo da economia europeia e também da economia portuguesa. Mas que significado tem falar em crescimento diferencial nesses anos em que as economias europeias, incluindo a portuguesa, registaram variações negativas ou cresceram em média anual, quando muito entre 1% e 1,5%?

Note-se que o argumento poderia ser rebatido com igual dose de manipulação. Bastaria escolher apenas a fase de expansão do ciclo económico, ou seja, os anos de 1986-1990. Nesse período, a economia portuguesa cresceu à média anual de 5%, ou seja, 1,7 pontos percentuais acima da média comunitária.

Teríamos, assim, um ritmo de convergência real verdadeiramente extraordinário.

Portanto, é óbvio que só faz sentido usar este critério de convergência real num período longo, que abranja no mínimo um ciclo económico completo, a que, aliás, corresponde, aproximadamente, o período de 1986-1994.

Ora, nesse período, constata-se que a economia portuguesa cresceu à taxa média anual de 3,2%, ou seja, cerca de 0,9 pontos percentuais acima da média comunitária e 0,5 pontos percentuais acima da economia espanhola, o que é, indubitavelmente, uma boa *performance* económica, como aliás todos os analistas internacionais têm sublinhado.

O FMI, no seu *World Economic Outlook* de Outubro último, aborda a metodologia de análise da convergência real e salienta:

- i) que este tipo de análise deve ser feita apenas num horizonte de largo prazo, de preferência envolvendo vários ciclos económicos;
- ii) que devem ser utilizados, pela sua complementaridade, os critérios do diferencial da taxa de crescimento real e da evolução do PIB médio *per capita* ajustado pelas paridades do poder de compra;
- iii) que os estudos empíricos sobre os processos de convergência demonstram que o sucesso, quando o há, se encontra indissolúvelmente ligado à qualidade da política económica e a sua coerência intertemporal.

Ora, se aplicarmos este tipo de análise à evolução da economia portuguesa nos dois últimos ciclos económicos, 1976-1985 e 1986-1994, obtemos a seguinte perspectiva:

Entre 1986 e 1994, a economia portuguesa não só cresceu 0,9 pontos percentuais acima da média europeia, como a evolução do PIB *per capita*, ajustado pela paridade dos poderes de compra, mostra que a economia portuguesa encurtou em 10 pontos percentuais (na mesma base estatística) o fosso de bem-estar que a separa da média da UE.

Em contrapartida, em 1985 ainda estávamos 3 pontos percentuais abaixo do nível relativo de bem-estar que já tínhamos atingido em 1973, ou seja, durante esses anos estivemos de facto em divergência real em relação à Europa. Note-se que isto ocorreu, apesar de termos crescido entre 1976-1985 à taxa média anual de 2,9%, ou seja, 0,6 pontos percentuais acima da média da UE.

Qual é a explicação para este facto? Que diferenças há entre os processos de crescimento económico nestes dois ciclos completos?

A primeira grande diferença reside na evolução da taxa de câmbio real.

Entre 1976 e 1985 o escudo sofreu uma prolongada e excessiva desvalorização real que reduziu, drasticamente, o valor patrimonial

dos activos financeiros nacionais, o poder de compra dos nossos consumidores e o valor da nossa produção anual em moeda externa.

Como, por definição, o ajustamento em paridades de poder de compra não valida como riqueza gerada o valor correspondente à desvalorização real da moeda, o crescimento razoável que se verificou entre 1976 e 1985, em escudos a preços constantes, foi inferior ao crescimento da Comunidade, em ecus a preços constantes, e assim acabámos por ficar em 1985 relativamente mais pobres, face aos nossos parceiros comunitários, do que em 1973.

Pelo contrário, a partir de 1986, progressivamente, pôs-se termo à enraizada política de recurso à desvalorização cambial, como medida de sustentação artificial da competitividade das empresas exportadoras. Entre 1986 e 1992, verificou-se uma apreciação real do câmbio que, todavia, apenas compensou parcialmente a desvalorização real acumulada do ciclo anterior. Assim, no ciclo completo de 1986-1994, a apreciação real do câmbio foi um dos elementos que também contribuiu, positivamente, em termos diferenciais, para o acréscimo de 10 pontos percentuais de bem-estar que se verificou.

A segunda grande diferença no processo de crescimento após 1986 reside na evolução dos salários e das pensões em termos reais e nos níveis de desemprego.

Em termos do padrão de riqueza interna, isto é, em escudos constantes, os salários e as pensões, não cresceram em termos reais durante o ciclo de 1976-1985. Estavam, neste último ano, quando muito, ao nível de 1973.

Por seu turno, a taxa de desemprego duplicou e em 1985 ainda se situava em cerca de 9%.

Em contrapartida, no ciclo de 1986-1994, os salários reais cresceram à média de 3% ao ano, o dobro do verificado na média comunitária e em Espanha. Quanto às pensões, o crescimento ainda foi mais expressivo. Por seu turno, o desemprego caiu, para subir na fase baixa do ciclo até 6,8%, mas a um nível de 5 pontos percentuais abaixo da taxa média de desemprego na Europa e de 2,5 pontos percentuais abaixo da taxa de desemprego máxima do ciclo de 1976-1985.

É portanto insofismável que houve convergência real no período de 1986 a 1994 e que dela beneficiaram, de forma clara, os trabalhadores e os pensionistas.

Por último, a terceira grande diferença qualitativa entre os dois ciclos económicos reside nas respectivas *performance*, em termos

de estabilidade macroeconómica e de grau de execução das acções estruturais fundamentais para aumentar a taxa potencial de crescimento da economia, a competitividade e o emprego.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não há sofismas, análises pouco rigorosas ou num horizonte inadequado de curto prazo em vez de longo prazo, que possam pôr em causa, seriamente, aquilo que a história económica vai registar:

- i)* que o período 1986-1994, correspondente à totalidade do último ciclo económico, foi um período de progresso económico e social, francamente acima do padrão médio comunitário;
- ii)* que, ao contrário, a década anterior foi um período caracterizado pela divergência real da economia portuguesa e pelo alargamento do fosso de bem-estar em relação à Europa.

Os Portugueses têm hoje uma profunda convicção de que podem comandar o seu futuro. Sabem que não é fácil a concorrência externa, mas que são capazes de fazer face aos novos desafios de competitividade em mercados cada vez mais globais e integrados.

Querem, sim, que o Estado se continue a encarregar de eliminar os factores estruturais históricos que afectam a competitividade das empresas e que relevam do campo de actuação das políticas públicas. E querem também que o Estado continue a reduzir o seu peso na economia e a reforçar a estabilidade do quadro macroeconómico.

Quanto ao futuro, por muito que custe aos profetas da desgraça, as energias do País estão concentradas em aproveitar bem as oportunidades que oferece o arranque, ao longo de 1995, da fase de expansão de um novo ciclo de crescimento da economia internacional.

E isso é assim, porque os Portugueses, e também os agentes económicos externos, se habituaram a ver que a política económica tem uma estratégia firme, objectivos claros e credíveis, meios apropriados e bons níveis de execução.

Por isso, visões alarmistas sabem a coisa do passado, a um saudosismo da política do subsídio de exploração e do estímulo artificial da procura interna em contraciclo ao mínimo sinal desfavorável da conjuntura económica.

Com alguma ironia, quis o destino que o PS, no seu zelo em disputar ao milésimo a questão menor da exacta expressão quantitativa do processo de convergência real, tenha infligido um grande desgosto ao Partido Comunista.

De facto, ao frisar que, com a entrada da Alemanha de Leste, o PIB *per capita* da UE baixou 1,8 pontos percentuais, lançou o desconforto na bancada do Partido Comunista, que tanto exaltava há alguns anos atrás as virtudes e maravilhas das economias socialistas, com a Alemanha de Leste na frente.

Por último, importa rebater um outro argumento erróneo que surge com a seguinte afirmação: «Deveríamos ter feito muito melhor, em matéria de convergência real, sobretudo tendo em conta a importância do contributo dos Fundos Estruturais para o crescimento económico.»

Em primeiro lugar, importa sublinhar, em abono da verdade e sem complexos, que a Administração Portuguesa é apontada pela Comunidade como tendo utilizado muito bem os Fundos Estruturais. Somos apontados como exemplo.

Em segundo lugar, a falácia desta tese toma a seguinte forma: representando a entrada dos Fundos Comunitários cerca de 4% do PIB e sendo o coeficiente capital produto da economia de cerca de 3:1, isso significa que os Fundos Estruturais são responsáveis, por si só, por um crescimento do PIB da ordem de 1% ao ano.

O argumento tem sobretudo dois erros:

- i) em primeiro lugar, importa considerar não as entradas dos Fundos mas os seus saldos, líquidos das contribuições pagas pelo País à Comunidade, o que ronda 3% do PIB actualmente;
- ii) em segundo lugar, o coeficiente capital produto dos investimentos públicos é, como se sabe, muito mais elevado do que o da média da economia; além disso, o seu contributo para a expansão do PIB só se processa de forma lenta e gradual, ao longo de um grande período de tempo (pense-se, por exemplo, no efeito dos investimentos na educação e na repercussão, nos custos das empresas, dos ganhos de acessibilidade que uma auto-estrada proporciona).

Mas o argumento tem também uma virtude. É que nos obriga a colocar, de forma correcta, a verdadeira questão que é esta: como

é possível fazer ainda melhor, em matéria de convergência real, no próximo ciclo económico que se inicia em 1995, para vir a atingir, por exemplo, os ritmos de crescimento das economias asiáticas mais dinâmicas?

Esta, sim, é, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a verdadeira questão que devemos colocar a nós próprios.

A resposta fundamental passa por reconhecer que o País — em consequência de atrasos estruturais históricos — ainda tem graves *handicaps* competitivos, no desenvolvimento dos recursos humanos, das infra-estruturas físicas e sociais básicas de apoio ao desenvolvimento, e no peso do Estado na economia, se nos compararmos, quer com essas economias mais dinâmicas, quer com os nossos principais concorrentes europeus.

Ora isso exige o aprofundamento permanente das reformas estruturais que o Governo tem vindo a realizar e que o PS sempre retardou — quer antes quando teve responsabilidades governativas, quer após 1986 quando, por exemplo, em sede de revisão constitucional, impediu que o processo de reprivatizações tivesse começado mais cedo!

Hoje, e é indispensável sublinhá-lo, a nossa economia ainda se encontra debilitada na sua capacidade competitiva face ao exterior e no seu processo de acumulação de capital por causa deste erro estratégico do PS!

É por isso, também, que é tão incómodo para a Oposição pensar que nos próximos anos há uma coincidência entre a fase de expansão do novo ciclo económico internacional e o aprofundar das acções estruturais que o Governo vem desenvolvendo através da execução do PDR para o período 1994-1999.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: As bancadas da Oposição, para além de colocarem, com o assinalável insucesso que acabo de mostrar, a questão da convergência real, furtaram-se, na prática, a discutir os aspectos substantivos mais importantes da proposta de orçamento.

Preferiram refugiar-se, quer no debate na generalidade, quer no debate na especialidade, em questões formais, invocando pretensas violações da constitucionalidade ou falhas de rigor técnico na elaboração do Orçamento.

Apresentemos, então, uma súpula das principais questões que foram levantadas e analisemo-las uma a uma, com serenidade e

objectividade para averiguar da sua pertinência. Temos então um conjunto de oito tópicos:

- i)* duas questões do foro constitucional, a consignação à Segurança Social da receita adicional do IVA pela reposição da taxa normal nos 17 % e a facilidade de gestão para que o Serviço Nacional de Saúde possa comprometer-se com uma despesa superior em 8,5 % à dotação orçamentada;
- ii)* as acusações de que o défice orçamental está subavaliado e a inacreditável pseudo-alternativa ao Orçamento apresentada pelo CDS;
- iii)* a bizarra observação de que o consumo público está igualmente subavaliado;
- iv)* a pseudodemonstração de que as verbas em percentagem do ensino básico e secundário caem em função do PIB, pelo que a educação não seria é uma prioridade para o Governo;
- v)* a acusação infundada de que o Governo não cumpre a Lei das Finanças Locais;
- vi)* o pretenso agravamento da equidade com a política fiscal inscrita no Orçamento;
- vii)* a indefinição das Oposições quanto à luta contra a evasão e fraude fiscais;
- viii)* a ansiedade quanto ao andamento da retoma económica.

Ao reduzir em 0,75 % a contribuição patronal para a Segurança Social e ao consignar à Segurança Social a receita adicional do IVA decorrente da subida da taxa normal de 16 % para 17 %, o Governo dá início a uma política do maior significado, na medida em que o financiamento autónomo da Segurança Social deixa de ser apenas assegurado pelo factor trabalho e passa a ser também financiado pela globalidade da actividade económica.

Trata-se portanto de uma medida estrutural no sentido de uma maior equidade.

Por outro lado, a consignação do aumento de receita à Segurança Social, ao contrário da tese da Oposição, não representa qualquer violação de natureza constitucional. Com efeito, ficou provado que esta consignação de receita fiscal, prevista no n.º 7 do artigo 301.º da proposta de lei, preenche todos os requisitos

previstos para constituir, a par de outros casos, uma excepção ao princípio da não consignação que rege a Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado.

Também a Oposição não teve razão ao suscitar a dúvida da constitucionalidade sobre a facilidade de gestão concedida ao SNS para se poder comprometer com uma despesa superior à dotação orçamentada em 8,5%. Não só perdeu neste terreno como passou ao lado do cerne da questão.

Não compreendeu que esta medida vem obrigar a uma gestão mais rigorosa das despesas correntes, e não teve em atenção, ao mesmo tempo, que a área da saúde, mais do que qualquer outra, pode ver-se confrontada com a necessidade de fazer face a despesas imprevistas e inadiáveis.

Não entendeu também que a decisão de liquidar a dívida anormal acumulada pelo SNS, no montante de 70 milhões de contos, que correspondia à facturação vencida com mais de 90 dias, constituía a condição necessária para que os orçamentos das instituições da área da saúde passassem a ser verdadeiros instrumentos orientadores da gestão e da disciplina financeira.

Com efeito, regularizada esta situação do passado, pode passar-se a exigir o cumprimento rigoroso das dotações orçamentais. E também pode dizer-se que o Estado passa a cumprir as obrigações com os seus fornecedores, nos prazos normais.

Incorreram também as Oposições num erro técnico grosseiro, aliás como alguns reputados analistas económicas, ao afirmarem que o défice orçamental está subavaliado porque o Tesouro vai adquirir 180 milhões de contos de créditos que a Segurança Social tem sobre entidades que estão em dívida com as respectivas contribuições.

Trata-se de uma afirmação que denota um desconhecimento técnico elementar acerca das regras da Contabilidade Pública e do significado preciso do conceito de défice orçamental, o qual, aliás, já está harmonizado a nível da UE.

Começa-se por recordar que o défice diz respeito ao conjunto do SPA (que é composto pelos subsectores Estado, Fundos e Serviços Autónomos, Administração Regional e Local e Segurança Social).

Para 1995 prevê-se que o défice autónomo da Segurança Social (antes do apoio do Estado) atinja 330 milhões de contos. Ora, a forma como esse défice é financiado, através de transferências

do Estado, empréstimos do Tesouro, aquisição de créditos da Segurança Social ou outras modalidades, não afecta, como é óbvio, o valor global do défice do SPA, que resulta da consolidação de todos os subsectores.

Mas nesta matéria de erros técnicos primários honra seja feita ao CDS que bate de longe as restantes bancadas da Oposição, com a sua pseudoproposta orçamental de alternativa.

Com efeito, o CDS começa por acusar o Governo de furar o tecto da despesa pública global, mas desconhece, por exemplo, que nele se não inclui a despesa consignada. Prossegue o CDS, propondo, com a maior candura, uma enorme desorçamentação, através da sugestão de que as Universidades deixem de ser financiadas pelo Orçamento do Estado, para passar a sê-lo por Fundações, alimentadas, claro está, por verbas orçamentais.

Por outro lado, ao propor a criação de um banco semipúblico para agricultores e pescadores (e por que não também um banco para a indústria ou para o comércio?), nem sequer se dá conta de que está a pisar a sua grande bandeira de todos os dias, de guardião fundamentalista de um mercado sem regras de funcionamento e sem qualquer intervenção do Estado na economia.

Empolgado, o CDS inventa reduções de gastos inexistentes, aumenta de forma descontrolada os incentivos fiscais às empresas e chega, alegremente, a um défice de 1150 milhões de contos, o que representaria 7,3% do PIB (mais 230 milhões de contos e mais 1,5% do PIB do que a proposta do Orçamento do Governo).

Aqui chegou, o CDS encontra a milagrosa solução para o financiamento deste alargamento desmesurado do défice — aumentam-se as receitas das privatizações, 150 milhões de contos acima da previsão do Governo, ou seja, vende-se a Caixa Geral de Depósitos e com essas verbas paga-se o acréscimo das despesas correntes!

Esquece-se, inclusive, de que as receitas das privatizações não podem nem devem servir para cobertura do défice, mas apenas para a redução da dívida pública.

Mais comentários, para quê?

As Oposições, e sobretudo o PS, partilham também a bizarra observação de que o consumo público está subavaliado.

Argumentam do seguinte modo: o Orçamento prevê um gasto nominal de 14,2% na rubrica de aquisição de bens e serviços; os

gastos globais do SPA vão subir 8,8%. Por outro lado, o consumo público vai crescer, em termos reais, 0,7%.

Ora, assim sendo, deduz desembaraçadamente o PS, o Governo prepara uma monumental encenação para realizar um aumento intercalar da função pública, em 1995, com fins descaradamente eleitoralistas!

Ficámos esclarecidos quanto à irresponsabilidade com que os Srs. Deputados do PS encaram a governação do País!

Não se lembraram sequer os Srs. Deputados do PS de fazer umas contas simples. Esqueceram-se, em primeiro lugar, de que o crescimento de 14,2% nas aquisições de bens e serviços não é idêntico à variação das despesas do Estado, onde se inclui a totalidade da dotação provisional. E que esta dotação não só se destina a fazer face a despesas imprevistas, para além de prever verbas para o ajustamento salarial de 1995, como abrange importantes transferências para os Fundos e Serviços Autónomos.

Também se esqueceram de que o crescimento das despesas do SPA de 8,8% inclui movimentos de mera intermediação financeira de alguns Fundos e Serviços Autónomos (exemplo: IAPMEI, INGA) e que o cálculo na óptica da contabilidade pública é compatível com o crescimento real do consumo público em 0,75%, calculado este na óptica da contabilidade nacional, em que o crescimento da despesa é menor. Para isso concorre, designadamente, a não inclusão, nesta última óptica, de importantes despesas com convenções e farmácias que são transferências para as famílias.

Esqueceram-se, por último, do que é importante salientar no domínio das despesas correntes, e que o seu crescimento nominal é apenas 3,8%, inferior à taxa de inflação, dada a prioridade atribuída às despesas de investimento.

Outros pseudoproblemas foram levantados pela Oposição, na área da educação. Em particular, foi feita a crítica de que, no seu conjunto, a despesa com a educação pouco ou nada cresce e que as verbas em percentagem do ensino básico e secundário até caem em função do PIB. O primeiro erro de palmatória dos subscritores desta crítica está em não terem tido em conta que as verbas atribuídas aos Ministérios não incluem a dotação para pagamento do ajustamento salarial de 1995. O segundo erro está em esquecer que, no Ministério da Educação, mais de três quartos da despesa total correspondem a despesas de pessoal.

Assim, se se considerar, como referência, um aumento de tabela de 5%, verifica-se facilmente que as dotações para o Ministério da Educação crescem cerca de 12,6% e que, tal como o Governo referiu na proposta do Orçamento, o peso da educação no PIB atinge o nível histórico recorde de 512%.

Do mesmo modo se pode constatar como são improcedentes outras críticas sobre aspectos mais pontuais, como a pretensa insuficiência de verbas para os ensinos básico e secundário. Há realmente um número surpreendentemente elevado de deputados da Oposição a fazerem leituras do Orçamento muito distraídas!

Manifestaram-se também, em particular alguns Srs. Deputados do CDS e também do PS (pasmese!) muito angustiados com a política de avales do Estado, clamando que ela traduz uma postura laxista quanto à gestão das empresas públicas.

Enganam-se novamente e redondamente os Srs. Deputados. Pelo contrário, as medidas do Orçamento para 1995 vão no sentido do reforço da disciplina nesta matéria, ao mesmo tempo que se prevê a continuação do processo de redução do peso do Estado na economia através das privatizações.

Outra acusação infundada que apareceu é a de que o Governo não cumpre a Lei das Finanças Locais, quando aumenta os recursos transferidos para as autarquias em 13% face ao Orçamento inicial de 1994 e em 10% tomando como base a rectificação havida.

A crítica feita é a de que a consignação da receita à Segurança Social do aumento de 1% da taxa normal do IVA viola a Lei das Finanças Locais.

Srs. Deputados, a crítica é improcedente quer no plano formal, quer no plano lógico e interpretativo.

A fórmula de cálculo do FEF previsto na Lei das Finanças Locais reporta-se ao IVA previsto no Orçamento do Estado. Ora, obviamente, em todos os casos em que haja consignação de receita esta não é do Estado mas da entidade beneficiária.

Se assim não fosse, então o montante do IVA atribuído às Regiões Autónomas assim como o denominado «IVA turístico» deveriam igualmente constar do mapa 1 — Receitas do Estado — anexo à proposta de lei do Orçamento, o que, evidentemente, seria de todo indefensável.

Passemos a alguns aspectos adicionais relativamente à área da fiscalidade.

O Partido Comunista levantou, mais uma vez, como vem fazendo invariavelmente há muitos anos, a bandeira da equidade, sustentando que a política fiscal inscrita no Orçamento vem acentuar a inequidade fiscal.

Cumprindo o ritual que se auto-impôs, o Partido Comunista voltou a tentar explicar o inexplicável: isto é, como é que o rendimento disponível das famílias líquido de imposto diminui em 1995, com aumentos de 6% nos abatimentos e deduções previstos em IRS, e com uma previsão de inflação centrada em 4%.

Como é óbvio, menos para o Partido Comunista, as contas correctas, para isolar o efeito fiscal, fazem-se assumindo que se verifica a manutenção, em termos reais, do rendimento bruto dos contribuintes entre 1994 e 1995, qualquer que seja o escalão de rendimento em que estão inseridos e a natureza do agregado familiar.

Constata-se assim, facilmente, que o aumento verificado no rendimento das famílias, após a dedução dos impostos, oscila entre 0,3% e 0,5%, nos escalões mais representativos e aproveitando alguns benefícios fiscais.

O Partido Comunista continua também a insistir em que a fiscalidade vai no sentido de uma cada vez maior inequidade.

É uma perspectiva que tem por suporte uma visão obsoleta da política fiscal, que importa desmistificar, tanto mais que ela é partilhada, de um modo ou de outro, ao que parece, por vários dos Srs. Deputados do PS.

Importa sublinhar em primeiro lugar que o Estado exerce uma poderosa função redistributiva através das suas funções sociais — a educação, a saúde, habitação, cultura, a segurança social e outros serviços colectivos —, a qual constitui, em si mesma, o mais poderoso instrumento redistributivo, e portanto gerador de equidade, nas sociedades modernas.

Por outro lado, esquece-se, também, que a ideia de conseguir equidade fiscal só com taxas altamente progressivas no IRS já foi abandonada há muitos anos na generalidade dos países.

Como se sabe, quanto mais alta é a taxa marginal do imposto maior é o incentivo para a evasão fiscal. Acresce que é nos estratos de rendimentos mais altos que se tende a verificar maior evasão, não só porque podem mobilizar mais informação e recursos técnicos para esse fim, como porque a natureza mais diversificada dos seus rendimentos lhes possibilita maiores oportunidades, nomeadamente hoje em dia, num quadro de liberalização financeira.

Importa, aliás, sublinhar que, quanto ao tema que é hoje em Portugal, e noutros países, a questão crucial da equidade fiscal — a equidade entre os que pagam e os que não pagam as suas obrigações fiscais —, as Oposições permanecem silenciosas ou, pior ainda, esboçam posições semioficiais, por vezes totalmente contraditórias, pela boca de vários responsáveis, mas sem se definirem.

Qual é afinal a posição das bancadas da Oposição sobre a luta contra a evasão e fraudes fiscais que constitui um vector essencial da política do Governo?

Exemplo notório da desorientação das Oposições nesta matéria foi a não tomada de uma posição clara a propósito da execução do Decreto-Lei n.º 225/94.

Como é sabido, o fundamento para a elaboração deste regime excepcional e transitório foi o facto de o Governo, anteriormente em 1993, à semelhança do que se passa na generalidade dos países da UE e no âmbito de uma autorização legislativa da Assembleia da República, ter «criminalizado» a partir de 1 de Janeiro de 1994 as situações de abuso de confiança fiscal (exemplo: não entrega nos cofres do Estado do IRS descontado a trabalhadores ou do IVA cobrado a terceiros).

O Decreto-Lei n.º 225/94 visou, portanto, facilitar aos devedores a regularização das dívidas acumuladas até 31 de Dezembro de 1993, isto é, até à entrada em vigor do novo quadro punitivo. Trata-se de um *stock* de dívidas com antiguidades diferenciadas, em que boa parte corresponde à situação de cobrança duvidosa ou de crédito mal parado.

Aliás, o diploma constitui o esquema mais favorável, do ponto de vista das entidades devedoras, que já alguma vez foi aprovado com objectivos semelhantes. Em consequência, as entidades devedoras, face ao novo quadro sancionatório que entrou em vigor no início do corrente ano, passaram a dispor de uma oportunidade real para a sua viabilização, em comparação com a situação legal anterior que não permitia regularizar em prestações as dívidas acumuladas.

Poderá, assim, alguém, de boa fé, dizer que o Decreto-Lei n.º 225/94 não constitui um instrumento para a viabilização financeira de entidades que ainda têm essa possibilidade?

Importa não esquecer que a generalidade dos cidadãos e das empresas portuguesas cumprem as suas obrigações tributárias e que não compreenderiam a concessão de mais facilidades aos que não

cumprem e que estão na realidade a prejudicar o conjunto da sociedade.

Trata-se de uma questão de justiça social, que só alguns (poucos) não querem compreender.

Honra seja feita nesta matéria ao Partido Comunista que, das bancadas da Oposição, foi o que defendeu uma posição mais coerente.

Pois bem, em matéria tão crucial como a luta contra a evasão e a fraude fiscais, em que o Governo se encontra empenhado, o PS e também o CDS optam pela indefinição, ou seja, por deixar insinuar a ideia de que poderiam simpatizar, se não mesmo apoiar, iniciativas perigosas de laxismo fiscal, através de declarações contraditórias dos seus responsáveis.

Cabe pois a seguinte pergunta:

Afinal, de que lado estão o PS e o CDS? Do lado das empresas, e outras entidades e das famílias, que cumprem rigorosamente as suas obrigações fiscais, ou do lado dos que canalizam as suas energias e recursos para praticar evasões ou fraudes fiscais?

Termino a inventariação das críticas comentando a ansiedade de que parecem possuídas as Oposições quanto ao andamento da retoma económica.

Compreende-se a ansiedade. Sobretudo o PS revela um grande desconforto perante a perspectiva de que, em Outubro próximo, a economia portuguesa esteja a caminho de um crescimento mais vigoroso.

Pois bem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os dados disponíveis, à medida que vão surgindo, confirmam cada vez com maior nitidez que a retoma económica se está a desenvolver de acordo com o padrão que anunciei logo no início do ano.

Ou seja: uma retoma saudável, mas lenta e difícil ao longo de 1994, baseada quase somente na recuperação vigorosa das exportações; porém, ao longo de 1995 verificar-se-á uma consolidação e generalização progressiva aos diversos sectores produtivos, na medida em que à força propulsora das exportações se vai juntando, gradualmente, a reanimação do investimento e do consumo privado.

É um padrão saudável e o único que serve uma economia pequena e aberta ao exterior como a portuguesa, que rejeita a adop-

ção de políticas de contraciclo, através do estímulo artificial da procura interna, tão caras ao PS e com resultados desastrosos.

Como mostram os últimos indicadores publicados pelo INE, os sinais de retoma da economia são cada vez mais evidentes.

A produção agrícola está a aumentar significativamente, na maioria das culturas mais importantes. O destaque vai para o arroz (+63%) e o tomate (+50%), nos primeiros nove meses de 1993, estando ainda os principais cereais a aumentar a taxas satisfatórias, contribuindo para que haja este ano um aumento significativo do rendimento dos agricultores, apesar de quedas verificadas nas frutas e no vinho, em consequência de adversas condições climáticas em Abril/Maio.

Para isso contribui também, de modo significativo, uma favorável evolução no sector florestal, nas quantidades e nos preços.

O Índice de Produção Industrial tem vindo a crescer nos últimos meses, apresentando, desde Maio último, variações homólogas mensais positivas, depois de, em meses anteriores, se ter assistido a um escoamento continuado de *stocks* em excesso.

No que se refere à indústria transformadora, o crescimento da produção é mais expressivo. Assim, no período de Janeiro a Agosto, verifica-se uma variação acumulada positiva (acréscimo de 0,3% em relação ao período homólogo do ano anterior), invertendo a tendência de queda que se verificava desde Dezembro de 1991.

Os principais acréscimos verificam-se nos sectores mais influenciados pela dinâmica da procura externa.

Em especial, estão já a verificar-se boas recuperações dos níveis de produção, face a 1993, nas indústrias têxtil (+4,2%), do calçado (+5%) e do papel (+1,4%) e, de um modo geral, nos sectores de bens intermédios (+3%).

E, para desconsolo do PS que se não tem cansado de brandir o IPI, como a grande prova de que a retoma não existe, até as indústrias de bens de consumo já experimentaram, em Agosto último, uma expressiva variação positiva e mesmo o sector de produção de bens de investimento está a começar a apresentar sinais positivos.

O aumento do nível de actividade da indústria é também corroborado pela evolução do consumo de energia eléctrica, o qual tem vindo a registar variações homólogas positivas, desde Maio último, atingindo em Outubro, em termos acumulados, um aumento de 3%.

A indicação de que se está num processo de consolidação de retoma é dada pela nítida melhoria dos indicadores sobre as perspectivas dos empresários no próximo futuro: o saldo das respostas extremas para a indústria transformadora atingiu em Outubro +13 %, contra -6 % em Outubro de 1993.

Sublinha-se que não são apenas os indicadores internos que denotam a melhoria da conjuntura.

Com efeito, o indicador de confiança para a indústria transformadora portuguesa, elaborado pelos serviços da Comissão Europeia, apresenta também um expressivo aumento em Outubro último.

Quanto à construção civil e obras públicas, as vendas de cimento têm vindo a registar, desde Julho, fortes variações homologas positivas (+10,5 % no período de Agosto a Outubro) e um aumento ainda maior no consumo do aço (+20,3 % no 3.º trimestre).

Os indicadores avançados que estão disponíveis apresentam igualmente sinais de um reforço da tendência positiva.

Quanto à construção civil, o indicador dos metros quadrados de construção licenciada subiu 42,5 % nos primeiros oito meses do ano, antecipando uma forte retoma da actividade no próximo futuro.

Quanto às obras públicas, o indicador sobre as adjudicações de Janeiro a Novembro apresenta um aumento, em termos reais, de 16 % face ao período homólogo do ano anterior.

No sector dos serviços destaca-se, em primeiro lugar, o forte crescimento do turismo. Um inquérito às 100 maiores empresas do sector mostra que 85 % aumentou o seu volume de facturação e que, em um terço delas, as vendas aumentaram mais de 20 %.

Embora de forma menos expressiva, também no comércio de retalho começam a surgir sinais de reanimação. O saldo das respostas extremas sobre as vendas verificadas tem vindo a reduzir a sua expressão negativa. Assim, para os dez primeiros meses do ano, verifica-se uma melhoria de 10 pontos percentuais face ao mesmo período do ano anterior.

Estes sinais serão reforçados no próximo futuro, de acordo com o valor de Outubro do indicador avançado do INE sobre a evolução das vendas no semestre seguinte (uma variação positiva de 4,7 %, em média anual).

Do mesmo modo, o indicador de confiança dos consumidores, que os serviços da Comissão calculam, começou a registar nos úl-

timos meses uma inversão da sua tendência negativa. As variações passaram a ser positivas nos últimos três meses (entre Agosto e Outubro), cifrando-se, em termos homólogos, em 2,3%.

Portanto, é esperável que à força propulsora da dinâmica da procura externa se junte, progressivamente ao longo de 1995, a recuperação do investimento e do consumo privado que, como se acaba de verificar, já se está a iniciar.

Quanto aos indicadores do comércio externo, todos os meses têm sido revistos em alta o crescimento das exportações e a melhoria da taxa de cobertura, sinais claros de uma tendência para o reforço da capacidade competitiva.

Assim, de acordo com os últimos indicadores do INE, as exportações globais aumentaram 16,2% entre Janeiro e Agosto; e a taxa de cobertura aumentou para 66,7% (ou seja 4,3 pontos percentuais acima do valor de há um ano).

O aumento das exportações é ainda mais expressivo no comércio extracomunitário, atingindo cerca de 20% no mesmo período.

Sublinhe-se também que foi já positiva a evolução, em Agosto, das importações de bens de consumo não alimentares e de bens de equipamento, excluindo material de transporte, o que reflecte também a já assinalada recuperação da procura interna, de forma lenta mas progressiva.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como acabei de mostrar, estamos perante um processo de retoma saudável para a economia portuguesa.

A nossa economia começa a amadurecer na sua capacidade de concorrência com o exterior, num quadro totalmente aberto, quer nos mercados externos quer no mercado interno.

Os empresários e os trabalhadores portugueses estão a revelar que dispensam as velhas muletas do proteccionismo, do subsídio, da desvalorização cambial e do benefício fiscal por tudo e por nada, que sobretudo o PS, pressuroso, se apressa a lhes oferecer, pintando um cenário dantesco de falências em massa e de empresários em debandada perante a concorrência estrangeira.

É um mundo que só existe na cabeça daqueles que não têm experiência prática de gestão de empresas e que, à menor dificuldade, preferem abrigar-se a uma asa protectora em vez de fazer frente às dificuldades.

Pelo contrário, os empresários e os trabalhadores portugueses já entenderam que o futuro depende cada vez mais de si próprios, da sua visão estratégica, da sua capacidade para organizar e de-

envolver os recursos produtivos e para competirem cada vez melhor em mercados abertos e globalizados.

E já entenderam também que às autoridades públicas cabe garantir a estabilidade macroeconómica, cabe garantir e promover um ambiente favorável à competitividade e cabe ainda completar as reformas estruturais que têm sido lançadas pelo Governo.

E quanto à retoma económica, não se preocupem Sr.^{as} e Srs. Deputados da Oposição. Ela está mesmo a acontecer e vai reforçar-se progressivamente ao longo de 1995, não obstante este debate não ter proporcionado, da vossa parte, sugestões que para tal pudessem contribuir.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: A conclusão fundamental do debate havido nesta ilustre Câmara é que ficou eloquentemente provado que a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1995 constitui um instrumento eficaz, equilibrado e realista para apoiar:

- i) a consolidação da retoma económica;
- ii) a dinamização do investimento e da criação do emprego;
- iii) e o aumento do bem-estar das famílias portuguesas numa base saudável e duradoura.

Assim sendo, a proposta do Orçamento permite a realização adequada dos objectivos essenciais, no quadro da estratégia da política económica de médio prazo do Governo.

Muito obrigado.

2.4.4 — Sessão de encerramento (13 de Dezembro)

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

Como o debate havido nesta Câmara mostrou, com toda a clareza, aos olhos de qualquer observador independente, a proposta de Orçamento do Estado para 1995 constitui, na linha do Programa do Governo, um instrumento para o progresso económico e social do País e para o reforço da confiança dos Portugueses.

Não admira, pois, a frustração e o desnorte manifestados pelas bancadas da Oposição ao longo do debate.

Assim, num primeiro tempo, as Oposições fugiram à análise, séria e profunda, sobre os temas essenciais do Orçamento. E, num

segundo tempo, refugiaram-se em questões superficiais de ordem formal, à mistura com conclusões erróneas do ponto de vista técnico.

Com efeito, começaram as Oposições por se furtar à discussão sobre a consistência e articulação entre os três objectivos fundamentais da proposta do Orçamento:

- i)* a consolidação da retoma económica;
- ii)* a dinamização do investimento;
- iii)* a defesa e promoção do emprego.

O seu desconforto aumentou ao verificarem que a proposta está, de facto, orientada, e de modo muito expressivo, para o reforço do bem-estar das famílias e para o aumento da competitividade das empresas e da economia. E que, para cúmulo, estamos perante um orçamento de rigor.

Procuraram, afanosamente, as Oposições qualquer vestígio de eleitoralismo ou qualquer elemento de despesismo que pudessem exhibir, triunfalmente, como prova do que não se cansaram de vaticinar antes de conhecerem o seu conteúdo.

Enganaram-se redondamente, e daí a desorientação sobretudo de alguns economistas da área socialista, que apareceram a qualificar o Orçamento, uns como «muito expansionista», outros como «pouco expansionista» e outros ainda como «contraccionista»!

Na verdade, um Orçamento que não aumenta o nível de fiscalidade, que diminui o peso das despesas correntes no PIB, mas que eleva consideravelmente as despesas de investimento e que, não obstante, reduz o défice global do SPA terá deixado, segundo alguns analistas, as bancadas da Oposição «à beira de um ataque de nervos».

Que dizer do conteúdo social de um Orçamento que promove o bem-estar das famílias, aumentando em 250 milhões de contos as despesas públicas afectas às áreas sociais — educação, saúde, segurança social, habitação, cultura e outros serviços colectivos —, o que corresponde a 70% do acréscimo global das despesas públicas no Orçamento de 1995 face ao de 1994?

E que dizer de um PIDDAC que, dos seus 752 milhões de contos de despesas de investimento, dedica 30% à educação, formação profissional, saúde e ambiente; 37% a apoios ao tecido produtivo, para estimular a competitividade e a criação de emprego,

e 27 % a infra-estruturas para a melhoria da qualidade de vida e funcionamento competitivo da economia?

E que dizer de um Orçamento que, pela via fiscal, também eleva o poder de compra das famílias, aumentando em valores reais os abatimentos em IRS, sem alterar as taxas; que isenta de imposto do selo o crédito ao consumo; que alarga os benefícios fiscais a novos instrumentos de poupança financeira longa; e que atribui 150 milhões de contos para apoio à habitação, entre outras medidas?

E que dizer das medidas de apoio ao investimento das empresas, mola real da criação do emprego?

Ouvimos nós, nesta ilustre Câmara, as Oposições criticarem ou mesmo debruçarem-se, por exemplo, sobre:

- i)* o crédito fiscal ao investimento e a duplicação deste incentivo para as micro e pequenas empresas?
- ii)* a redução de emolumentos e outros encargos devidos por aumentos de capital ou a isenção destes encargos para micro e pequenas empresas?
- iii)* a eliminação, na prática, da dupla tributação económica ou a quase eliminação da tributação do lucro para as micro e pequenas empresas nos três próximos anos?
- iv)* a redução das taxas liberatórias nos juros das obrigações das empresas ou o reforço dos benefícios fiscais para as acções cotadas?
- v)* ou, ainda, debruçarem-se sobre as medidas de moralização fiscal e de reforço da luta contra a evasão fiscal?

A bom entendedor meia palavra basta para compreender o significado do profundo silêncio das bancadas da Oposição sobre estas e outras matérias essenciais.

O pior, para a Oposição, é quando passa à fase de propor medidas. E aí começa o rosário de contradições entre os seus responsáveis.

Assim, na banda do Partido Socialista, começaram quase todos por ser fundamentalistas inflamados em favor de Maastricht, quando o Tratado foi ratificado pelo próprio PS nesta Câmara. Agora, exprimem, de uma forma ou de outra, reservas ao seu cumprimento. Das mais variadas teses socialistas que têm vindo a público, parece destacar-se a versão catastrofista, segundo a qual ainda não estamos preparados (e segundo ela nunca estaremos) para

aceitar o desafio da UEM. Assim deveríamos abandonar o objetivo de cumprimento dos critérios de convergência, com o que, no fundo, se propõe o retorno à política de derrapagem da despesa pública, da desvalorização e da inflação, na ilusão vã e perigosa, tantas vezes já negada pela experiência, de que assim se protege a competitividade e o emprego.

Ora, sobre uma questão tão central para as perspectivas de médio prazo e para a orientação da política económica, qual é afinal a postura da Oposição? É diferente da do Governo? E nesse caso qual é a alternativa que defende?

A estas interrogações responde a direcção do PS com um mar de *ses*, de *talvez*, de *tendo em conta que*, em função das tendências de opinião de que a Comunicação Social se faz eco e da evolução conjuntural do ciclo económico.

E, para desviar as atenções, avança com a tese de que nos estamos a afastar da média da UE, em matéria de convergência real.

É fácil, no entanto, evidenciar o erro técnico grosseiro em que assenta esta tese.

É óbvio que só faz sentido analisar a convergência real num período longo, que abranja no mínimo um ciclo económico completo, a que, aliás, corresponde, aproximadamente, o período de 1986-1994.

Ora, nesse período, constata-se que a economia portuguesa cresceu à taxa média anual de 3,2%, ou seja, cerca de 0,9 pontos percentuais acima da média comunitária e 0,5 pontos percentuais acima da economia espanhola, o que é, indubitavelmente, uma boa *performance* económica, como aliás todos os analistas internacionais têm sublinhado.

O FMI, no seu *World Economic Outlook* de Outubro último, aborda a metodologia de análise da convergência real e salienta:

- i) que este tipo de análise deve ser feita apenas num horizonte de longo prazo, de preferência envolvendo vários ciclos económicos;
- ii) que devem ser utilizados, pela sua complementaridade, os critérios do diferencial da taxa de crescimento real e da evolução do PIB médio *per capita* ajustado pelas paridades do poder de compra;
- iii) que os estudos empíricos sobre os processos de convergência demonstram que o sucesso, quando o há, se encontra indissolúvelmente ligado à qualidade da política económica e à sua coerência intertemporal.

Ora, se aplicarmos este tipo de análise à evolução da economia portuguesa nos dois últimos ciclos económicos, 1976-1985 e 1986-1994, obtemos a seguinte perspectiva:

- i) entre 1986 e 1994, a economia portuguesa não só cresceu 0,9 pontos percentuais acima da média europeia, como a evolução do PIB *per capita*, ajustado pela paridade dos poderes de compra, mostra que a economia portuguesa encurtou em 10 pontos percentuais (na mesma base estatística) o fosso de bem-estar que a separa da média da UE;
- ii) em contrapartida, em 1985 ainda estávamos 3 pontos percentuais abaixo do nível relativo de bem-estar que já tínhamos atingido em 1973, ou seja, durante esses anos estivemos de facto em divergência real em relação à Europa.

Nos últimos anos, a evolução de Portugal relativamente aos critérios de convergência tem sido assinalável e reconhecida pelas instâncias internacionais:

- i) no final de 1994, a diferença em relação ao critério da taxa de inflação será de 1,9%, enquanto em 1991 era ainda de cerca de 7,5%. Para 1995 prevê-se que aquela distância continue a ser encurtada;
- ii) relativamente ao critério das taxas de juro de longo prazo, o processo foi semelhante. De um diferencial de 6,7%, em 1991, passou-se para um diferencial de 1,5% em 1994;
- iii) as contas públicas encontram-se também em trajectória de convergência. O nosso défice público em percentagem do PIB dista 2,8 pontos percentuais do valor de referência de 3%, mas não anda longe do diferencial médio a nível da UE. O que é fundamental é a tendência descendente para atingirmos a prazo o valor de referência;
- iv) o rácio da dívida pública em relação ao PIB situa-se no valor médio a nível da UE, próximo do respectivo valor de referência, e retomará a sua tendência descendente à medida da consolidação da retoma, da redução do défice público e do aprofundamento das privatizações.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Só quem não quer ver é que não vê que a economia portuguesa tem progredido no sentido da convergência, o que se reflectiu também, no período de 1986-1994, no crescimento real (descontada a inflação) dos salários e das pensões a uma taxa média anual de, respectivamente, 3% e 5%, mais do dobro da média comunitária e do verificado em Espanha.

Também neste domínio houve convergência!

As bancadas da Oposição, para além de colocarem, com o assinalável insucesso que acabo de mostrar, a questão da convergência, furtaram-se, na prática, a discutir os aspectos substantivos mais importantes da proposta de orçamento.

Preferiram refugiar-se, em questões formais, invocando pretensas violações de constitucionalidade ou falhas de rigor técnico na elaboração do Orçamento. É o caso, por exemplo, das questões levantadas inicialmente pelo PS sobre a consignação à Segurança Social da receita adicional do IVA resultante da reposição da taxa normal nos 17%, e sobre a facilidade de gestão para que o SNS possa assumir compromissos até 8,5% da dotação orçamentada.

O PS acabou por reconhecer ter enveredado por um caminho pouco frutuoso e falho de rigor técnico e, assim, deixou progressivamente cair no esquecimento tais críticas.

Importa registar o facto que revela que, bem lá no fundo do seu pensamento, o PS concorda com certeza com a justeza técnica e o grande alcance político das medidas tomadas.

Incorreram também as Oposições num erro técnico grosseiro, aliás como alguns reputados analistas económicos, ao afirmarem que o défice orçamental está subavaliado porque o Tesouro vai adquirir 180 milhões de contos de créditos à Segurança Social.

Trata-se de uma afirmação que denota um desconhecimento técnico elementar acerca das regras da Contabilidade Pública e do significado preciso do conceito de défice orçamental, o qual, aliás, já está harmonizado a nível da UE.

Mas nesta matéria de erros técnicos primários honra seja feita ao CDS que bate de longe as restantes bancadas da Oposição, com a sua pseudoproposta orçamental de alternativa.

Com efeito, o CDS começa por acusar o Governo de furar o tecto da despesa pública global, mas desconhece, por exemplo, que nele se não inclui a despesa consignada. Prossegue o CDS, propondo, com a maior candura, uma enorme desorçamentação, atra-

vés da sugestão de que as Universidades deixem de ser financiadas pelo Orçamento do Estado, para passar a sê-lo por Fundações, alimentadas, claro está, por verbas orçamentais.

Por outro lado, ao propor a criação de um banco semipúblico para agricultores e pescadores (e por que não também um banco para a indústria ou para o comércio?), nem sequer se dá conta de que está a pisar a sua grande bandeira de todos os dias, de guardião fundamentalista de um mercado sem regras de funcionamento e sem qualquer intervenção do Estado na economia.

Empolgado, o CDS inventa reduções de gastos sem dizer concretamente onde e como, aumenta de forma descontrolada os incentivos fiscais às empresas e chega, alegremente, a um défice de 7,3% do PIB.

Aqui chegado, o CDS encontra a milagrosa solução para o financiamento deste alargamento desmesurado do défice — aumentam-se as receitas das privatizações, 150 milhões de contos acima da previsão do Governo, ou seja, vende-se a Caixa Geral de Depósitos e com essas verbas paga-se o acréscimo das despesas correntes!

Esquece-se, inclusive, de que as receitas das privatizações não podem nem devem servir para cobertura do défice, mas apenas para a redução da dívida pública.

Mais comentários, para quê?

Outras incorrecções nas críticas formuladas poderiam ser referidas, mas não vale a pena alongarmo-nos, pois os exemplos apon-tados já servem de ilustração dos erros de avaliação cometidos pelas Oposições.

Passemos a alguns aspectos adicionais relativamente à área da fiscalidade.

Procuram as Oposições insinuar que as propostas de aperfeiçoamento feitas pelo Grupo Parlamentar do PSD em relação à proposta inicial do Governo representam uma «descaracterização» da mesma.

Importa, a este respeito, sublinhar o seguinte:

- i) os aperfeiçoamentos foram sugeridos pelo Ministério das Finanças ao Grupo Parlamentar;
- ii) eles revelam a abertura do Governo a sugestões de melhoria que não colidam com os princípios fundamentais e com a essência dos objectivos visados.

Assim, pergunto, por exemplo:

- i) beneficia-se ou não as famílias, ao permitir-se o abatimento de despesas de saúde dos ascendentes que vivam em economia comum?
- ii) será honesto afirmar-se que se abandonou o princípio da moralização fiscal só porque se acolheu o pedido de associações empresariais para a introdução de uma perspectiva mais gradualista dos normativos usuais na UE relativamente a certo tipo de despesas das empresas, ou seja, passando-se de 30% para 20% o limite da percentagem não considerada como custo para efeitos fiscais das despesas de representação e de viaturas e de 40% para 25% a sobretaxa sobre as despesas confidenciais ou não documentadas?

É evidente que não!

E é também evidente — mesmo para aqueles que ainda assim não concordam com estas medidas — que Portugal continuará a ter na matéria o regime mais favorável para as empresas de todos os países da UE.

O Partido Comunista levantou, mais uma vez, como vem fazendo invariavelmente há muitos anos, a bandeira da equidade, sustentando que a política fiscal inscrita no Orçamento vem acentuar a inequidade fiscal.

Cumprindo o ritual que se auto-impôs, o Partido Comunista voltou a tentar explicar o inexplicável: isto é, como é que o rendimento disponível das famílias líquido de imposto não aumenta em 1995, com aumentos de 6% nos abatimentos e deduções previstos em IRS, e com uma previsão de inflação centrada em 4%.

Como é óbvio, menos para o Partido Comunista, as contas correctas, para isolar o efeito fiscal, fazem-se assumindo que se verifica a manutenção, em termos reais, do rendimento bruto dos contribuintes entre 1994 e 1995, qualquer que seja o escalão de rendimento em que estão inseridos e a natureza do agregado familiar.

Constata-se assim, facilmente, que o aumento verificado no rendimento das famílias, após a dedução dos impostos, oscila entre 0,3% e 0,5%, nos escalões mais representativos e aproveitando alguns benefícios fiscais.

A Oposição continua também a insistir em que a fiscalidade vai no sentido de uma cada vez maior inequidade.

É uma perspectiva que tem por suporte uma visão obsoleta da política fiscal, que importa desmistificar, e que ignora que o Estado exerce uma poderosa função redistributiva também através das suas funções sociais — a educação, saúde, habitação, cultura, segurança social e outros serviços colectivos.

Por outro lado, esquece-se, também, que a ideia de conseguir equidade fiscal só com taxas altamente progressivas no IRS já foi abandonada há muitos anos na generalidade dos países.

Importa, aliás, sublinhar que, hoje em Portugal, e noutros países, a questão crucial da equidade fiscal é a equidade entre os que pagam e os que não pagam as suas obrigações fiscais. Nesta matéria, as Oposições permanecem silenciosas ou, pior ainda, esboçam posições semioficiais, por vezes totalmente contraditórias, pela boca de vários responsáveis, mas sem se definirem.

Exemplo notório da desorientação das Oposições nesta matéria foi a não tomada de uma posição clara a propósito da execução do Decreto-Lei n.º 225/94.

Como é sabido, o fundamento para a elaboração deste regime excepcional e transitório foi o facto de o Governo, anteriormente em 1993, à semelhança do que se passa na generalidade dos países da UE e no âmbito de uma autorização legislativa da Assembleia da República, ter «criminalizado» a partir de 1 de Janeiro de 1994 as situações de abuso de confiança fiscal (exemplo: não entrega nos cofres do Estado do IRS descontado a trabalhadores ou do IVA cobrado a terceiros).

O Decreto-Lei n.º 225/94 visou, portanto, facilitar aos devedores a regularização das dívidas acumuladas até 31 de Dezembro de 1993, isto é, até à entrada em vigor do novo quadro punitivo.

Aliás, o diploma constitui o esquema mais favorável, do ponto de vista das entidades devedoras, que já alguma vez foi aprovado com objectivos semelhantes. Em consequência, as entidades devedoras, face ao novo quadro sancionatório que entrou em vigor no início do corrente ano, passaram a dispor de uma oportunidade real para a sua viabilização, que contrasta com a situação legal anterior que não permitia regularizar em prestações as dívidas acumuladas.

Poderá, assim, alguém, de boa fé, dizer que o Decreto-Lei n.º 225/94 não constitui um instrumento para a viabilização financeira de entidades que ainda têm essa possibilidade?

Importa não esquecer que a generalidade dos cidadãos e das empresas portuguesas cumprem as suas obrigações tributárias e que

não compreenderiam a concessão de mais facilidades aos que não cumprem e que estão, na realidade, a prejudicar o conjunto da sociedade e a distorcer as regras da concorrência.

Trata-se de uma questão de justiça social, que só alguns (poucos) não querem compreender.

Pois bem, em matéria tão crucial como a luta contra a evasão e a fraude fiscais, em que o Governo se encontra empenhado, a Oposição, e sobretudo o PS, opta pela indefinição, ou seja, por deixar insinuar a ideia de que poderiam simpatizar, se não mesmo apoiar, iniciativas perigosas de laxismo fiscal.

Termino a inventariação das críticas comentando a ansiedade de que parecem possuídas as Oposições quanto ao andamento da retoma económica.

Compreende-se a ansiedade. Sobretudo o PS revela um grande desconforto perante a perspectiva de que a economia portuguesa está a caminho de um crescimento progressivamente mais vigoroso.

Pois bem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os dados disponíveis, à medida que vão surgindo, confirmam cada vez com maior nitidez que a retoma económica se está a desenvolver de acordo com o padrão que anunciei logo no início do ano.

Ou seja: uma retoma saudável, mas lenta e difícil ao longo de 1994, baseada numa 1.^a fase na recuperação vigorosa das exportações; porém, progressivamente em 1995 verificar-se-á uma consolidação e generalização aos diversos sectores produtivos, na medida em que a força propulsora das exportações se vai juntando, gradualmente, a reanimação do investimento e do consumo privado.

É um padrão saudável e o único que serve uma economia pequena e aberta ao exterior como a portuguesa, que rejeita a adopção de políticas de contraciclo, através do estímulo artificial da procura interna, tão caras ao PS.

Como mostram os últimos indicadores publicados pelo INE, os sinais de retoma da economia são cada vez mais evidentes.

A produção agrícola está a aumentar significativamente, na maioria das culturas mais importantes. O destaque vai para o arroz (+63%) e o tomate (+50%), nos primeiros nove meses de 1993, estando ainda os principais cereais a aumentar a taxas satisfatórias, contribuindo para que haja este ano um aumento significativo do rendimento dos agricultores, apesar de quedas verificadas nas frutas e no vinho, em consequência de adversas condições climáticas em Abril/Maio.

Para isso contribui também, de modo significativo, uma favorável evolução dos preços no sector florestal em consequência da retoma do sector da pasta e do papel.

O Índice de Produção Industrial tem vindo a crescer nos últimos meses, apresentando desde Maio último variações homólogas mensais positivas, depois de, em meses anteriores, se ter assistido a um escoamento continuado de *stocks* em excesso.

No que se refere à indústria transformadora, o crescimento da produção é mais expressivo. Assim, no período de Janeiro a Agosto, verifica-se já uma variação acumulada positiva (acréscimo de 0,3% em relação ao período homólogo do ano anterior), invertendo a tendência de queda que se verificava desde Dezembro de 1991.

Os principais acréscimos verificam-se nos sectores mais influenciados pela dinâmica da procura externa.

Em especial, estão já a verificar-se boas recuperações dos níveis de produção, face a 1993, nas indústrias têxtil (+4,2%), do calçado (+5%) e, de um modo geral, nos sectores de bens intermédios (+3%).

E, para desconsolo do PS, que se não tem cansado de brandir o IPI, como a grande prova de que a retoma não existe, até as indústrias de bens de consumo já experimentaram, em Agosto último, uma variação positiva e mesmo o sector de produção de bens de investimento está a começar a apresentar sinais positivos.

O aumento do nível de actividade da indústria é também corroborado pela evolução do consumo de energia eléctrica, o qual tem vindo a registar variações homólogas positivas, desde Maio último, atingindo em Outubro, em termos acumulados, um aumento de 3%.

A indicação de que se está num processo de consolidação de retoma é dada pela nítida melhoria dos indicadores sobre as perspectivas dos empresários no próximo futuro: o saldo das respostas extremas para a indústria transformadora atingiu em Outubro +13%, contra -6% em Outubro de 1993.

Também o indicador de confiança para a indústria transformadora portuguesa, elaborado pelos serviços da Comissão Europeia, apresenta um expressivo aumento em Outubro último.

Quanto à construção civil e obras públicas, as vendas de cimento têm vindo a registar, desde Julho, fortes variações homólogas positivas (+10,5% no período de Agosto a Outubro) e um

aumento ainda maior no consumo do aço (+ 20,3% no 3.º trimestre).

Os indicadores avançados que estão disponíveis apresentam igualmente sinais de um reforço da tendência positiva.

Quanto à construção civil, o indicador dos metros quadrados de construção licenciada subiu 42,5% nos primeiros oito meses do ano.

Quanto às obras públicas, o indicador sobre as adjudicações de Janeiro a Novembro apresenta um aumento, em termos reais, de 16% face ao período homólogo do ano anterior.

No sector dos serviços, destaca-se, em primeiro lugar, o forte crescimento do turismo. Um inquérito às 100 maiores empresas do sector mostra que 85% aumentou o seu volume de facturação e que em um terço delas as vendas aumentaram mais de 20%.

Embora de forma ainda pouco expressiva, também no comércio de retalho começam a surgir sinais de reanimação. O saldo das respostas extremas sobre as vendas verificadas tem vindo a reduzir a sua expressão negativa. Assim, para os dez primeiros meses do ano, verifica-se uma melhoria de 10 pontos percentuais face ao mesmo período do ano anterior.

Estes sinais serão reforçados no próximo futuro, de acordo com o valor de Outubro do indicador avançado do INE sobre a evolução das vendas no semestre seguinte (uma variação positiva de 4,7%, em média anual).

Do mesmo modo, o indicador de confiança dos consumidores, que os serviços da Comissão da UE calculam, começou a registar nos últimos meses uma inversão da sua tendência negativa. As variações passaram a ser positivas nos últimos três meses (entre Agosto e Outubro), cifrando-se, em termos homólogos, em 2,3%.

Portanto, é esperável — como sempre temos afirmado — que à força propulsora da dinâmica da procura externa se junte, progressivamente ao longo de 1995, a recuperação do investimento e do consumo privado que, como se acaba de verificar, já se está a iniciar.

Quanto aos indicadores do comércio externo, todos os meses têm sido revistos em alta o crescimento das exportações e a melhoria da taxa de cobertura, sinais claros de uma tendência para o reforço da capacidade competitiva.

Assim, de acordo com os últimos indicadores do INE, as exportações globais aumentaram 16,2% entre Janeiro e Agosto; e

a taxa de cobertura aumentou para 66,7% (ou seja 4,3 pontos percentuais acima do valor de há um ano).

O aumento das exportações é ainda mais expressivo no comércio extracomunitário, atingindo cerca de 20% no mesmo período.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Acabei de mostrar que estamos perante um processo de retoma saudável para a economia portuguesa, que está a ser acompanhado pela melhoria das expectativas dos agentes económicos, que evidenciam um grande sentido de responsabilidade.

Exemplo muito recente é o acordo que acaba de ser celebrado, pela primeira vez, nos últimos quatro anos, com os trabalhadores da função pública, através dos sindicatos mais representativos, abrangendo matérias salariais e do regime de trabalho.

De salientar também o ajustamento das pensões e outras prestações sociais, que vêem o seu poder de compra aumentado pelo décimo ano consecutivo.

A política de rendimentos em 1995 será uma política saudável, em que a evolução dos salários estará ligada ao andamento da produtividade, permitindo a melhoria do rendimento disponível das famílias.

Existem, assim, condições para uma adequada articulação da política de rendimentos, da política orçamental e da política monetária e cambial.

A nossa economia começa, igualmente, a amadurecer na sua capacidade de concorrência com o exterior, num quadro totalmente aberto, quer nos mercados externos quer no mercado interno.

As empresas e os Portugueses estão a vencer os desafios da competitividade. E não será o espírito derrotista de alguns que impedirá o sentido do progresso necessário.

Srs. Deputados: A conclusão fundamental do debate havido nesta ilustre Câmara é que ficou eloquentemente provado que o Orçamento do Estado para 1995 está orientado para as famílias e empresas e constitui um instrumento para:

- i)* a consolidação da retoma económica;
- ii)* a dinamização do investimento;
- iii)* a defesa e a promoção do emprego.

Ficou igualmente provado que o Orçamento utiliza critérios de rigor, no quadro da linha de rumo que caracteriza a política económica do Governo e das opções estratégicas contidas no PDR para 1994-1999.

Ficou igualmente provado que existe uma linha de rumo e políticas credíveis!

E ficou também provado que não existe alternativa minimamente consistente em relação a qualquer das opções, objectivos e medidas básicas inscritos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano para 1995!

Muito obrigado.

2.4.5 — Debate

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quer no debate do Orçamento na generalidade quer na especialidade, já tive a oportunidade de esclarecer que, de forma alguma, as teses do Partido Socialista a propósito da situação financeira da Segurança Social aderem à realidade.

Salientámos que o chamado défice da Segurança Social corresponde exactamente ao défice dos chamados regimes não contributivos ou fracamente contributivos, que devem, muito naturalmente, por razões de solidariedade social, ser pagos pelo conjunto da actividade económica e da sociedade mediante a cobrança de impostos.

Portanto, não se verifica aqui uma situação difícil como pode parecer da perspectiva defendida pelo Partido Socialista, o que não quer dizer que não esteja em curso em todos os países da OCDE, e também em Portugal, o repensar do financiamento da Segurança Social. E no Orçamento do Estado para 1995 demos um primeiro passo numa medida de grande alcance político, dando início a um processo para que o financiamento autónomo da Segurança Social não dependa exclusivamente das contribuições sobre o factor trabalho mas dos resultados de toda a actividade económica. Nesta como noutras matérias, não estamos de acordo com a visão catastrófica do Partido Socialista.

Em relação ao IVA, penso que as várias interpretações que têm sido feitas ignoram a seguinte realidade: o IVA é a área de harmonização fiscal por excelência a nível da UE. Estamos no seio de um processo de harmonização fiscal que, em princípio, estará terminado no final de 1997, pelo que as comparações que se têm feito devem ter presente este processo que está em curso.

É um facto que o Governo, em 1991, no Orçamento para 1992, tomou algumas opções em matéria de harmonização fiscal; contudo, poderiam ter sido outras, por exemplo, no que diz respeito ao IVA sobre a restauração. Simplesmente, recordo que aqueles países que ainda estão longe da taxa normal, nos próximos dois anos, terão de proceder à harmonização fiscal, que já está concluída em Portugal.

Outra ideia errada que tem sido aqui referida liga-se à redução do IVA no preço da portagem da ponte sobre o Tejo. Recordo que o processo de construção da nova ponte e da exploração conjunta das duas pontes foi objecto de um concurso público e que se trata, quanto ao financiamento da nova ponte, de um projecto na óptica *project financing*. O que quer isto dizer?

Que todos os concorrentes tiveram como objectivo o alcance de uma rentabilidade mínima, mas numa óptica em que a variável de decisão fundamental, de acordo com o Estado, era o preço proposto para as portagens. Esta medida acaba por influenciar positivamente o preço e, por essa via, beneficiar a globalidade de todos os utentes.

2.5 — Debate sobre política económica centrado na temática da crise social (30 de Março de 1995)

2.5.1 — *Discurso de abertura*

1 — Com a chegada da Primavera algumas pessoas ficam agitadas, angustiadas, febris. Ao PS acontece-lhe o mesmo. É atacado pela febre da interpelação.

O ano passado foi a interpelação sobre política económica. Este ano é a pretensa crise social.

O ano passado era o espectro das falências em massa e o aniquilamento dos sectores produtivos. Era a perspectiva de um negro futuro. A retoma económica em Portugal era ficção do Governo numa Europa já em crescimento vigoroso. E tudo por culpa da política económica do Governo.

Este ano é a sua visão de uma subida alarmante do desemprego, do avassalador alastramento da pobreza e da criminalidade e a inexorável deterioração dos índices de conforto da classe média. E tudo por culpa da política social do Governo.

Mas, tal como no ano passado, o que é alarmante é o nível de demagogia a que o PS recorre. O que é avassalador é a ligeireza com que lança mão de evidência factual errada. E o que é inexorável é a sua tendência para a argumentação falaciosa.

2 — Diz-se hoje o PS defensor da economia de mercado. Mas talvez porque se trata de uma conversão de fresca data, ainda não entendeu que os ciclos económicos são inerentes à própria natureza da economia de mercado.

Assim, não percebeu que no período 1986-1994 decorreu um ciclo económico completo na economia internacional, com uma fase

alta entre 1986 e 1990 e um período de abrandamento e recessão entre 1991 e 1993.

Não percebeu igualmente que o andamento cíclico da economia portuguesa está desfasado seis a nove meses em relação à economia europeia.

Não percebeu ainda a fase recessiva que atravessámos, tirando daí ilações erradas sobre a evolução futura.

Não percebeu, por último, o significado das profundas mutações estruturais verificadas nos últimos anos: a reafectação de recursos entre os sectores produtivos; a crescente abertura ao exterior; as alterações estruturais na agricultura, no perfil da indústria, no comércio e distribuição, no sistema financeiro e nos serviços em geral.

E, por tudo isto, não consegue destringir entre as dificuldades de adaptação estrutural no curto prazo e os efeitos estruturantes, com impactes positivos, na produtividade e competitividade da economia e, logo, na criação de condições para a melhoria sustentada do nível de vida.

Por exemplo, o PS não registou um facto económico do maior significado: segundo a OCDE, entre 1985 e 1993, o crescimento da produtividade global (trabalho + capital) da economia portuguesa foi dupla da espanhola e tripla da média dos países da OCDE (2,4%, contra 1,2% em Espanha e 0,9% na OCDE)!

O PS não registou também os ganhos constantes de quotas de mercado das exportações portuguesas e o seu crescimento vigoroso.

Seria isso possível com um aparelho produtivo deprimido como diz o PS?

Com tanta distração, não percebeu também o PS os significativos progressos na convergência real e na convergência nominal, os quais, como temos vindo pacientemente a lembrar, só podem ser analisados numa perspectiva de longo prazo que abranja, pelo menos, um ciclo económico completo e não apenas a fase alta ou baixa do mesmo.

Todavia, o PS já aprendeu alguma coisa sobre os bons fundamentos de uma economia de mercado e dos seus princípios de política económica para uma economia tão integrada na UE como a economia portuguesa.

Assim, hoje já defende, ao contrário do que acontecia até há pouco, que «a estabilidade cambial é fundamental para consolidar a redução da taxa de inflação e possibilitar a redução das taxas de juro» (Estados Gerais, p. 52).

Os agentes económicos agradecem, reconhecidos, esta adesão (finalmente!) do PS à política económica do Governo de reforço progressivo da estabilidade macroeconómica (1.º pilar da política económica do Governo, cujo 2.º pilar é o reforço das acções estruturais do lado de oferta).

Ficaria igualmente bem ao PS reconhecer os progressos feitos no último ciclo económico completo em todas as áreas: melhoria de 10 pontos percentuais (na mesma base estatística) no PIB *per capita* ajustado pelas paridades do poder de compra; redução de cinco pontos percentuais no défice público; redução de 13 pontos percentuais no diferencial da taxa da inflação em relação à média europeia; melhoria em todos os indicadores de bem-estar social; acréscimo em termos reais dos salários e pensões a um ritmo médio anual elevado (da ordem dos 3% e 5% respectivamente), etc., etc.

3 — Ainda antes de nos concentrarmos na área social, e pela sua influência no nível de bem estar dos cidadãos, importa referir o andamento conjunto da taxa de inflação e da taxa de desemprego, o chamado «índice de desconforto». Deve sublinhar-se que Portugal apresenta um «índice de desconforto» (soma da taxa de inflação mais taxa de desemprego) 4 pontos abaixo da média comunitária, 12 pontos abaixo da Espanha e 8 pontos da Irlanda, por exemplo.

Portugal foi também de todos os Estados Membros que nos últimos anos executaram programas de desinflação aquele em que o «sacrifício» em termos de perda de emprego foi menor: da ordem de um terço do verificado em Espanha e metade do da Irlanda.

O desemprego para o Governo e para o Partido que o apoia sempre foi uma prioridade de acção, pois ele representa, sempre, um drama humano e um desperdício de recursos.

Mas para a Oposição, o desemprego é sobretudo um tema para tratar ao sabor do calendário eleitoral.

O Sr. Ministro do Emprego desenvolverá esta área da política do Governo.

Mas importa desde já salientar que Portugal, de harmonia com as conclusões da OCDE, foi o único país da UE em que o desemprego estrutural caiu entre o último ciclo económico e o anterior. E é o que apresenta a taxa de desemprego mais reduzida na UE (com excepção do Luxemburgo).

O desemprego não se combate com palavras, nem com acções voluntaristas do tipo das propostas pelo PS, sem efectividade prática, ou com medidas como as recentemente apontadas pelo seu Secretário-Geral, as quais, de tão ingénuas, provocaram um riso geral no País.

4 — Graças ao desenvolvimento económico verificado foi possível registar progressos inquestionáveis nas áreas sociais. Só não os vêem aqueles que os não querem ver.

Em todos os indicadores sociais, Portugal apresenta melhorias que o aproximam cada vez mais dos padrões europeus. Seja na educação, na saúde, na habitação, na cultura, na segurança social ou no nível de bem-estar das famílias.

Os indicadores do bem-estar das famílias — desde o rendimento disponível, às condições de alojamento (electricidade, água canalizada, telefone, etc.), ao consumo de bens duradouros (electrodomésticos, automóveis, etc.), ao consumo de energia, à esperança de vida e demais indicadores de saúde, ao saneamento básico, etc. — cresceram aceleradamente nos últimos anos.

Tenho aqui as estatísticas que não vou enumerar para não ser fastidioso.

As funções sociais do Estado têm vindo a assumir um peso relativo crescente no conjunto das despesas públicas e no produto.

Não é de estranhar que, em desespero de causa, o PS venha pretendendo negar o mérito dos resultados alcançados, recorrendo à falácia de que os governos do PSD aumentaram bastante a despesa pública. Neste domínio, não sabe ler nem interpretar os dados estatísticos.

Se o soubesse, constataria que o rácio das despesas públicas no PIB passou de 43,6% em 1986 para 46,4% em 1994. Portanto, um aumento aparente de 2,8 pontos percentuais e não de 10 pontos percentuais como os responsáveis do PS afirmam.

Mas, em bom rigor, importa observar que o aumento efectivo foi apenas, nesse período, de 1,4 pontos percentuais, se atendermos ao facto de os funcionários públicos terem passado a pagar impostos e de os juros da dívida pública terem passado a ser tributados (com aumentos simétricos na receita e na despesa).

A prioridade das áreas sociais — educação, saúde, habitação, segurança social, etc. — na política económica e social do Governo está bem evidenciada na evolução do seu peso relativo no PIB.

Assim, a sua quota aumentou de 9,3% em 1985 para 12,4% em 1994 e 14,5% na previsão de 1995, ao nível dos países mais desenvolvidos.

De registar, a expansão dos sistemas de educação e de saúde e os apoios crescentes do Estado no domínio da habitação.

A despesa pública na educação passou de 3,5% do PIB em 1985 para 5,1% previsão de 1995 e a despesa pública na saúde aumentou de um ponto percentual do PIB.

Por outro lado, o Estado tem vindo a apoiar o acesso à habitação pelas camadas da população de menores rendimentos, tendo o total de apoios neste campo passado de 0,4% do PIB em 1985 para 1,1% em 1995. Assim, por exemplo o Estado bonifica hoje mais de 50% do número total de contratos de crédito à aquisição realizados anualmente e apoia as rendas de jovens em montantes crescentes, assim como a habitação social.

Com os progressos já alcançados nestas áreas sociais, significa que já não existem bolsas de pobreza, de alojamento indigno ou de droga ou criminalidade? Não. Significa apenas que temos de continuar a combater estes fenómenos que existem, em maior ou menor grau, em todos países.

É por isso que o Governo lançou o «O Programa de Erradicação das Barracas», para eliminar esta chaga social histórica (não própria de um país da UE) até ao final do século, em articulação com os municípios. Mais de 48 000 famílias, que ocupam hoje cerca de 42 000 barracas, serão alojadas em habitações a construir no âmbito do PER — Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Portugal tem, no que respeita à segurança, os desafios normais sempre inerentes à vida em sociedade. O Governo tem uma política de segurança, em várias vertentes: reestruturação dos meios, integração social, luta contra a droga, cooperação internacional, etc., que está reforçar. Não podemos deixar que Portugal não continue a ter das situações mais favoráveis da UE. De facto, o número de crimes para 100 000 habitantes é em França 7 vezes superior a Portugal, 8 vezes na Alemanha, 4 vezes na Espanha e na Bélgica, só para citar alguns países.

Algumas oposições acordaram agora para os problemas de segurança e mesmo assim defendendo medidas avulsas e demagógicas que não são uma política. Felizmente para o País o Governo acordou *bem mais cedo!*

5 — Concentremo-nos agora nas incoerências das propostas do PS no domínio da despesa pública e da sua repartição por áreas prioritárias. Recordemos os traços essenciais de tais propostas:

«A trajectória deverá ser a redução da despesa pública no PIB» (Estados Gerais, p. 53).

Deverão aumentar as despesas com a Educação em cerca de 1 % do PIB e o rendimento mínimo garantido representa 0,3 % do PIB» (entrevista do porta-voz para a área da economia em 21 de Março último, referindo conclusões constantes do documento «Estados Gerais»).

Ora, é evidente que o aumento de 1,3 pontos percentuais no PIB, com a restrição de que o rácio das despesas totais no PIB se deve manter ou diminuir —o PS tanto fala numa coisa como noutra e fica-se sem saber qual é na realidade a sua política—, só é possível impondo em outras despesas variações a taxas inferiores ao crescimento do PIB.

Mesmo admitindo que as outras funções sociais não seriam sacrificadas pelo PS (a saúde e a habitação, nomeadamente), então teria que haver: 1) uma diminuição brutal do peso relativo das chamadas Funções Gerais do Estado (Segurança, Defesa, Justiça, etc.); 2) e/ou um aumento da fiscalidade; 3) e/ou um aumento do défice público.

Onde é que o PS está a pensar fazer reduções na despesa pública?

Será ao nível das funções de Segurança? Será ao nível das funções de Justiça? Onde?

A visão do PS não pode deixar de ser preocupante. Talvez por isso, o seu porta-voz para a área da economia na citada entrevista refira textualmente: *«[...] quem está na luta política não vai certamente começar por dizer onde é que vai cortar. A luta política passa também pelas tentativas de captar eleitorado [...].»*

Que confissão! Que melhor ilustração da demagogia que anima o PS!

6 — Ainda na área da política social, qual é afinal a política de rendimentos do PS?

Na p. 57 do documento «Estados Gerais» menciona-se *«uma política de rendimentos concretizada por uma ‘norma’ de aumento dos salários reais próxima dos ganhos de produtividade»*.

Até aqui nada de novo.

Entretanto, na entrevista citada, o porta-voz do PS para a área da economia, referindo-se às primeiras medidas que tomaria se fosse ministro, afirmou: «*O Governo tem todo o direito de apontar metas de inflação baixas, mas deve estar disponível para corrigir, se concluir que se enganou; ou seja, se fazemos uma previsão de inflação de 4% e negociamos salários nessa base, e se, depois [acrescenta], a inflação não for quatro mas cinco, a primeira coisa que temos a fazer é pôr lá mais 1%, para compensar as pessoas do erro em que caíram.*»

Nesta afirmação grave ignora duas coisas essenciais.

Em primeiro lugar, que as metas de inflação do Governo foram cumpridas pelo terceiro ano consecutivo, o que lhe confere a credibilidade que não tinham nos Governos PS!

Em segundo lugar, aparece, na prática, a defender o mecanismo de economia indexada de triste memória que a Europa já eliminou há anos atrás. Veja-se o caso da Itália e as suas dificuldades para eliminar a chamada «escala móvel».

Sublinhe-se que, num esquema como o referido, não existe verdadeiramente qualquer política de rendimentos. Trata-se de uma política totalmente acomodatória. Os salários vão sendo ajustados à inflação e, obviamente, não é possível manter a competitividade das empresas num quadro de estabilidade cambial.

Por outro lado, quando a economia sofre choques externos, resultantes de uma alteração dos preços externos, o que acontece é a transmissão para a inflação interna em vez de acomodação nos custos.

Por tudo isto a indexação caiu em desuso na Europa.

Mas o PS chega sempre atrasado em relação ao comboio da História.

Outro exemplo eloquente deste atraso é a defesa que agora faz de uma política de «Rendimento Mínimo Garantido», quando outros países que fizeram tal experiência ou já a abandonaram ou estão desejosos de o fazer.

Tal política, não combate a pobreza e, pelo contrário, estimula situações de injustiça e de fraude, o que é tanto mais grave quanto é certo que não dispomos ainda de uma máquina de fiscalização eficaz. Além disso, cria efeitos perversos e uma cultura de subsídio-dependência que fere a dignidade das pessoas.

Por outro lado, o impacte desta medida de Rendimento Mínimo Garantido na despesa pública ultrapassaria seguramente as

estimativas do PS e dificultaria o pagamento das pensões sociais existentes e a sua melhoria.

E este é um ponto de honra dos Governos do PSD!

7 — Quanto às opções da política fiscal do PS elas denotam também a maior confusão. Assim diz o PS: *«que as alterações no sistema fiscal partem de um compromisso irrenunciável: o PS não aumentará a carga fiscal»*.

Não há neste propósito nenhuma originalidade em relação à política do Governo. Mas a originalidade vem da expressão «compromisso irrenunciável». Ficámos portanto todos a saber que para o PS também há compromissos renunciáveis!

Será que eles estão no domínio do peso da despesa pública no PIB, pelo que este, em vez de diminuir, iria, afinal, aumentar?

Nos princípios enunciados para as políticas sociais do PS (p. 81 do documento «Estados Gerais») escreve-se: *«o sistema fiscal está ferido de grave injustiça, dada a importância dos impostos indirectos, nomeadamente do IVA»*.

Entretanto, o porta-voz do PS para a área da economia, na citada entrevista, e reportando-se ao pretensu «descalabro fiscal» diz textualmente que *«é preciso fazer alguma coisa. O quê? Em último caso, agravar os impostos indirectos, porque quando se aumenta o IVA paga toda a gente, viva do trabalho ou viva do que viver»!*

Ou seja, na lógica do PS agrava-se a injustiça! Meus Senhores, onde está a coerência das propostas?

Ainda na área fiscal, o Secretário-Geral do PS em recente entrevista, com grande ligeireza, advoga a supressão das taxas libertórias do IRS.

Ponderou o Engenheiro Guterres as respectivas consequências no actual quadro de liberdade total de movimentos de capitais?

Ponderou o Engenheiro Guterres que tal, na prática, significaria penalizar em termos relativos a pequena poupança, e portanto o agravamento da inequidade social?

Ponderou ainda o Engenheiro Guterres o impacte sobre a actividade económica e financeira interna e sobre a solvabilidade externa do País?

Ponderou, por fim, o Engenheiro Guterres, que na prática tal significaria uma quebra nas receitas públicas resultante da deslocalização da poupança, e portanto a necessidade de compensação através do: *i)* aumento do nível de fiscalidade; *ii)* ou da redução

da despesa pública em montante equivalente à receita perdida, com o inevitável sacrifício da diminuição das funções sociais do Estado?

8 — Na realidade, as contradições do PS tanto na área da política da despesa pública como no domínio da política fiscal — a análise atrás apresentada é apenas uma pequena amostra — levam necessariamente a concluir que das duas uma: *i*) ou a maioria dos compromissos do PS são afinal «renunciáveis»; *ii*) ou as políticas do PS conduziriam inevitavelmente a um aumento do défice público.

A desconfiança neste domínio do défice aumenta quando os propósitos enunciados nas áreas das várias políticas sectoriais por parte do PS têm implícitos aumentos da despesa pública. Apenas a título de exemplo, a propósito dos custos da prioridade «Investigação Científica e Cultura», o porta-voz para a economia do PS confessa explicitamente que «as contas não estão ainda feitas».

Na realidade, não estão feitas nem nessa nem noutras áreas!

Com o despesismo do PS viria o ciclo infernal: mais défice público, mais inflação, desvalorização do escudo, taxas de juro mais elevadas, quebra do poder dos salários e das pensões sociais, quebra da competitividade e por fim mais desemprego.

O agravamento do défice público subjacente às políticas do PS (se fossem «irrenunciáveis. . .») só poderia ser evitado com aumentos substanciais da taxa de crescimento da economia nos próximos anos.

Ora, tal só seria possível se o aumento da taxa potencial de expansão da nossa economia, resultante das transformações estruturais realizadas, nos últimos anos, atingisse, de repente, o nível das economias mais dinâmicas do Mundo.

Se é este o cenário macroeconómico do PS para os próximos anos, então é o melhor elogio que o bom desempenho da política macroeconómica e das políticas estruturais do Governo poderia receber.

Vindo da Oposição, não há elogio mais creível! Pois é evidente que o crescimento nos próximos anos depende dos frutos das acções estruturais entretanto realizadas, as quais, naturalmente, aumentam a prazo o nível de produtividade da economia.

O crescimento dos próximos anos será igualmente impulsionado pelo facto de o processo de recuperação económica em curso — neste início de um novo ciclo económico na economia europeia — estar a seguir, como sempre dissemos, um padrão saudável: uma

retoma económica, numa primeira fase liderada pelas exportações, a que se estão a juntar, progressivamente, o investimento e o consumo privados.

Sempre afirmámos que era este o perfil objectivo. Sempre, também, anotámos que o processo de recuperação da economia seria lento e progressivo, em consequência de dois factores fundamentais: *i)* a intensidade da recessão nas economias dos nossos principais parceiros comerciais; *ii)* o impacte no curto prazo dos choques das transformações estruturais em curso na economia portuguesa.

Regista-se, a propósito do perfil e do ritmo da retoma da economia, o que se pode ler, textualmente, na última Síntese de Conjuntura do INE:

«O conjunto de informação disponível indica que no 2.º semestre (de 1994) se robusteceu a retoma da actividade económica.»

«O ano de 1994 caracterizou-se pelo processo de retoma económica, o qual teve como factor determinante o dinamismo da procura externa. Mas ao longo do ano, designadamente durante o 2.º semestre, outros sectores de actividade, não directamente ligados aos mercados externos, denotam claros sinais de recuperação, tendo como contrapartida alguma animação da procura interna.»

«Assim, o emprego e o número de horas trabalhadas inverteram num sentido positivo a sua trajectória de evolução a partir do 2.º trimestre de 1994.»

É um facto que o consumo privado ainda apresenta sinais fracos, de pouca animação. Foi uma situação comum aos outros países da UE na fase inicial de recuperação das suas economias.

Recordemos que o fundo da recessão na economia portuguesa chegou seis a nove meses depois da média europeia. Logo, também o desfasamento temporal na reanimação do consumo privado é normal.

Como também é normal, e temos dito, há um desfasamento temporal entre o momento da recuperação da economia e o seu impacte mais significativo a nível do emprego.

A economia portuguesa, apesar de tudo, criou desde o final do 1.º trimestre de 1994, em termos líquidos, 43 000 novos postos de trabalho, o que não foi ainda suficiente para começar a inverter a taxa de desemprego, face ao aumento da população activa entretanto ocorrido.

Os dados disponíveis — apesar da instabilidade política gerada artificialmente nos últimos meses e da perturbação do clima político típico de um ano de eleições — apontam para a elevação gradual do ritmo de crescimento da actividade económica e do investimento, tanto público como privado.

Nas mais recentes análises da economia portuguesa por organizações internacionais, surge como credível, em 1995, um objectivo de crescimento real do PIB dentro do intervalo definido pelo Governo e uma aceleração para a casa dos 3,5 % a 4 % em 1996.

Tal expansão do nível da actividade económica não deixará de se reflectir, progressivamente, no emprego, para o que concorrerão também o reforço em curso das políticas activas de emprego, as medidas tomadas na redução dos encargos para a Segurança Social do factor trabalho, a política de incentivos à contratação de jovens e de desempregados de longa duração e a dinamização das iniciativas empresariais de base local (artes e ofícios, artesanato, turismo rural, serviços à medida das necessidades das comunidades, etc.).

Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: A Política Económica e Social do Governo tem uma linha de rumo. O seu objectivo permanente de médio e longo prazo é aumentar o nível de convergência real da economia portuguesa, o mesmo é dizer o nível de bem-estar económico e social dos Portugueses.

É a credibilidade e a coerência das políticas na área económica que permitem continuar a fazer progressos na área social, em todas as suas dimensões: educação, saúde, cultura, habitação, acção social, justiça e segurança dos cidadãos, etc.

É este o caminho que temos percorrido. É este o caminho que vamos continuar a percorrer, pois os Portugueses sabem distinguir «o trigo do joio».

Governar não pode ser um exercício de demagogia, a prevalência de medidas pontuais sobre um projecto estruturante, pois só este pode gerar um desenvolvimento sustentado e gerador da riqueza que permite a satisfação de todas as necessidades sociais.

O que nos distingue, afinal, do PS, entre outras coisas, é o sentido de responsabilidade com que assumimos o exercício da política e a visão dos interesses do País numa perspectiva de futuro.

O País precisa de quem seja responsável. E dispensa quem por mera ambição de poder nele não saiba semear mais do que as perigosas sementes da demagogia.

2.5.2 — *Debate*

Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, referi — e o Governo também o tem feito — que, efectivamente, o desemprego é um drama humano, é um desperdício de recursos. Os senhores não têm melhor coração do que nós! Simplesmente, adoptam uma perspectiva derrotista e não analisam os aspectos positivos dentro da situação preocupante do desemprego no contexto europeu, e eu tenho chamado a atenção para isso. Há, efectivamente, um problema e o Governo está a atacá-lo.

E quais são as linhas de força para ataque ao problema do desemprego? Já aqui foram referidos os vários pacotes legislativos executados pelo Governo ao longo dos últimos anos. Penso que essas medidas tiveram algum sucesso, porque, se não o tivessem, com certeza que, em Portugal, a taxa de desemprego não seria tão baixa relativamente à média europeia ou não seria tão baixa como é na Irlanda ou em Espanha. Portanto, houve medidas e com certeza que elas tiveram alguma eficácia para travar a tendência para a aceleração ou combate ao desemprego.

Quais são as vertentes fundamentais? Em primeiro lugar, a aceleração do rumo de crescimento da actividade económica. Estamos a iniciar um novo ciclo económico — penso que o Partido Socialista, que agora aparece como defensor extremo da economia de mercado, ainda tem dificuldade em perceber o que é um ciclo económico completo, mas ao Sr. Deputado Lino de Carvalho não posso pedir tanto, porque é antieconomia de mercado —, estamos a iniciar um novo ciclo de expansão na economia europeia e na economia portuguesa, portanto uma intensificação progressiva do ritmo de crescimento nos próximos anos, em 1995 e em 1996. Já disse que as estimativas das organizações internacionais para Portugal apontam, em 1995, para uma taxa de crescimento, no âmbito do intervalo objectivo do Governo e, em 1996, para taxas de crescimento acima de 3,5%. Ora, isto vai ter impacte positivo no emprego. Resulta da experiência da economia portuguesa que, quando caminhamos para taxas anualizadas superiores a 3%, começa a haver impactes positivos a nível do emprego.

Mas, apesar de tudo, as medidas tomadas permitiram criar, em termos líquidos, 43 000 novos postos de trabalho entre o final do 1.º trimestre e o final do ano de 1994.

Portanto, primeiro vector de actuação: aceleração do ritmo de crescimento da actividade económica, agora que entrámos no novo ciclo de expansão da economia internacional e da economia europeia.

Segundo vector: políticas activas de emprego — reforço da educação, da formação profissional e da ligação da escola com a formação profissional.

Sabe qual é o conceito de produtividade global e, por isso, aconselho-o a ler o relatório da OCDE, quadro 26 «Produtividade global», isto é, trabalho + capital, que consta do exame da economia portuguesa. Assim, a produtividade global, no período de 1985 a 1993, cresceu em Portugal 2,4%, em Espanha 1,2% e na OCDE 0,9%. Como parece não conhecer estes números, vou mandar-lhe este relatório da OCDE.

Sr. Deputado João Cravinho, tenho muita consideração por si, mas desta vez o senhor precipitou-se na análise. Quando falo em números, procuro ser rigoroso, ao contrário de algumas vezes que vêm dessas bancadas.

Todavia, num ponto tem toda a razão. A batalha da convergência real é a batalha da produtividade e por isso estranho que alguns economistas, e alguns deles até professores de Economia, estejam preocupados se a economia cresceu mais décima menos décima —compreendo isso no campo do discurso político, mas, na luta política, já tenho mais dificuldade— e não consigam analisar o andamento comparativo numa fase alta e numa fase baixa do ciclo e num conjunto do ciclo completo!

No entanto, já fico preocupado quando não analisam se, na economia portuguesa, estão ou não a acontecer transformações estruturais que vão aumentar, a prazo, a produtividade. E, por isso, tenho a impressão de que muita gente nessa bancada não percebeu ainda as mutações estruturais que estão a acontecer na economia portuguesa, quer a nível da reafecção de recursos entre os vários sectores —primário, secundário, terciário—, quer a nível do emprego, quer do produto.

Não perceberam ainda a intensificação do grau de abertura ao exterior da economia portuguesa.

Não perceberam ainda as transformações estruturais na agricultura, na indústria, no comércio, na distribuição, no sistema financeiro e nos serviços.

Como não perceberam, têm dificuldade em avaliar estas transformações estruturais que vão aumentar, a prazo, a produtividade

global da economia, assim como a eficiência, a flexibilidade dos mercados, as infra-estruturas físicas de apoio ao desenvolvimento e as infra-estruturas de transportes, comunicações, bem como outras acções estruturais no domínio da educação e da formação profissional. Aliás, concordo com o Partido Socialista quando diz que qualificar as pessoas é a variável estratégica do futuro . . . mas é isso que os governos do PSD têm feito. O peso relativo das despesas da educação, excluindo o serviço da dívida pública e os activos financeiros, aumentou — e vocês não gostam de estatísticas e nos Estados Gerais, num gráfico, até referiram estatísticas erradas neste domínio, pelo que tenho que vos corrigir — 6 pontos percentuais.

E o peso relativo das despesas de educação no PIB aumentou 1,6 pontos percentuais.

Assim, as transformações estruturais globais, as transformações estruturais sectoriais, as acções estruturais no domínio dos recursos humanos, a eficiência e desenvolvimento dos mercados, as infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, que geram externalidades positivas, são acções em curso e que vão aumentar, a prazo, a produtividade da economia portuguesa.

Portanto, mais importante do que saber se crescemos mais décima, menos décima é saber se estamos ou não a intensificar as acções estruturais para a melhoria da produtividade, porque — e aí estou de acordo consigo, Sr Deputado João Cravinho — essa é a variável chave da convergência real, pois a produtividade é a base de uma melhoria sustentada do nível de vida.

Para terminar, em relação às estatísticas, vou mandar-lhe o quadro 26 do relatório da OCDE, para ver que utilizei as estatísticas correctas.

*

* *

Sr. Presidente, o Sr. Deputado Ferro Rodrigues referiu-se ao «oásis II». V. Ex.^a gostaria que eu tivesse dito isso, mas não disse. Se o senhor consultar as minhas intervenções, os vários documentos que, ao longo de 1994 e de 1995, entreguei na Assembleia da República, na Comissão de Economia, Finanças e Plano, verificará que referi sempre que o processo de recuperação da economia portuguesa iria ser lento, iria ser difícil, iria ser progressivo e mais visível no 2.º semestre, com uma intensificação do ritmo de crescimento em 1995-1996.

Foi isto que eu disse! E o Instituto Nacional de Estatística vem dizer exactamente a mesma coisa!

É evidente que o processo de recuperação da economia é sempre um processo difícil, que começa primeiro por alguns sectores, espalhando-se depois a outros; começou progressivamente nas exportações e, agora, já está no investimento e há-de também chegar ao consumo.

O Sr. Deputado Ferro Rodrigues, em abono do rigor e da verdade, tem de reconhecer que o discurso do Ministro das Finanças, a propósito do processo de recuperação da economia, foi sempre o mesmo e continua a sê-lo. Não foi um discurso cor-de-rosa, foi um discurso realista, sério, quer quanto ao ritmo da recuperação quer quanto ao perfil.

Em relação às exportações, acabo hoje de receber os últimos dados e não há dúvida de que se confirma aquilo que temos dito: realmente, a economia portuguesa está a ganhar quotas de mercado e, portanto, há um crescimento rigoroso das exportações.

Ainda relativamente à intervenção de V. Ex.^a há uma parte dela que me merece uma maior análise. Fala em sectores tradicionais e em vantagens competitivas. É evidente que a questão-chave tem a ver com o desenvolvimento das vantagens competitivas. Ora, os países não têm vocação para operar em todos os sectores; têm, sim, vocação, essencialmente, para um determinado conjunto de sectores. Portugal tem uma vocação para aquilo a que os senhores chamam os sectores tradicionais, a par do desenvolvimento de novas actividades, como o sector electromecânico, o de componentes para automóveis, o sector automóvel, etc., com vista à alteração estrutural do perfil da estrutura industrial. Mas, falando em vantagens competitivas, o Sr. Deputado Ferro Rodrigues conhece os esforços que têm vindo a ser feitos na indústria têxtil, do calçado, da cerâmica, do vidro para ganhar vantagens competitivas, isto é, para desenvolver estratégias de diferenciação de produtos e serviços, para aumentar o valor na cadeia de valores, para desenvolver os canais de distribuição, as marcas e as estratégias de internacionalização?

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que V. Ex.^a está muito mal informado!

É evidente que, num processo de recuperação da economia, o investimento começa, numa primeira fase, pelo escoamento dos *stocks*, pela melhoria do grau de utilização das capacidades insta-

ladas e foi isso que veio a acontecer — e, progressivamente, pelo investimento. O investimento — e é o Instituto Nacional de Estatística que o confirma —, quer na construção, quer na importação de máquinas e equipamentos, está a aumentar.

Quanto à criminalidade, é um facto que o problema da segurança se coloca em todas as sociedades modernas, na vida de todos os cidadãos. Se falar com um espanhol, com um francês, com um alemão, com um americano ou com um canadiano, chega à conclusão de que, efectivamente, se trata de um problema que existe em todas as sociedades. O que não é líquido, o que não é honesto é não se reconhecer que, sendo um problema que tem de continuar a ser combatido com toda a força, o Governo tem desenvolvido uma política, nesse domínio, que assenta em vários vectores, designadamente a integração social, o combate à droga — e há pouco ouvi dizer que apoiavam a política do Governo relativamente ao combate à droga —, a reestruturação de meios, cujos apoios, em termos de PIDDAC, se multiplicaram por três nos últimos anos, e a cooperação internacional em relação ao crime organizado.

Em todo o caso, o que os senhores não conseguem desmentir é que, apesar da existência de uma tendência para o agravamento do pequeno furto, do pequeno crime ligado à droga, cujo combate passa pela intensificação do próprio combate à droga, em relação ao grande crime organizado, Portugal é quase um oásis.

Todas as estatísticas mostram isso e, portanto, isso deve ser dito, apesar de não se deixar de reconhecer que importa reforçar a política de segurança, e o Governo está a fazê-lo, reestruturando meios, promovendo acções de integração social, combatendo os bairros degradados. Aliás, na minha intervenção falei sobre o programa de erradicação das barracas, mas sobre essa questão os senhores mantêm um silêncio cúmplice. Qual foi o Governo que teve a coragem de definir um programa de médio prazo para erradicar as quarenta e tal mil barracas que existem e que são uma «chaga» social?

Portanto, os senhores têm tendência a dramatizar, a extrapolar problemas para um universo mais amplo, mas não conseguem — e o povo português admiraria isso — reconhecer e dizer o seguinte: «Meus Senhores, há problemas, nós temos políticas melhores do que as vossas para resolver esses problemas, mas reconhecemos que vocês têm tido progressos na área económica, na

área social e na área das condições de alojamento e que é positivo o programa de erradicação das barracas, o total de apoios no domínio da habitação social, a percentagem de 50% dos contratos que hoje têm bonificação de juros, etc.» Seria mais sério, do ponto de vista político, que vocês, ao enunciarem os problemas e as políticas alternativas, não extrapolassem para dizer que Portugal é um país sem futuro, pois parece ser essa a mensagem derrotista e pessimista que querem transmitir aos Portugueses.

Pessoalmente, recuso a visão catastrofista do Partido Socialista, pois se é certo que Portugal tem problemas, também é certo que nos últimos 20 anos progrediu, nos primeiros 10, em termos de maturidade política e democrática e, na última década, em termos de progresso económico e social — os indicadores aí estão para o demonstrar — e, vamos, com certeza, fazer melhor nos próximos 10 anos. Mas vamos fazer melhor com um Governo do PSD, porque, embora acredite que deve haver alternância democrática, fico muito triste, como cidadão independente, com a fraqueza das propostas do Partido Socialista.

Sr. Deputado Jorge Lação, embora a referência histórica ao momento da sua colaboração possa, realmente, não ter sido correcta, quero dizer-lhe que isso não interessa, é apenas um aspecto de pormenor, pois o que interessa é a substância.

Os senhores falam em miséria, em pobreza, em todos esses dramas sociais, e eu, muito logicamente, relembrei as bandeiras negras do tempo do Dr. Mário Soares, do tempo do Governo socialista.

Ora, devo dizer que está feito o diagnóstico do período anterior a 1986, o qual, com certeza, irá ser desenvolvido pelos historiadores, no futuro.

Se, efectivamente, fizemos democratização e descolonização, é um facto que não fizemos desenvolvimento. Dos três «D» que constanciavam as promessas do MFA no 25 de Abril, o «D» do desenvolvimento só começou a ser cumprido a partir de 1986.

É um facto que, nesses anos, Portugal perdeu 10 anos na convergência, na evolução dos salários reais e em termos económicos, mas ganhou-os em termos políticos, de desenvolvimento da democracia, durante os quais se criaram condições para a estabilidade política, que é um elemento fundamental para a estabilidade das políticas conducentes ao desenvolvimento económico e social.

É isso que os Governos do PSD têm feito e continuarão a fazer. O que os Governos do PSD ainda não fizeram foi seguir políticas anticíclicas, as quais reconhecem, pois elas são de má memória na experiência da economia portuguesa.

O PS pode estar descansado, pode continuar a apresentar propostas e a tomar compromissos, sendo uns —hoje, tanto eu como a Câmara, ficámos a sabê-lo, quando lemos os documentos do PS— irrenunciáveis e outros renunciáveis! Temo que a maioria seja renunciável, que é o mais provável! Ao PS, falta-lhe credibilidade, faltam-lhe políticas e falta-lhe a dimensão da responsabilidade!

3

ENTREVISTAS

3.1 — Entrevista ao *Expresso*, 9 de Abril de 1994 (conduzida por Virgílio Azevedo, Francisco Ferreira da Silva e Luís Tibério).

EXPRESSO — Sr. Ministro, com o processo da penhora do Estádio das Antas e a substituição do director-geral das Contribuições e Impostos, acha que a sua imagem foi afectada?

EDUARDO CATROGA — Não. Os serviços de administração fiscal têm que utilizar em relação a todas as classes de contribuintes o mesmo rigor na cobrança de impostos, incluindo na sua fase de execução fiscal e, portanto, no cumprimento dessas obrigações, não fazem qualquer discriminação. Esse caso não é mais do que um dos milhares e milhares de processos de exercício fiscal que todos os dias correm nas 400 Repartições de Finanças que existem no País. O Governo não interfere na gestão de nenhum processo, não escolhe qualquer alvo — isso seria contrário à lei —, mas o Ministério das Finanças assume a orientação política da luta contra a evasão e a fraude fiscais, sem qualquer discriminação.

E — Mas, dada a situação de descalabro a que chegou a máquina fiscal, não acha que devia ter existido da parte do Ministério das Finanças uma acção concertada que fosse para além das meras competências das Repartições de Finanças?

EC — Existem acumulados, com antiguidades diferenciadas, cerca de 1,8 milhões de processos de execução fiscal nas Repartições de Finanças, o que significa que a sua gestão corrente tem que ser feita de uma forma descentralizada, de acordo com as

competências legais. Não houve, assim, nenhum plano preconcebido de escolher este ou aquele sector ou contribuinte como alvos prioritários.

E — Independentemente da sua dimensão?

EC — Independentemente da sua dimensão. Todos os processos são geridos descentralizadamente. Sublinho que todos os contribuintes têm meios de defesa necessários: têm a possibilidade de fazer a impugnação do montante e na fase de execução fiscal podem recorrer aos tribunais fiscais. É que o chefe de repartição se substitui nesta indicação de bens à penhora. Portanto, o processo está claro, é transparente e não podia ser de outra forma.

E — Em contrapartida, os exportadores, por exemplo, queixam-se de atrasos graves nos reembolsos do IVA. Acha isso justo?

EC — São atrasos normais. O ano de 1993 caracterizou-se por um acréscimo da evasão fiscal ligado à abolição das fronteiras fiscais nos países da União Europeia e, portanto, é necessária a compreensão dos agentes económicos para a necessidade do reforço de alguns instrumentos de controlo antes de se efectuarem reembolsos. Todo este processo de recuperação da receita fiscal insere-se numa estratégia de consolidação orçamental que passa, por um lado, por um rigor no controlo das despesas correntes por forma a libertar recursos financeiros do Estado para as áreas estratégicas do investimento público e, por outro, pelo alargamento da base tributária e por uma luta acelerada contra a evasão fiscal, que cria situações de injustiça e distorce a concorrência entre as entidades e empresas que pagam e aquelas que não pagam. A Administração Fiscal passou nos últimos anos por uma fase de transição em consequência da reforma fiscal empreendida em 1986 com a introdução do IVA e 1989 com a introdução do IRS e do IRC, substituindo o antigo sistema de impostos cedulares. Foi esse período de transição que gerou problemas. Mas pretendemos reforçar os meios de actuação da Administração Fiscal. Todos os sistemas fiscais têm que ter duas características: têm que ser, ao mesmo tempo, estáveis e dinâmicos, no sentido de uma adaptação a novos factos

económicos e sociais. Nesta linha de corrigir eventuais distorções que existem no sistema vai ser empossada, a muito curto prazo, a Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, com o objectivo de propor medidas com vista ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema fiscal.

E — E vai ser presidida por quem?

EC — Vai ser presidida pelo Dr. José Silva Lopes. Esta Comissão vai realizar um trabalho em profundidade com impacte sobretudo no médio prazo.

E — Isso significa que a reforma fiscal ficou a meio?

EC — Não. As reformas são, pela sua natureza, estáveis e permanentes, mas também têm de ter uma característica de dinâmica, de adaptação em função de novos factos económicos e sociais, como o Mercado Único, a liberdade plena de circulação de capitais e a harmonização fiscal.

E — Quais são para si as causas do agravamento do défice orçamental em 1993?

EC — O agravamento do défice é explicado por um conjunto de quatro factores: o efeito do ciclo económico; o acréscimo da evasão fiscal ligado à abolição das fronteiras fiscais; uma utilização mais intensiva dos benefícios fiscais a nível das pessoas colectivas e singulares, no uso pleno dos seus direitos, e problemas no funcionamento da máquina fiscal. Há, por isso, necessidade de revigoramento da máquina fiscal, que passa por um conjunto de acções no campo da organização, gestão, formação profissional e motivação. É um trabalho que tem de ser contínuo, que produz alguns efeitos a curto prazo, mas, sobretudo, produz efeitos no médio prazo, no sentido da concretização de um dos objectivos fundamentais do Programa do Governo que é a consolidação orçamental. Neste âmbito, o País deu passos significativos no período de 1986 a 1992. Recordemos que, em 1985, o défice do sector pú-

blico administrativo, em função do PIB, andava na casa dos 10 % e chegámos a 1992 com 3,3 % do PIB. Em 1993, que foi um ano de descontinuidade, demos um salto para 7,2 % do PIB, e em 1994 é um objectivo fundamental da política orçamental retomar uma trajectória saudável para as finanças públicas. Os défices públicos excessivos têm impacte negativo na luta contra a inflação e afectam os custos fiscais e financeiros das empresas.

E — Portanto, as metas do Orçamento para 1994 são perfeitamente alcançáveis?

EC — Os objectivos são agressivos, mas possíveis de atingir quer do lado da receita quer do lado da despesa. Do lado da despesa, através de um controlo muito rigoroso das despesas correntes; o objectivo é obter saldos primários positivos e reduzir progressivamente o peso da dívida pública em função do PIB. Do lado das receitas temos sinais muito encorajadores: no 1.º trimestre de 1994 foram superiores em 3 % às do período correspondente de 1993, ou seja, o que equivale a mais de 166 milhões de contos.

E — Mas, no ano passado, havia o problema daqueles primeiros meses em que não foi cobrado o IVA...

EC — Com certeza que ainda estamos a reflectir numa base que é nitidamente uma base excepcional muito negativa que foi o 1.º trimestre de 1993, mas as receitas fiscais no 1.º trimestre de 1994 excederam em 12 % o objectivo mensualizado correspondente ao total das receitas fiscais anuais previstas no Orçamento do Estado para 1994. Portanto, uma actuação rigorosa do lado das despesas e do lado das receitas permite-nos acalentar fundadas esperanças de que o objectivo do défice orçamental para 1994 seja atingido.

E — Falou há pouco na existência de 1,8 milhões de processos em atraso. Que montantes envolvem?

EC — São processos com vários anos, com antiguidades diferenciadas, que incluem dívidas ao Fisco e à Segurança Social, e

que representam um total de dívida acumulada sem juros da ordem dos 900 milhões de contos, dos quais cerca de 330 milhões de contos respeitam à Segurança Social.

E — Também há números recentes relativos às acções de fiscalização, nomeadamente quanto às facturas falsas?

EC — No caso das facturas falsas, são processos complexos, desenvolvidos em articulação pelas direcções distritais de Finanças e pela Polícia Judiciária. Neste momento, estão já detectados cerca de 1000 casos, dos quais 400 já com processos concluídos e cerca de 200 com processos em vias de conclusão. E envolvem uma fuga ao Fisco da ordem do 16,5 milhões de contos.

E — E que medidas vão se tomadas a curto prazo?

EC — No curto prazo, é fundamental o reforço das acções para a melhoria da eficiência da Administração Fiscal, que passa por uma dinamização de sistemas de gestão e informáticos, pela formação profissional, pelo desbloqueamento de carreiras no sentido da motivação. É nossa intenção, no âmbito do Orçamento do Estado para 1995, corrigir algumas distorções, embora numa óptica minimalista devido às restrições orçamentais.

E — E quanto à eliminação do imposto do selo que anunciou?

EC — O imposto do selo gera de 200 milhões de contos de receita fiscal, dos quais cerca de 100 milhões de contos dizem respeito a operações bancárias, pelo que qualquer Ministro das Finanças responsável tem que considerar a sua eliminação numa perspectiva gradualista. Já há um compromisso político nosso relativamente à eliminação gradual da componente do imposto do selo sobre as operações de crédito, no sentido de o reduzir até um terço. O que será um sinal bastante positivo para as empresas no âmbito do Orçamento do Estado para 1995. Também, dentro da preocupação de dar sinais positivos às empresas a muito curto prazo, e no âmbito da revisão da fiscalidade do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos), será reduzido o imposto sobre fuel em 2 contos por tonelada.

E — Há pouco falou no alargamento da base tributária. Como é que isso vai ser feito?

EC — O alargamento da base tributária está intimamente ligado ao objectivo da luta contra a evasão fiscal. Quanto mais larga for a base tributária, menor é a pressão acrescida sobre as taxas e menor a probabilidade de aqueles que já hoje parece terem que pagar mais no futuro em substituição daqueles que não pagam e devem pagar.

E — Pode-se então pensar numa futura descida dos impostos?

EC — Penso que no médio e longo prazos, com o sucesso na luta contra a evasão e a fraude fiscais, a incidência será no sentido de diminuir a pressão sobre as taxas. Aliás ao contrário do que muitos contribuintes pensam, a pressão fiscal sobre o PIB anda em Portugal na ordem dos 33 %, mas a média comunitária é da ordem dos 41 %. Se descontarmos os encargos para a Segurança Social, a nossa pressão fiscal anda na ordem dos 23 %, quando na generalidade dos países europeus ronda os 30 % do PIB.

E — E em relação ao ónus da prova, que neste momento está na Administração Fiscal e que . . . se tem falado poderia passar para os contribuintes?

EC — Essa é uma questão complexa que tem que ser equacionada no âmbito da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal. Não há dúvida que, anteriormente, o Fisco tinha um poder muitas vezes discricionário e, portanto, a reforma fiscal introduzida em 1985 a 1989 alterou o ónus da prova que passou para o Fisco onde se pressupunha um desenvolvimento dos métodos . . . e uma sofisticação da Administração Fiscal que ainda não foram totalmente alcançados. É um assunto onde se tem de encontrar um equilíbrio entre o poder do Fisco e os direitos dos contribuintes.

E — Quanto ao problema de financiamento da Segurança Social, acha que as medidas já anunciadas para as reformas (planeamento, alteração do sistema de cálculo, aumento do limite de idade) vão chegar para a sua resolução?

EC — É preciso enquadrar o problema no seu devido contexto, visto que preocupa todos os países europeus. As alterações demográficas, as alterações de estrutura do emprego, a nova filosofia da sociedade em termos de solidariedade social, são tudo factores que obrigam a repensar o sistema de financiamento da Segurança Social. No caso português as dificuldades da Segurança Social explicam-se, no curto prazo, pelo abrandamento da actividade económica que teve um impacte negativo nas receitas e nas contribuições para o subsídio de desemprego. Também não podemos esquecer que o País fez, por razões de solidariedade social, um grande esforço na actualização das pensões e no alargamento dos benefícios, o que representou uma pressão acrescida sobre o Orçamento do Estado. No Orçamento do Estado para 1994, o total de transferências mais empréstimos é da ordem dos 250 milhões de contos. Mas a Segurança Social não tem problemas financeiros de curto prazo, pois o Orçamento do Estado está em condições de suportar o volume de transferências e de empréstimos que for necessário.

E — Mas quando foram apresentadas as últimas medidas pelo Secretário de Estado da Segurança Social anterior, a situação era considerada de ruptura.

EC — Bem, se não forem tomadas medidas de curto prazo e de médio prazo, essa profecia é capaz de se cumprir.

E — A hipótese de os bancos, nomeadamente o BNU, comprarem uma parte das dívidas à Segurança Social continua de pé?

EC — Não defendo a perspectiva de imposição ao sistema bancário da compra dessas dívidas, mas apenas a utilização desse instrumento numa pura relação comercial entre cliente e fornecedor.

E — É verdade que os encargos da Segurança Social estão a aumentar a uma velocidade duas vezes superior às receitas previstas para 1994?

EC — Não, os encargos com a Segurança Social não estão a aumentar.

E — Mas o desemprego está a crescer rapidamente.

EC— Isso já estava previsto no orçamento da Segurança Social.

E — Também os números do desemprego estavam previstos e têm vindo a ser corrigidos para cima . . .

EC — Nas estimativas que nos são apresentadas pelo Ministério do Emprego nada leva a supor, até ao momento, que o orçamento das despesas da Segurança Social não seja alcançado. Mas ainda bem que se faz uma referência ao desemprego, porque até ao momento faltou falar sobre a política de rendimentos.

E — O Sr. Ministro afirmou recentemente que a concertação se faz principalmente ao nível da empresa, e tem referido que tivemos moderação salarial efectiva como há muitos anos não havia. A política de rendimentos é mais eficaz sem acordo na concertação?

EC — A política de rendimentos tem de ser compatível com uma política activa de emprego. A recuperação económica e financeira das empresas e a melhoria da sua competitividade é a melhor defesa dos postos de trabalho. Partindo deste pressuposto, uma política de rendimentos tem de ser compatível com a melhoria da competitividade das empresas portuguesas. A política de rendimentos para 1994 representou uma orientação no sentido da criação de condições para uma retoma económica mais saudável que favorecesse a competitividade das empresas. O ano de 1994 tem de ser um ano de grande moderação salarial. É um ano de ajustamento, na medida em que vínhamos de um período, de 1990 a 1993, em que os salários reais na economia portuguesa cresceram, mais do que a produtividade, cerca de 15 pontos, ao contrário daquilo que aconteceu nos nossos principais parceiros comerciais, a começar pela vizinha Espanha. Ora aumentos salariais excessivos num quadro de instabilidade cambial não podem deixar de afectar as empresas e o emprego. Por outro lado, a tendência para o agravamento da taxa de desemprego ainda seria mais forte se

não houvesse moderação salarial. Apesar de 1994 poder ser caracterizado por alguma recuperação económica, é normal que a taxa de desemprego ainda demore algum tempo até voltar a cair, isto porque é conhecido que existe um desfasamento temporal de reacção do desemprego em relação ao ciclo económico.

E — E pode atingir que valor?

EC — Não existem estimativas seguras, mas a tendência será para o agravamento da taxa de desemprego até ao final do ano.

E — Mas o facto de haver muitas empresas portuguesas que se vão reestruturar, mesmo em fase de crescimento, vai fazer com que essa taxa se agrave ainda em 1995?

EC — Tudo depende da intensidade do crescimento económico. É evidente que o crescimento do produto não significa, necessariamente, aumento de emprego. Mas não é o Governo que cria emprego, são as empresas. Portanto, aqui o factor-chave é a recuperação económica e financeira das empresas, a criação de condições para a melhoria da sua competitividade e rentabilidade, bem como a retoma do investimento produtivo. E também flexibilidade na organização do trabalho, maior reforço da formação profissional, maior entrosamento entre a escola e a empresa, aumento da formação profissional em ambiente oficial e empresarial, e redução dos custos indirectos do factor trabalho. Estas recomendações do Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego da União Europeia estão a ser estudadas à luz da situação específica portuguesa por um grupo interministerial coordenado pelo Ministério das Finanças. A consciencialização deste problema não é, em si, uma solução, mas já é um princípio de que existe vontade política no desenvolvimento de acções estruturais, de impacte de médio prazo, para minorar gradualmente o problema do desemprego.

E — Já é possível neste momento traçar algumas linhas fundamentais do Orçamento do Estado para 1995?

EC — A linha fundamental do Orçamento para 1995 é a continuação do objectivo de consolidação orçamental. Em 1995 que-

remos fazer melhor do que em 1994, dentro da preocupação de obter uma trajectória saudável para as finanças públicas.

E — Mas mantêm-se os valores do Programa de Convergência Revisto (PCR)?

EC — Para já, para 1995, é essa a meta. No programa de convergência português, o objectivo quanto ao défice anda à volta dos 5 %.

E — No Orçamento do Estado, a média para 1995-1996 situa-se à volta dos 4,75 %/5 % . . .

EC — De um défice de 10 % do PIB em 1985 conseguimos passar para 3,3 % em 1992. Por isso, seremos decerto capazes de, num horizonte de médio prazo, concretizar os objectivos de consolidação orçamental. Com o contributo da recuperação económica, sucesso na luta contra a evasão fiscal e sucesso na melhoria contínua da eficiência da Administração Fiscal. Para o próximo ano, esperamos que a retoma económica se acentue, em linha com as perspectivas de evolução das economias europeias para 1995.

E — «Que se acentue» . . . Quer dizer que já acredita na recuperação económica em 1994?

EC — Tenho dito que o objectivo fundamental da política económica para 1994 e 1995 é a criação de condições para uma retoma económica sustentada e não inflacionista. Aqui há três ou quatro meses, eu dizia que havia esperanças e alguns sinais. Agora, reforço: existem sinais muito positivos.

E — Quais são?

EC — Em primeiro lugar, os indicadores de confiança. Acabo de receber um inquérito de conjuntura da CIP à indústria transformadora, que mostra uma melhoria significativa dos indicado-

res de confiança, da carteira de encomendas das empresas e das expectativas dos empresários quanto a novos investimentos. Se compararmos os níveis da capacidade instalada em Outubro de 1993 com os dados disponíveis em Janeiro de 1994, veremos que houve um aumento da ordem dos 4 pontos na taxa de utilização da capacidade produtiva.

Se analisarmos os índices de produção industrial, verificamos que desde Julho há alguma inflexão no sentido positivo. Há também sinais positivos no sector do turismo: a procura turística para o presente ano aumentou substancialmente. Há ainda alguns sinais positivos na área da agricultura: este ano, pela primeira vez desde há muitos anos, dispomos de condições climatéricas favoráveis, que permitiram recuperar o nível de água das barragens e o desenvolvimento normal das culturas de Primavera.

E — Mas também existem sinais negativos ...

EC — Existem. Como, por exemplo, o consumo do cimento e do aço nos dois primeiros meses de 1994. Isto está ligado ainda ao desfasamento normal na reacção ao ciclo económico do sector da construção, em especial na construção civil.

De qualquer forma, há sinais positivos vindos do lado da procura externa. E sinais das economias europeias, que são também um misto de encorajamento e de apreensão. De encorajamento, porque os indicadores, a nível europeu, evidenciam nos últimos quatro meses um reforço da confiança. De apreensão, dada a fraqueza da retoma de algumas economias motoras (como a alemã) e as indefinições de tendência da francesa e da espanhola.

São sinais contraditórios, como, aliás, é típico de um período de inversão da tendência. Por tudo isto, penso que a recuperação vai existir. Vai ser lenta e vai ser difícil, mas vai acontecer.

E — Já em 1994?

EC — Em 1994, deverá haver alguma retoma, ainda com pouco significado. Espera-se que o nível da actividade económica se intensifique progressivamente no 2.º semestre deste ano, e com mais força ao longo de 1995, em linha com as economias europeias.

E — Qual vai ser o crescimento económico português este ano?

EC — Os factores externos e internos positivos e negativos ainda não nos permitem tirar conclusões para uma revisão do cenário macroeconómico que está subjacente ao Orçamento para 1994. Portanto, neste momento, as metas do Governo ainda são as mesmas . . .

E — Em relação a todos os indicadores?

EC — Em relação a todos os indicadores. Não existem ainda dados para proceder a uma revisão, portanto esses indicadores parecem ainda possíveis. Desenha-se uma retoma económica, que será ainda modesta em 1994 e mais intensa em 1995. Eu sempre disse, e repito, que a recuperação vai ser lenta e difícil.

E — Ainda acredita na meta de 5,5 % de inflação, traçada no Orçamento do Estado para este ano?

EC — Penso que neste momento não existem, nesta como nas outras variáveis macroeconómicas, razões para alterar o cenário macroeconómico pressuposto na elaboração do Orçamento. O objectivo da inflação é difícil, mas não é impossível. Aliás, actualmente a taxa de inflação tem caído, retomou em Dezembro a sua tendência descendente . . .

E — Em termos anuais sim, mas não em termos mensais.

E — Em termos anuais, já está nos 6,2% . . .

Não, existem sempre umas flutuações de mês para mês. Mas há um facto muito mais importante (e ao qual os analistas nem sempre dão a devida atenção): a evolução da inflação, em termos de variações homólogas, no sector dos bens não transaccionáveis. O sector dos bens não transaccionáveis, que apresentava até Novembro uma grande resistência à descida da inflação, a partir de Dezembro caiu claramente. De 8,8% em Novembro desceu em seguida para 7,8% e 7,6%. Ora, isto é um factor positivo.

E — Há economistas que dizem que, a manter-se o ritmo actual de crescimento mensal da inflação, à volta dos 0,7%, chegaremos ao fim do ano com uma taxa próxima dos 8%. E que só reduzindo para 0,5% ao mês é que conseguiríamos atingir a inflação do ano passado.

EC — É sempre possível fazer vários cenários. Os cenários dependem dos pressupostos. Muitos desses analistas também não acreditavam que o Governo alcançasse o objectivo dos 6,5% em 1993, como já não acreditaram que fosse alcançável o objectivo dos 8,9% em 1992. Eu digo que é um objectivo difícil, agressivo, mas não impossível. E que continua a ser uma meta da política económica continuar o processo de desinflação da economia portuguesa, no quadro dos objectivos fixados.

E — Passemos à política monetária. E às taxas de juro ...

EC — As taxas directoras dos outros bancos centrais têm caminhado, gradualmente, no sentido da baixa. E, portanto, o Banco de Portugal, no uso das suas competências de execução da política monetária, que exerce com autonomia, considerou que existiam condições para uma descida das taxas directoras. Vou concretizar: em 31 de Março de 1993, a taxa de cedência de liquidez do Banco de Portugal, em termos reais (portanto, taxas nominais menos inflação), era da ordem dos 8,1%, contra 8,6% em Espanha. Hoje, a taxa directora do Banco de Portugal, em termos reais, é da ordem dos 3,6% e, em Espanha, 2,8% ...

E — Segundo o Primeiro-Ministro, as taxas de juro ainda vão baixar 2 pontos.

EC — Não. O que o Primeiro-Ministro disse foi que, num cenário em que a inflação desça para a casa dos 5%, em que haja sucesso na política de consolidação orçamental, na política de rigor salarial e na luta contra a inflação ... com todos estes pressupostos, é natural que as taxas directoras caiam! Foi isso que ele disse.

E — Mas alguns economistas têm dito que o facto de se repetir, em discursos oficiais, a «promessa» da baixa de juros já levou a situação a uma fase-limite, a um ponto em que já não há margem de manobra ...

EC — Generalizou-se a confusão entre taxas directoras e taxas no mercado de crédito. Nas taxas directoras, a margem de manobra depende da evolução da inflação e da evolução das taxas directoras centrais dos outros bancos. Portanto, em função da evolução destas duas variáveis se concluirá se existe capacidade de manobra ou não. Nós acreditamos que a tendência da evolução das taxas directoras dos bancos centrais europeus é no sentido da baixa. E acreditamos que a tendência será no sentido da manutenção da trajectória de descida para a taxa de inflação. Em função disto, e sem prejuízo dos objectivos cambiais, se estas condições estiverem satisfeitas, continuarão a existir condições para a baixa sustentada, gradual das taxas de juro.

E — Não o preocupa que se tenha assistido ao disparo das taxas de juro de curto prazo?

EC — Não são taxas directoras. E nós não podemos confundir movimentos erráticos, às vezes fruto de determinadas evoluções pontuais diárias, com as tendências estruturais ...

E — E também não o preocupam as reacções nervosas do mercado? E houve, de facto, uma reacção nervosa às declarações do Primeiro-Ministro. As taxas chegaram a cerca de 30 %, e o Banco de Portugal gastou quase 200 milhões de contos para acalmar o nervosismo.

EC — O Banco de Portugal dispõe de importantes reservas, tem 20 000 milhões de dólares de reservas, e Portugal é um dos países do mundo com melhor posição externa líquida (é um dos países que tem maior coeficiente de cobertura dos meses de importação) e, portanto, isso não preocupa o Banco Central nem o Governo.

Se for racional — e os mercados, numa óptica de médio prazo, são racionais, atendem aos «*fundamentals*» —, o mercado terá

de atender a um sinal que acaba de conhecer pela Reuters: os bons resultados da execução orçamental no 1.º trimestre. Este foi um bom sinal! Outro bom sinal é a efectiva moderação salarial, que está a acontecer neste país como já não acontecia há muitos anos, não só no sector público como no sector privado.

E — A agitação no mercado tem, de qualquer forma, bastante a ver com a política cambial. E com a aposta de alguns numa eventual desvalorização do escudo.

EC — O Banco Central pôde reduzir as suas taxas directoras reais e sem prejuízo dos objectivos de estabilidade cambial. Os macroeconomistas costumam dizer que a taxa de câmbio do equilíbrio é aquela que mantém a taxa de câmbio adequada, que mantém o equilíbrio da balança de pagamentos no longo prazo.

E a minha conclusão é que, realmente, a taxa de câmbio actual, após o ajustamento verificado no ano passado, é uma taxa de câmbio correcta. Porque — garantem-me os empresários, quando falo com eles —, deixou de ser apontada pela economia real como um factor que afecte a competitividade das empresas portuguesas.

E — «Deixou de ser», porque antes o escudo estava forte de mais?

EC — O que eu digo é: hoje a taxa de câmbio já não é um factor condicionante da competitividade da economia portuguesa e das empresas portuguesas. É evidente, como o Primeiro-Ministro também já referiu, que estabilidade cambial, ao contrário daquilo que muitos fundamentalistas também pensam, não significa imutabilidade cambial.

E — Rejeitar a «imutabilidade cambial» significa, em vez de um escudo forte ou de um escudo fraco, ter um escudo flexível?

EC — Não. Temos de ter uma taxa de câmbio ajustada. E a taxa de câmbio de hoje está ajustada à competitividade da economia e das empresas portuguesas.

E — O que significa que não estava ...

EC — Huummm ... não fiz a análise histórica.

E — Portugal aproximou-se mais da média comunitária entre 1986 e 1990 do que entre 1986 e 1992. Ou seja, notou-se claramente a quebra no período de recessão. E convergiu entre 1986 e 1992 menos do que a Espanha. Mas a convergência agora tem um alvo chamado União Económica e Monetária (UEM).

EC — Portugal está empenhado na construção da UEM. Rati- ficámos o Tratado da União Europeia, e acreditamos que esse pro- jecto, que é um projecto gradualista, é importante para a dinami- zação da competitividade na economia europeia. Mas também entendemos que a UEM não é, por si só, um factor catalisador da recuperação económica europeia numa base sustentada.

Portugal conseguiu, em matéria de convergência real, progres- sos significativos. Face à Espanha, em matéria de convergência, estamos melhor em 1993 do que em 1991. E estamos muito me- lhor do que face à Grécia — a Grécia tem alargado o fosso.

Entre 1986 e 1992, o nosso Produto Interno passou de 52% da média europeia para 60,7%. Aliás, o Quadro Comunitário de Apoio tem de ser visto no seu verdadeiro sentido, no âmbito de uma política de desenvolvimento regional de uma União. E é tam- bém preciso esclarecer que há outros países mais ricos que Portu- gal que recebem ajudas comunitárias *per capita* superiores — casos da Holanda e da Dinamarca. De qualquer forma, o II Quadro Co- munitário de Apoio vai permitir, tal como o primeiro, o estreita- mento das desigualdades regionais. O objectivo do Governo Por- tuguês, a médio prazo, é voltar a crescer a um ritmo médio superior a um ponto à média comunitária.

E — A partir de quando?

EC — A partir de agora, do novo Quadro Comunitário de Apoio, que começa em 1994 e terá mais impacte a partir do 2.º semestre de 1994. Segundo uma estimativa da Comissão Eu- ropeia, só o efeito deste factor aponta para um crescimento da economia portuguesa superior, em meio ponto percentual, à mé- dia dos Doze.

E — Segundo a Comissão, a previsão de crescimento dos Doze é de 1,3 % em 1994 e 2,1 % em 1995. Portugal vai ultrapassar este ritmo de crescimento com a tal margem de meio ponto?

EC — Penso que, numa perspectiva de médio prazo, sim . . .

E — Em 1994 ou 1995?

EC — Penso que em 1995 vamos ultrapassar a média comunitária.

E — Mas em 1994 não?

EC — Em 1994, muito depende do comportamento da economia europeia.

E — Falemos dos critérios da convergência para a UEM.

EC — Tal como Leon Brittan afirmava numa entrevista publicada no último fim-de-semana, penso que estas conclusões sobre os critérios não estão ainda devidamente sedimentadas em termos de uma reavaliação ou não. Os critérios existem, temos de ser pragmáticos, e são os quadros de referência dos objectivos da política económica. Devo dizer que, como quadros de referência, não vejo que as grandes orientações da política económica fossem substancialmente diferentes com ou sem estes critérios de convergência. O que é fundamental, na minha análise, é a consolidação de uma trajectória favorável em relação a todos eles.

E — Mas no caso da dívida pública a trajectória portuguesa tem sido claramente negativa. Para um objectivo fixado de 71 % este ano, já chegámos aos 70,2 % em Janeiro. E Fevereiro traz a «factura» do empréstimo externo de 750 milhões . . .

EC — Analisemos cada um dos critérios da convergência. Em relação à trajectória da taxa de inflação, penso que estamos no

bom caminho. Em relação ao critério do défice público, a economia portuguesa já demonstrou, pela evolução de 1986 a 1992 (o défice público, em função do PIB, em 1992 foi apenas 3,3% do PIB, quando em 1985-1986 era da ordem dos 10%), que é possível ter sucesso no processo de consolidação orçamental. Portanto, 1993 tem de ser entendido apenas como um ponto de descontinuidade. E, por aquilo que já disse anteriormente, a estratégia de consolidação orçamental é uma política determinada do Governo, do Ministério das Finanças e, já em 1994, vamos retomar o caminho no sentido dessa trajectória saudável para as finanças públicas.

Em 1993, de acordo com os últimos dados de que disponho, Portugal ficou nos 7,1%. De Espanha, os dados provisórios são de 7,3%, mas os últimos dados de que disponho apontam para valores superiores, após a integração dos chamados défices regionais. A Itália está perto dos 10%; o Reino Unido está nos 8,7%; a Grécia está nos 17,5%; a Bélgica está nos 7,2%. A própria França está nos 5,5%. Para a Alemanha, o número de que disponho é de 4,2%. Só que, segundo afirmou, em Lisboa, Helmut Schlesinger, subirá para 7% se considerarmos o défice da *Treuhand*, a entidade estatal que controla as privatizações na ex-RDA.

E — Falta a dívida pública . . .

EC — No final de 1993 estávamos com um rácio de 66,4% face ao PIB.

E — No final de Janeiro, tinha subido quase 4 pontos. Não é a trajectória o fundamental?

EC — Certamente, mas vamos também reduzir. E estamos próximos do objectivo, que está nos 60%.

E — Só que já estivemos nas casa dos 64% . . .

EC — Sim, mas o indicador piorou em todos os países. Olhe, na Itália passou de 108 para 118; na Alemanha passou de 44 para 49; na França, de 39 para 44; na Holanda, de 79 para 81; na Bélgica, de 121 para 128; na Dinamarca de 68 para 80.

Em relação ao quarto critério, as taxas de juro de longo prazo, estamos praticamente lá. O critério está neste momento em 7,6 e nós já estamos abaixo de 9.

E — Com tudo isto, a 3.ª fase da UEM será mesmo em 1997?

EC — A opinião hoje partilhada no seio da União é de que talvez a 3.ª fase não seja em 1997, mas algures entre 1997 e 1999.

E — Um dos problemas principais com que se debatem os nossos empresários diz respeito aos elevados custos de financiamento. Que medidas pensa adoptar nesta matéria?

EC — As empresas portuguesas têm uma desvantagem competitiva importante em relação às suas mais directas competidoras: os encargos financeiros representam, em termos médios, cerca de 8% do total das suas vendas. A média comunitária anda pelos 2,8%-2,9% e, em Espanha, é da ordem dos 4%. Daqui se constata que é necessário, por um lado, reforçar a estrutura financeira das empresas e, por outro, criar condições para uma baixa sustentada das taxas de juro em termos reais. Ora, quais são os vectores sobre os quais é necessário actuar em simultâneo? São fundamentalmente quatro: a criação de condições para a descida, em termos reais, das taxas directoras do Banco Central; eficiência acrescida do sistema bancário; desenvolvimento sustentado do mercado de capitais; diminuição da fiscalidade e outros custos que afectam os encargos financeiros das empresas.

E — Começemos pela descida das taxas directoras do Banco de Portugal.

EC — No que diz respeito à criação de condições para a descida sustentada das taxas directoras reais do Banco Central, devo dizer que hoje, na Europa integrada, essas taxas dependem de três variáveis essenciais: em primeiro lugar, dependem as taxas directoras reais dos outros bancos centrais; em segundo lugar, do diferencial da inflação entre o respectivo país e a média dos demais; e, em terceiro lugar, das expectativas inflacionistas no médio prazo.

E — Relativamente às expectativas inflacionistas . . .

EC — Em relação às expectativas inflacionistas no médio prazo, é fundamental ter sucesso no rigor da política orçamental e da política salarial. Devo dizer que o Governo tem estado a transmitir sinais de rigor nestas duas áreas e, por isso, as expectativas a médio prazo apontam para uma descida sustentada da taxa de inflação, como o demonstra o indicador que é taxa de juro, a médio e longo prazo, das Obrigações do Tesouro.

Se analisarmos a evolução das taxas de juro das Obrigações do Tesouro a três anos, cinco anos, sete anos e dez anos, verificamos uma descida sustentada e significativa da curva de rendimentos no espaço de poucos meses. Hoje, as Obrigações do Tesouro a três, cinco e sete anos estão praticamente ao nível das taxas espanholas. Isto significa que os agentes incorporaram o objectivo de uma redução sustentada da taxa de inflação numa perspectiva de médio prazo.

E — E quanto às taxas directoras dos outros bancos centrais e ao diferencial de inflação com os demais países comunitários?

EC — Quanto às taxas directoras dos outros bancos centrais, a tendência é para uma descida paulatina e gradual, pelo que o Banco de Portugal, no âmbito das suas competências de execução da política monetária, considerou que existiam condições para uma descida das taxas directoras. Hoje, a taxa directora do Banco de Portugal, em termos reais (taxas nominais menos inflação), é da ordem dos 3,6%, quando em Espanha se queda pelos 2,8%. Por conseguinte, o Banco Central tem seguido uma política articulada, em função da evolução das taxas directoras reais dos outros países que compõem o Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu e o estreitamento do diferencial de inflação entre Portugal e a média dos outros países comunitários. Logo, o espaço de manobra, em termos de futuro, depende da evolução das taxas de juro reais nos outros países europeus e da continuação do processo de desinflação na economia portuguesa.

E — Fale-nos então da criação de condições para a eficiência acrescida do sistema bancário.

EC — O sistema bancário português goza hoje de um nível de solvabilidade muito forte. Solvabilidade essa que foi reforçada nos últimos anos. Em 1985, o rácio de solvabilidade bruta dos sete principais bancos portugueses, excluindo a Caixa Geral de Depósitos, era de apenas 3,5%. Em 1990-1991 já era da ordem dos 10,5% e o «rácio de Cook», que entretanto começou a ser calculado, situa-se confortavelmente acima dos 8%, podendo comparar-se favoravelmente com a solvabilidade média do sistema bancário europeu.

E — Apesar de tudo isso, as pequenas e médias empresas (PME), que representam 95% do nosso tecido empresarial, continuam a não ter acesso às melhores taxas de juro. Como é que se resolve esse problema?

EC — Isto não se resolve por via administrativa. Resolve-se pela intensificação da concorrência entre as várias instituições de crédito, a exemplo do que aconteceu com o crédito à habitação para particulares, em que a concorrência do lado da oferta veio determinar uma descida significativa das taxas de juro. Resolve-se através de uma análise mais rigorosa do risco das pequenas e médias empresas. Para isso, é fundamental um trabalho conjunto entre os bancos e as empresas, que permita conhecer com transparência a situação do mercado de crédito. Neste capítulo, devo dizer que o Ministério das Finanças está a preparar um conjunto de medidas para melhorar a transparência do mercado de crédito, em articulação com o Banco de Portugal.

E — Que medidas?

EC — Medidas que pretendem dar melhor a conhecer ao mercado as taxas efectivas de crédito para as operações mais representativas, divulgando a totalidade dos encargos, comissões, etc., e não apenas a taxa de juro, de modo a favorecer a transparência do mercado. Só que, para uma análise conveniente do risco das empresas, é fundamental que os empresários tenham consciência de que o problema não é apenas dos bancos e forneçam a informação económica e financeira necessária e suficiente para a aná-

lise desse risco. Tudo isto só pode desenvolver-se em concorrência e a pressão concorrencial sobre o sistema bancário também deve exercer-se através do desenvolvimento do mercado de capitais.

E — Falta apenas falar de um dos vectores que considerou essencial para a diminuição dos encargos financeiros das empresas.

EC — Falta falar do imposto do selo e das reservas de caixa dos bancos. Quanto ao imposto do selo, tem de ser encarado numa perspectiva gradualista, uma vez que o Estado não pode prescindir de um dia para o outro de uma receita da ordem dos 200 milhões de contos. Trata-se, portanto, de uma medida com impacte em 1995, 1996, 1997 e por aí adiante. Em 1995 será importante dar um sinal.

E — Que sinal?

EC — Dos 200 milhões de contos, 100 milhões dizem respeito a operações de crédito. Se reduzirmos essa receita em um terço, já estaremos a dar um sinal. Um sinal que equivale a mais de 30 milhões de contos.

E — E quanto às reservas de caixa?

EC — Quanto às reservas de caixa, trata-se de um problema de execução da política monetária, que compete ao Banco de Portugal. Sabemos, no entanto, que o Banco Central tem intenção de reduzir as reservas de caixa, actualmente da ordem dos 17%, para um nível que, de acordo com o cenário mais provável, poderá rondar os 2%. É evidente que o Banco Central tem preocupações quanto ao controlo da liquidez. Por isso, é normal que encontre um sistema em que a libertação dessa liquidez adicional — salvo erro, são perto de 2000 milhões de contos — se faça de uma forma gradualista e, portanto, o impacte sobre as taxas de juro também vá fazer-se sentir de forma gradual e progressiva.

E — A alteração do regime de reservas de caixa foi anunciada para o 1.º trimestre deste ano e já estamos no 2.º ...

EC — É um facto, mas o Banco Central é autónomo.

E — Não está preocupado?

EC — Não estou preocupado. É uma medida da responsabilidade do Banco de Portugal e que deverá concretizar-se em breve. Quero, no entanto, sublinhar que a actuação sobre os quatro vectores que acabei de enunciar terá efeitos de curto, médio e longo prazos. Daí que, em todo o meu discurso, não diga que vamos baixar as taxas de juro, mas sim que estamos a criar condições para uma baixa sustentada das taxas de juro.

E — Em matéria de privatizações, o Ministério das Finanças foi muito criticado por privilegiar o encaixe financeiro, em detrimento do apoio a grupos ou empresários portugueses. Qual é a posição da nova equipa das Finanças sobre esta matéria?

EC — Em matéria de privatizações, tenho dito que existem vários critérios. O primeiro diz respeito à estrutura accionista desejável após a privatização. Outro critério refere-se ao ciclo da actividade económica, que pode determinar o momento certo para a realização de uma determinada operação. A avaliação da capacidade financeira dos grupos portugueses é outro critério. Quanto ao interesse financeiro do Estado, sempre tenho dito que é uma condicionante, uma restrição, devido à variável financeira, mas não um objectivo em si e muito menos um objectivo de maximização.

E — Qual é o critério mais importante?

EC — Os critérios têm de ser ponderados caso a caso, procurando encontrar em cada momento a solução mais adequada aos interesses nacionais. Por exemplo, no que se refere às grandes empresas a privatizar, face à actual situação de menor capacidade financeira dos grupos económicos nacionais, a estratégia correcta parece-me ser a da dispersão do capital em Bolsa, ficando o Estado com uma *golden share* ou com uma posição significativa na gestão, por forma a defender os interesses estratégicos do País.

E — Está a falar da CIMPOR, Telecomunicações, EDP?

EC — Nos casos da CIMPOR, Telecomunicações e EDP está fora de causa o Estado perder o controlo. Nesses casos, o critério mais importante é o da dispersão, bem como o reforço e dinamização do mercado de capitais.

E — Sem ligar demasiado ao aspecto financeiro?

EC — O aspecto financeiro até nem vai ser determinante, dado que, dentro da flexibilidade dos critérios de avaliação a que as empresas estão sujeitas — avaliadores independentes, júri de avaliação e Comissão de Acompanhamento das Privatizações —, pretendemos mesmo fixar preços que permitam ao público ganhar dinheiro e interessar-se pelas operações, para que este seja um capital realmente atractivo. Esse, sim, é um critério importante.

E — Quer isso dizer que vamos assistir, tal como já aconteceu em França, a privatizações onde o preço para o público, para os pequenos investidores, será mais baixo, garantindo-lhes à partida uma determinada rentabilidade das acções que adquirirem?

EC — Eu disse, dentro da flexibilidade possível entre as diferentes avaliações.

E — Mas o preço para os pequenos investidores será inferior ao preço para os institucionais, garantindo-lhes uma mais-valia nas acções que adquirirem?

EC — A fixação do preço é da competência do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, tendo presente os relatórios da Comissão de Acompanhamento das Privatizações e do júri de avaliação. Como existe sempre um preço máximo e outro mínimo, há um intervalo de variação onde é possível obter alguma flexibilidade para a colocação de acções junto do público a um preço mais favorável.

E — Mas não para investidores institucionais?

EC — Não. Junto do público, numa óptica de dispersão. Isso seria desejável, mas a decisão pertence ao Conselho de Ministros.

E — Essa ideia vai ser aplicada às telecomunicações?

EC — Nas telecomunicações há um critério fundamental que é o de manter o interesse estratégico nacional. Mas, pela sua dimensão, o preço tem também de ser capaz de atrair investidores privados e institucionais, nacionais e estrangeiros.

E — No caso da energia também?

EC — Na energia também. A ideia é não privatizar mais de 20 % a 25 % da EDP.

E — Na CIMPOR, o controlo vai ficar igualmente nas mãos do Estado?

EC — Admito que a posição do Estado na CIMPOR desça abaixo dos 50 %, mas com blindagem de estatutos, de modo a que o Estado mantenha uma posição influente na gestão. Mas, para já, na 1.^a fase, o Estado ficará com o controlo da CIMPOR.

E — Quanto ao Totta?

EC — Quanto ao Totta, trata-se de um *dossier* que já encontramos quando chegámos ao Ministério, no dia 7 de Dezembro. Aquilo que fizemos foi procurar perceber o enquadramento legal e as entidades que tinham competência em matéria de fiscalização do cumprimento da lei: a saber, a Comissão de Acompanhamento das Privatizações, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Banco de Portugal. Depois reunimos os relatórios já existentes, bem como eventuais elementos novos e enviámos tudo à Procuradoria-Geral da República, que tem competência para representar o Estado em juízo. Além destas entidades, solicitámos

ainda à Inspeção-Geral de Finanças que fizesse uma análise detalhada de todas as sociedades a montante do Banco Totta & Açores, com participações directas e indirectas na instituição.

E — Tem mantido conversações com as autoridades espanholas sobre esta matéria?

EC — Fizemos sentir ao Ministro das Finanças de Espanha que o Governo Português se encontra muito «desconfortado» com toda esta situação e que as relações financeiras entre os dois países têm de se processar de uma forma transparente. Assim aconteceu quando instituições financeiras portuguesas adquiriram posições no sistema bancário espanhol e quando instituições de crédito espanholas tomaram posições em bancos portugueses, com uma única excepção: o Banesto. Independentemente de todas as leis, esta situação é inaceitável num quadro de relações normais entre os dois Estados.

Portanto, pode dizer-se que o Ministério das Finanças fez tudo o que estava ao seu alcance para garantir a definição de um quadro accionista estável para o Banco Totta & Açores. Além disso, o Ministério das Finanças, em nome do Governo, também já disse que não venderá os 13% que ainda detém no capital do Banco enquanto o quadro accionista não estiver bem definido. Trata-se de um processo moroso e complexo, no qual foram dados ao longo dos últimos meses passos decisivos para uma clarificação, qualquer que ela seja. Agora, resta aguardar pela definição dos novos accionistas do Banesto e pelas conclusões da Procuradoria-Geral da República.

E — Outra empresa privatizada onde se diz que também houve desrespeito pela lei é a CENTRALCER. Vai proceder da mesma forma que procedeu em relação ao Totta?

EC — Qualquer caso tem o tratamento previsto na lei. A Comissão de Acompanhamento das Privatizações zela pelo cumprimento dessa mesma lei e, até agora, não elaborou nenhum relatório onde diga que houve infracção.

E — Tem-se mostrado um grande defensor do mercado de capitais. Mas este mercado não se pode desenvolver sem medidas que tendam a atrair os investidores.

EC — O mercado de capitais é importante e nós pensamos, em 1994-1995, desenvolver e aprofundar um conjunto de medidas que permitam dinamizá-lo. Para além dos problemas que ainda existem, o mercado evoluiu após a «bolha» especulativa de 1987, quer no campo regulamentar quer nos índices de desempenho. Todos temos consciência de que o mercado de capitais português tem um potencial de desenvolvimento superior ao seu estágio actual e que não existe nenhum factor atávico que não nos permita ter como objectivo, a médio prazo, um mercado de capitais mais evoluído, em linha com o desenvolvimento dos chamados mercados emergentes. É evidente que muitos desses mercados desenvolveram condições de base nas décadas de 70 e 80 que nós só retomámos a partir de 1985.

E — Além do trabalho de base, tem também importância o tipo de empresas cotadas.

EC — Agora. É preciso aprofundar o desenvolvimento. Em primeiro lugar no que diz respeito à modernização do mercado da dívida pública. O Tesouro tem feito um trabalho muito importante neste domínio. As emissões são cada vez mais longas, começou por três anos, depois passou para os cinco, sete e agora dez anos. Neste momento estamos a ponderar a organização de um mercado nos segmentos «grandes lotes»-«pequenos lotes» e o desenvolvimento de alguns instrumentos de risco na área das opções com acordos de recompra. Entretanto, já tomámos uma medida em relação à tributação dos não-residentes, a exemplo do que acontece nos mercados financeiros mais evoluídos, porque pensamos que o mercado da dívida pública é um mercado de referência importante para o mercado de capitais.

E — Está a falar do mercado secundário, mas quanto ao primário, as emissões de títulos?

EC — É outro vector de actuação. Mas não há dúvida de que há que aprofundar medidas sobre diversas variáveis em simultâneo. Daí a ligação de algumas privatizações ao mercado de capitais. Uma deficiência estrutural geralmente apontada é a insuficiente oferta de títulos de empresas com o perfil adequado para serem

cotadas em Bolsa. Outra é o peso relativo muito baixo das empresas não financeiras.

O primeiro passo na ligação íntima das privatizações ao mercado de capitais vai ser dado com a CIMPOR. Toda a estratégia de privatização vai no sentido da dispersão. Assim, pretendemos colocar em Bolsa a breve trecho uma primeira *tranche* de 20% a 25% do capital da cimenteira e, até ao final do ano, outra *tranche* de montante equivalente. Pensamos que se trata de uma empresa com o perfil adequado — capacidade lucrativa, estabilidade de resultados e possibilidade de uma política estável de dividendos — para dinamizar a oferta de títulos no mercado bolsista.

Trata-se de uma acção de curtíssimo prazo, a que se seguirá, no 1.º trimestre de 1995, o lançamento de mais duas empresas: Telecomunicações e EDP. Procura-se, assim, responder a uma deficiência estrutural do mercado de capitais onde se pode actuar pelo lado da oferta.

Outro vector, além do incremento das emissões de Obrigações do Tesouro a prazo cada vez mais longo, é o estímulo ao desenvolvimento do mercado obrigacionista de empresas, que está quase paralisado nos últimos tempos. Isto para além, obviamente, do factor fiscal, ainda que numa base minimalista, uma vez que a restrição orçamental não nos permitirá ir tão longe quanto desejaríamos.

E — Em termos de benefícios fiscais?

EC — Em termos da tributação que incide sobre certas formas contratuais de poupança. É uma área que estamos a estudar, mas onde pensamos dar sinais no Orçamento do Estado para 1995. Além disso, temos ainda, no domínio regulamentar, o Código do Mercado de Valores Mobiliários, que é um código válido, mas que necessita de alguns aperfeiçoamentos, ajustamentos e simplificação de processo. Neste domínio devo dizer que contamos com a colaboração de Hermínio Ferreira, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do Banco de Portugal. Também pedimos a todas as entidades com assento no Conselho Nacional do Mercado de Valores Mobiliários para nos apresentarem os seus contributos por escrito até ao final de Abril. Estamos igualmente a solicitar a personalidades independentes que se interessam pela problemática do mercado de capitais que nos dêem os seus *apports* para que em Maio-Junho

possamos digerir a análise de todos estes *inputs* e tomar um conjunto de medidas, embora com a consciência de que o desenvolvimento do mercado de capitais não se fará por decreto nem por portaria.

E — Acredita então na Bolsa como instrumento de política económica?

EC — O desenvolvimento do mercado de capitais deve ser um elemento permanente da política económica. Uma acção estrutural fundamental com frutos no curto, mas sobretudo no médio e longo prazo, que contribuirá para a melhoria da competitividade das empresas portuguesas. Empresas essas que poderão ter um acesso mais fácil a capitais permanentes, o que aliviará a pressão sobre o mercado financeiro, acabando por ter reflexos nas taxas de juro.

E — Existem dois grupos financeiros do Estado. Pensa que eles devem manter-se como estão?

EC — O peso da iniciativa privada no sector bancário tem vindo a aumentar. Em 1984 era de apenas 10%, hoje ultrapassa os 50% e ainda vai crescer mais quando a privatização do Banco Pinto & Sotto Mayor se concretizar. Mas a estrutura do sector bancário português ainda se encontra numa fase evolutiva e não podemos deixar de dar atenção à fraqueza de capitais dos grupos económicos portugueses. Por isso penso que nesta fase da vida económica e financeira portuguesa, o Estado ainda deve manter uma posição forte no sistema financeiro. Isso não significa que não faça alguma dispersão de capital numa ou noutra empresa, seja no Banco de Fomento, no BNU ou na Fidelidade.

E — Mas sempre mantendo o controlo?

EC — Com certeza. Nesta fase. Mas tudo é dinâmico. Dentro de dez anos quem cá estiver que decida.

E — Aposta na flexibilidade?

EC — Penso que há que ter uma perspectiva pragmática. E é nessa perspectiva pragmática que o Estado deve manter uma posi-

ção importante no sistema financeiro, visto que ainda não existem grupos económicos e financeiros portugueses capazes de substituir o Estado.

E — Como vê o sector segurador português?

EC — É um sector cada vez mais aberto à concorrência, mas que tem estado em crescimento contínuo. O total dos prémios processados tem crescido, nos últimos anos, a uma taxa média anual de 25 %. Perto de 30 % no ramo «Vida» e de cerca de 17 % nos ramos «Não vida».

E — Mas a rentabilidade das empresas do sector tem decrescido.

EC — O sector apresenta ainda um bom potencial de crescimento. Se analisarmos o volume de prémios *per capita*, verifica-se que, em todos os indicadores, Portugal tem ainda um potencial de crescimento importante a explorar nos próximos anos. Quanto à rentabilidade, tem de ser medida em função dos resultados técnicos e dos resultados financeiros. Uma empresa de seguros olha para a rentabilidade do sector nessa dupla perspectiva.

E — Mas, mesmo nessa dupla perspectiva . . .

EC — O sector teve, em 1992, prejuízos acumulados da ordem dos 23 milhões de contos. Mas em 1993 registou uma recuperação significativa. Os dados provisórios que tenho até este momento apontam para um resultado consolidado negativo da ordem dos 2 milhões de contos.

Importa, por isso, salientar os factores que têm afectado a rentabilidade do sector. Em primeiro lugar, 1992 foi um ano particularmente difícil devido à subida das provisões técnicas cerca de 40 % relativamente ao ano anterior, onde tinham crescido apenas 20 %. Isto significa que se está a aumentar a solvabilidade do sector e, conseqüentemente, as garantias do segurado. Em segundo lugar, verificou-se uma pressão concorrencial acrescida, sobretudo nos ramos «Acidentes de trabalho» e «Automóveis», que as companhias

já corrigiram em 1993. Em terceiro lugar, registou-se uma queda dos rendimentos dos imóveis e das participações financeiras, em consequência do abrandamento da actividade económica. E, por último, as despesas gerais de um grande número de companhias são muito elevadas e têm crescido mais que a taxa de inflação.

E — Sendo assim, que futuro prevê para o sector?

EC — A concorrência vai aumentar nos próximos anos. Haverá lugar a fusões e alianças estratégicas, onde a massa crítica será determinante, mas ao mesmo tempo haverá lugar para estratégias de especialização em determinados segmentos de mercado, produtos, serviços e canais de distribuição. Isto nas empresas de ramos «Não vida».

Nas companhias de ramo «Vida», vamos assistir a uma intensificação das estratégias numa óptica de *bancassurance* ou de *assurfinance*, tirando partido dos canais de distribuição dos grupos financeiros. Mas é evidente que tudo vai depender da capacidade competitiva no domínio da inovação, do desenvolvimento de sistemas informáticos e de informação, modelo organizativo, recursos humanos, etc.

E — E do controlo das despesas gerais?

EC — Sim, do controlo das despesas gerais e da redução dos custos operacionais. Assim sendo, penso que o sector tem potencial e é mais fácil fazer reestruturações num sector em crescimento do que num sector em regressão.

E — Quanto à situação de O Trabalho. Qual é a sua posição?

EC — Eu diria que há problemas, mas que podem ser resolvidos através de um reforço dos capitais próprios. Reforço esse que depende apenas de um acordo de accionistas.

3.2 — Entrevista ao *Público*, 7 de Novembro de 1994 (conduzida por João Cândido da Silva, Pedro Fernandes e Graça Franco).

PÚBLICO — *Começemos pelo acordo de concertação social para 1995. Ficámos com a sensação de que o Governo não o queria ...*

EDUARDO CATROGA — *Ficaram com a sensação errada.*

P — Mas ela é partilhada, por exemplo, pela parte patronal. O presidente da CIP disse que houve negociação de má fé.

EC — Não é isso que o presidente da CIP nos diz. Em termos de concertação social, o Governo envolveu-se num processo sério, conjuntamente com as confederações patronais e sindicais. Houve trabalho de consenso entre as confederações patronais, a UGT e o Governo, quanto a uma série de pontos. Ficou sempre entendido que toda a problemática da política de rendimentos — a que tinha mais apetência mediática — ficava para o último minuto. O Governo considerava que, nesta matéria como noutras, tem que ter uma política responsável. Por exemplo, na defesa e promoção do emprego, na defesa da competitividade das empresas, e na continuação do processo de descida sustentada da inflação em estabilidade cambial.

Não podemos ainda deixar de atender à política salarial dos nossos principais concorrentes e parceiros comerciais. A começar pela nossa vizinha Espanha. Sempre considerámos que um referencial para a contratação privada superior a 4% era mau em termos da competitividade externa. É um mau sinal para os mercados externos, que não estão à espera de que a inflação acon-

teça: basta o aparecimento de expectativas inflacionistas para colocar em causa objectivos fundamentais da estabilidade macroeconómica.

P — O que é que impediu o Governo de assinar o acordo de concertação social?

EC — Não foi o Governo que impossibilitou o acordo. As confederações patronais não estavam dispostas a ir além dos 4%. A UGT, através do seu secretário-geral, no momento decisivo não teve a flexibilidade que numa negociação é essencial existir. Uma negociação não é a imposição de uma vontade, mas o ponto de encontro entre duas vontades. Era fundamental a flexibilidade num momento decisivo da negociação.

P — O Governo impôs a sua vontade e a UGT não aceitou . . .

EC — Não foi isso. Em matéria de aumentos nominais dos salários, o Governo evoluiu de uma proposta inicial de 3,5% até à proposta final. No momento chave das negociações, a UGT não teve a mínima flexibilidade. E por que é que não teve? Porque lhe retiraram, por um lado, margem de manobra à direita, com a imagem que se procurou criar, ao lançar-se a ideia de que a UGT estava «vendida» ao Governo. Refiro-me ao título de primeira página de um conhecido semanário da semana anterior à expiração do prazo para as negociações. Depois surgiu a condicionante política quando o secretário-geral do PS apareceu a restringir a liberdade ao negociador principal da UGT, Torres Couto, na medida em que disse publicamente que o líder da central sindical estava a vender por 80 o que valia 100. Foi isso que impediu o acordo.

P — Compreende-se que o Governo tenha interesse nessa versão, mas também se pode fazer uma leitura económica da negociação e concluir que uma central sindical que abdica totalmente da partilha de eventuais ganhos de produtividade não pode ir mais além.

EC — Na análise que está a fazer está a esquecer-se de que a variação da tabela tem de somar mais um ou dois pontos para chegar ao crescimento da massa salarial. E não pode esquecer essa variável.

P — Pois é. Mas a UGT admitia exactamente ficar muito abaixo na tabela. Os 5% que faziam parte das suas últimas exigências já entravam em linha de conta com os benefícios fiscais.

EC — Repare: quando há 4% de aumento na tabela, a que se juntam 0,6 de ganhos fiscais e ainda 1 a 2 pontos, temos uma situação que, em termos de massa salarial, já contempla uma boa parte dos ganhos de produtividade.

P — Convém entrar em conta com a inflação prevista e o crescimento da economia.

EC — E não estamos numa fase em que é decisivo o crescimento do emprego? Não estamos numa fase, a nível europeu, em que os ganhos de produtividade estão a ser canalizados para a competitividade das empresas? O Governo estava disposto a ter impactes negativos no Orçamento — pela via fiscal e para-fiscal — de forma a aumentar o rendimento disponível dos trabalhadores.

P — Não vai, então, haver aumentos intercalares para a função pública no próximo ano?

EC — O Governo já deu provas de que não pauta as suas medidas por critérios eleitorais. Quem pretendia que o Governo fosse, em matéria salarial, eleitoralista — e não responsável — eram os partidos da oposição.

P — Então não haverá aumentos intercalares?

EC — O Governo é responsável!

P — Sr. Ministro, responda directamente: haverá ou não haverá aumentos intercalares?

EC — Está implícito na minha resposta. O Governo é responsável. E, como tal, segue uma política salarial coerente.

P — Ou seja, não haverá aumento intercalar ...

EC — Eu estou a dizer o que estou a dizer. O Governo não tem duas políticas. Tem uma política que define normalmente na parte final do ano anterior.

P — O que quer dizer que haverá aumento intercalar em função das tendências nas sondagens eleitorais?

EC — Estou a dizer que a política salarial para 1995, em termos de funcionalismo público, será definida por um processo negocial autónomo que terminará antes do princípio do próximo ano. Em relação ao sector privado, a contratação colectiva é feita numa base de liberdade negocial.

P — Está a dizer-nos que, se houver aumento intercalar, terá de ser decidido até final do ano?

EC — A política salarial na função pública para 1995 ficará definida no quadro de um processo negocial que decorre até final de 1994.

P — E em relação à nossa pergunta, Sr. Ministro, haverá ou não aumento intercalar?

EC — Essa questão não está sobre a mesa.

P — Em 1995, o peso da dívida pública no PIB vai passar para quanto?

EC — Desde 1990 que tem havido um agravamento desse rácio em todos os países da União Europeia. A média europeia era de 57% em 1990. No final de 1994 está em 70%, e admite-se em todos os países um crescimento em 1995. Em Espanha estava nos 44% em 1990, chegou a 62% em 1994 e vai crescer em 1995. Em Portugal era de 68% em 1990 e no final do ano chegará aos 70%. É natural que em 1995 cresça alguma coisa, como se diz no relatório do Orçamento.

P — Não se diz.

EC — Não se quantifica mas afirma-se que se espera uma diminuição do rácio em 1996.

P — Mas a questão que agora se coloca é de agravamento. Acha que isso é transparente?

EC — Então não é? Quando se diz que as necessidades líquidas de financiamento do Estado, que aparecem perfeitamente clarificadas, são da ordem dos 900 milhões de contos (sinceramente, nunca fiz esse cálculo), fornece-se a informação indispensável para esse tipo de análise.

P — Mas podem ocorrer flutuações cambiais.

EC — Sim, mas ao nível do rácio estamos bem. A Irlanda foi, com um rácio de 99% considerada cumpridora.

P — Mas a Comunidade Europeia estabelece que o critério é caminhar no bom sentido, do desagravamento.

EC — Há aqui uma grande flexibilidade na análise da matéria.

P — Não está nada preocupado?

EC — Nada. Porque estamos próximos do rácio objectivo e no médio prazo o rácio vai cair.

P — Mesmo que as taxas de juro subam?

EC — A questão tem de ser vista em termos de diferenciais face aos outros países. Se as taxas de juro subirem para nós, também sobem para os outros. O problema é a diferença face à média da União Europeia.

P — Com a descida das taxas de juro, este ano conseguiu poupar qualquer coisa como 36 milhões de contos em termos de despesa. Se por acaso houver uma ligeira subida dos juros no próximo ano, poderá haver o risco de ter de apresentar um orçamento suplementar.

EC — Os rácios não podem ser vistos apenas em termos de valores absolutos. Quer no défice público, quer na taxa de inflação, quer na taxa de juro, quer no *stock* de dívida pública, os rácios têm que ser vistos em termos do diferencial face aos outros países. Portugal tem feito grandes progressos. Quanto à inflação, em 1985 estava quase nos 20% e o diferencial era de 13 pontos face à média da União Europeia, hoje é de 1,7. No rácio do défice público, o objectivo de 5,8% no PIB aponta um diferencial já reduzido face à média da União Europeia até melhor do que o da Espanha, que tem um objectivo de 5,9.

P — Mas há economistas que defendem que é exactamente nos momentos de recuperação, quando é mais fácil gerir, que os grandes problemas devem ser atacados para evitar que haja alguma desestabilização.

EC — Com certeza. Mas quando se reduz o défice público a prazo, reduz-se também o *stock* de dívida pública. Quando se define uma política de aprofundamento das privatizações, estamos, a prazo, a reduzir o *stock* da dívida pública. Estamos com a estratégia correcta.

P — Com uma estratégia de empréstimos e avales, a prazo, aumenta-se a dívida pública.

EC — Não necessariamente. Pode haver um desfasamento entre as receitas das reprivatizações e o momento da assunção de passivos. O objectivo é acelerar as reprivatizações para reduzir o *stock* de dívida pública. Pode é haver um *time lag*.

P — Mas há momentos de instabilidade, por exemplo, cambial.

EC — O rácio de défice público e o rácio do *stock* de dívida pública não podem ter o mesmo valor económico. Neste momento,

a Irlanda tem um rácio do défice público inferior a 3% e um rácio do *stock* de dívida pública à volta de 100%.

P — Assume, este ano, 70 milhões de contos de dívida do Serviço Nacional de Saúde (SNS), mas, em vez de colocar um ponto final na dívida, fazendo cumprir as dotações orçamentais, inclui um artigo no Orçamento do Estado que autoriza os fundos e serviços autónomos do SNS a ultrapassá-las em 8%.

EC — A solução consagrada radica na distinção clássica entre a solução de compromissos e o seu pagamento.

P — O Orçamento não tem essa distinção.

EC — Tem. Temos pareceres jurídicos. A distinção radica na Lei do Enquadramento da Contabilidade Pública e na possibilidade de hoje os hospitais terem, a par de uma contabilidade de caixa, a chamada contabilidade de compromissos.

P — Suponho que não seja uma lei de enquadramento, mas um decreto-lei.

EC — Sim, é uma lei que deriva da Lei de Bases da Contabilidade Pública e do novo regime de administração financeira do Estado. Na situação actual do SNS há uma componente que é a dívida normal, e uma componente anormal. A dívida normal são os compromissos no âmbito do fundo de maneo normal, isto é, pouco mais de dois meses de financiamento de fornecedores.

O que a Lei do Orçamento do Estado para 1995 vai resolver é a componente de dívida anormal, e ao mesmo tempo diz que é possível ao SNS assumir compromissos, a liquidar no ano seguinte, até ao limite de 8,5% da dotação normal.

Esses 8,5% correspondem a dois meses de fornecimentos. São a chamada dívida normal de fornecedores. Não representam mais despesa, mas apenas a legalização daquilo que são compromissos normais de funcionamento. E quando falamos do SNS, trata-se da necessidade de assumir compromissos inadiáveis, muitas vezes

para salvar vidas humanas. É uma área onde se justifica a aplicação das novas normas de uma gestão moderna. Uma gestão flexível, que não viola nenhum dos princípios e regras orçamentais.

P — Independentemente da questão jurídica, o que está em causa é que a Lei do Enquadramento Orçamental pretende garantir o princípio da transparência. As dotações são o máximo da despesa. Acaba contudo de admitir que o que se pretende é ultrapassar em 8,5 % esse máximo, assumindo compromissos que se pagam no ano seguinte.

EC — Mas esses compromissos têm um perfeito enquadramento legal e são compromissos no âmbito da gestão normal.

P — Omita a questão legal. Ainda que os juristas tenham razão, ainda que isso seja possível, a questão que se coloca para o cidadão comum é: isto é transparente ou não?

EC — É transparente. Na situação contrária isso significaria que, em Dezembro de cada ano, os hospitais deste país ficariam impossibilitados de comprar os seus fornecimentos, que, de acordo com as condições normais dos fornecedores, só são pagos em Fevereiro ou Março do ano seguinte.

P — Não é verdade. O Ministro das Finanças é soberano em fixar a dotação dos hospitais. Se acha que essa verba é fundamental, pode orçamentá-la.

EC — Seria uma gestão financeira não racional não aproveitar o prazo normal de pagamento de fornecedores. Mas também constituiria uma gestão financeira irracional obrigar os fornecedores, como é a situação actual, a esperarem oito, nove e dez meses pela sua cobrança.

P — Acha perfeitamente normal uma dívida de dois meses?

EC — Com certeza.

P — Então no próximo orçamento vamos descontar a priori na verba da saúde o que já está gasto . . .

EC — Repito, há que distinguir entre compromissos e despesas. Para além da contabilidade de caixa, os hospitais têm hoje uma contabilidade de compromissos. Foi uma grande evolução na contabilidade pública.

P — Hoje o Estado não tem um orçamento de compromissos.

EC — Não tem o Estado na sua globalidade, mas há certos segmentos do Estado que já têm, nomeadamente certos fundos e serviços autónomos, e muito concretamente o SNS.

P — Está, portanto, tranquilo. Não acredita que haverá inconstitucionalidade neste Orçamento?

EC — De acordo com os pareceres jurídicos de que disponho, não haverá inconstitucionalidade.

P — Em relação a 1994, as previsões de crescimento apontam para uma contribuição da procura externa em apenas 0,25 %. Em que medida entra aqui o projecto Ford-Volkswagen?

EC — Existem várias simulações. Há que simular o impacte ao nível das exportações e ao nível das importações. E há ainda que ponderar que 1995 é o primeiro ano completo de um projecto com aquela dimensão. A experiência aconselha a sermos prudentes. No primeiro ano de arranque a sério de um projecto há sempre a probabilidade de alguns atrasos. Seja na comercialização, no *marketing* ou na produção. Não é, portanto, um ano de velocidade de cruzeiro. Assim, quando se fala em determinados impactes, que os macroeconomistas podem estimar, está-se a pressupor o impacte após a velocidade de cruzeiro do projecto, da ordem de 0,75 pontos.

P — Considera que a informação que a República prestou em matéria de rating estava incorrecta?

EC — A República, tanto quanto sei, prestou as informações numa óptica de médio prazo.

P — Mas disse qual era a previsão para o primeiro ano do projecto. E não era 0,75, mas quase 3 pontos.

EC — Não desagregámos o impacte do projecto no nosso cenário macroeconómico, nem nas projecções elaboradas. Dizemos é que existe um impacte adicional nas importações e um impacte adicional nas exportações.

P — Em qualquer cenário macroeconómico, não é possível prever o crescimento do PIB sem calcular primeiro o crescimento esperado das exportações e das importações. Qual é esse crescimento? Confirma que, para o cenário ser consistente, as exportações devem crescer 10% e as importações 8%?

EC — Há várias combinações possíveis. Mas o efeito será de 0,25 na procura global.

P — Para isso há um impacte negligenciável do projecto Ford-Volkswagen?

EC — Será diminuto, mas maior em 1996 e anos seguintes.

P — Não é uma desilusão para o que o projecto custou aos contribuintes?

EC — Não. Tem de ser visto na sua vida económica global e essa é no longo prazo.

P — De qualquer forma, fica bastante abaixo das previsões que existiam.

EC — Uma coisa é fazerem-se previsões com uma certa prudência, outra é o impacte real do projecto. O de 1995 só pode ser medido em 1996.

P — Não está o Governo a tentar capitalizar para meio do ano impactes que no fundo eram já previsíveis agora?

EC — Pensamos que o cenário macroeconómico apresentado pelo Governo é realista de acordo com os pressupostos que neste momento é possível elaborar, tendo presentes as linhas de força da evolução da procura externa e que estamos no início de um processo de recuperação da economia que se quer consolidar em 1995. É sempre portanto aconselhável a prudência. Estamos a ser realistas.

P — Contesta a influência do quadro eleitoral no Orçamento. Como explica então a suspensão e não a abolição do imposto do selo sobre as taxas de juro do crédito ao consumo que faz prever, com toda a certeza, o seu regresso em 1996?

EC — Este Governo acaba o mandato em Outubro de 1995. Não é este Governo que fará o Orçamento para 1996. Logo a sua observação não tem razão de ser.

P — Estou a admitir que o Governo pretende reeditar a maioria . . .

EC — Este Orçamento é de rigor. Não se pauta por critérios eleitorais. Está orientado para as famílias e para as empresas.

P — Mas o que é que justifica a suspensão e não a abolição do imposto do selo?

EC — Já lá vou. O Orçamento para 1996 procura, dentro do objectivo estratégico de redução do défice do Estado, tomar um conjunto de medidas fiscais para defesa do rendimento das famílias, estímulo à poupança, nomeadamente à poupança de longo prazo, e para a defesa da competitividade das empresas. Em relação ao imposto do selo, tratava-se de um compromisso político no sentido da sua eliminação progressiva.

P — Estamos a falar especificamente do crédito ao consumo ...

EC — No crédito ao consumo a medida derivou do facto de termos constatado que não se justificava a incidência do imposto do selo numa fase em que o consumo privado precisa de ser estimulado.

P — Essa justificação tanto se aplica à suspensão como à abolição.

EC — Numa perspectiva de médio prazo temos uma Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal a trabalhar, que vai terminar os trabalhos lá para Outubro de 1995, e por isso evitámos tomar medidas que pudessem colidir com as recomendações para a política de médio prazo.

P — A abolição do imposto do selo colide com essas recomendações. O senhor não é o baluarte contra este imposto?

EC — Eu não sei se em 1996 a economia estará sobreaquecida. Aliás, todas as outras medidas têm a mesma filosofia: o crédito fiscal ao investimento, a redução de emolumentos legais e notariais são só para vigorarem em 1995.

P — Vão voltar em 1996?

EC — A redução é só para 1995.

P — Isso contraria uma legítima exigência de diversos sectores que tem a ver com a necessidade de disporem de um quadro fiscal estável. E, no que se refere aos limites de dedução, em sede de IRS, das aplicações feitas em instrumentos de longo prazo, as medidas de alargamento cometidas no Orçamento para 1995 nem sequer repõem o nível existente em 1993.

EC — Esse raciocínio não está correcto. A base de comparação terá de ser 1994 e em relação a essa base há uma melhoria

significativa. O total de deduções para efeitos de poupança pode atingir, em 1995, 1800 contos. Há um aumento significativo. Quer na actualização dos produtos de poupança já existentes, com a melhoria do seu âmbito nalgumas situações e a introdução de novos produtos. Há preocupações de estabilidade no tratamento da poupança longa. Estou a falar dos PPR, dos PPA, dos PPP.

P — Mas a estabilidade, na óptica do Governo, dura um ano. No próximo ano, provavelmente, voltará o imposto do selo e, a avaliar pelo que está a dizer, o Governo poderá recuar nas medidas de incentivo à poupança ...

EC — Não é verdade. Os PPP são formas contratuais de poupança por um prazo de oito anos. E durante esse período o envelope fiscal fica garantido. Há estabilidade.

P — O imposto automóvel é uma aberração que não existe em nenhum país europeu. Prometeu a grande reforma para 1996. Porque não a adoptou já este ano?

EC — Estão de facto bastante avançados os estudos com vista à introdução do imposto *ad valorem*, mas neste momento ainda não está preparada a máquina administrativa para darmos esse passo. Aliás, e em relação ao aumento este ano do imposto automóvel, há de facto uma enorme mistificação. O que houve foi apenas uma actualização dos preços de venda — nos automóveis de menor cilindrada — de 1,4 % e, nos de maior cilindrada, de 2,6 %.

Para quem precisa de comprar carro a prestações será mais barato comprar carro em 1995 do que em 1994, já contando com a actualização do IA e pela via da eliminação do imposto do selo sobre as operações de crédito ao consumo de 7 % e a redução do imposto do selo nos juros das operações bancárias de 9 % para 7 %. O que se corrigiu este ano foram algumas distorções em relação a certos segmentos de mercado que têm estado numa situação de vantagem fiscal, gerando uma vantagem competitiva que não tem razão de ser do ponto de vista da transparência do mercado ou da justiça social ou fiscal. É o caso dos veículos todo o terreno e o caso dos carros transformados apenas para fugir ao im-

posto automóvel. Houve o cuidado de impor apenas uma taxa de 15% a 20% da taxa normal, exactamente para evitar subidas bruscas no primeiro ano.

P — O aumento generalizado fica para 1996 com a introdução do imposto ad valorem?

EC — Não. Os estudos para a introdução desse imposto ainda não estão terminados. E uma variável a ter em conta será a manutenção das receitas do Estado. Devo dizer que os próprios agentes do mercado continuam divididos: uns defendem a alteração do imposto e outros a sua manutenção. Nós pensamos que, a prazo e gradativamente, há que evoluir, gerindo bem a transição, para evitar perturbações sensíveis no mercado.

P — Recentemente as Finanças adoptaram, na sua análise de convergência, a evolução do PIB per capita em paridades de poder de compra. Com este indicador, bastava continuar a política de escudo forte de 1992 para ficarmos todos mais ricos, embora no limite acabássemos todos pobres. Concorda?

EC — Reconheço que na terminologia tradicional — quer nos relatórios do Orçamento, quer nas GOP, quer na linguagem académica — se utilizou a expressão «convergência real» em termos de um crescimento da economia superior à média comunitária. O crescimento superior à média é um critério de convergência, a evolução do PIB *per capita* em paridades de poder de compra é outro. Não penso que sejam mutuamente exclusivos. São complementares.

P — Mas quando se está num período em que há uma reavaliação do PIB ...

EC — Não é uma reavaliação, é uma aproximação mais adequada ao valor real do PIB como a que foi feita noutros países. Repare que entre 1986 e 1993 dizemos que houve uma aproximação de 10 pontos percentuais nas paridades de poderes de compra e não 14 ou 15 pontos, porque comparamos a situação antes da revisão das séries do produto.

P — Mas nesses 10 pontos está o efeito do fortalecimento do escudo.

EC — São factos.

P — Não ficámos mais ricos por isso.

EC — A análise é dos serviços da União Europeia.

P — E é um indicador correcto?

EC — É um dos indicadores. Aliás, o nosso objectivo é a aproximação do PIB *per capita* em paridades de poder de compra numa perspectiva de médio prazo, sendo perfeitamente natural que a economia portuguesa tenha um crescimento superior à média comunitária, nos períodos de crescimento vigoroso, e um crescimento próximo ou até marginal em termos de diferencial, nos períodos de crescimento modesto.

P — Na perspectiva da esperada retoma do investimento, como analisa os dados recentes que apontam para uma queda de 1,4% nos primeiros sete meses do ano no índice de produção industrial?

EC — O Instituto Nacional de Estatística fez uma revisão em alta desse indicador, que prova que a queda não foi de quase 5%, como apontava a informação anterior, mas de apenas 1,4%. É uma confirmação de que, globalmente, há uma recuperação do indicador a que se soma a informação mais recente em matéria de défice externo. De Janeiro a Julho de 1994, em relação ao mesmo período do ano anterior, nota-se uma melhoria do défice de 4,5% em relação à globalidade do nosso comércio externo, e uma melhoria de 15% em relação ao comércio intracomunitário. Confirma-se a nossa análise de recuperação progressiva, em 1994, em consolidação da retoma em 1995.

P — Quanto é que vamos crescer este ano?

EC — Os dados disponíveis apontam para que se fique no intervalo previsto (1% a 2%) mas é efectivamente difícil fazer estimativas dada a precariedade de alguns dados estatísticos fundamentais.

P — Não basta saber que há menos 100 milhões de contos de investimento para se poder prever à partida que se ficará abaixo do previsto?

EC — Há todo um conjunto de variáveis que condiciona essa previsão. Desde Janeiro que venho a dizer que, de acordo com as nossas expectativas, se ficaria mais próximo do limite inferior (1%) do que do limite superior (2%) e também tenho salientado que estamos numa zona em que é possível alguma margem de erro.

P — Como interpreta a resistência do consumo?

EC — O consumo privado tem estado deprimido em todas as economias europeias. É consequência, por um lado, da evolução do nível de emprego e da grande moderação salarial existente em todas essas economias e também na portuguesa. Nós queremos uma retoma económica saudável de forma a proporcionar um crescimento sustentável e não inflacionista. O perfil saudável supõe uma retoma liderada, numa primeira fase, pelas exportações, para depois se propagar ao investimento e ao consumo privado. É isso que irá acontecer em sintonia com as restantes economias europeias ao longo de 1995.

P — O Dr. Miguel Cadilhe fez três sugestões ao Governo, em matéria de privatizações. Uma delas é que haveria vantagem, nalguns casos, em oferecer empresas, aliviando-se com isso os encargos do Estado. Vai seguir a sugestão?

EC — O processo de privatizações já envolveu mais de 90 empresas, 14 das quais cotadas em Bolsa. Há uma lei quadro que define um conjunto de mecanismos. É um compromisso político.

P — Não vai oferecer empresas?

EC — Há empresas que podem ser colocadas no mercado sem preço base. Mas a regra é fazer OPV. No caso da QUIMIGAL, está a prever-se a venda de empresas, participadas sem preço base.

P — Miguel Cadilhe também defendeu a necessidade de privilegiar os «núcleos duros». Na prática, diz que já privilegia, por exemplo no caso dos maiores accionistas do BPA.

EC — A conclusão é vossa. Não vejo onde possa estar esse privilégio. O processo de privatizações obedece a um conjunto de parâmetros.

P — Qual é então a estratégia do Governo nesta matéria?

EC — O processo obedece à Lei Quadro das Privatizações. Há que atender à capacidade de absorção do mercado de capitais, dos grupos económicos portugueses, ao ciclo económico da actividade, e não, como objectivo máximo, mas como condicionante, ao interesse financeiro do Estado. Há, portanto, um conjunto de critérios derivado da Lei Quadro das Privatizações. Caso a caso, em função do desenho da operação, aplicam-se por bom senso os critérios que parecerem mais adequados em determinada situação. Temos entendido que as grandes empresas, como a CIMPOR, TELECOM e EDP Energia, têm características óptimas para responder a uma insuficiência estrutural do mercado de capitais, isto é, em que há falta de papel não financeiro no mercado. Nesses casos, temos definido uma estratégia de dispersão do capital, que visa a dinamização da oferta com a consciência de que é um processo por fases. Preocupamo-nos em colocar no mercado empresas com capacidade de gerar lucros e seguir uma política de distribuição de dividendos estável.

P — A formação dos núcleos duros fica para uma segunda fase?

EC — O que estou a dizer é que, quanto à primeira fase, a estratégia, de nítida dispersão do capital, está completamente definida.

P — Vai continuar a blindar os estatutos das empresas antes de as privatizar?

EC — Depende. Há casos em que o Estado assume não querer perder o controlo. Desde que tal fique claro, não vejo qual o problema. Nesta fase, tudo é dinâmico. Daqui a meia dúzia de anos, quem cá estiver que decida.

P — Mas na dinâmica do menos Estado, o mais normal não era deixar o mercado funcionar?

EC — Não queremos que as reprivatizações se transformem num processo de desnacionalização.

P — Isso é uma crítica aos seus antecessores?

EC — Não é crítica nenhuma. Aliás, em 90 empresas que foram reprivatizadas, há duas ou três de controlo não português; o grosso, 97% das empresas, são dominadas por capital nacional.

P — Em resumo, a dispersão fica para a primeira fase. Para a segunda, ficam os núcleos duros, ou mantém-se a dispersão ou decide-se na altura?

EC — Não está definida a estratégia para a segunda fase quanto às grandes privatizações que referi. Entendemos que, numa perspectiva de médio prazo, o Estado deve continuar a aprofundar a política de privatizações, tendo em atenção o binómio capacidade de absorção dos grupos económicos portugueses e do mercado de capitais. É fundamental o aprofundamento da política de privatizações, continuando a diminuir o peso do Estado na economia. Quando o processo de privatizações foi iniciado, o conjunto das empresas públicas representava 20% do PIB, neste momento estamos a caminho dos 10%. Este processo tem de continuar, mas não podemos comparar o ritmo desejável em Portugal com o ritmo desejável numa Alemanha, onde o estágio de desenvolvimento dos respectivos grupos económicos é diferente.

P — Menos peso e igual controlo numa primeira fase?

EC — Não, repare-se que o peso das empresas públicas na economia baixou.

P — Mas tem havido resistência em abrir o capital das empresas de uma forma mais ampla . . .

EC — Depende das características da empresa. No caso do BPSM, o seu controlo vai agora passar na sua grande maioria para o sector privado. A Rodoviária de Lisboa também e todas as empresas constitutivas do universo QUIMIGAL vão para o capital privado.

P — Para o cidadão comum, se calhar a Rodoviária seria uma empresa a manter nas mãos do Estado. O que já não acontece com o BFE.

EC — Há todo um problema de dimensão das empresas. O capital privado tem uma dimensão para acolher a privatização das várias Rodoviárias. O Estado definiu um modelo para o sector bancário em que se prevê que mantenha um determinado peso, tendo na altura o Governo criado dois grupos estatais financeiros.

P — Concorda com esse modelo?

EC — Concordo, atendendo à fase de desenvolvimento em que se encontra o capital nacional. Mas tudo é dinâmico. Daqui a alguns anos, tudo pode ser diferente.

P — Contudo tem havido nuances. Acredita que o Estado deve manter a CGD, vendendo o BNU e o grupo BFE, ou deve manter esses dois grupos como eles existem hoje?

EC — Se dizem que é fundamental, que é necessário manter grupos financeiros portugueses com alguma dimensão, e eu acredito nesse pressuposto, toda a filosofia de reprivatização do grupo BFE começa pela própria cabeça do grupo. Não vamos pulverizar o grupo. Isso seria contrário à obtenção de determinada massa crítica. Portanto, é por fases. Em relação à CGD não existe qualquer intenção de privatização.

P — Mas esses grupos obedeceram também à necessidade de apoiar instituições em dificuldades, como o BBI e o BNU. Não foi só uma opção estratégica.

EC — Critérios estratégicos e pragmáticos. Normalmente nas decisões empresariais as duas opções coexistem.

P — O BNU e o BBI estão na sua lista de empresas a privatizar?

EC — O BNU não está na lista para 1995. O BBI é dominado pelo BFE cuja privatização representa indirectamente a privatização do BBI. O que deve ir para a Bolsa é a cabeça do grupo.

P — Então, quando um dia fosse equacionada a privatização da Caixa, defenderia a venda da cabeça do grupo e não do BNU e da Fidelidade?

EC — Não raciocino sobre cenários hipotéticos.

P — Como Ministro, não acha que Portugal deveria ter mais grupos financeiros do tamanho da CGD?

EC — Não há uma estratégia única para melhorar a rentabilidade e a competitividade. Há quem acredite na obtenção de uma determinada massa crítica e quem acredite na diferenciação de produtos e serviços. Existem estudos que dizem que dimensão não é em si um factor de competitividade.

P — Chegou ou não a altura de dividir o grupo CGD?

EC — O que eu digo é que não há estratégias únicas.

P — A projecção das receitas a obter com as privatizações em 1995 é de 190 milhões de contos. Tendo em conta que as avalia-

ções, por exemplo da Portugal TELECOM, apontam para um valor próximo dos 800 milhões de contos, os cerca de 20% da empresa a alienar representam o encaixe previsto para o próximo ano. Isto quer dizer que o Estado espera receitas mínimas ou que parte do encaixe será canalizado para as próprias empresas?

EC — Tudo depende da estratégia de afectação dos recursos provenientes das operações de privatização. No caso da TELECOM, há a própria empresa, a *holding* que a domina e o Estado. Há ainda o fundo de pensões da TELECOM. Há fórmulas a estudar. Quando tivemos que fazer uma previsão quanto às receitas a obter com as privatizações para 1995, trabalhamos de acordo com determinados pressupostos, com a consciência de que se trata de valores indicativos.

P — Mas que pressupostos? O valor projectado significa uma receita efectiva do montante a aplicar nas empresas, já que o Dr. Miguel Cadilhe tem defendido a aplicação de 60% das receitas, como previsto desde o início do processo, na redução da dívida?

EC — Claro. Temos uma estimativa que é superior aos 190 milhões de contos. O que admitimos é que aos cofres do Tesouro chegarão directamente 190 milhões de contos.

P — Qual é a receita estimada?

EC — Cerca de 250 milhões de contos. O resto pode ficar nas empresas.

P — O que prevê privatizar em 1995?

EC — A segunda fase da CIMPOR, se o mercado o permitir, a DRAGAPOR, a primeira fase da GESCARTÃO, Portucel Viana e RECICLA, a Rodoviária de Lisboa, a Siderurgia Planos e Longos, a SNAB, o resto da SOCARMAR, a QUIMIGAL, a primeira fase da Portugal Telecom, a EDP Produção, a SETENAVE e a CRCB. Um conjunto de empresas importantes. Este ano vamos

vender o BPSM, a Rodoviária do Sul do Tejo, a PESCRUL e o BFE, que prevemos vender até Dezembro, mas que pode passar para o início de 1995.

P — No caso da Portugal Telecom, qual é a parte que ficará na empresa?

EC — Ainda não está completamente definido. Em matéria de privatizações, o processo tem sido um sucesso. Portugal, no conjunto dos países da OCDE, foi quem mais privatizou depois da Nova Zelândia. Dinamizou-se o mercado de capitais e desenvolveram-se os grupos económicos portugueses. Este processo tem de continuar também por razões financeiras: a redução do *stock* de dívida pública, a libertação de recursos financeiros para fazer o saneamento financeiro de certas empresas públicas que têm uma natureza de serviço público, como as dos transportes. Por exemplo, o Governo Francês ligou a venda de 20% da Renault à necessidade de sanear a Air France. Penso que, numa perspectiva de médio prazo, para além de 1995, há que aprofundar todo o processo — mas esse trabalho será para o meu sucessor.

P — Fala muito em 1995 ...

EC — O meu mandato vai só até Outubro de 1995.

P — Não acredita na reedição da maioria absoluta pelo PSD?

EC — O meu compromisso é até Outubro de 1995. Não posso afirmar que serei eu a realizar o processo no médio prazo. Seria abusivo. A ANA, a BRISA e a Tabaqueira são empresas que poderão ser privatizadas nesse programa de aprofundamento do plano de privatizações. Razões de eficiência e financeiras obrigam a isso.

P — Então 60% das receitas irão «direitinhos» para amortizar a dívida pública.

EC — Enquanto esse princípio legal não for alterado, assim será.

P — Mas na prática parece que isso não está a ser aplicado com rigor.

EC — Está. O Tesouro aplicará as normas legais em vigor para a matéria. Mas temos que ter em consideração o impacte directo e indirecto. Por exemplo, se um dia se definir um princípio de fazer mais privatizações, isso será igual a mais saneamento financeiro das empresas de transportes, de uma CP, de um Metropolitano, efectivamente também se está a reduzir o *stock* de dívida pública.

P — Mas o princípio de que fala visa exactamente essa tentativa de dirigir a receita essencialmente para a reestruturação de determinados sectores, em vez do abatimento da dívida pública.

EC — Nestas empresas, que têm uma natureza de serviço público, ser o Estado a assumir directa ou indirectamente passivos, como hoje acontece, aumentando o *stock* de dívida pública, ou receber as receitas das privatizações para depois, com esses montantes, ir diminuir a dívida pública, o efeito líquido é o mesmo.

P — Mas a lei . . . Quer alterar a lei?

EC — A lei é para se cumprir. Não há necessidade de a alterar.

P — Acaba de reconhecer que há formas, directas e indirectas, de se aumentar a dívida pública. Uma delas é absorver os passivos de empresas públicas. No Orçamento do Estado para 1995 prevê-se que esse saneamento seja feito, não através de ajudas de transferências, mas sobretudo através de avales do Estado com eventual aumento da dívida pública. Gostava que comentasse essa passagem para o futuro do encargo imediato do saneamento do sector.

EC — Há vários modelos para resolver esse problema. No Orçamento do Estado para 1995 temos a assunção de passivos das empresas públicas onde há compromissos já assumidos, no caso

da SN da TAP. Privilegiámos a assunção de passivos do SNS, no sentido de se resolver essa dívida crónica aos seus fornecedores, e definimos um modelo que passa pela concessão de um conjunto de avales do Estado.

Aliás, comparativamente a 1994, há que tomar em conta um conjunto de situações em que o desenho desse artigo do Orçamento do Estado de 1995 não é exactamente igual ao de 1994. No ano passado era definido um *plafond*, mas dizia-se que não entrava a concessão de avales a operações que beneficiam de cartas de conforto; de garantias a alterações de renegociação da dívida avalizada; de garantias que decorrem de deliberações tomadas no seio da Comunidade Europeia; de avales a empréstimos contraídos pelas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. Portanto, no Orçamento do Estado para 1995 adoptou-se por uma filosofia diferente. Não é comparável.

P — Qual é a vantagem do novo figurino?

EC — Há sempre uma *learning curve*. O Ministério considerou, por razões de rigor, incluir aquele conjunto de situações.

P — Mas há situações que continuam a ser excluídas.

EC — São excepções. O Orçamento do Estado para 1995 é particularmente transparente. Aliás, nesta matéria, alguns analistas misturam contas de resultados (contas de exploração) com contas de balanço, e misturam subsídios e indemnizações compensatórias, assunção de passivos e avales, para tirarem conclusões completamente erradas. A Lei do Orçamento do Estado está clara. Admitimos que há uma filosofia que afirma que quanto mais intensa for a receita das privatizações maior a aplicação desse receita no *stock* de dívida pública, logo em articulação com a assunção de passivos de empresas públicas, nomeadamente do sector de transportes.

P — De qualquer maneira, por que é que optou por agravar a dívida?

EC — Agravei a dívida?

P — Ir pela hipótese da dívida com encargos futuros, em vez de fazer uma simples transferência orçamental?

EC — Em quê?

P — Em relação aos avales às empresas.

EC — O Estado, ao conceder avales à BRISA, a Parque Expo, assume responsabilidades potenciais. Por exemplo, quando a BRISA recorre ao financiamento do Banco Europeu de Investimentos, quase por definição, tem o aval do Estado. Está-se a pensar que há avales concedidos às empresas porque estas terão capacidade de reembolso dos empréstimos.

P — Quanto ao Código do Mercado de Valores Mobiliários, vai propor alterações?

EC — O que eu digo é que tem que se fazer uma reflexão sobre o Código, que está em curso.

P — Neste Ministério, o ex-Secretário de Estado das Finanças Elias da Costa encomendou a José Luís Sapateiro um conjunto de alterações ao Código, designadamente no capítulo das OPA, as quais facilitariam o acesso ao controlo de empresas sem o lançamento de OPA. Já deu exemplos de regras que dificultam OPA como a do BCP sobre o BPA em países como a França e Alemanha. Elias da Costa queria menos OPA. O Sr. Ministro defende regras mais apertadas. Em que ficamos?

EC — O que digo é que esta matéria merece uma reflexão e que, para tal, é preciso analisar as situações dos países nossos parceiros. Sobretudo quando é uma operação entre dois concorrentes.

P — Em que ponto está essa reflexão?

EC — Muito avançada. Há vários contributos. Do Banco de Portugal, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM),

e de outros. O Prof. Raul Ventura foi encarregado de fazer um *draft*. Tão depressa quanto possível haverá um conjunto de aperfeiçoamentos.

P — Então a proposta do Dr. Elias da Costa feita pelo Dr. José Luís Sapateiro ficou na gaveta?

EC — Não. Não havia uma proposta, mas contributos.

P — Havia, sim, Sr. Ministro. Foram feitas propostas de alterações formais artigo a artigo e muitas no capítulo das OPA.

EC — Há um trabalho do Dr. José Luís Sapateiro, como há da CMVM e de outros, e todos foram entregues ao Dr. Hermínio Ferreira, que está a coordenar a matéria.

P — Foi o primeiro ministro das Finanças a intervir no «caso Totta» e, em Madrid, de braço dado com o governador do Banco de Espanha, disse que era preciso resolver conjuntamente a questão. Mas, de facto, não se vê nenhuma evolução à vista.

EC — O Governo enviou à Procuradoria-Geral da República os relatórios das entidades com funções de fiscalização: CMVM, Banco de Portugal e Comissão de Acompanhamento das Privatizações. Independentemente dos aspectos legais (que a Procuradoria terá de acautelar), o Governo, através do Ministério das Finanças, tem considerado que o «caso Totta», antes de ser um caso legal, é um caso de ética e transparência. Como não é admissível que uma instituição financeira portuguesa assuma posições qualificadas numa instituição financeira espanhola sem que essa operação tenha o beneplácito das autoridades espanholas, o inverso também deve ser verdadeiro. É inadmissível que uma instituição financeira espanhola, à revelia das autoridades financeiras e monetárias de Portugal, tenha assumido posições não reveladas numa instituição financeira portuguesa.

P — Num mercado livre é normal . . .

EC — Não, não é normal. Há usos e costumes em relação a todos os sistemas financeiros, que não constituem normas legais, mas que, no entanto, devem ser respeitados.

P — Está a referir-se aos 25 % detidos oficialmente pelo Banesto ou às acções detidas pelo advogado Menezes Falcão?

EC — Estou a referir-me à situação concreta. Hoje, o próprio Banesto reconhece que detém no Banco Totta e Açores uma posição superior à que tinha declarado ao Banco de Portugal.

P — Mais de 50 %?

EC — O Banesto não afirma isso e eu não tenho meios para dizer que tem.

P — Mário Conde afirmou-o repetidamente e escreveu-o num prospecto de emissão.

EC — Escreveu isso e o próprio Banesto tem referido que detém uma influência, directa ou indirecta, imediata ou diferida, sobre uma participação no capital que é superior à declarada. Que neste momento não atinge os 50 %.

P — Está a dizer-nos que, nesta fase do processo, o Governo Português ainda não sabe se o Banesto tem mais de 50 % do capital do Totta?

EC — O Governo Português sabe as informações que o Banesto transmite ao Banco de Portugal e que apontam para 49,9 %.

P — Incluindo as acções do advogado Menezes Falcão, portanto . . .

EC — Essa problemática é uma questão entre essas sociedades e o Banesto.

P — O caso irrita-o?

EC — O que digo é que tem de ser solucionado para uma total clarificação entre as relações financeiras entre Portugal e Espanha. Há sinais positivos nesse sentido que envolvem negociações na esfera privada, em que o Governo não toma parte e em que ainda é prematuro dizer se vai ou não haver solução nesta matéria. O que posso dizer é que o Ministro das Finanças utilizará todos os instrumentos ao seu alcance no sentido de promover a clarificação da posição do quadro accionista. Tem estado a utilizar e vai continuar a utilizar.

P — Quais são?

EC — Começa pelo Decreto-Lei n.º 380/93, de 15 de Novembro, na medida em que se trata de uma instituição financeira com processo de reprivatização em curso. E o Estado não venderá a posição accionista que ainda detém sem uma clarificação do quadro accionista.

P — Mas as transacções de acções consideradas «suspeitas» foram anteriores à sua entrada em vigor . . .

EC — Mas repare que essas transacções não são estáticas, são dinâmicas . . . Aliás, já utilizei esse decreto ao não autorizar o Santander a assumir uma posição qualificada não clarificada. O Banco de Portugal também adoptará as medidas necessárias no âmbito das suas funções.

P — Mas o advogado Menezes Falcão continua a reivindicar que as acções por ele detidas não foram dadas em garantia ao Banesto.

EC — Essa é uma questão que só diz respeito ao Banesto e a esse advogado.

P — Por isso lhe perguntamos se o que está em causa, para o Governo, são apenas os 25 % do Totta no balanço do Banesto?

EC — Não. Porque o Banesto faz o seu raciocínio em relação a um montante global superior. Se o faz com ou sem legitimidade, é um problema do Banesto . . .

P — Mas o Governo tem de saber em relação a que participação pretende agir.

EC — O interlocutor do Governo é exclusivamente o Banesto. Mais ninguém.

P — Não há conversas entre as Finanças e o advogado Carlos Menezes Falcão?

EC — Não há, nem nunca houve.

P — Reconhece, no entanto, que em Bruxelas o Banesto poderia vir a reivindicar a legitimidade da sua participação no Banco Totta?

EC — Há questões que não se resumem à questão legal.

P — O Sr. Ministro diz que a possibilidade de venda da participação do Santander (que solucionaria o «caso Totta») é um assunto da esfera privada. Mas os empresários portugueses interessados na compra dizem que, pelo contrário, é um assunto da esfera pública e que falta que o Estado Português e as autoridades espanholas definam um cenário concreto. Sem o que não haverá condições para uma transparente negociação.

EC — O Estado Português não negocia, define posições. Compete agora aos agentes privados encontrar plataformas. Neste momento é do conhecimento público que decorrem negociações.

P — Dizem-nos que não!

EC — São públicas. Vêm nos jornais.

P — Os Portugueses esperavam de um Governo liberal a não intervenção no célebre caso do BCP/BPA. A maioria continua a não perceber por que é que o Governo não autorizou a operação.

EC — Em todos os países da OCDE e da União Europeia o mercado financeiro é regulado. Em quase todos eles há a intervenção da CMVM, do Banco Central, e do chamado «Tribunal da Concorrência».

P — Cá, não foi nenhum desses órgãos, que inviabilizou a operação.

EC — Porque em Portugal faz parte das regras de mercado o Decreto-Lei n.º 380/93, que se aplica às instituições financeiras em processo de privatização em curso. E sempre que se trate da aquisição de participações financeiras superiores a 10%, cabe ao Governo autorizar ou não autorizar, fundamentando a decisão à luz de um determinado conjunto de critérios que estão consignados na lei (contribuição para a melhoria da competitividade, interesses patrimoniais do Estado, reforço da capacidade empresarial nacional, dinamização do mercado de capitais, etc. . . .).

P — A própria administração do BPA (ferozmente contra a operação) esgrimiou um único argumento: a participação maioritária de capital estrangeiro no BCP. Confirmou essa participação?

EC — A avaliação foi feita, repito, com base em vários critérios derivados da lei. Mas devo frisar que a decisão não se ficou a dever ao critério A, B ou C. Foi uma apreciação global em que a balança acabou por pender para o lado do não. «Dadas as características da operação», como refere a parte final do despacho. Características que foram muito importantes, por exemplo, para avaliar o critério de contribuir para a reestruturação empresarial ou sectorial. Concluimos que se tratava de uma operação que visava uma participação qualificada mas minoritária, em que a exploração de sinergias e o aproveitamento de economias de escala ou de gama só seria possível entre as duas instituições financeiras concorrentes num quadro de colaboração ou num quadro de um claro domínio do BPA pelo requerente, o que não era o caso.

P — Mas se a decisão resulta do conjunto, por que não deixar clara a posição das Finanças sobre cada um dos critérios?

EC — Ficou clara no despacho.

P — Passemos-los em revista. Perigo de domínio estrangeiro?

EC — Não se pode avaliar o problema assim. A fundamentação está clara. Aliás, poucos analistas a observaram na globalidade, não se concentraram no facto de o sector financeiro ser um mercado com características próprias e, por isso, regulado na generalidade dos países. No caso da avaliação do contributo da operação para o reforço da competitividade penso que ficou claro que as características da operação não satisfazem os objectivos. As metas propostas na operação só seriam possíveis num ambiente de cooperação ou numa situação de claro domínio de uma instituição pela outra. De contrário gerar-se-iam entre duas instituições financeiras concorrentes no mercado situações de conflitos de interesses. Além disso, os accionistas da instituição-alvo não teriam a oportunidade de vender a globalidade das acções por se tratar de uma OPA parcial mas visando objectivos de controlo e de subordinação estratégica.

P — A questão que se coloca é que o Governo foi antecipadamente avisado da operação e conhecia essas características. Não seria mais lógico que tivesse alertado o interessado para a necessidade de outras características?

EC — Recordo-lhe que em todos os países da OCDE existe para o sector um conjunto de regras escritas e um conjunto de normas não escritas (o chamado «direito consuetudinário»). Em nenhum país da União Europeia existiria um movimento competitivo desta magnitude sem uma análise prévia do interessado com as autoridades financeiras e monetárias (faz parte do direito não escrito). Ora, ao contrário do que a sua pergunta pode fazer concluir, o oferente limitou-se a informar o Governo, o Banco de Portugal e a CMVM da operação. Não existiu nenhuma análise prévia da operação.

P — E o Governo tomou isso como uma atitude hostil?

EC — A operação era hostil por definição, mas não em relação ao Governo, nem foi vista como tal. Mas o que repito é que uma operação com estes objectivos estratégicos na forma como estava desenhada não seria aprovada em nenhum país da União Europeia. Ao contrário do que alguns ultraliberais, alguns deles recém-convertidos, pretendem fazer crer. Este é um mercado regulado. Em todos os países.

P — O BCP cumpriu as regras ...

EC — O Decreto n.º 380/93 faz parte das regras. Nem em Espanha, nem em França nem em Inglaterra essa operação — tal como estava definida — seria aprovada.

P — Mas há um problema de dimensão.

EC — Ganhar dimensão exige um processo de fusões e aquisições. Mas o BCP não visava a integração por via da aquisição ou fusão, mas apenas a obtenção de uma participação financeira minoritária. Tal ficou claro na apresentação da sua estratégia ao Governo e ao Banco de Portugal.

P — Mas tendo em conta a dispersão do capital do BPA, o BCP, se obtivesse sucesso, passaria a dominar o BPA.

EC — Mas aí entrar-se-ia num processo de conflito e interesses dado tratar-se de dois concorrentes. Como é que se dividiriam os clientes entre os dois bancos, os custos, com a confusão de interesses accionistas que passaria a existir? A exploração de sinergias só seria viável num quadro de cooperação ou num quadro de claro domínio de uma instituição sobre a outra. Mandei fazer uma pesquisa sobre o que aconteceria nos países da União Europeia caso fosse lançada uma operação do mesmo tipo. O resultado seria um não, face ao desenho da operação.

P — Se, logo à partida, o desenho da OPA era suficiente para recusá-la, então por que é que não se avisou o oferente e demorou tanto tempo a tomar uma decisão?

EC — Isso seria intervir na formação da vontade do oferente. Uma negociação como a que propõe era influenciar a operação. Aliás, o Governo nem teve essa oportunidade.

P — O Engenheiro Jardim Gonçalves informou Governo.

EC — Com umas horas de antecedência. A OPA precisava de ser reflectida.

P — Precisava de um mês para tomar a decisão?

EC — O Governo tinha 30 dias úteis e o Banco de Portugal três meses. A OPA tinha implicações jurídicas importantes e estávamos em período de férias. Tivemos de recolher pareceres jurídicos. Mas repito a ideia nuclear. Uma operação daquele tipo não seria aprovada em nenhum país da União Europeia.

P — Falou há pouco de conflitos de interesses. O Banco Totta & Açores enfrentou a oposição de Ferreira Neto, presidente do CPP, quando anunciou o interesse em comprar a instituição. A estratégia do Totta para o CPP era completamente diferente da definida até aí. O Totta comprou uma participação minoritária, mudou a administração do CPP, e hoje este é um banco satélite, sem estratégia própria. O Governo neste caso nada fez.

EC — Não faço juízos retroactivos. No momento dessa operação também não existia o Decreto-Lei n.º 380/93, um elemento essencial.

P — Concorda com o decreto-lei?

EC — Toda a filosofia está ligada ao processo de reprivatizações em curso. Terminado o processo, o Governo não tem que intervir directamente. Quem tem que intervir, nessa altura, é o

Banco de Portugal, a CMVM e a entidade que tenha a responsabilidade de apreciar as questões da concorrência. Devo dizer que neste momento, quanto à concorrência existe um vazio legal, que queremos preencher. Por exemplo, se o BESCL, banco completamente privatizado, fosse alvo de uma operação como a lançada pelo BCP sobre o BPA, o Governo não seria ouvido nem achado.

P — Então, terminado o processo de privatização do BPA, este pode ser alvo de uma OPA em que o Governo não interferirá?

EC — Com certeza. O Governo nada teria a ver com isso. Há que cumprir apenas as regras que tiverem sido estabelecidas para o sector financeiro. Regras que podem condicionar operações do tipo. Em França, por exemplo, quem quiser mais de 30% de uma empresa cotada tem de lançar uma OPA geral e, na Alemanha, operações como a proposta pelo BCP necessitariam sempre da aprovação do *Bundesbank*.

P — Ainda não respondeu se concorda ou não com o presidente do BPA quando ele diz que 70% do capital do BCP está em mãos estrangeiras.

EC — Não me preocupei em saber qual a percentagem do capital do BCP em mãos estrangeiras. O BCP respondeu a essa questão quando da realização da sua última assembleia geral de accionistas. Caracterizou quais os seus accionistas não-residentes. Aliás, numa empresa como o BCP, cujo capital está cotado numa bolsa nacional e em outra internacional, toda a posição relativa dos não-residentes há-de ser dinâmica. No entanto, consideramos que o BCP é hoje um banco, inequivocamente, com o centro de decisão em Portugal.

P — Quanto ao «núcleo duro» do BPA. Há ou não uma aliança estratégica entre estes accionistas do BPA e o Estado, que foram alegadamente convidados a investir pelo ex-Secretário de Estado Elias da Costa?

EC — Não há nenhum compromisso entre o Estado e qualquer accionista. O que o Estado disse foi que, quando for lançada a quarta fase de reprivatização do BPA, dará preferência aos accionistas privados, aos 40 000 accionistas.

P — E o papel em todo o processo do advogado José Miguel Júdece?

EC — Aparece como advogado independente . . .

P — Não foi mandatado pelo Governo?

EC — Está mandatado pelo Governo para falar com a globalidade dos accionistas.

P — Os 40 000?

EC — Com os chamados representantes dos accionistas minoritários, no sentido de se auscultar o seu posicionamento. E também os principais. Foi sempre dito antes da OPA, que a quarta fase só avançará quando for alcançada uma estabilidade accionista.

P — Mas isso é uma garantia aos actuais accionistas. Está a dizer que é preciso que eles estabilizem o BPA, para depois o Governo avançar para a quarta fase. Implicitamente, está a dizer que só vai avançar com estabilidade para depois os favorecer.

EC — O modelo de reprivatização do BPA assenta numa dispersão de capital e, simultaneamente, um grupo de accionistas que informou o Governo de que havia um acordo entre eles. O que o Dr. José Miguel Júdece está a fazer é dialogar com todos os accionistas.

P — O Sr. Ministro diz que há um esforço do Governo para falar com todos os accionistas. Mas a estabilidade só se conseguirá

dialogando com o chamado «núcleo duro». Os pequenos accionistas querem fazer mais-valias e receber dividendos, não podem ter, pela dimensão das suas posições, ambições estratégicas de controlo do BPA. Chegamos, portanto, à conclusão de que será com o chamado «núcleo duro» que o Governo terá de dialogar. Ou não é assim?

EC — Não. O Governo dialoga com todos os accionistas sem excepção.

P — O que é que o Secretário de Estado Walter Marques queria dizer quando falou num «núcleo duro» alargado, que não é exactamente o actual?

EC — Para o Governo o que é importante são todos os accionistas do BPA.

P — Uma tarefa complicada concertar 40 000 accionistas . . .

EC — Há a formação de vontades em assembleia geral de accionistas.

P — Que compromissos é que o Governo assume na carta que o Dr. António de Sousa enviou aos membros do «núcleo duro», na qual se diz que se dará um tratamento preferencial a esse grupo?

EC — Um tratamento preferencial aos accionistas privados do BPA que são todos.

P — Mas a carta só foi enviada aos membros do chamado «núcleo duro». Não foi enviada a 40 000 accionistas, tanto quanto sabemos.

EC — Porque foi esse grupo que enviou ao Governo uma cópia do acordo a que chegaram entre si. O Estado não tem acordos com qualquer grupo de accionistas.

P — Quando é que vai ser a quarta fase?

EC — O Governo reserva a sua posição em função da situação concreta, em termos de estabilidade accionista, num determinado momento. Não há qualquer calendário definido. Este depende mais do conjunto dos accionistas privados do que do Governo.

P — Num acto inédito, demitiu o governador do Banco de Portugal, Miguel Beleza, colocando na ordem do dia a questão da governamentalização da instituição. Não vê com preocupação o risco dessa menor autonomia do Banco Central?

EC — Entendamo-nos: a autonomia do Banco Central é a autonomia da Constituição, da lei e dos próprios estatutos do Banco. Até à data, sempre foram os Governos a nomear a administração do Banco de Portugal. Este é responsável pela execução da política monetária em articulação com a política económica global do Governo. Nesse quadro, o Banco Central tem autonomia. Aliás, a autonomia dos bancos centrais mede-se pela não existência de financiamento monetário do défice (que o Estado Português satisfaz) e pela não intervenção do Governo nas taxas do mercado monetário. São esses os dois requisitos fundamentais que caracterizam a autonomia.

P — Se houver a suspeição de que o Governo intervém em quase tudo, qual a garantia de que não intervém na condução da política monetária?

EC — A política monetária é uma componente da política económica. A execução da política monetária compete ao Banco de Portugal e a instituição goza de toda a autonomia. Essa é uma falsa questão. A autonomia é-lhe dada pela Constituição e pelos estatutos. A administração sempre foi nomeada pelos Governos, circunstância que não dá maior nem menor autonomia ao Banco de Portugal.

P — Seria uma falsa questão se não fossem os desenvolvimentos recentes que culminaram na demissão do director do Gabinete

de Estudos do Banco Central, na sequência de uma forte pressão da administração em matéria de previsões com vista a evitar qualquer choque com o Governo. Assumida, aliás, publicamente pelo Dr. Costa Pinto, que em entrevista ao Diário de Notícias defendeu que o Banco Central devia deixar de publicar previsões para evitar esse choque...

EC — Esse problema é de gestão interna do Banco Central e o Governo desconhece-o totalmente. São problemas em que o Governo não intervém, porque são da competência do conselho de administração.

P — O problema é o de estar ou não de acordo com o Governo. E o de forçar uma análise económica coincidente.

EC — Essa não é a nossa análise. Esse é um problema que deve colocar à administração do Banco de Portugal, que é uma entidade responsável e que exerce as suas funções com autonomia.

P — Pelo seu lado, coexiste bem com análises do Banco de Portugal que sejam divergentes das Finanças?

EC — Sempre coexisti bem, desde que aqui estou, com o Banco de Portugal.

P — Isso não se nota muito. Começou por demitir o governador.

EC — Uma pessoa com quem tive uma óptima relação pessoal e institucional, como tive ocasião de referir na tomada de posse da nova administração.

P — E por isso demitiu o governador?

EC — Tivemos uma óptima relação pessoal e institucional como em relação a todos os membros do conselho de administração cessante.

P — É uma «óptima relação» curiosa a que leva à demissão...

EC — Repare, foram alguns membros do conselho de administração que puseram os seus lugares à disposição do Governo, entendendo que não estavam reunidas as condições de estabilidade interna do próprio conselho de administração. Foi uma situação excepcional que levou à intervenção do Governo.

P — São públicas as posições dos administradores demitidos. E ficou muito claro que a demissão do governador se traduziu no reforço de poder de administradores muito conotados com o Governo. É absolutamente público. O que gostaríamos de saber é se o incomodam as divergências de análise económica. Pensa, como o Dr. Costa Pinto, que havia vantagens em o Banco de Portugal deixar de fazer previsões?

ECC — É um problema interno do Banco de Portugal. O Governo não faz sequer juízos desse tipo, nem interfere nem no conteúdo da análise nem na sua dimensão.

P — Antes de ser ministro, como empresário, as análises independentes do Banco de Portugal eram-lhe úteis para a sua previsão?

EC — São sempre úteis as análises autónomas e independentes do Governo. Há vários modelos. É conhecido o alemão com os cinco sábios (os cinco institutos de análise de conjuntura).

P — Em Portugal havia vantagem num modelo semelhante?

EC — Acho que sim. Já existe algum embrião desses institutos, até privados.

P — Quer dar exemplos?

EC — Há vários. Quando estava nas empresas, eu era assinante das análises do instituto de análise da conjuntura do Dr. Alfredo de Sousa.

P — Como ministro, já não assina?

EC — Há análises que recebemos e lemos atentamente, por exemplo nas *newsletters* de bancos de investimento, quer nacionais quer estrangeiros. É da maior utilidade a existência de análises de conjuntura autónomas, feitas com objectividade por parte de institutos e organizações autónomas. Já quanto ao modelo da análise de um banco central, limitar-me-ia a dizer que há vários modelos de solução na União Europeia e vários tipos de tradição. Não faço qualquer juízo de valor.

P — E não seria útil que as próprias Finanças divulgassem a sua análise de conjuntura?

EC — É um objectivo. Com o recurso à subcontratação de universidades, com pessoal científico que traz valor acrescentado e *know-how*. Temos já acordos de cooperação quer com a Universidade Nova, quer com Económicas.

P — Estamos no fim de 1994 e não há ainda, da parte das Finanças, sequer uma previsão para a evolução do produto em 1993...

EC — Penso que o problema em relação a 1993 é apenas o da transformação de dados estatísticos provisórios em dados estatísticos definitivos. Não cabe ao Ministério das Finanças, mas ao Instituto Nacional de Estatística.

3.3 — Entrevista à *Exame*, Janeiro de 1995 (conduzida por Luís Fonseca e Rute Sousa Vasco)

EXAME — *Alguns empresários criticaram-no, nas últimas semanas, por não ter sensibilidade para os problemas das empresas, apesar de ter vindo desse meio. O presidente da Associação Nacional dos Jovens Empresários chegou mesmo a acusá-lo de ser um vira-casacas. Quer comentar?*

EDUARDO CATROGA — Rejeito totalmente essas críticas, vindas de alguns sectores que defendem posições inaceitáveis do ponto de vista da justiça social e fiscal. Sou Ministro das Finanças e procuro contribuir para a melhoria do crescimento, da competitividade e do emprego da economia portuguesa. Têm sido estes os objectivos que norteiam a política do Governo. Recordo algumas medidas fundamentais que já foram tomadas e aquelas que estão previstas no âmbito do Orçamento do Estado (OE) para 1995: revisão da fiscalidade, tendo em vista a redução do preço do fuel para a indústria em 2 contos por tonelada; reforço de condições para a baixa, em termos reais, do preço da electricidade; redução e/ou isenção do imposto do selo, representando para as empresas uma descida de custos da ordem dos 40 milhões de contos; redução da taxa social única para as empresas da ordem dos 0,75 %, o que representa uma diminuição de custos que ronda os 30 milhões de contos; crédito fiscal ao investimento que pode atingir até 15 % da colecta; medidas visando a redução para metade dos emolumentos notariais e legais com os aumentos de capital; medidas para o alargamento do prazo de reinvestimento das mais-valias; medidas visando evitar a dupla tributação da actividade económica: favorecimento do tratamento

fiscal das acções das empresas cotadas; redução da taxa libertatória de 25 % para 20 % sobre os juros dos empréstimos obrigacionistas privados.

E — Mas não considera que essas críticas têm alguma pertinência?

EC — Alguns desses sectores, felizmente minoritários, pretendem que o Estado não combata a evasão e a fraude fiscais. Do ponto de vista das empresas, a justiça fiscal é um elemento determinante para o equilíbrio concorrencial, na medida em que quem não cumpre as suas obrigações tributárias está a prejudicar os que cumprem.

E — Não acha que o Estado deveria dar o exemplo, designadamente saldando as suas dívidas com as empresas? Há muitos empresários a queixarem-se de que o Estado é mau pagador...

EC — Mas o Estado dá o exemplo! Contrariamente à ideia feita, o Estado é um bom pagador! Muitas vezes confunde-se o Estado com as autarquias locais e com as Regiões Autónomas. É evidente que estas têm autonomia administrativa e financeira, competindo aos respectivos fornecedores avaliar os riscos de pagamento.

E — Só na saúde, as dívidas atingem dezenas de milhões de contas...

EC — Reconheço que existe, de facto, uma situação anormal, de montante significativo, no que respeita às dívidas a fornecedores no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Por essa razão foi introduzida no OE para 1995 uma verba de 70 milhões de contos para a liquidação, através da assunção pelo Tesouro, das dívidas anormais acumuladas no SNS.

E — Afirmou que as críticas à sua política vinham de sectores minoritários da classe empresarial. Quer com isso dizer que nos contactos mantidos tem recebido apoios à sua política?

EC — Com certeza! Há uma linha de rumo. Há um apreço pela actuação desenvolvida, porque não há alternativa! Mesmo esses jovens empresários que desejam estar em situação de privilégio fiscal acabarão por o reconhecer. Quer a análise do INE, quer da OCDE. Comissão Europeia ou FMI são unânimes em reconhecer que a política económica e financeira portuguesa está no bom caminho.

E — Em relação ao Decreto-Lei n.º 225/94, duas questões: por que razão o prazo para a regularização da situação fiscal foi prorrogado por mais um mês e como é que o Estado se comportará no futuro, quando surgirem novos devedores?

EC — De acordo com o direito consuetudinário da Administração Fiscal, a prorrogação só acontece quando têm lugar situações muito especiais e sempre no último dia do prazo. As condições que estiveram na sua origem prendem-se com o facto de os contribuintes não poderem ser penalizados com a insuficiência de resposta por parte da Administração Fiscal face a um afluxo maciço de contribuintes que queriam regularizar a sua situação. Também a prática da Administração Fiscal mostra que não há uma segunda prorrogação.

Em relação ao Decreto-Lei n.º 225/94, devo dizer que se criaram muitas confusões. A adopção de uma medida excepcional e transitória de facilidade fiscal só acontece em circunstâncias muito específicas, como foi, no presente caso, uma alteração qualitativa importante no quadro sancionatório: a criminalização das situações de abuso de confiança fiscal, através de um diploma de 1993 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1994. O Decreto-Lei n.º 22/94 deu o tratamento mais favorável ao contribuinte que até hoje já foi dado pela legislação fiscal portuguesa. Nunca ninguém me conseguiu provar que não veio criar uma situação mais favorável do que a anterior, uma vez que possibilitou o pagamento em prestações das dívidas acumuladas até ao final de 1993. É evidente que não poderia abranger o ano de 1994 em consequência da «criminalização».

E — Acha que essa sua cruzada fiscal justifica a alteração de procedimentos, como é o caso do sigilo bancário?

EC — Não, o sigilo bancário é um bem precioso da economia e é um elemento fundamental para a confiança do sistema económica. A nossa legislação é das mais protectoras a nível mundial e até se compara com a da Suíça.

E — No entanto, vários bancos já admitiram ter dado informações sobre os seus clientes a solicitação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos...

EC — Os bancos são os guardiões da lei do sigilo bancário, que prevê algumas excepções por ordem do tribunal, como acontece na generalidade dos países. É completamente descabido tirarem-se conclusões sobre o não cumprimento da lei.

E — Apesar das suas perspectivas animadoras para 1995, os empresários não estarão assim tão tranquilos, designadamente com as notícias da subida das taxas de juro no próximo ano. Como encara essa possibilidade?

EC — Fundamental numa economia competitiva é o reforço das condições para a redução da diferença entre o custo de financiamento das empresas portuguesas e das suas concorrentes. Dizem que as taxas de juro no mercado internacional vão sofrer evoluções. É sempre difícil fazer previsões, mas, se existirem variações desfavoráveis para as empresas portuguesas, também existem para as suas concorrentes. Repare, na área do financiamento quem é que reduziu o imposto do selo sobre as operações bancárias? Há quanto tempo é que se falava que o Banco de Portugal iria reduzir as reservas de caixa de 17% para 2%?

E — Mas, se hoje estivesse à frente da SAPEC, preocupar-se-ia em primeiro lugar com o eventual aumento das taxas de juro e não em saber se esse aumento penalizaria também os seus concorrentes...

EC — As taxas de juro internas estão em estreita ligação com as externas. A retoma económica na Europa está a acontecer num

clima de estabilidade de preços, em que as expectativas inflacionistas estão controladas: portanto, considero que esses cenários são ainda prematuros.

E — Nas suas últimas intervenções, tem-se mostrado muito otimista quando à retoma. Ao invés, as expectativas dos empresários têm sido bem mais moderadas, quando não pessimistas. Acha que os agentes económicos deixaram de acreditar no seu Ministro das Finanças?

EC — Recuso esse tipo de discurso! Sempre disse que a retoma iria ser lenta, difícil e progressiva e que iria acontecer principalmente no 2.º semestre de 1994, surgindo com maior força em 1995.

É isso que está a acontecer, ao ritmo que definimos e de acordo com o perfil que desenhamos: numa primeira fase liderada pelas exportações e numa segunda fase alargada ao investimento e ao consumo privado. Este é o mais saudável para uma pequena economia aberta ao exterior como a portuguesa. Os dados estatísticos e os inquéritos às empresas confirmam a melhoria das expectativas dos empresários, ao contrário do que indicia a sua pergunta.

E — De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, os salários reais caíram nos primeiros três trimestres de 1994 e o desemprego aumentou. Acresce que a política de rendimentos para 1995 pouco augura de bom para as famílias . . . Com este cenário, como é que o consumo privado poderá recuperar?

EC — Queremos a retoma da economia numa base sustentada e não numa base inflacionista. Era muito fácil tentar fazer um crescimento a contraciclo e forçar o crescimento da procura interna, mas isso teria como consequência o desenvolvimento de tensões inflacionistas, o aumento dos défices do Estado e das taxas de juro, pondo em risco a própria estabilidade do escudo. Rejeitamos essa estratégia.

E — Como é possível estimular o consumo com estas condicionantes?

EC — Em 1995 haverá um aumento do rendimento disponível das famílias.

E — De que forma?

EC — A massa salarial crescerá mais do que a inflação. Na função pública, por exemplo, há um aumento de 5 pontos percentuais acrescidos de mais 2 pontos da massa salarial, o que significa 7 pontos. Aliás, na generalidade dos sectores da economia privada registam-se também actualizações derivadas de promoções. Portanto, o aumento salarial é, em regra, 1 a 2 pontos superior ao aumento das tabelas.

Em 1994 verificou-se perda de poder de compra na função pública e no Sector Empresarial do Estado, mas não é verdade que isso tenha acontecido no sector privado.

A OCDE confirma que, nos primeiros sete meses de 1994, o aumento dos salários foi de 4,9% comparativamente com uma média de 7,6% em 1993. Uma vez que estamos a caminho de taxas de inflação homólogas de 4,2% a 4,3%, não é líquido ter havido perda do poder de compra. A moderação salarial de 1994 foi um elemento determinante para criar condições com vista à flexibilização da política monetária, descida das taxas de juro e combate ao desemprego. A futurologia de alguns economistas da área socialista apontava para que a taxa de desemprego chegasse aos 10%; estamos nos 6,8%. A economia portuguesa criou, nos primeiros oito meses do ano, 35 000 novos postos de trabalho: não tenha dúvidas de que a moderação salarial teve efeitos positivos no combate ao desemprego.

E — Não será contraditório pretender manter essa moderação salarial e, ao mesmo tempo, prever a recuperação da procura interna?

EC — A ligação da política salarial aos acréscimos de produtividade na economia portuguesa tem que ser uma constante. É isso que para nós significa moderação salarial. Enquanto o ano de 1994 foi de ajustamento em relação à política salarial entre 1990 e 1993 — período em que os salários reais cresceram 9 pontos acima da

produtividade —, 1995 será um ano perfeitamente normal, em que os salários crescerão de uma forma saudável.

E — Os dados que refere sobre o acréscimo da massa salarial em 1994 entram em contradição com outro indicador muito concreto: a quebra da venda de automóveis. Que interpretação dá a este facto?

EC — Mas sabem que o imposto automóvel tem subido significativamente? E sabem porquê? Porque tem havido uma deslocação do consumo para carros de maior cilindrada. O consumo de automóveis medido em escudos tem aumentado.

E — Isso poderá querer dizer que o estrato mais favorecido da população portuguesa está a comprar mais carros...

EC — Na generalidade, hoje os Portugueses estão a comprar automóveis de maior cilindrada do que há alguns anos.

E — Sim, mas, voltando ao indicador de vendas de automóveis, não o preocupa a sua evolução?

EC — Não ignoro que o investimento e o consumo ainda estão numa fase pouco dinâmica, mas pensamos que em 1995 se assistirá a um novo impulso.

E — O Governo pretende estimular o investimento das empresas, mas, por outro lado, adopta medidas que resultam em seu prejuízo. É o caso do alargamento do imposto automóvel aos comerciais ligeiros. Não haverá aqui uma contradição?

EC — Tem havido uma grande mistificação sobre esse tema. Compreendo que os *lobbies* defendam os seus interesses corporativos, mas importa repor a verdade. O OE para 1995 actualiza em 4% os escalões, o que provoca um impacte de 1,3% sobre o preço final dos carros de menor cilindrada e de 2,6% nos carros de

maior cilindrada. Conjugada esta medida com a suspensão do imposto do selo de 7% sobre o capital ao ano, no caso da aquisição de um automóvel a prestações, e redução do imposto do selo de 9% para 7%, no imposto sobre o juro das operações bancárias, desafio quem me queira provar que, isolando o efeito fiscal, não é mais barato comprar um automóvel em 1995 do que em 1994! Isto, claro, para quem desejar fazê-lo a prestações. Em relação aos segmentos de mercado não tributados, seguimos uma perspectiva muito gradualista. Em 1995 pagarão apenas um imposto 15% a 20% da taxa normal. Existiam situações de distorção da concorrência. Os empresários que não estavam nesse segmento de mercado protestavam por causa de os veículos comerciais ligeiros não serem minimamente tributados, como, aliás, acontece na União Europeia. Criou-se uma confusão em relação aos furgões ou ligeiros de mercadorias que se julgou virem também a ser tributados. Ora isso nunca esteve no espírito nem na letra da lei! São instrumentos de trabalho e continuam a estar isentos.

E — Em sua opinião, até que ponto é que a actual fase de tensão entre o Governo e o Presidente da República pode afectar a confiança dos agentes económicos e mesmo o bom andamento da retoma?

EC — É por de mais evidente que as perspectivas de consolidação da retoma em 1995 já criam desnorte nos vários sectores da Oposição. Vêm o processo de recuperação da economia portuguesa, não como um bem para a sociedade, mas numa óptica partidária, como um mal para os seus objectivos. Essas perspectivas incomodam muita gente na Oposição, interessada em criar uma situação de instabilidade que possa atrasar decisões de investimento, de aquisição de casa própria, de frigorífico, de automóvel... Penso que os Portugueses têm maturidade suficiente para saber distinguir o trigo do joio. É fundamental as pessoas perceberem que existe uma linha de rumo e que a estabilidade política e governativa é um bem precioso. Quando falo com os meus colegas no âmbito da ECOFIN a propósito desta criação artificial de pontos de tensão, todos eles ficam admirados, porque esses países procuram uma estabilidade governativa. Os vários sectores da Oposição querem minar a confiança.

E — Está a incluir o Presidente da República?

EC — Estou a dizer os vários sectores da Oposição.

E — Diz que os seus pares ficam surpreendidos na ECOFIN com a situação que Portugal vive. No entanto, países como a França e a Itália têm situações tão ou mais complicadas de gerir.

EC — O que eu digo é que os observadores internacionais têm muita dificuldade em perceber a criação artificial de pontos de tensão. Todos os países procuram a estabilidade. E nós, que a temos, devemos considerá-la um bem precioso.

E — E considera ou não que a actual situação de tensão pode afectar os agentes económicos e comprometer o bom andamento da economia?

EC — Esse é o objectivo das oposições! Eu tenho confiança em que os Portugueses não se deixarão influenciar por esse tipo de actuação.

E — No caso do Totta/Banesto: criticou recentemente a falta de iniciativa do Banco de Portugal e da Procuradoria-Geral da República (PGR) e a ineficácia das comissões de inquérito. Não se terá esquecido de referir também a quota-parte de responsabilidade do Governo?

EC — Em primeiro lugar, uma correcção: eu não critiquei nenhuma instituição! O que disse é que era prematuro concluir que a PGR não iria fazer nada neste processo e que o Banco de Portugal já tenha dado o assunto por encerrado. Do ponto de vista do Governo, só posso falar a partir do momento em que aqui cheguei. Tive oportunidade, logo em Janeiro de 1994, de apresentar um relatório à Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República. Ao Governo competia fazer funcionar as entidades com funções de fiscalização e enviar os relatórios para a PGR, a entidade com competência para represen-

tar o Estado em juízo. Do ponto de vista legal e formal, são essas as responsabilidades do Governo. Fizemos o que tínhamos a fazer.

E — Portanto a intervenção do Governo neste processo está terminada?

EC — Diria ser um processo ainda não encerrado. Para além de alguns contactos políticos, é um *dossier* a resolver na esfera das negociações privadas.

E — Não acha caricato que a comissão de inquérito parlamentar tenha concluído que a lei relativa ao caso Totta é boa e que a realidade é que é má?

EC — Tenho, dito, e repito, que este caso, antes de ser um caso legal, é um caso de ética e de transparência. Penso que esta é a perspectiva fundamental.

E — Não estando essa perspectiva assegurada por via da lei, haverá formas de a contornar, como aconteceu...

EC — Ainda hoje está por fazer a lei perfeita. Recordo que a Lei Quadro das Reprivatizações foi laboriosamente negociada entre os dois principais partidos e que resultou de um processo político difícil.

E — Em matéria de privatizações não acha que se devia ter avançado mais depressa e que o programa do Governo está comprometido?

EC — O programa está a correr de acordo com o previsto. Há anos que não se privatizava tanto como em 1994 e como está previsto para 1995. Penso mesmo que é de salientar sucesso como a SECIL, a primeira fase da CIMPOR, as Rodoviárias e o êxito do BPSM, depois de insucessos anteriores. As privatizações es-

tão a avançar ao ritmo possível, de acordo com a capacidade de absorção dos grupos económicos portugueses e do mercado de capitais.

E — E acha exequível privatizar, este ano, 13 empresas em 6 meses já que de Junho para a frente pouco se fará?

EC — Esse programa para 1995 é indicativo, mas parece-me concretizável em função do estado de desenvolvimento dos processos. Se até Outubro não for possível um ou outro processo, o Governo que se seguir terá o trabalho facilitado, porque encontrará os *dossiers* concluídos.

E — Qual o encaixe estimado com estas operações?

EC — Serão cerca de 250 milhões de contos, embora existam ainda decisões por tomar nalgumas empresas, como é o caso, por exemplo, da cobertura dos fundos de pensões da Portugal Telecom.

E — Enumerou os casos de sucesso. Falemos de um caso problemático — o BPA. A alienação da posição do Estado está adiada sine die?

EC — Não, em 1994 realizámos a terceira fase de reprivatização do BPA e sempre dissemos que a quarta fase estaria dependente da nossa avaliação das condições de estabilidade accionista do Banco. É preciso dar tempo ao tempo.

E — Uma última questão: ainda é possível a convergência da economia portuguesa? Quais serão os critérios que Portugal terá mais dificuldades em cumprir?

EC — No final de 1994, apenas dois países cumpriam integralmente os critérios de convergência: o Luxemburgo e a Alemanha. A Irlanda está quase. Portugal, em relação à taxa de inflação,

tem um diferencial de 1,9 pontos percentuais relativamente à referência quando em 1991 esse valor era de 7,5 pontos percentuais. Para 1995, prevemos que esta distância seja ainda encurtada.

Quanto às taxas de juro de longo prazo passou-se de um diferencial de 6,7 pontos percentuais em 1991 para um 1,5 pontos percentuais em 1994. No que respeita ao rácio do défice público, tivemos 1 ponto de descontinuidade em 1993, recuperámos em 1994 e estamos já melhor que muitos países apontados como fazendo parte do pretensu pelotão da frente.

Em relação ao rácio do *stock* da dívida pública, pensamos que a curto/médio prazo retomaremos a tendência descendente. Há que intensificar o processo de privatizações para além do nosso programa para 1995, de forma a reduzir o papel do Estado na economia e o peso da dívida pública que, aliás, se situa na média europeia.

3.4 — Entrevista ao *Diário Económico*, 19 de Abril de 1995 (conduzida por Nicolau Santos, Paulo Ferreira e Sérgio Figueiredo).

DIÁRIO ECONÓMICO — As avaliações que costuma fazer à conjuntura económica nacional são sempre tão positivas que há quem o considere protagonista de um «oásis» em segunda.

EDUARDO CATROGA — Alguns jornalistas com falta de imaginação é que reproduzem os chavões políticos do Dr. Ferro Rodrigues. Eu sempre disse que o processo de recuperação da economia portuguesa seria lento e difícil. Os dados disponíveis confirmam isso, mas também mostram que a retoma tem sido mais visível desde o 2.º semestre. E confirmam ainda que está a decorrer conforme o padrão saudável que sempre defendemos: numa primeira fase liderada pelas exportações, para depois se estender ao investimento e só no fim ao consumo privado.

DE — Mas ainda está longe de chegar ao consumo?

EC — A recuperação já chegou ao investimento e parece que está para ficar, segundo os indicadores da construção, da produção de bens de equipamento e da importação de máquinas. Ao consumo, de facto, ainda não chegou.

DE — Como explica que os inquéritos qualitativos prometam, há mais de um ano, uma evolução positiva da actividade económica que, depois, a realidade acaba por não confirmar?

EC — Os indicadores quantitativos estão a mostrar o perfil de retoma que sempre defendemos: que o consumo só reagisse depois das exportações e do investimento.

DE — Mas vejamos o caso da indústria. Os inquéritos aos industriais revelaram uma melhoria das expectativas ainda em 1993 e o que na prática se verifica é que o IPI ainda não saiu do vermelho.

EC — Não, o que o IPI nos mostra é uma variação acumulada de -2,2% no final do 1.º trimestre, de -1,3% no 2.º, de -1,5% no 3.º e de -0,2% no final do 4.º trimestre. O que significa que a produção industrial teve uma variação acumulada positiva de 1,1% no 2.º semestre de 1994, relativamente ao período homólogo de 1993. E se olharmos para o IPI da indústria transformadora, verificamos que já houve uma evolução positiva em 1994, sobretudo no 2.º semestre.

DE — Qualquer conta que se faça não esconde que, em 1994, a indústria portuguesa estagnou no nível de produção verificado em 1993, depois da queda de dois anos consecutivos.

EC — Como salienta o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de utilização da capacidade produtiva atingiu o nível mais elevado dos últimos dois anos, situando-se três pontos acima da observação no 4.º trimestre de 1993.

DE — Mas não é esse indicador que mede a produção...

EC — A produção de bens de investimento já está a evoluir de forma positiva: 3,7% e 9,2%, respectivamente no 3.º e 4.º trimestres. Ninguém pode acusar o Ministro das Finanças de ter criado expectativas optimistas em relação ao ritmo de recuperação da economia.

DE — Está a citar os números que interessam ao Ministro das Finanças realçar. Sendo um economista do mundo empresarial, não

sente angústia por ver a produção dos bens transaccionáveis — a chamada economia real — cair desde 1991? E não foi só a indústria, porque a queda da agricultura foi ainda mais pronunciada.

EC — É preciso ter presente o processo de transformação estrutural por que está a passar a economia portuguesa nos vários sectores: na agricultura, na indústria, no comércio, na distribuição, no sistema financeiro. Há que ter cuidado quando se analisam os indicadores de quantidade porque na indústria, por exemplo, assistimos nos últimos anos a uma reafecção de recursos de indústrias de capital intensivo e pesadas para indústrias ligeiras, para actividade mais a jusante e mais próximas do consumidor. São transformações qualitativas dentro de cada subsector industrial que importa ter presente. Assim, por exemplo, o sector têxtil de hoje não é o de há dez anos atrás. Por outro lado, a agricultura deixou de ser «essa velha protegida desde os tempos de D. Dinis», como alguém disse. A reforma da PAC, o fim dos preços administrados (que eram 40 % superiores aos preços de mercado) e todas as outras adaptações estruturais provocaram custos e prejudicaram os resultados do sector nos últimos anos. Mas estou convencido de que, com todos estes choques de ajustamento internos e com o aumento da pressão concorrencial externa, vamos ter a médio prazo um aumento da produtividade e da taxa potencial de crescimento da economia, embora com custos de curto prazo.

DE — Só que todos esses anos de reconversão não parecem estar a dar os resultados esperados pois, segundo o relatório anual do Instituto Monetário Europeu (IME), a nossa taxa de produtividade cresceu nos últimos três anos a metade do ritmo médio europeu.

EC — Segundo as estatísticas da OCDE, a produtividade global da economia portuguesa, no período de 1986-1994, foi de 2 %, o que compara com uma taxa de 1,2 % em Espanha e de 1,2 % na média da OCDE. Trata-se da produtividade do trabalho mais a do capital.

DE — Mas os dados do IME referem-se apenas ao período 1992-1994.

EC — Em primeiro lugar, o IME apresenta a produtividade aparente do trabalho, não a produtividade global. Em segundo lugar, tal como na questão da convergência real, a evolução da produtividade deve ser analisada no âmbito de um ciclo económico completo.

DE — O mesmo relatório do IME refere que a nossa dívida pública continuará a agravar-se em 1996, o que, apesar de a fonte de informação citada ser o próprio Governo Português, contradiz aquilo que o Sr. Ministro tem prometido frequentemente.

EC — Depende da data em que foi fornecida a informação.

DE — Mas este relatório é recente, saiu há duas semanas.

EC — Pois, mas por exemplo as projecções de Outubro da Comunidade ainda apresentavam para Portugal um défice 6,2% e, sendo um documento que saiu há pouco, hoje já tinham dados para corrigir aquele número.

DE — O problema é que o Governo nunca chegou a assumir aquelas projecções. A questão está em saber se a dívida pública vai ou não inverter a tendência de subida já no próximo ano...

EC — Vai atingir cerca de 72% do PIB em 1996 e a partir daí vai cair. O Governo não tem uma projecção própria para a dívida pública em 1996. Esse valor tem aparecido em todos os documentos da Comunidade e é com base nessas projecções que eu tenho dito que ainda cresce em 1996.

DE — Mas não foi isso que disse durante o discurso de comemoração do 3.º aniversário da adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu, onde textualmente afirmava: «O rácio cresceu com a recessão até cerca de 70%, mas a trajectória de descida será retomada em 1996, em linha com o critério de Maastricht.»

EC — Disse que, a partir de 1996, numa perspectiva de médio prazo, a tendência vai-se inverter. O agravamento deste nosso indicador, durante os dois últimos anos, foi em termos relativos o

menor da União Europeia. O que importa é que o País volte a uma tendência decrescente e o que digo é que isso é possível com a economia a crescer a taxas de 3,5% — 4%, com o regresso aos saldos primários positivos no Orçamento do Estado e com a amortização do *stock* da dívida que se continuará a fazer através das receitas das privatizações.

DE — Admite então que, quando se realizar a Conferência Intergovernamental de 1996, onde os Quinze supostamente discutirão quem está preparado para a moeda única, Portugal irá apresentar-se apenas com a promessa de que só daí em diante a dívida pública vai descer?

EC — Existe o sentimento cada vez mais generalizado de que a passagem à moeda única não acontecerá no dia 1 de Janeiro de 1997. Ainda há pouco tempo também Jacques Delors referiu que Janeiro de 1999 era a data de referência. O cenário mais provável é então que a decisão seja tomada seis meses antes e, em meados de 1998, Portugal estará a caminho do cumprimento dos critérios de convergência.

DE — Garante que Portugal não fica excluído da moeda única, ainda que isso só ocorra em 1999?

EC — Portugal vai fazer parte do primeiro grupo. É importante e é possível, porque a nossa economia já deu provas no passado de que pode cumprir os critérios de Maastricht: em 1992 tínhamos um défice de 3,3% (quando em 1986 era de 10%), houve um ponto de descontinuidade em 1993, mas já retomámos a trajectória saudável para as finanças públicas, tendo progredido 1,5 pontos em 1994; na dívida pública estamos na casa dos 70% e aí precisamos de inverter a tendência...

DE — Sim, mas a trajectória é fundamental.

EC — É claro, mas ainda assim é preferível passar dos 70% para os 72% em vez de estar nos 100% e passar para os 98%.

DE — E Portugal deve participar na moeda única mesmo que a Espanha fique de fora?

EC — Quer a Espanha entre ou não, devemos sempre integrar o grupo da frente porque quem ficar de fora terá um adicional de prémio de risco em relação aos países que integram uma zona que tem como cultura a estabilidade cambial.

DE — Isso não depende só da vontade própria.

EC — Depende sobretudo da vontade própria.

DE — Se assim é, por que é que então as autoridades monetárias nacionais se preocupam tanto com os perigos evidentes de os mercados associarem o escudo à peseta?

EC — É muito importante ter a confiança dos mercados. Isso exige credibilidade das políticas e coerência nos actos.

DE — Sem dúvida, mas é olhando para os actos que os mercados vêem que, em quatro realinhamentos da peseta, o escudo seguiu-a por três vezes. Que garantias existem de que isso não volte a acontecer?

EC — Está a raciocinar num cenário hipotético, porque a última vez que estive com o Ministro espanhol Pedro Solbes, ele mostrou-se confiante face à estabilidade registada nos últimos tempos e associava-a ao facto de os mercados terem percebido que não haveria eleições antecipadas...

DE — Só que esse mesmo Ministro não excluiu tal possibilidade durante a última crise cambial.

EC — Sim, mas os mercados vêm reconhecendo uma autonomia crescente (não digo que seja já total) do escudo em relação à peseta. Só pelo facto de as autoridades portuguesas terem decidido fazer apenas um ajustamento técnico das paridades centrais,

igualando assim a paridade teórica e a de mercado, e de os principais analistas terem equacionado se foi uma boa decisão, só isto indicia que o escudo pode ter vida autónoma.

DE — Não está a querer dizer, como fez o seu antecessor em Maio de 1993, que este realinhamento foi positivo e já estava pensado há muito tempo?

EC — Não é isso. Foi uma decisão difícil do Governo e partilhada pelo Banco Central. Nesse domingo passámos vinte e quatro horas reunidos, acompanhando a evolução da reunião do Comité Monetário, e resolvemos fazer este realinhamento parcial por razões essencialmente técnicas.

DE — O que é que quer dizer com razões técnicas?

EC — Os mercados ainda não reconhecem uma autonomia total do escudo em relação à peseta. Embora seja este o nosso objectivo, também há uma outra razão psicológica importante: o posicionamento relativo da moeda na banda, que foi o que determinou a nossa opção. Nem nós nem os franceses estávamos interessados em que a peseta desvalorizasse mais do que 5 pontos. Mas quando começou a haver um consenso para permitir aos espanhóis desvalorizarem 7 pontos, à última da hora dissemos: Então nós ajustamos metade. O que deixou os franceses aflitos porque, se não tivéssemos feito este ajustamento técnico, o escudo passava a ser o último da banda e não o franco. Isto tinha um impacte psicológico negativo, por isso a opção pelo ajustamento técnico da paridade.

DE — No entanto, essa necessidade técnica continua a parecer inconciliável com o imperativo de dar provas concretas de que o escudo jamais voltará a seguir a peseta.

EC — Pelo contrário, é a demonstração junto dos mercados de uma autonomia crescente do escudo. Há ainda grandes praças financeiras que olham para a Península Ibérica como um todo e

daí a grande importância das sessões de divulgação sobre a economia portuguesa para vincar a separação face à economia espanhola.

DE — Mas não é o próprio Governo Português que acaba por fazer a colagem à Espanha quando, a partir de certa altura, optou por uma estratégia de comparação sistemática dos nossos resultados com os espanhóis? Por exemplo, o relatório do Orçamento do Estado repete essas comparações até à exaustão.

EC — Optámos por essa postura para provar que o nosso ambiente político e económico é muito mais favorável do que o da Espanha e que continuará a ser nos próximos anos. Compete-nos vincar essas diferenças, não só em relação à Espanha como aos países de Leste, que hoje já são os nossos concorrentes directos na atracção do capital estrangeiro. Há também a tendência para essa comparação porque, quando os partidos da oposição dizem, por exemplo, que convergimos pouco com a União Europeia, nós temos o interesse político em perguntar: Então e a vizinha socialista Espanha, qual foi o seu nível de convergência?

DE — Então o motivo principal dessa estratégia é a batalha política interna?

EC — Pois com certeza que também é por motivações da política interna. É para mostrar que os socialistas *nuestros hermanos* espanhóis, que são compadres dos socialistas portugueses, ainda fazem pior do que nós.

DE — E, por causa da disputa partidária com o PS, o Governo arrisca-se a criar a ambiguidade nos mercados internacionais, ao comparar-se sempre com os espanhóis?

EC — Nós também não podemos iludir o problema de conexão regional que temos face à Espanha, assim como acontece com a Irlanda face à Inglaterra ou com a Holanda face à Alemanha. Agora, compete aos políticos demonstrar que temos uma autonomia crescente.

DE — Caso o PSD vença as próximas eleições e o convidem para continuar a ser Ministro das Finanças, está disponível para aceitar esse convite?

EC — O meu mandato termina em Outubro de 1995 e sinceramente não me vejo a fazer carreira política. Esse cenário não se põe, mas tenho pena de não ter iniciado funções no início da legislatura porque, em todos os domínios, podia ter desenvolvido uma política de médio prazo: no controlo do défice orçamental, no desenvolvimento do mercado de capitais, no aprofundamento das privatizações, da redefinição do papel do Estado no sistema bancário, no aperfeiçoamento da política fiscal ou do racionamento financeiro com as Regiões Autónomas, por exemplo. Portanto, é todo um conjunto de áreas em que se fica com a sensação de que não se teve tempo de levar até ao fim um conjunto de políticas que estão bem definidas, mas que materialmente não são possíveis de executar até ao fim por falta de tempo.

DE — Quer dizer então que o País perdeu tempo enquanto Jorge Braga de Macedo esteve aqui no Ministério?

EC — Quero dizer que tenho pena de não ter tido mais tempo, porque gostava de ser avaliado como Ministro das Finanças numa perspectiva de médio prazo e não apenas numa perspectiva de um ano e meio.

E por outro lado também era muito mais agradável ter sido Ministro das Finanças como foi Miguel Cadilhe numa fase alta do ciclo económico.

DE — O que pensa do comportamento da Comissão do Mercado de Valores Monetários (CMVM), que levou à demissão de Costa Lima e do Conselho Directivo?

EC — O que posso dizer é que nunca tive a oportunidade de conversar com o anterior presidente da CMVM sobre o caso. Eu regressiei de férias numa sexta-feira (dia 6 de Janeiro) quando o presidente da CMVM já tinha dado a entrevista ao *Expresso*, que saiu no dia seguinte, sábado. Nunca tive oportunidade de conversar com ele so-

bre esse tema. Não conheço exactamente quais foram as suas motivações, mas não há dúvida de que teve um comportamento reprovável em relação ao Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro, com quem se reunira uns dias antes para começar a analisar o caso.

Quando chegou à reunião com o Sr. Secretário de Estado, disse que já tinha escrito uma carta ao Ministro das Finanças no dia anterior, quando sabia que o Ministro das Finanças só regressava três dias depois. Essa carta dizia que o Ministro das Finanças não devia aprovar a transacção... , no fundo, a opinião que ele transmitiu através do *Expresso*. A partir daí, era evidente que a única saída do presidente da CMVM era a demissão: ou dava o dito por não dito e era acusado de irresponsabilidade e demitia-se; ou demitia-se tentando sair como mártir. O cenário estava claro, e havia pessoas que diziam: «O Ministro das Finanças vai demitir o presidente da CMVM.» Eu podia tê-lo feito, mas acho que não havia razão para isso.

DE — Com que base é que podia demiti-lo?

EC — Por comportamento ético grave. Depois discutíamos isso em tribunal, mas naquele momento ia para a rua. Mas não foi necessário seguir essa via, nem nunca me passou pela cabeça, mas para mim sempre esteve claro que, após a entrevista do dia 6 de Janeiro, isso ia acabar na autodemissão do presidente da CMVM.

DE — Isso é uma acusação de má-fé...

EC — Não, é uma acusação de um comportamento eticamente reprovável cujas verdadeiras motivações, sinceramente, tenho dificuldade em perceber. Umhas pessoas dizem que é protagonismo, outras dizem que foi alguma motivação política, outros dizem que quis aproveitar a oportunidade para se tentar transformar em mártir do mercado... Mas às vezes interrogo-me se não será um problema de má consciência, na medida em que, se o anterior Conselho Directivo da CMVM considerava que o Código do Mercado de Valores Mobiliários prevalecia sobre a Lei Quadro das Reprivatizações e se considerava que devia aplicar o Código qualquer que fosse o contexto e a situação, então por que é que deixou o Banesto e os seus aliados assumirem o controlo de facto da insti-

tuição sem OPA, quando seria fácil provar a concertação estratégica de votos? Isto é, bastava ao anterior Conselho Directivo da CMVM provar que havia uma concertação de votos e bastava atender ao facto de a maioria dos membros da administração se terem declarado por escrito representantes do Banesto: bastava ter atendido ao facto das declarações do Sr. Mário Conde, aos prospectos do Banesto entregues na SEC.

Se o Conselho Directivo da CMVM considerava que o Código do Mercado de Valores Mobiliários se sobrepunha à Lei Quadro das Reprivatizações, então por que é que não exigiu uma OPA ao Banesto e seus aliados?

DE — Mas essas críticas vão também todas para os seus antecessores.

EC — Aqui, então, o Governo é preso por ter cão e preso por não ter. Então o Governo tem que mandar nos órgãos de supervisão que são autónomos e independentes?

DE — O Governo tinha que fazer respeitar o limite para estrangeiros.

EC — O Governo tinha a função que era de fazer actuar os mecanismos de controlo. A Procuradoria-Geral da República (PGR) é que tem competência para propor acções em juízo para fazer cumprir a lei. Foi por isso que, logo em Janeiro de 1994, mandei o *dossier* completo para a PGR. Também faço recordar que a PGR é uma entidade autónoma, que também poderia ter actuado, se o entendesse, antes mesmo de ter recebido tais relatórios, seja do Governo seja das entidades de supervisão.

DE — Mas por que é que responsabiliza a PGR, a CMVM, o Banco de Portugal e não o Governo?

EC — Não é ao Governo que compete fazer cumprir a lei das reprivatizações, é à PGR. Não é o Governo que põe acções em tribunal. Mas não faço qualquer juízo de valor sobre o compor-

tamento dos Ministros das Finanças porque penso que cada um actuou com os dados que dispunha na altura. Os relatórios das entidades de fiscalização são de Julho de 1993 com alguns desenvolvimentos em Setembro. Independentemente de se saber se a responsabilidade é da entidade A, B ou C, ou se todas as entidades têm um pouco de responsabilidade em todo este processo, o que lhe digo é que o objectivo era tentar clarificar a situação, repor os objectivos iniciais do modelo de reprivatização do Totta e desenvolvermos as acções nesse sentido.

DE — Em relação ao «caso Totta», teve conhecimento das cláusulas do acordo estabelecido entre as partes privadas?

EC — Como tenho dito, a intervenção do Governo, através do Ministro das Finanças, processa-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 380/93. É de acordo com sete ou oito critérios que tem de fundamentar a sua autorização ou não. O Ministro das Finanças não aprova contratos da esfera privada que envolvam aquilo que é vulgar numa transacção privada: a variável preço, condições de pagamento, alternativas quanto a garantias... O Ministro das Finanças não tem qualquer base legal para se pronunciar sobre esse tema. Portanto, nem sequer tive a preocupação de analisar esses termos contratuais da esfera privada.

DE — Quer dizer que o Ministro das Finanças não está preocupado em saber qual o contrato entre as partes privadas? E quando tomou conhecimento, através da comunicação social, das cláusulas desses contrato, não ficou chocado ou surpreendido?

EC — Há dois tipos de cláusulas que têm sido objecto de um tratamento mais intenso por parte da comunicação social. Por um lado, as que definem alternativas quanto a garantias. Trata-se de uma transacção com pagamento a prazo, em que parece existir a alternativa de dar o próprio penhor das acções ou a caução bancária. Acho isso perfeitamente natural, dado que qualquer pagamento a prazo normalmente envolve garantias. A escolha do tipo de garantia resulta de uma opção privada.

Por outro lado, em relação à transacção que foi presente ao Banco de Portugal, não me pronuncio. O Governo não tem que

intervir no que respeita a uma transacção que envolva 10% do capital de um banco privado, que não está em processo de privatização. Há a intervenção do Banco de Portugal, no quadro da lei bancária, e foi isso que aconteceu.

DE — E aceitou bem a decisão do Banco de Portugal, mesmo que ela possa eventualmente pôr em causa todo o negócio?

EC — Eu tenho dito que respeito a autonomia do Banco de Portugal e de todos os órgãos de supervisão. Respondendo à pergunta, tenho dito que o «caso Totta» é complexo, difícil, único, e que até ao lavar dos cestos é vindima.

DE — Preferia que fosse lançada uma OPA sobre todo o capital do BTA para resolver o problema?

EC — O que foi presente ao Governo foi uma transacção privada. Ficaria muito satisfeito se aparecesse uma OPA que resolvesse o caso, satisfazendo os critérios definidos no Decreto-Lei n.º 380/93 e em especial o dos interesses financeiros do Estado, conjugado com o de todos os accionistas. Então, se a operação fosse geral, o Estado poderia vender em simultâneo os 13% que ainda detém no capital.

DE — É a voz do desejo a falar ou tem algumas indicações de que essa OPA ainda possa aparecer?

EC — Não tenho qualquer indicação, mas devo dizer que, durante o processo de busca de uma solução para o «caso Totta», estimulei mais do que um grupo nacional a fazê-lo. Simplesmente nenhum grupo nacional o quis fazer porque pôs sempre como condição prévia o acordo com os espanhóis e seus aliados.

DE — Depois da decisão do Banco de Portugal, continua a pensar que as coisas estão resolvidas e que Champalimaud vai mesmo comprar o Totta?

EC — O Governo, no quadro da legislação actual, fez o que lhe competia: aprovou uma transacção capaz, em princípio, de resolver um caso que se arrastava. A alternativa a manter uma situação de indefinição accionista, de litígio do Banesto e seus aliados com instituições financeiras e monetárias portuguesas. Ou seja, uma situação de potencial conflito jurídico, que punha em causa a estabilidade da instituição e, logo, o seu valor numa perspectiva de médio prazo. Perante este quadro alternativo, o Governo fez o que lhe competia, que foi aprovar a única operação que até à data lhe foi apresentada.

Quanto à negociação, o Governo sempre disse ser da esfera privada e, sendo assim, há parâmetros que o Governo não controla, nem quer controlar. Portanto admite qualquer dos cenários em aberto.

DE — Se este negócio vier a abortar, mantém-se a ameaça de suspensão dos direitos de voto por dez anos aos accionistas do Totta, conforme chegou a estar em causa?

EC — Esse litígio, que está agora suspenso face ao aparecimento desta transacção, não está solucionado. Está suspenso, porque não seria com certeza de bom senso agravar o litígio numa altura em que existe a possibilidade de resolução do problema de fundo. Mas a competência para a condução desse processo é do Banco de Portugal.

DE — Portanto, o litígio continuaria...

EC — O Banco de Portugal é que tem que responder. Se a transacção não se concretizar, o Banco de Portugal terá que tomar as suas decisões.

DE — Feito o balanço neste momento, pensa que as decisões tomadas pelo Ministério das Finanças contribuíram para o reforço do mercado de capitais?

EC — Sinceramente penso que sim. O «caso Totta» não pode ser analisado em abstracto. A transacção projectada e os seus efei-

tos têm que ser analisados face ao cenário alternativo, que é a continuação da situação actual. Dentro desta perspectiva, acho que, quer do ponto de vista do critério de contribuição para a estabilidade do sistema, quer do ponto de vista do critério da valorização da instituição numa perspectiva de médio e longo prazo, a clarificação da situação é preferível à situação actual. Logo contribui-se, por esta via, para a defesa do conjunto de todos os accionistas. Cerca de 90 % dos analistas apoiaram a decisão de resolver o «caso Totta» e muitos até defendiam a saída de um decreto-lei especial.

DE — Que é diferente daquilo que foi feito.

EC — Onde é que está a natureza da diferença nas suas consequências? Sempre considerámos que era preferível para o mercado não fazer uma excepção em termos de criar legislação nova, optando pela aplicação da legislação actual.

DE — Mas foi criada legislação nova. Belmiro de Azevedo pediu autorização para comprar até 26 % do BPA porque entendeu que a partir daí tinha que lançar uma OPA.

EC — Não compare. Está a comparar dois casos que não são comparáveis. Está a comparar o caso do BPA, onde não existia uma situação de litígio accionista, nem de inibição de voto, nem uma situação que pusesse em causa a lei portuguesa ou a estabilidade da instituição.

DE — Mas há uma contradição. Belmiro de Azevedo entendeu que se ultrapassassem os 26 % do BPA seria obrigado a lançar uma OPA sobre o resto do capital e o Ministério das Finanças entende que Champalimaud pode ir até aos 50 % do Totta sem lançar uma OPA.

EC — Mas não pode comparar dois casos em abstracto. A situação do BPA é uma situação diferente do caso excepcional e único do Totta. Qual é a instituição financeira em que existe uma situação em que o Banesto, como instituição estrangeira, com os seus aliados, assumiu de facto o controlo da instituição à revelia da legislação portuguesa?

DE — Isso está provado?

EC — Existem indícios fortes nesse sentido. Basta atender ao facto de que a maioria dos membros da Administração do Totta se declararam, em dado momento representantes do Banesto. Portanto, existem indícios fortes de que os espanhóis e seus aliados não respeitaram a legislação portuguesa. Uma coisa são indícios, outra coisa depois é prova em juízo. Além disso há uma situação de litígio. O caso do Totta não pode ser comparado com o BPA. E devo dizer que o Engenheiro Belmiro de Azevedo também não pediu para adquirir mais de 26% do BPA.

DE — Porque teve o entendimento de que, se ultrapassasse aquele limite, teria que lançar uma OPA.

EC — E muito correcto, porque o entendimento normal é que o Ministro das Finanças não autoriza transacções privadas a não ser em situações em que não lhe apareça uma oportunidade de resolver o problema através de uma OPA. Só numa situação muito única e muito excepcional. Foi o caso do Totta. Se aparecesse uma OPA, teria maior mérito relativo.

DE — Como é que reagiu às declarações de Belmiro de Azevedo, quando este disse ter sido espezinhado pela incompetência deste Governo e deste Ministro das Finanças?

EC — Em primeiro lugar, essas afirmações têm que ser enquadradas num contexto que não corresponde à realidade. Toda a gente percebeu que, efectivamente, ninguém espezinhou ninguém. O Engenheiro Belmiro de Azevedo teve oportunidade de reforçar a sua posição accionista (no BPA) e não reforçou. Nessa entrevista ao *DN* fez referência ao «núcleo duro»... , no que entrou em contradição, porque tinha afirmado à Reuters no dia 3 de Novembro que o «núcleo duro» nunca existiu. Ora, como é que eu podia espezinhar um conjunto vazio? Essa afirmação não tem sentido.

Ele não tinha também um projecto estratégico para o Banco, na medida em que sempre foi claro ao afirmar que o objectivo

era não ter mais que 10 % do Banco. Ora, se o «núcleo duro» nunca existiu, se o objectivo estratégico era não ter mais do que 10 % do Banco, qual era o projecto para o BPA? Sinceramente nunca vi nenhum projecto estratégico para o Banco. Nem de nenhum membro do chamado «núcleo duro» a título individual, nem desse grupo de accionistas. É conhecido que o Governo fez um esforço de concertação estratégica com os accionistas privados principais, que ultrapassavam até os elementos do «núcleo duro», no sentido de tentar criar o mínimo de estabilidade para a instituição: estabilidade estratégica e estabilidade dos órgãos de gestão. O Dr. José Miguel Júdice, nosso representante, investiu 300 horas nesse esforço entre Outubro e Dezembro, sem sucesso.

Portanto ficou provado aquilo que o Engenheiro Belmiro de Azevedo disse no dia 3 de Novembro à Reuters: o «núcleo» nunca existiu.

O Ministério das Finanças foi altamente competente na condução deste processo, quer do ponto de vista estratégico, quer do ponto de vista dos seus objectivos essenciais — de tentar dar estabilidade accionista e um rumo estratégico à Instituição —, e foi muito competente do ponto de vista dos interesses financeiros do Estado. Neste âmbito, houve um encaixe de 75 milhões de contos superior em cerca de 40 % ao encaixe que resultaria se tivesse seguido políticas anteriores de preço. Além disso, esta operação criou condições para que o Estado desinvestisse os seus 20 % na UBP, que era um capital adormecido.

DE — Do que o empresário se queixa é de que o Governo terá dado o dito por não dito. Houve um Secretário de Estado, que é agora governador do Banco Central, que chegou a dar uma controversa garantia de preferência aos empresários.

EC — Essa carta não contém um compromisso, mas uma linha de orientação existente à data. Isto é, que tudo apontaria para que o Estado considerasse o conjunto dos accionistas privados (à semelhança, diz a carta, do que aconteceu em operações de privatização anteriores) como «preferentes naturais». Isto é uma linha de orientação, não é um compromisso, porque nenhum Secretário de Estado nem o Ministro das Finanças tem a competência para tomar compromissos. Em matéria de privatizações só resoluções do Con-

selho de Ministros ou decretos-leis aprovados pelo Governo. Essa carta teria sido dirigida de igual forma a qualquer outro grupo de accionistas que tivesse dado a conhecer ao Estado o acordo entre eles.

Não é por acaso que essa carta assume preocupações de estabilidade accionista. No 1.º semestre de 1994, em relação a esse grupo de accionistas principais, nós mandámos duas mensagens muito fortes. A primeira foi: «Meus Senhores, demonstrem que têm estabilidade. Organizem-se, seja através duma *holding*, seja através de uma outra via considerada adequada.» A segunda mensagem foi: «O Estado, enquanto não avaliar um grau de estabilidade aceitável no actual grupo de accionistas principais, não baixa a sua posição accionista.» E assim, o Estado foi ao aumento de capital do BPA.

DE — Mas quando diz que o Governo só preservou a estabilidade accionista do BPA, está a esquecer-se de que também tentou impedir a realização de uma assembleia extraordinária, nomeou mais um administrador e evitou que os dividendos fossem distribuídos antes da realização da OPA. Tudo isto não será uma interferência directa na gestão do Banco?

EC — Algumas das varáveis citadas não correspondem à verdade. É um facto que o Estado nomeou um administrador, que estava previsto desde o primeiro decreto-lei, julgo que de 1990, desde que o Estado tivesse ainda 5% do capital. Os administradores que existiam eram todos eleitos em assembleia geral e não eram representantes do grupo A, B ou C. Existia um Conselho de Administração que teve a confiança do accionista Estado e dos outros accionistas.

Essas medidas foram necessárias e foram determinadas pela perda de confiança do accionista Estado em relação ao Conselho de Administração executivo do Banco e nomeadamente em relação ao seu presidente. O Estado, que era o accionista principal, desconfiou daquilo que se estava a passar no Banco. Tínhamos informações que apontavam para algumas tentações em relação a alguns movimentos patrimoniais no âmbito do grupo, e as nomeações do administrador por parte do Estado e outros actos tiveram um efeito dissuasor, preventivo, que penso que foi muito importante para evitar males maiores.

DE — Como é que explica que essa perda de confiança tenha acontecido? João Oliveira esteve no Banco durante muito tempo como representante do Estado...

EC — Entendemos que o Conselho de Administração de um banco que está em processo de reprivatização deve abster-se de tomar posições que competem à esfera accionista. Este deve ser um princípio geral. O então presidente do Banco não só não se absteve como acabou por tomar uma posição anti-Governo e anti-Ministério das Finanças, depois de se ter aprovado a OPA geral. A única alternativa que tínhamos de lhe mandar um cartão amarelo forte era tomar um conjunto de medidas dissuasoras. Isto porque, se o Estado fosse o accionista maioritário, aquilo que devia ter feito era convocar uma assembleia geral extraordinária e demitir o Conselho de Administração.

Em relação aos dividendos, o nosso consultor jurídico sempre nos informou de que os dividendos são recebidos pela entidade que tivesse as acções no momento do pagamento. Por outro lado, o BCP esclareceu que no seu preço estava pressuposto que os dividendos seriam já dos novos proprietários das acções. Sempre considerámos que o preço era bastante simpático e atraente e nunca nos preocupámos com a variável dividendos. É evidente que o Estado ficaria encantado se, para além de encaixar os 75 milhões de contos, tivesse recebido mais 3 ou 4 milhões de contos de dividendos. Mas também não nos parecia eticamente aceitável que se fechassem contas a trouxe-mouxe para acelerar a AG e para que esta se realizasse fora da data normal, só para criar aqui um caso que poderia pôr em causa a viabilidade de uma transacção que era interessante do ponto de vista dos interesses financeiros do Estado, que era interessante do ponto de vista estratégico (tendo presentes os objectivos de estabilidade accionista) e era interessante para o conjunto de todos os accionistas.

DE — Mas reconhece que essas acções ultrapassam os limites da estabilidade accionista.

EC — O Estado, ao nomear um administrador, exerceu um direito. E os direitos existem para ser exercidos.

DE — Com o adiamento da privatização do BFE parece que Miguel Cadilhe se sentiu incomodado com a decisão, porque já tinha falado com investidores internacionais para entrarem no capital do Banco.

EC — Penso que o Sr. Presidente do BFE não está aborrecido, pelo menos não tenho essa informação. Em relação a esse caso concreto, o Sr. Presidente do BFE pediu autorização ao Secretário de Estado das Finanças para iniciar contactos com intermediários financeiros, tendo em vista a pesquisa de parceiros estratégicos para o BFE.

Simultaneamente, decidimos fazer uma reflexão sobre o posicionamento dos grupos do Estado no sistema bancário. E os presidentes do BFE, da CGD e de todos os bancos foram informados disso. Não está em causa o facto de o BFE vir ou não a ter parceiros estratégicos. Estamos a fazer esta reflexão porque a isso obrigam os movimentos de concentração que estão a dar-se no sistema bancários; obrigam todos os grupos, privados ou públicos. Daí termos seleccionado a McKinsey, entre três empresas, para fazer esse estudo. Mas está ainda tudo em aberto.

DE — O Grupo BFE pode vir a integrar-se na CGD?

EC — Eu não considero essa alternativa, porque são grupos com culturas muito diferentes. Mas vamos ver quais são as conclusões do estudo, embora esse tema não esteja sobre a mesa.

3.5 — Entrevista à *Vida Económica*, 5 de Maio de 1995 (conduzida por João de Sousa, Sérgio Ferreira Borges e Ivone Ferreira).

VIDA ECONÓMICA — Os resultados da política orçamental estão a corresponder aos objectivos fixados?

EDUARDO CATROGA — O objectivo era a consolidação orçamental na óptica do médio prazo, isto é, a redução gradual do défice do Estado, que passava por acções em três vectores fundamentais: em primeiro lugar o controlo das despesas correntes, em segundo lugar o alargamento da base tributária, e em terceiro lugar a luta contra a evasão e fraude fiscais.

Recordo que em matéria de consolidação orçamental o défice consolidado do Sector Público Administrativo (SPA) tinha sido de 7,3% em 1993. Foi um ano que representou um ponto de descontinuidade em relação à estratégia que vinha sendo seguida desde 1986. O défice deu um salto de 3,3% em 1992 para os 7,3% em 1993, pelo que importava retomar em 1994 o objectivo da sua redução na base da estratégia orientada a partir daqueles três vectores principais.

Em 1994 o objectivo que estava subjacente ao Orçamento do Estado era um défice de 6,9% do PIB. Em resultado do sucesso no controlo das despesas correntes, por um lado, que em termos nominais cresceram apenas 2,1% em 1994, e, por outro lado, com a recuperação das receitas fiscais, o défice consolidado no conjunto do SPA em 1994 situou-se nos 5,8% do PIB, na óptica da contabilidade nacional, porque na óptica da contabilidade pública correspondeu a 5,5% do PIB, o que representa uma melhoria de 1,5 pontos percentuais do PIB na óptica da contabilidade nacional e uma melhoria de 2 pontos percentuais na óptica

da contabilidade pública. Portugal foi dos países que em 1994 mais progressos fez em termos relativos no que respeita à redução do défice.

Para 1995 o Orçamento do Estado pressupõe um défice do SPA na ordem dos 5,8%. Recordo que, quando definimos este objectivo, estávamos no Verão de 1994 e, quando apresentámos o Orçamento rectificativo de 1994, em Outubro, a estimativa do défice de 1994 era de 6,2%. Por isso, este objectivo de 5,8% tem de ser visto de acordo com os dados disponíveis no momento da elaboração do orçamento.

Penso que vai ser possível em 1995 fazer melhor do que em 1994 neste âmbito da redução do défice do Estado. O 1.º trimestre evidencia uma melhoria na ordem dos 20% em relação ao 1.º trimestre de 1994 no défice corrente e de 13% no défice global, mas ainda é cedo para se fazerem extrapolações. No final do 1.º semestre estaremos em condições de fazer uma nova previsão para 1995.

No que respeita à redução do défice do Estado, o resultado foi melhor do que os objectivos inicialmente apontados.

Recordo também, e sem falsa modéstia, que, se analisarem a imprensa de Janeiro de 1994, quando tomei posse, muitos dos analistas económicos na altura diziam que no âmbito da política orçamental o factor-chave de demonstração do Ministro das Finanças sobre o sucesso da sua acção era no que respeita à recuperação das receitas fiscais. Está dito, está escrito por uma séria de analistas. Nessa altura, muito erradamente também, muitos fizeram a extrapolação das dificuldades de 1993 e muitos se interrogaram na altura se os problemas de 1993 não tinham já carácter estrutural. Falava-se na ineficiência da máquina fiscal, na incapacidade de lutar eficazmente contra a evasão e fraude fiscais. Era o tema da actualidade na parte final de 1993 e 1994. Considero que o ano de 1994 representou neste âmbito uma inversão das expectativas e uma inversão no sentido da melhoria progressiva da eficiência da Administração Fiscal. Também representou uma evolução favorável em termos da criação de um ambiente psicológico mais favorável ao cumprimento das obrigações tributárias.

VE — Mas é ou não verdade que a redução do défice orçamental tem sido conseguida muito mais à custa do aumento das receitas do que propriamente da contenção das despesas?

EC — Disse-lhe que em 1994 as despesas correntes do Estado aumentaram, em termos nominais, 2,1 %, o que representa uma queda de 3 pontos em termos reais. Este facto prova que, por um lado, tem havido um controlo estreito sobre as despesas correntes, favorecendo as despesas de investimento.

Não nos podemos esquecer de que o País está a fazer um grande esforço em todos os domínios do investimento público: no domínio das infra-estruturas sociais e nas infra-estruturas físicas de apoio ao desenvolvimento. Quando se fala no co-financiamento comunitário, muitas vezes esquece-se que, *grosso modo*, por cada 1000\$ de financiamento comunitário há 1000\$ de origem nacional, com origem directa ou indirecta no Orçamento do Estado.

No 1.º trimestre de 1995 as despesas correntes cresceram apenas 1,1 % e as despesas de capital irão crescer significativamente ao longo deste ano. O nosso objectivo é na ordem dos 16 % em termos nominais.

VE — A despesa pública vai continuar a crescer?

EC — Repare: a despesa pública em 1994 caiu. Ao contrário de alguns discursos oposicionistas que não sabem ler as estatísticas, o conjunto de despesa pública no PIB caiu 1,5 pontos percentuais. A despesa pública, que representava 47,9 % do PIB em 1993, passou para 46,4 % do PIB em 1994.

VE — E em 1995?

EC — Em 1995 a despesa pública está praticamente constante. Em vez de 46,4 % é 46,9 %. No entanto, as despesas correntes passam de 39,8 % para 39,6 % e as despesas de capital passam de 6,6 % para 7,3 % do PIB. Portanto, o aumento do peso relativo de 0,5 pontos percentuais nas despesas públicas em 1995 comparativamente com 1994 é explicada por uma queda do peso relativo das despesas correntes e por um aumento significativo das despesas de capital, ou seja, das despesas de investimento.

VE — Tradicionalmente os outros ministros costumam apelar mais ao Ministro das Finanças em ano de eleições. Já começou a receber apelos?

EC — Não. Há uma grande disciplina orçamental. Cada ministério sabe aquilo com que pode contar. Na repartição da despesa pública que está prevista para 1995, foram feitas análises e houve discussões aquando da elaboração do Orçamento. Para além de alguns factores excepcionais tipo seca ou geadas, por exemplo, que podem exigir alguns apoios extraordinários aqui e acolá, o *plafond* da despesa pública está fixado globalmente e está fixado para todos os ministérios. Não há pressões acrescidas pelo facto de ser um ano eleitoral.

VE — Na área fiscal, onde afirma haver recuperação das receitas, os resultados obtidos pela DGCI não se devem ao aumento da pressão sobre a maioria dos contribuintes que se sentem cada vez mais penalizados?

EC — É conhecido que nos países da Europa do Sul a cultura face ao Fisco é uma cultura diferente daquela que existe nos países da Europa Central e da Europa do Norte. Penso que é um problema de pedagogia, de desenvolvimento cultural e é preciso dar tempo ao tempo. A DGCI, fruto das acções que já vinham do passado e agora intensificadas com o desenvolvimento da informatização, vai prestar cada vez mais um serviço eficiente aos seus clientes, as empresas, e todo o conjunto dos sujeitos passivos. É uma acção que tem de ser permanente e será sempre uma tarefa inacabada, e que todos os dias, todos os anos, tem que ser melhorada e aperfeiçoada tendo em conta que a eficiência da Administração Fiscal é fundamental.

A luta contra a evasão fiscal é um problema de justiça, de equidade, dos que pagam e dos que não pagam, entre as empresas que cumprem as suas obrigações e aquelas que não cumprem, distorcendo as regras da concorrência. Esse objectivo da equidade e de justiça fiscal passa por um maior sucesso na luta contra a evasão fiscal. A continuação do sucesso nessa luta tornará possível a médio prazo reduzir algumas taxas e continuar a reduzir o défice público.

VE — E quais serão as taxas que poderão vir a ser reduzidas?

EC — Em relação às taxas, devo dizer que muitas vezes existem ideias que não correspondem bem aos factos. No IRS, mode-

los 1 e 2, a taxa média efectiva anda na casa dos 16% e 20%, respectivamente, embora haja taxas marginais de 40%, tendo em conta os vários níveis de isenção e tipos de benefícios fiscais.

Da mesma forma, em relação às empresas em que a taxa nominal anda próxima dos 40%, a taxa efectiva também está na casa dos 29%. Isto em relação ao conjunto de empresas que pagam regularmente o IRC e que são cerca de 40%. A taxa efectiva média é mais baixa porque há muitos benefícios fiscais.

Há o problema permanente de conseguir melhorar o sistema fiscal por forma a melhorar os objectivos de equidade ao nível das pessoas singulares ou das pessoas colectivas, na tributação do consumo, ou na tributação do património. Por se tratar de uma tarefa que necessita de ajustamentos é que criámos a Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal. Vamos ter em Outubro deste ano um quadro de referência para a introdução de um conjunto de aperfeiçoamentos na política fiscal. De acordo com os relatórios da OCDE e do FMI, com a introdução do IVA e posteriormente do imposto sobre o rendimento, em termos de concepção, o País tem um dos sistemas fiscais mais evoluídos a nível dos países da OCDE. É uma realidade que há novos factos económicos e sociais; por exemplo, a liberdade irrestrita da circulação de capitais traz problemas novos, e que têm que ser devidamente ponderados e analisados e, dos tais objectivos, tem de ser um objectivo permanente conseguir-se a maior equidade possível.

VE — Mas para as PME não há tantos incentivos fiscais como isso. Foram criados alguns pelo Orçamento para 1995, em especial para as novas empresas, mas uma empresa industrial em si paga cerca de 40% sobre os resultados, enquanto um banco paga em termos médios cerca de 20%. Provavelmente é mais fácil ao banco conseguir obter esses lucros do que à empresa industrial. Isso é que é a situação equilibrada?

EC — Não, em termos de taxa média, poucas empresas, poucos sectores de actividade pagam quase 40% de IRC. Nós temos essa análise por escalões, em termos de empresas até por escalões de volume de vendas, e raro é o escalão que ultrapassa os 30% de taxa efectiva. É um facto que o sistema bancário beneficiou de um sistema de isenções fiscais, que progressivamente tem vindo

a acabar, ligado com incentivos que o Estado deu em determinado momento para aquisição de títulos de dívida pública. À medida que esses títulos vão sendo amortizados, esse conjunto de benefícios fiscais vai-se reduzir.

Para todo o conjunto de benefícios fiscais que nós estudámos no ano passado no âmbito dos trabalhos preparatórios do Orçamento do Estado para 1995, pedimos a duas ou três empresas internacionais de auditoria com a componente da fiscalidade bastante desenvolvida que fizessem estudos comparativos do sistema fiscal português com os dos outros países da União Europeia (UE). Devo dizer que as conclusões são favoráveis em termos da análise da sua competitividade relativa do ponto de vista das empresas com a desses outros países.

Não quero dizer que tenhamos um sistema perfeito. Existe sempre em termos de benefícios fiscais um *trade off*. O benefício representa sempre uma perda de receita fiscal, há uma despesa fiscal implícita mas também um impacte desse benefício fiscal no conjunto global da economia. Quando se dá um benefício fiscal, é porque se pensa que essa despesa fiscal implícita traz para a economia, como um todo, maior impacte positivo, seja ao nível do emprego, do desenvolvimento do mercado de capitais. É necessário encontrar um equilíbrio entre estas duas variáveis chave.

VE — Mas não acha muito mais estimulante em Portugal o investimento no sector financeiro do que o investimento no sector produtivo?

EC — Repare, nós temos para se definir se um investimento ou um sector é atractivo ou não atractivo, isso depende de várias variáveis, nomeadamente da sua taxa de rentabilidade. Actual e futura. Ora existem segmentos de actividade não financeira que têm uma taxa de rentabilidade superior à taxa de rentabilidade do sistema bancário, medindo a rentabilidade por exemplo em função dos capitais próprios.

VE — Mas também tem uma taxa de tributação superior...

EC — Mas as taxas de tributação tendem para a igualização, à medida que os benefícios fiscais excepcionais ligados com os tí-

tulos da dívida pública forem acabando. Há bancos que de um momento para o outro passaram de uma taxa efectiva inferior a 10% para taxas efectivas na casa dos 30%. Vai haver um ajustamento em relação à taxa média.

VE — ... Por cima...

EC — Repare, se teoricamente não existissem benefícios fiscais, a taxa efectiva deveria aproximar-se da taxa nominal. Portanto há aqui um conjunto de benefícios fiscais nos vários sectores da economia que podem fazer com que a taxa efectiva de um determinado sector seja, pelo menos temporariamente, mais favorável que a taxa efectiva de outros sectores, aliás os benefícios fiscais por definição devem ser sempre transitórios embora com um quadro estável prédefinido. Sabe-se que aquele benefício vai existir durante X anos ou durante X tempo, mas sabe-se que ele é transitório. Ele existe como instrumento de alcance ou de reforço de determinados objectivos conjunturais.

O desenvolvimento, o aperfeiçoamento da política fiscal, da Administração Fiscal são vectores prioritários e constituirão sempre elementos permanentes de qualquer política orçamental.

VE — Ainda sobre política fiscal, esse estudo que foi encomendado pelo MF não se refere à taxa de juros de mora e dos juros compensatórios? Porque a situação em Portugal é uma aberração. Essa taxa está fixada em 24%, quando em Espanha são 12% e em Espanha a Administração Fiscal aceita pagamento em prestações a essa taxa de impostos retidos e não pagos. Não se pensa alterar nada a esse nível?

EC — A taxa está em 1,8% ao mês, o que representa 21,6% ao ano. Foi alterada já comigo. Mas, de qualquer forma, penso que ela tem de ser fixada a um nível que seja desincentivador da utilização desta fonte de financiamento por parte das empresas. Isto é, as empresas têm que ser estimuladas para o cumprimento atempado das suas obrigações tributárias e, quando se atrasam, ter uma taxa de juro implícita superior à taxa de juro que elas podem obter no mercado.

VE — Mas do ponto de vista técnico os juros de mora e os juros compensatórios só se destinam a compensar o Estado pelo atraso no recebimento. Se se vai penalizar o incumprimento, deve penalizar-se pelas vias adequadas e não através da taxa de juro...

EC — Há o juro compensatório e o juro de mora. Em relação ao juro de mora, há que desincentivar a utilização desta fonte de financiamento por parte das empresas porque o objectivo é que todas as pessoas singulares ou colectivas cumpram atempadamente as suas obrigações fiscais.

Repare que só em situações muito excepcionais, como foi a situação do pagamento a prestações de dívidas acumuladas até 31 de Dezembro de 1993 pelo facto de se ter criado uma situação nova a partir de 1 de Janeiro de 1994, derivada de se terem criminalizado as situações de abuso de confiança fiscal. Portanto houve aqui um facto novo que levou o Governo a conceder um conjunto de facilidades de pagamento a prestações de dívidas acumuladas até essa data e aí esse foi um tratamento bastante favorável, na medida em que quem cumprir o plano a que se propôs não tem juros compensatórios e juros de mora, praticamente, em termos de futuro, e, como sabe, esse prazo de pagamento em prestações pode ir nalgumas situações até dez anos.

Os esquemas de excepção têm de ser entendidos como tal e quando há uma ruptura entre o passado e o futuro, porque cria injustiça em relação àqueles que cumpriram atempadamente as suas obrigações fiscais.

VE — Por que é que abandonou o projecto de reforma administrativa do seu antecessor?

EC — Eu não abandonei o projecto da reforma administrativa do meu antecessor. Repare que tem havido uma redução do número de funcionários públicos, isto é, a entrada de funcionários públicos tem sido inferior às saídas de funcionários. Tem havido uma redução nítida dos últimos anos. Houve uma redução nítida em 1994 e vai haver outra em 1995. É fundamental que todas as funções e órgãos da Administração Pública têm de ser uma tarefa permanente, global, porque é uma área onde nenhum país teve sucesso com políticas bruscas. Portanto é uma perspectiva muito gra-

dualista em que há que atender às expectativas das pessoas, aos direitos adquiridos, mas há que racionalizar funções, órgãos e serviços, numa perspectiva permanente. Só assim é que se consegue o controlo das despesas correntes e esse controlo é fundamental para libertar recursos para as áreas estratégicas do investimento público. Se nós analisarmos onde é que houve aumento da despesa pública nos últimos anos, verificamos que, descontado o efeito de os funcionários públicos terem, a partir de determinada data, passado a pagar impostos, os juros dos títulos da dívida pública terem também passado a pagar impostos, portanto houve um aumento na despesa e um aumento simétrico na receita, verifica-se que no período de 1986 a 1994 a despesa pública subiu apenas 1,8 pontos percentuais do PIB.

E onde? Essencialmente no sistema educativo, no sistema de saúde, no sistema de justiça e segurança. A educação passou de 3,5% do produto para 5,1% de 1986 para 1995. E neste período a despesa pública com a saúde aumentou também 1% do produto, ou seja, cerca de 150 milhões de contos. Outro exemplo: as despesas no domínio do apoio à habitação eram 0,4% do produto em 1984 e, em 1995, 1,1%. Ora isso faz com que hoje mais de metade dos contratos celebrados para aquisição de casa própria tenham juros bonificados.

Portanto onde tem havido um incremento de 1,8% no produto de 1986 para 1994-1995 tem sido essencialmente nas chamadas funções sociais do Estado.

Na área da Segurança Social o Estado tem vindo a apoiar de uma forma crescente o sistema autónomo. A Segurança Social tem dois regimes, o normal e o não normal, ou seja não contributivo ou fracamente contributivo. Todos nós temos consciência e sabemos das pensões que se pagam a pessoas que descontaram muito pouco ou não descontaram para a Segurança Social. Essas pensões representam hoje um encargo na ordem de 330 milhões de contos, ou seja 2,2% do produto, e é o apoio da Orçamento do Estado à Segurança Social. O apoio da colectividade por razões de solidariedade social.

A despesa pública nos próximos anos tem de continuar a cair e para isso é fundamental a luta contra a evasão fiscal que não representará menos de 2% do PIB.

VE — ... São 300 milhões de contos a cobrar...?

EC — São 300 milhões de contos nos próximos quatro anos.

VE — Através da Operação Locomotiva?...

EC — Através da melhoria e da eficiência da Administração Fiscal. Aliás, a Administração Fiscal vai chegar ao final de 1995 com 80% dos sujeitos passivos cobertos pela rede informática e em 1996 estará concluída a cobertura em sistema de rede ligando as unidades centrais, as unidades distritais e as unidades locais. A eficiência da máquina fiscal é fundamental para se conseguir, por um lado, que o nível da despesa pública não aumente mas que o défice diminua e portanto sem prejuízo de afectação da despesa pública às áreas prioritárias, que vão continuar a ser as funções sociais do Estado. Para isso é fundamental ter-se sucesso na luta contra a evasão fiscal numa perspectiva de médio prazo, para que caminhemos para um défice de 3% do produto em 1997.

VE — Já aqui disse que até ao último dia do seu mandato estava no seu posto. Está continuamente a falar de projectos que se concretizarão a médio prazo, essencialmente. Podemos concluir que estará disposto a continuar para mais um mandato se tiver condições e convite para tal?

EC — Penso que um ministro tem que trabalhar na perspectiva do médio prazo mas também se deve preparar para sair a qualquer momento. Eu tomei um compromisso até Outubro de 1995, não penso continuar na carreira política. Penso regressar às minhas lides na área da gestão empresarial. E isso não impede, no entanto, que eu procure ter uma perspectiva de médio prazo. Pretendo deixar em fase avançada todo um conjunto de trabalhos no âmbito do desenvolvimento da reforma fiscal e da Administração Fiscal, desenvolvimento do mercado de capitais, no âmbito do aprofundamento das privatizações, melhoria da estrutura orgânica de várias Direcções-Gerais do Ministério, redefinição do papel do Estado no sistema financeiro, etc.

VE — ... Mas definitivamente quer abandonar a política, é isso?

EC — Repare, eu digo que tenho um mandato até Outubro de 1995 e não é por esse facto que estou impedido de ter uma perspectiva de médio prazo.

VE — ... Mas, em termos pessoais, o que gostaria realmente de fazer? Se o Dr. Fernando Nogueira o convidar para continuar no caso de que o cenário nos aponte para a vitória do PSD, está disposto a continuar? Está disposto a fazer a proposta de orçamento para 1996?

EC — Neste momento estamos a trabalhar na revisão do Programa de Convergência que vai até finais de 1997. Está a ver que as nossas preocupações de médio prazo ultrapassam até o ano de 1996 e vamos deixar um trabalho de base feito para o sucessor... Portanto eu não raciocino sobre cenários hipotéticos, embora considere que o Dr. Fernando Nogueira tem todas as hipóteses de ganhar as eleições.

VE — ... Se o convidar...

EC — Eu digo que o meu mandato termina em Outubro de 1995 e não fiz planos pessoais no sentido de continuar na área política para além de Outubro de 1995.

VE — Mas não fecha essa possibilidade...

EC — Não tenho planos para continuar na área da política para além de Outubro.

VE — Segue portanto a sua carreira de gestor. Acha que ser político é muito mais difícil do que ser gestor das várias empresas pelas quais já passou?...

EC — Tenho dito que esta função de Ministro das Finanças é uma função realmente estimulante. É uma função de gestão.

Gerir é fixar objectivos, combinar meios para alcançar esses objectivos, é planear, é coordenar, é motivar, é controlar. E portanto as funções do Ministro das Finanças ou de qualquer ministro são funções de gestão. Para mim foi um desafio, na medida em que estava habituado a fixar como objectivo, por exemplo, a rentabilidade do capital próprio da minha empresa. Aqui fixo como objectivo a redução do défice público ou o aumento das receitas fiscais ou o aprofundamento das privatizações. Mas trata-se de objectivos que são fixados nas várias áreas e procuram-se atingir através de acções de planeamento, de coordenação e de controlo.

A grande diferença é a componente política. Não faço a redução destas funções de ministro à componente técnica, à componente de gestão, das variáveis técnicas. Há aqui também uma componente muito forte de gestão das variáveis políticas.

VE — Fala-nos de empresas e empresários, também disse no início de conversa que, quando acabasse esta sua missão governativa, voltava a ser gestor de empresas. A verdade é que, quando entrou para o Ministério das Finanças, houve uma certa expectativa optimista por parte dos seus colegas empresários e gestores porque tinham pela primeira vez um ministro-empresário que estava por dentro da situação das empresas. Hoje já vamos encontrando opiniões desses mesmos que antes o apoiavam contrárias e desfavoráveis à maneira como vem conduzindo as finanças públicas.

EC — Não sei quais eram as expectativas de alguns desses empresários. Considero que o ministro tem de ser avaliado pela medida em que conseguiu concretizar os objectivos nas áreas da sua responsabilidade. O ministro é essencialmente responsável pela concretização de determinados objectivos na área da política orçamental, por exemplo. E há quem entenda que o Ministro das Finanças deve ser avaliado pela política orçamental, que é aquela onde tem as variáveis determinantes que estão sob a sua responsabilidade, ou da criação de um ambiente favorável à estabilidade cambial. Analisando os objectivos que me propus alcançar e o grau de atingimento até à data, penso que qualquer observador neutro, independente, chega à conclusão de que o grau de concretização foi bastante positivo.

VE — Mas acha que arranjou alguns inimigos na classe empresarial?...

EC — Se alguns empresários gostassem de ter uma política fiscal menos rigorosa ou uma política cambial mais laxista, é evidente que esses empresários podem sentir-se frustrados porque esses objectivos não podem estar incluídos na medida da eficiência do Ministro das Finanças.

Resta saber quais são as expectativas que estavam criadas...

VE — Um empresário disse-me que o Ministro das Finanças tinha ganho o vício da macroeconomia. Tem algum vício novo?

EC — É evidente que um dos objectivos do Ministro das Finanças é criar estabilidade macroeconómica, que é fundamental para a gestão das empresas. Mas o Ministro das Finanças também faz gestão quando está a reduzir o défice público, quando está a controlar as despesas correntes, quando está a incentivar ou estimular acções para melhoria da eficiência da Administração Fiscal, por exemplo.

VE — ... Há descontentamento dos empresários em relação aos impostos...

EC — Alguns empresários queriam mais benefícios fiscais do que aqueles que foram dados. Outros queriam que o sistema de pagamento das dívidas ao Fisco ainda fosse mais favorável do que aquilo que foi. Esses empresários que pautam a análise da eficiência maior ou menor do Ministro das Finanças pelo tamanho dos benefícios fiscais ou pelas facilidades fiscais não fazem uma análise objectiva do Ministro das Finanças.

VE — E, apesar dos resultados, o Ministro das Finanças nunca pode ser um ministro popular.

EC — Claro. Mas sabe que ando muito na rua e normalmente recebo alguns sinais positivos nesse aspecto, mas normalmente os ministros das finanças não são populares, são mais populares os ex-ministros das finanças...

VE — O que está a dizer pode ser uma crítica velada ao Dr. Fernando Nogueira, que tem feito imensos elogios ao Dr. Miguel Cadilhe?

EC — Não, não é nada. Acontece isso com todo e qualquer ministro das finanças. Normalmente tem melhor imagem depois de sair do que quando está. Mexe em muitos interesses, as pessoas pensam que é o Ministro das Finanças que define políticas salariais, e portanto tem um papel importante na área da função pública...

VE — E sente-se afectado por esse peso, essa carga negativa que o seu cargo lhe confere, na opinião pública?

EC — Não absolutamente. Até fiquei surpreendido há dias ao ver que num *ranking* relativo estava muito bem posicionado entre os colegas do Governo. Nessa sondagem, que nem sei se é ou não representativa, publicada por um semanário, a minha «classificação», em relação há uns meses atrás, era muito pior do que é hoje. Eu até me interrogo. Mas porquê? É preciso dar tempo para avaliar se um ministro é bom ou mau.

VE — Lemos uma entrevista recente que nos fez ficar com a ideia de que já não acredita na moeda única. ... Sendo assim, valerá a pena este esforço todo para o cumprimento dos critérios se não vai haver moeda?

EC — Essa é uma interpretação que não corresponde à realidade. O que eu digo é que é mais provável a moeda única a 1 de Janeiro de 1999 do que é em 1 de Janeiro de 1997.

VE — Mas segue um pouco o pessimismo do Sr. Jacques Delors ...

EC — Repare, neste momento, existe um maior consenso, não digo total, em que haverá uma primeira avaliação da situação nos termos do Tratado nos finais de 1996 e que tudo aponta para que

a passagem à moeda única, a passagem à terceira fase da União Económica Monetária, acontece em 1 de Janeiro de 1999. É essa a opinião de Jacques Delors. A moeda única é uma necessidade.

VE — ... Mas fala-se em 2003.

EC — O ano de 2003 é a data de referência para a conclusão de todo o processo técnico de extensão progressiva da moeda única aos vários tipos de transacções. Está-se a estudar uma fase 3A e uma fase 3B. A 3A, em que se admite que apenas se utilize a moeda nos mercados monetários e nas transacções interbancárias, depois uma fase em que se passa às transacções comerciais, e outra fase em que chega ao cidadão.

Quando se fala em 2001, é a data que se estima em que, iniciando-se a terceira fase da União Económica e Monetária a 1 de Janeiro de 1999, chegamos a 2003 com a moeda a circular ao nível de todos os agentes económicos. A moeda única é um projecto no qual Portugal está empenhado porque pensamos que é muito importante para o País. Para uma pequena economia aberta ao exterior como a portuguesa, fazer parte de uma zona de estabilidade cambial e de uma zona que, necessariamente, dará um melhor prémio de risco associado às outras zonas que sejam caracterizadas pela inexistência de estabilidade cambial. Agora o que é fundamental é que este processo se faça de uma forma segura e isso pressupõe o desenvolvimento do processo de convergência das economias. Mas devo dizer, e isso às vezes nem sempre é bem compreendido, que o objectivo de reduzir o défice público, ou de reduzir a dívida pública, ou as taxas de juro a longo prazo ou de reduzir o diferencial da taxa de inflação em relação à média europeia são objectivos que num contexto de liberdade de circulação de capitais qualquer economia tem que necessariamente seguir, independentemente de esses critérios estarem escritos no Tratado de Maastricht. Mesmo que não existisse Maastricht, bastava a existência de um quadro de liberdade irrestrita de capitais e de valorização dos mercados para que cada economia em função das suas características procurasse, tão rapidamente quanto possível, atingir estes objectivos.

VE — Não sente que o principal obstáculo em termos de cumprimento dos critérios de convergência neste momento é a insufi-

ciência do saldo primário do Orçamento que não chega para assegurar a redução da dívida pública?

EC — Nós já regressámos a saldos primários positivos. É o primeiro passo; agora temos que reforçar a amplitude do saldo primário positivo por forma a reduzirmos o défice público. Ora a evolução da dívida pública nos próximos anos vai depender, por um lado, do reforço dos saldos primários positivos, redução do défice público e da intensificação das reprivatizações e do nível da actividade económica. Daí que nós já tenhamos passado pelo período mais difícil na conjuntura económica, penso. Como sabem, houve um ciclo económico completo de 1986 a 1994, com dois sub-períodos, um período que foi a fase alta do ciclo económico a nível mundial, a nível europeu e a nível português, de 1986 a 1990, uma fase de abrandamento e recessão de 1991 a 1993.

O início de um processo de recuperação ainda modesto, em 1994, que se espera continue a um nível mais elevado em 1995 e que venha aí a fase alta do próximo ciclo económico. Assim, repare que todas as organizações internacionais apontam para crescimentos entre os 3,5% e 4% na economia portuguesa para 1996. Numa fase alta de crescimento, se se tomarem todas as acções para a redução do défice estrutural, aproveitando o efeito multiplicador nas receitas fiscais, será mais fácil aumentar a dimensão dos saldos primários, reduzir o défice público, logo, reduzir a dívida pública.

VE — Vale a pena continuar a assumir os ónus da convergência nominal?

EC — Em termos de estabilidade nominal está provado, ao contrário de algumas vozes que por vezes aparecem, que a chamada «convergência nominal» é um instrumento de convergência real. O objectivo central da política económica tem de ser a convergência real, isto é, a melhoria do bem-estar económico e social dos Portugueses mas numa perspectiva de médio e longo prazo. O FMI refere que essa avaliação da convergência tem de ser feita abrangendo pelo menos um ciclo económico completo numa perspectiva de longo prazo, porque não pode ser feita exclusivamente na fase alta do ciclo económico ou na fase baixa. É muito fácil fazer

crescer uma economia, um ano ou dois, até seguir estratégias de crescimento contraciclo, mas o difícil é fazer crescer uma economia a uma taxa superior à média ao longo de um ou dois ciclos económicos completos. Nós conseguimos isso no período de 1986 a 1994. Conseguimos ter uma taxa média de crescimento 1 ponto acima da média europeia e enquanto os Espanhóis conseguiram apenas 0,4 pontos percentuais.

O nosso nível de convergência, embora com dois subperíodos (o período da fase alta e o período da fase baixa do ciclo), é considerado satisfatório pelos analistas internacionais. E este é o desafio que temos para os próximos anos, até ao final do século: conseguirmos pelo menos, em termos médios, uma taxa de aproximação aos outros países mais desenvolvidos, tão boa como aquela que tivemos no ciclo económico anterior, isto é, no período de 1986 a 1994. Mas ainda com uma diferença qualitativa muito grande, é que conseguimos nestes últimos anos um grau de estabilidade cambial que fez com que o produto *per capita* ajustado pela paridade do poder de compra tenha representado um ganho efectivo do ponto de vista português. Às vezes podemos estar a crescer mais do que os outros e o nosso nível de vida pode estar a afastar-se da média europeia como aconteceu, por exemplo, no período de 1974-1975: nós crescemos mais do que a média europeia, simplesmente não tivemos estabilidade nominal; tivemos taxas de inflação elevadas e estagnámos no nível de vida.

Temos dito que a política económica assenta em dois vectores: por um lado, o reforço da estabilidade do quadro macroeconómico de forma a favorecer o crescimento da economia numa base sustentada e numa base não inflacionista. Daí a articulação entre a política orçamental, a política de rendimentos e a monetária e cambial. Por outro lado, o reforço das acções estruturais para aumento a prazo do crescimento, competitividade e emprego. E aí têm que ser vistas até num sector mais amplo: no domínio da qualificação das pessoas, desenvolvimento do sistema educativo e de formação profissional, da eficiência e da flexibilidade dos mercados, no domínio da eficiência da Administração Pública, das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, sociais e físicas, que geram as externalidades positivas. Portanto na tal criação de um ambiente não só macroeconómico mas também geral favorável à competitividade das empresas. A convergência real nos próximos anos vai depender, por um lado, da política macroeconómica, da

qualidade das políticas públicas, e vai depender essencialmente da capacidade de gestão das empresas e da qualidade da sua visão estratégica, da sua gestão operacional. A este binómio: política económica, políticas públicas, políticas empresariais que justificam taxas de crescimento maiores ou menores no futuro. O Governo tem o seu papel, mas numa economia de mercado não é o mais relevante.

VE — O papel dos privados não foi tão relevante como o senhor esperava, a acreditar no próprio Primeiro-Ministro...

EC — Em entrevista recente ao Sr. Primeiro-Ministro houve uma referência do entrevistador em relação a um relatório recente do *World Competitiveness Report* que fez uma análise a uns factores de competitividade de Portugal no contexto dos 41 países mais industrializados do mundo. Portugal está em 28.º lugar em termos do grau de competitividade relativa e que se mede em 380 critérios. Portugal está melhor posicionado em alguns sectores que constituem o seu grande activo, menos bem posicionado ou até mal noutros e um dos critérios em que está mal posicionado, no contexto desses 41 países, a amostra dos países mais desenvolvidos do mundo, é a capacidade de gestão e de inovação empresarial.

Aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro referiu é que não parece possível criar empresários por decreto, despacho ou portaria. Os empresários são os agentes fundamentais numa economia do mercado. Eu penso que a sociedade portuguesa já vai começando a perceber isso. E é também um problema cultural. Por exemplo, nos EUA um dos critérios de sucesso da Harvard Business School é a análise da percentagem dos seus alunos que se transformaram em empresários. Quase 40%...

A minha geração de universitários, e não só minha mas também de outras décadas, não tinha por ambição a carreira empresarial. O sonho era ser um bom quadro, bem posicionado, seja na Administração Pública seja na administração privada. O desenvolvimento da capacidade de empreender, de assumir riscos de juntar recursos próprios e alheios, fazer negócios, acrescentar valor, essa função de empresário que é vital não era culturalmente estimulada. Não é por acaso que as sociedades mais desenvolvidas são aquelas onde a capacidade empresarial é mais dinâmica...

VE — ... e as taxas de juro são mais baixas...

EC — Não tem nada a ver com as taxas de juro. A taxa de juro é apenas mais um dos elementos que caracterizam um ambiente favorável à competitividade. Mais importante é a capacidade empresarial acumulada num país. É um factor crítico de sucesso e nós não podemos esquecer que essa capacidade empresarial acumulada no nosso país sofreu rupturas no processo de desenvolvimento histórico.

Houve no antigo regime, onde essa capacidade nunca teve um verdadeiro ambiente (sobretudo a partir de um determinado momento) de se expandir ou de se desenvolver, atendendo a muitas restrições. O Estado corporativo, o condicionamento industrial não deixou libertar totalmente todas as suas potencialidades. Depois tivemos uma fase em que o objectivo foi destruir a capacidade empresarial privada com as nacionalizações, etc. Houve resistentes e temos vindo a assistir, sobretudo nos últimos anos, a um processo de renascimento e de desenvolvimento da classe empresarial, mas isto requer tempo.

VE — Em relação a esse aspecto, Michael Porter considera no seu relatório sobre Portugal que o Estado não deve subsidiar mas sim incentivar. Porém, o que nós estamos habituados aqui em Portugal é a ver o Estado a subsidiar muito mais do que incentivar, e curiosamente existem muitos meios financeiros até por causa dos fundos comunitários, que são atribuídos por vezes de uma maneira discriminatória, enalhados na própria burocracia que geram. Não seria mais útil e mais fácil transformá-los em incentivos horizontais que fossem acessíveis a todos? Por que não reduzir o IRC ou compensar o imposto do selo sobre o crédito?

EC — No quadro actual dos apoios às empresas hoje existem incentivos financeiros e incentivos fiscais. Os incentivos financeiros estão distribuídos por um conjunto de programas operacionais de apoio aos vários sectores de economia, na agricultura, pescas, indústria, comércio...

VE — ... e a maior parte estão atrasados porque há muita burocracia...

EC — Em relação a estes programas, houve um período de transição entre o I Quadro Comunitário de Apoio e o II. Apesar de Portugal ter sido dos primeiros países a apresentar os programas operacionais em Bruxelas, houve que negociá-los, houve que fazer sair todo um conjunto de diplomas e regulamentos e portanto houve aqui em 1994 uns atrasos na implementação desses programas. Mas tem havido nos últimos meses uma boa aderência no âmbito do PEDIP II, já existem mais de 1500 projectos com total de investimento entre os 750 e os 800 milhões de contos.

O PEDIP II aparece concebido numa lógica horizontal e não numa lógica de subsídio, aproveitando da experiência havida com o PEDIP I que teve alguns efeitos estruturantes no tecido industrial. Enquanto no PEDIP I se privilegiava o investimento, no PEDIP II privilegia-se todo um conjunto de acções tendo em vista a melhoria da competitividade que pode implicar ou não investimento.

Privilegia-se até o apoio a programas de melhoria de competitividade em todos os domínios, desde o *marketing* aos canais de distribuição, às marcas, à racionalização fabril...

VE — ... e considera isso melhor que dar benefícios fiscais, por exemplo?

EC — Há em simultâneo um sistema de incentivos fiscais, por exemplo um crédito fiscal ao investimento, em 1995, que pode ir até 15% da colecta e que nas micro e pequenas empresas pode atingir o dobro. Portanto há um conjunto de incentivos financeiros e um conjunto de incentivos fiscais. Agora o que é fundamental é que os apoios sejam bem aplicados e isto depende muito das estratégias empresariais da qualidade dos programas que são definidos pelas próprias empresas. O Estado não tem vocação para gerir empresas. Estes programas têm maior ou menor sucesso em função da capacidade de gestão empresarial e têm que ser vistos como apoios supletivos, apoios transitórios para ajudar as empresas e definir e implementar estratégias competitivas em todos os domínios. Eu penso que estes programas vão ter um impacte favorável.

VE — Se lhe pedissem três ou quatro ideias de bons negócios para candidatos a empresários, o que é que diria?

E — Eu diria que, se as tivesse, preferiria aplicá-las. As ideias para fazer negócios surgem no terreno. Os governos não têm essa capacidade. . . Hoje exigem-se raciocínios comerciais tão complexos, um conhecimento tão detalhado dos segmentos de mercado que são os homens que estão no terreno que estão em condições de detectar essas oportunidades. Essa é uma das razões por que falharam todas as experiências de planificação central. Os Estados não conseguem detectar as oportunidades de acrescentar valor nos mercados; quando estes são tão complexos, exigem raciocínios em várias dimensões e um conhecimento profundo dos nichos existentes.

No entanto, Michael Porter também disse que, sem prejuízo do desenvolvimento de novas actividades, normalmente os países são competitivos num número muito reduzido de actividades. Quando olhamos para a Dinamarca, para a Holanda ou para a Alemanha, verifica-se que as suas vantagens competitivas estão num conjunto bastante limitado de sectores onde, em consequência de factores naturais, de factores organizacionais ou de factores competitivos históricos, conseguiram ganhar vantagem competitiva no comércio mundial.

Ora, nós, ao contrário das discussões de muitos economistas de há 20 anos, atrás, devemos apostar nos sectores tradicionais. Se analisar a literatura económica de há 20 anos atrás, verifica que muitos economistas falavam com um certo desprimor dos sectores tradicionais da economia portuguesa. O fundamental para eles era encontrar novos eixos de desenvolvimento no domínio das indústrias novas, na robótica, electrónica, informática, da biotecnologia, etc., etc.

Havia um certo desprimor em relação às chamadas indústrias tradicionais. Penso que hoje o ambiente já mudou. Sem prejuízo de, através da inovação, se introduzirem actividades novas na estrutura económica, que constitui uma necessidade estratégica. Numa perspectiva de médio e longo prazo, é fundamental fazer o *up grading* das actividades tradicionais, isto é, daquelas actividades onde temos aptidões acumuladas historicamente. . .

VE — . . . Como por exemplo. . .

EC — Como por exemplo as actividades tradicionais no domínio do têxtil, do calçado, da cortiça, da madeira. Nesses sectores

tradicionais é fundamental que as empresas consigam implementar estratégias de diferenciação de produtos, de serviços, acrescentar valor na cadeia de valor. Por exemplo, hoje o nosso sector têxtil tem uma estrutura diferente de há uma dúzia de anos atrás. Se tirar uma radiografia do passado, vê que havia mais recursos investidos em actividades a montante na fição, na tecelagem. Hoje, ainda não tanto como seria desejável, já vai havendo uma maior parcela de recursos em termos relativos investida nos sectores mais a jusante, nos canais de distribuição, no *design*, em actividades próximas do cliente. Estamos a passar por transformação qualitativa da maior importância, porque fazer confecção de qualidade é completamente diferente de estar a fazer *t-shirts* a baixo preço.

Estar na indústria do calçado, no segmento de gama alta, é completamente diferente de estar na indústria do calçado de baixo valor, como acontecia há anos atrás ou como ainda hoje acontece na indústria de calçado de alguns países que produzem produtos pouco sofisticados, a que acrescentam pouco valor. Por exemplo, hoje nós temos, na indústria do calçado, das fábricas mais modernas do mundo. Mas, independentemente disso, é necessário aproveitar oportunidades para introduzir actividades novas e desenvolver algumas vantagens competitivas que o País tem. Por exemplo, a nossa indústria de pasta de papel tem características diferentes da indústria de pasta de papel que tínhamos há uma dúzia de anos atrás, quando só estávamos na pasta e não no papel.

Hoje temos já mais recursos investidos no papel em actividades mais a jusante, mais próximas do consumidor final. Há aqui uma alteração estratégica fundamental numa indústria que se pode dizer que é tradicional mas que hoje tem um posicionamento estratégico e acrescenta mais valor na cadeia da floresta.

O projecto Renault, por exemplo, passa pelas vicissitudes que hoje conhecemos, mas teve um efeito reestruturante nos últimos quinze anos na economia portuguesa. Foi a base do desenvolvimento da indústria automóvel, do sector electromecânico, da indústria de componentes para automóveis. Hoje existe uma indústria de componentes de automóvel no País que nasceu para ser fornecedora da Renault e que vende no mercado internacional.

VE — E que devem estar seriamente preocupados com o que se passa hoje na Renault...

EC — Claro que estão preocupados... mas estou a falar do aproveitamento de uma oportunidade que fez nascer no País uma nova indústria do sector. Nós hoje gastamos 0,5% do PIB na investigação e desenvolvimento. A nossa incapacidade tem sido sobretudo na chamada investigação aplicada: ligar a investigação tecnológica às necessidades do mercado, às necessidades empresariais e a necessidade permanente de desenvolvimento dos recursos humanos, da massa cinzenta, do capital humano, que é um trabalho de médio e longo prazo de forma a que nós consigamos incorporar mais massa cinzenta nos nossos produtos e serviços actuais e introduzir na nossa estrutura económica novos produtos e novos serviços numa perspectiva de médio e longo prazo, e este é o desafio que ultrapassa o Governo. Ao Governo compete-lhe criar o tal enquadramento macroeconómico, orientar as políticas públicas no bom sentido para tornar Portugal mais competitivo. Esse trabalho tem que ser reforçado porque os concorrentes na atracção das empresas e dos capitais não param, estão todos os dias também a tentar fazer progressos e surgem novos concorrentes, como, por exemplo, os países de Leste. Um dos problemas da Renault em Portugal deriva do facto de terem feito fábrica na Eslovénia numa fase de retracção do mercado. O desafio desta geração e das próximas é tornar Portugal num país cada vez mais competitivo.

VE — No capítulo das privatizações, considera que os objectivos estão a ser cumpridos?

EC — Em 1994 alcançámos os objectivos fundamentais. Nós tínhamos estabelecido o calendário das privatizações para uma dezena de empresas em que definiríamos que importava reforçar a capacidade empresarial nacional, isto é, que a maior parte dessas empresas ficassem em mãos nacionais, e esse objectivo foi alcançado. Resolvemos, no âmbito das privatizações, alguns casos que se vinham arrastando, nomeadamente o caso do Banco Pinto e Sotto Mayor (BPSM) e a CIMPOR, e ligámos as privatizações ao mercado de capitais, no caso da SECIL.

No âmbito das privatizações os objectivos fundamentais foram alcançados em 1994 e para 1995 definimos objectivos até Julho, e devo dizer que estamos a desenvolver todas as acções para alcançarmos esses objectivos. Já fizemos a 2.^a fase de reprivatiza-

ção do BPSM, chegámos à parte final da venda das Rodoviárias, um processo complexo em que acaba de ser vendida última Rodoviária, a Rodoviária de Lisboa, a Portucel Industrial — 1.ª fase, a Portugal Telecom — 1.ª fase, a 2.ª fase da SECIL, CNP a DRAGAPOR, o sector castanho da PORTUCEL, a totalidade da QUILMIGAL, a SETENAVE, a SNAB, o resto da SOCARMAR.

Os objectivos foram alcançados em 1994 e em 1995 estamos a tentar que o sejam. Esta é outra medida da eficiência do Ministro das Finanças. Como é medida da eficiência as soluções para os casos que se vinham arrastando há anos, como o Totta, o BPA e a Aliança Seguradora.

VE — Por que é que mandou parar a privatização do BFE?

EC — O Dr. Miguel Cadilhe sabia que nós encomendámos à McKinsey um estudo sobre a redefinição do grupo Estado no sistema financeiro, informámos os presidentes dos bancos de que esse estudo está a decorrer. O Dr. Miguel Cadilhe tinha pedido ao Secretário de Estado das Finanças para iniciar contactos com vista à selecção de um intermediário financeiro, com vista à selecção de *partners* estratégicos financeiros. Aconselha a prudência não estarmos a dar novos passos sem uma reflexão sobre os objectivos futuros. Isto não significa que esta pausa de algum tempo signifique que essa acção não venha a concretizar-se. Pareceu-me que devia haver aqui uma pausa. Aliás, para o BFE a 2.ª fase nunca esteve para 1995. Esteve, sim, a 1.ª fase em 1994, e foi isso que foi feito com bastante sucesso.

VE — A sua acção contribuiu para que o Governo volte a ganhar as eleições?

EC — O Ministro das Finanças segue a política do Governo, a política económica que é orientada pelo Primeiro-Ministro. Não há uma política do Ministro das Finanças. Há uma política económica e financeira do Governo. O que eu posso dizer é que essa política económica e financeira do Governo não foi eleitoralista. Porque também, se tivesse sido eleitoralista, agora também me estavam a acusar do contrário.

Se o Ministro das Finanças não se preocupasse com o médio e longo prazo, com a estabilidade macroeconómica, as facilidades que eventualmente desse no curto prazo iriam custar-nos caro no médio prazo. Seria criticado por outra vertente. Penso que os partidos da Oposição não conseguiram demonstrar que a política subjacente ao Orçamento, quer a política de despesa pública, quer a política fiscal, tivesse características eleitoralistas. Tem características, isso sim, de rigor. Inicialmente começaram com essa tecla aquando da apresentação do Orçamento, mas todos os raciocínios foram desmontados.

Essa crítica de eleitoralismo na política da despesa pública ou na política fiscal desapareceu. Ficou a imagem da política de rigor. Eu também tenho dito, e é verdade, que é muito mais fácil para a imagem do Ministro das Finanças sê-lo na fase alta do ciclo económico, com a economia, a partir de 1996, como esperamos, a caminho dos 4% de crescimento. A OCDE prevê um valor ainda mais alto...

É mais agradável ser Ministro das Finanças na fase alta do que na fase de recessão ou no início ainda modesto de recuperação da economia. Numa fase de crescimento económico dinâmico existe todo um ambiente geral mais optimista, mais virado para o consumo e para o investimento que facilita a obtenção de lucros, portanto o nível de autofinanciamento das empresas é mais elevado.

Os empresários tendem então a considerar que nessas alturas é que têm um bom Ministro das Finanças, quando às vezes o Ministro pouca influência teve nessas variáveis. Ele aparece como o principal responsável pelo que de bom ou de mau acontece na economia portuguesa quando ele na realidade controla apenas algumas variáveis e nomeadamente controla a política orçamental. As pessoas tendem a dar ao Ministro das Finanças um poder superior ao que na realidade ele tem.

VE — A evolução das exportações não começa a ser menos favorável?

EC — As exportações cresceram em Janeiro 15,2%. Continuam a crescer em termos nominais. É um óptimo crescimento... Na UE sobem 14% e nos países terceiros 20,5%.

VE — Mas não está comprometida a retoma?

EC — Muitas vezes as pessoas não percebem o processo de recuperação da economia. Tecnicamente, após um período de recessão, uma economia entra numa fase de recuperação, dizem os economistas, quando tem três trimestres consecutivos de um nível de actividade positivo. Isto foi o que aconteceu à economia portuguesa que teve ainda um 1.º trimestre negativo, queda do produto no 1.º trimestre de 1994. O 2.º trimestre de 1994 passou a ter um crescimento já positivo. O 1.º semestre ficou à volta de zero. Negativo no 1.º trimestre, positivo no 2.º E no 2.º semestre em termos de taxa anualizada a economia passou a crescer à volta de 2% ao ano. Hoje todas as análises, quer do Instituto Nacional de Estatística (INE), quer da OCDE, quer da Comissão da UE, apontam para que em média a economia portuguesa tenha tido um crescimento à volta de 1% em 1994. Isto é, 0% no 1.º semestre, 2% em termos de taxa anualizada no 2.º Esta evolução está perfeitamente em linha com aquilo que nós dissemos no nosso discurso da Associação Industrial Portuguesa e na Associação Industrial Portuense, dissemos que o processo de recuperação da economia a que chamámos de retoma ia ser lento, difícil, mais visível no 2.º semestre e muito naturalmente se iria intensificar em 1995.

VE — E no investimento?

EC — No investimento já se sente a retoma. Se analisar as conclusões da análise de conjuntura do INE, quer através da evolução da produção de bens de equipamento, da importação de máquinas, dos indicadores da construção, conclui que o investimento já está a crescer, e a crescer razoavelmente. Em relação à reanimação do investimento, os analistas são todos coincidentes. Desde o Banco de Portugal ao INE os dados provam que o investimento em máquinas e equipamento, a produção de bens de investimento está a aumentar. O investimento foi perturbado, isso sim, pelos atrasos na implementação do II Quadro Comunitário de Apoio. Muitos empresários estavam à espera de que os programas de apoio estivessem definidos para apresentar os seus projectos, e houve algum desfasamento temporal que teve um efeito negativo.

Onde a retoma ainda não chegou foi ao consumo. Nós sempre dissemos que, numa pequena economia aberta ao exterior como

a portuguesa, um processo de retoma saudável seria numa primeira fase liderado pelas exportações, a seguir o investimento e depois o consumo. É isso que está a acontecer. O consumo ainda apresenta sinais muito fracos, ainda está deprimido, e isto tem a ver com várias variáveis. Tem a ver com a evolução dos salários reais. Como sabe, em 1994 houve perda de salários reais sobretudo na função pública. No sector privado as tabelas aumentaram à volta de 5%. A inflação média foi 5,2%. Portanto não houve crescimento. Em 1995 já vai haver um crescimento dos salários reais. A função pública teve 1% + 4%, que dá 5%, e nós vamos ficar com uma inflação média à volta dos 4%, o que significa que já vai haver algum crescimento dos salários reais. Por outro lado, o agravamento da taxa de desemprego também tem um efeito negativo no consumo. Tem havido criação de emprego na economia portuguesa. Entre o final do 1.º trimestre de 1994 e o final do ano houve criação de 43 000 empregos em termos líquidos, simplesmente a população activa subiu mais de 60 000.

A taxa de desemprego ainda continuou a subir mas a sensação de que o desemprego continua a subir tem um efeito directo no rendimento disponível e um efeito indirecto na psicologia das pessoas. E depois há aqui outras variáveis: a natureza ligada a um ano das eleições, que acaba por ter alguns reflexos também na confiança. As pessoas passaram por um período de três ou quatro meses de incerteza. Há dissolução ou não?

É difícil responder de uma forma directa mas prova-se que em períodos de incerteza política é típico que os agentes económicos tendem a adiar as decisões. Mas isto é susceptível de ser quantificado. Por outro lado, no consumo das famílias tem havido um fenómeno de substituição de bens não duradouros por aquisição de casa própria. Em 1994, o crédito à habitação aumentou 50% e continua a aumentar. Em 1994 venderam-se mais 24 000 casas do que em 1993 e mais 40 000 do que em 1990. Há aqui um fenómeno que alguns associam à substituição de algum consumo de bens duradouros por investimento em habitação, e que é estruturalmente favorável. Portanto há aqui um conjunto de factores que faz com que o consumo ainda esteja fraco; é evidente que, quando o consumo chegasse ao bolso das pessoas, as pessoas viam já e diziam: afinal aquele Ministro das Finanças já nos dá para consumir mais. Mas é um processo difícil, lento e progressivo.

Mas o consumo é sempre difícil de prever. De facto, tem a ver com os factores psicológicos, de confiança, mas o que nós dizemos é que progressivamente esperamos essa recuperação. Nós olhamos para as economias europeias e a economia portuguesa chegou ao final da recessão seis a nove meses depois de os outros terem batido no fundo. Iniciámos o nosso processo de recuperação seis a nove meses depois também e por isso estamos atrasados o mesmo número de meses em relação à média e só há três economias europeias onde nitidamente o consumo já está a despertar: a Inglaterra, a Dinamarca . . . , começam agora os primeiros sinais na Alemanha. Mas na generalidade dos países europeus que já estão mais avançados no processo de recuperação das respectivas economias, o consumo ainda está a crescer a taxas inferiores a 1%. Passando agora da economia para a política, costumam dizer que é pena as eleições não serem na Primavera de 1996 em vez de serem no Outono de 1995. Era mais seguro que as pessoas já sentissem os frutos do processo de recuperação da economia que já chegou ao bolso do cidadão. Foi o que aconteceu nos Estados Unidos entre o George Bush e o Bill Clinton. Existe sempre este risco político num início de um novo ciclo económico e quando o ciclo económico não se casa com o ciclo eleitoral. . .

VE — Em relação ao relacionamento entre as empresas e o sistema financeiro, visando a redução das taxas de juro, o Ministério das Finanças estabeleceu dois pressupostos: haver mais transparência por parte dos bancos e haver mais transparência por parte das empresas em relação aos bancos. No entanto, nós temos observado que o Governo tem tomado uma série de medidas através da legislação que impõe regras mais estritas para os bancos e seguradoras. Podemos depreender que quem não respeitava as regras do mercado eram mais as instituições financeiras do que as empresas e os consumidores?

EC — Eu tenho dito que as taxas de juro dependem de várias variáveis: em primeiro lugar da estabilidade macroeconómica (da estabilidade cambial, da taxa de inflação) e da credibilidade das políticas numa perspectiva de médio e longo prazo, sobretudo quando estamos numa situação de liberdade de circulação de capitais. Os mercados olham para as economias em função de de-

terminados prémios de risco em termos relativos face a outras e esse prémio de risco tem a ver com a maior ou menor credibilidade das políticas de estabilidade macroeconómica numa perspectiva de médio e longo prazo.

Nós podemos estar agora a ter uma taxa de inflação óptima, inferior à da Espanha ou de Itália. Até podíamos já estar próximos da Alemanha. Mas isto requer tempo. É preciso dar tempo ao tempo para que os mercados olhem para esses sucessos nessas áreas de uma forma permanente. Portanto há um prémio de risco associado. É necessário fazer a demonstração contínua aos mercados de que as nossas políticas são credíveis.

Portanto há aqui a estabilidade macroeconómica e a credibilidade das políticas junto dos mercados. Depois há outra variável, que é a eficiência do sistema bancário, e ainda outra variável, que é o desaparecimento gradual de determinados custos que incidem sobre os encargos financeiros, por exemplo o imposto do selo. E os empresários aí bateram todos palmas à sua eliminação progressiva que já começou a produzir efeitos este ano . . . As reservas de caixa junto do Banco de Portugal, que eram de 17 %, passaram a 2 %. Implica ali um custo de imobilização, um custo implícito, mas essa liquidez acrescida só pode ser libertada progressivamente à semelhança do que aconteceu na Espanha e noutros países quando fizeram o mesmo. A taxa de juro depende também do desenvolvimento do mercado de capitais, criando concorrência entre os vários segmentos do mercado do dinheiro, permitindo às empresas ter acesso a outras fontes de financiamento que não apenas o crédito bancário. Outra variável determinante é a eficácia do sistema bancário: é fundamental que os bancos tenham um nível de eficiência competitivo, até para poderem acomodar uma redução das suas margens de intermediação, que aliás têm vindo a cair. Se analisar a margem de intermediação média dos bancos com aquela que era há três anos atrás, hoje a margem de intermediação média é já inferior a 3 pontos. Ora para acomodarem essa redução de margens de intermediação sem prejuízo da sua solvabilidade, os bancos têm de ajustar os custos. Isso é um processo gradual. E os níveis de produtividade na banca têm vindo a aumentar, qualquer que seja o indicador, o total dos activos pelo número de balcões por empregado. Se fizer essa análise, chega à conclusão de que o nível de eficiência e produtividade do sistema bancário tem vindo a aumentar, e é fundamental que continue a aumentar.

A intensificação da concorrência é outra variável-chave, ligada com a eficiência do sistema bancário. Ora a concorrência pressupõe transparência de informação dos bancos aos clientes, que os informem claramente sobre as taxas, sobre os custos colaterais, sobre as comissões, etc., etc., e também que as empresas facultem aos bancos informação adequada para uma devida análise do risco. Ora em todos os mercados maduros a política de preços dos bancos está ligada à análise do risco, e no nosso caso isso está a acontecer cada vez mais. Há empresas hoje que têm taxas bastante competitivas mesmo a nível europeu e há outras que estão a pagar taxas reais bastante elevadas. Ora isso deriva de várias variáveis e há empresas a pagar as *prime rates* e a pagar até menos que têm acesso ao papel comercial. O papel comercial, se virem, tem andado nos 10% a 11%, que são taxas perfeitamente competitivas em termos reais com aquilo que se passa no mercado internacional. Mas há outros sectores de mercado onde as taxas já são bastante competitivas. É o caso do crédito à habitação. Caiu 5 pontos. Hoje as taxas de crédito à habitação são extraordinariamente competitivas, e devido a quê? É que este segmento é um onde os bancos apostaram e portanto a concorrência é forte. Isso é uma das razões que explica o tal crescimento exponencial do crédito à habitação, que historicamente era apenas trabalhado pela Caixa Geral de Depósitos, pelo CPP e pelo Montepio e que em 1993-1994 passou a ser trabalhado por todos os bancos em concorrência. No segmento das PME é possível distinguir vários segmentos.

VE — Mas as PME continuam a suportar taxas de juro elevadas...

EC — Algumas que já conseguem ter capacidade negocial têm taxas relativamente razoáveis, mas há outras que não conseguem ter capacidade negocial junto da banca e estão a pagar ainda taxas bastante elevadas. Aqui há um processo que é consequência de duas variáveis: por um lado, muitas vezes essas empresas não têm capacidade negocial junto da banca, mas, por outro, também não fornecem a informação económica e financeira adequada para permitir à banca fazer uma devida análise do risco. Há um segmento de empresas que está ainda a pagar caro o crédito e é um

problema que não se pode resolver por decreto. Talvez muitos empresários pensassem que o Ministro das Finanças resolvesse esse problema por despacho. Não. Tem de ser resolvido pelo mercado.

Há um nível concorrencial diferenciado: um segmento das grandes empresas, outro do crédito à habitação, crédito sindicado. Aqui nós, hoje, em relação a taxas de juro longas, temos-las já iguais à Espanha e melhores do que a Itália, mas as nossas taxas de juro de curto prazo no mercado monetário ainda não estão adequadas, o que nos tem obrigado a fazer reflexões sobre isto, até porque o nosso mercado monetário é pouco representativo. O número de operações que se fazem a três e seis meses no mercado bancário é bastante reduzido e basta uma pequena alteração para fazer com que as taxas oscilem, e temos assim um mercado monetário pouco desenvolvido, pouco profundo, com pouca liquidez, que faz muitas vezes com que essas taxas no mercado monetário, mais que em qualquer outro mercado, sejam taxas de referência fundamentais para a formação do mercado de crédito; no nosso mercado monetário é relativamente ineficiente ainda. Também é um pouco jovem. Portanto é preciso dar tempo ao tempo, e penso que as relações fundamentais estão no bom sentido, assim como o desenvolvimento do mercado de capitais, outra área onde a acção do Ministério das Finanças tem alguma influência. Em 1994 o total das transacções no mercado de acções aumentou cerca de 25 % e as obrigações cerca de 80 %. Isso porque se tomaram medidas muito importante com vista ao desenvolvimento do segmento do mercado da dívida pública em linha com os mercados mais desenvolvidos. O crescimento dos fundos de investimento mobiliário de 1994 foi bastante significativo. O total de capitalização já hoje atinge cerca de 13 % do PIB, à volta de 2000 milhões de contos, e cresceu significativamente em 1994. Como também os fundos de pensões. Os fundos de pensões já atingem hoje quase os 1000 milhões de contos. Tiveram um crescimento bastante significativo nos últimos três anos com especial incidência no último ano. É necessário continuar a dar passos no sentido de que tenhamos um mercado de capitais à dimensão da economia portuguesa. Ainda hoje estive com a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais e lancei-lhes um repto, que aceitaram, o de dinamizarem, conjuntamente com as associações de Bolsa e com o Governo, um novo estudo da análise estrutural do mercado de capitais com vista ao seu desenvolvimento numa perspectiva de médio prazo.

VE — E em termos de comunicação social, sente-se compreendido?

EC — A comunicação social tem um produto para vender que é o seu jornal e procura portanto, dentro de determinados critérios (e tem com certeza critérios éticos mas também os tem de eficiência), procura fazer o produto capaz de alcançar o objectivo. A comunicação social está cheia de bons profissionais e também tem alguns que não são tão bons. Mas isso acontece em todos os sectores. Muitas vezes sinto que as análises não estão correctas porque os pressupostos de partida não são os mais perfeitos e às vezes nem sempre têm a totalidade de informação, mas, fazendo o balanço destes 14 ou 15 meses, o Ministério das Finanças tem sido relativamente poupado pela comunicação social e às vezes vêm a dar-nos razão mais tarde. Não perceberam por que dissemos não à OPA parcial hostil do Verão do BCP sobre o BPA e depois perceberam melhor por que dissemos sim a uma OPA geral no Inverno. Penso que houve alguma evolução. Até porque o problema tinha-se considerado tão emotivo que não se compreenderam bem quais os critérios que o Ministro das Finanças tinha de avaliar numa determinada operação. Penso que hoje já está mais claro que existem sete ou oito critérios, que a avaliação da decisão deriva de uma avaliação global, de uma ponderação global, que nalguns casos a avaliação do critério individual de A, B ou C pode ser negativa, mas o que interessa é saber se a avaliação pende para o lado do sim ou do não, e penso que hoje as pessoas perceberam a lógica da decisão do Verão, comparativamente com a lógica da decisão da OPA geral.

Claro que há sempre aqueles que não querem ver... Um colunista conhecido, meu colega de curso, encontrou uma justificação que era a de que eu tinha dito que não porque cedera ao *lobby* do PSD do Norte; toda a sua análise derivava desse pressuposto. Como eu agora disse que sim, e rapidamente, ele construiu outra teoria: é que eu decidi rapidamente para não estar sujeito a esse *lobby*. Contradições deste tipo é que às vezes costumam. No mês de Janeiro, em relação ao caso Totta toda a gente me batia palmas, o Ministro obrigou os espanhóis a vender, fui quase a padeira de Aljubarrota e os espanhóis compararam-me no *El País* ao conde de Castelo Melhor. Depois surgiu o caso da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), e a maior parte destes ana-

listas entraram em contradição com aquilo que anteriormente tinham defendido. Se eu fosse dar acolhimento à tese jurídica da CMVM em prejuízo da tese jurídica da Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações, qual era o efeito prático? Era a inativização da transacção, aquilo que eles tinham aplaudido. Há contradições deste tipo que às vezes chocam um pouco mas que fazem parte dos ossos do ofício... quando às vezes aparece assim um editorial como quando foi penhorado o Estádio das Antas partindo do pressuposto de que foi o Ministro que mandou fazer a penhora. O Ministro só soube, e bem, após ela ter acontecido. É um acto de Repartição de Finanças, às vezes parte-se de determinados pressupostos, às vezes até com boas intenções, mas parte-se de pressupostos que não são os correctos e faz-se um conjunto de análises distorcidas.

3.6 — Entrevista ao *Diário de Notícias*, 7 de Agosto de 1995 (conduzida por Pedro Camacho e Helena Garrido).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS — Ser Ministro das Finanças foi mais fácil do que esperava?

EDUARDO CATROGA — Já tinha consciência de que era uma função difícil, mas estimulante. Acabou por ser mais gratificante.

DN — Quais foram as maiores dificuldades que encontrou?

EC — Na prossecução dos objectivos fundamentais que me propus alcançar, expressos no discurso da AIP, não senti grandes dificuldades. Nem na componente técnica nem política. Tinha algum receio em relação à minha capacidade de adaptação aos debates parlamentares, mas desapareceu após a estreia na interpelação ao Governo sobre política económica. Ajudou-me a minha anterior experiência como professor universitário.

DN — Do que fez, do que se orgulha mais?

EC — Orgulho-me de ter acelerado as privatizações e resolvido os «casos Totta, BPA» e, em conjunto com o Ministério da Indústria, o «caso PETROGAL». Tenho orgulho também na redução do défice do Estado em 2 pontos percentuais do PIB e de uma nova vaga de modernização da Administração Fiscal. Orgulho-me, ainda, de, através da redução do défice público e da inflação,

ter criado condições de flexibilização da política monetária, o que permitiu reduzir o diferencial de taxas de juro face à média comunitária.

DN — E as medidas que mais detestou tomar?

EC — Tem sido uma função tão estimulante. . . Mas lamento, por exemplo, não ter chegado a acordo na concertação social, já que fazer um acordo de médio prazo seria uma experiência inovadora. A interferência política inviabilizou o acordo, designadamente acusações feitas, num semanário, de que o líder do PS considerou que o acordo era mau. Foi a minha maior frustração. Mas penso que, no início de uma nova legislatura, se vai recuperar esse trabalho.

DN — O afastamento do governador do Banco de Portugal, Miguel Beleza, não lhe custou?

EC — A situação do Banco de Portugal estava a deteriorar-se há meses, na sequência de decisões no Conselho de Administração. Alguns membros tinham colocado os lugares à disposição e o Governo decidiu tomar a decisão de os demitir. Foi difícil, mas necessário, para defesa da estabilidade do Banco Central. Em relação a todas as pessoas tínhamos uma óptima relação pessoal e institucional.

DN — E a demissão de Costa Lima?

EC — A demissão do Dr. Costa Lima era um facto esperado. Antes de o potencial adquirente [António Champalimaud] ter apresentado qualquer requerimento à Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e sem analisar o *dossier* com o Ministro, o Dr. Costa Lima tomou uma posição pública, prematura e precipitada. E, a partir do momento em que o Governo optou pela interpretação de juristas e da Comissão de Acompanhamento das Privatizações, a demissão era um acto esperado.

DN — O seu primeiro discurso na AIP, que tanto gosta de citar, criou enormes expectativas. Mas neste momento boa parte dos empresários tece duras críticas ao ministro. É o caso de Belmiro de Azevedo e Ferraz da Costa. Como justifica essas críticas?

EC — Em relação à concretização dos objectivos, qualquer analista independente terá de dar uma nota alta ao Ministro das Finanças. Penso que existem apenas alguns que não gostam do Ministro das Finanças. É sempre difícil contentar tudo e todos. E considero que as críticas mais directas, que li ou ouvi, são elogios. São, em alguns casos, críticas motivadas por interesses pessoais. Mas o Ministro procurou tomar as decisões que mais defendem os interesses dos contribuintes portugueses e do Estado.

DN — A retoma não está a ser demasiado lenta e difícil?

EC — No discurso na AIP, disse que a retoma ia ser lenta e difícil e que se tornaria mais visível no 2.º semestre de 1994, com um nítido reforço em 1995 e 1996. Todos os dados disponíveis apontam para a confirmação do discurso do Ministro das Finanças. Aliás, são os próprios economistas da Oposição, a começar pelo PS, que têm uma estimativa de crescimento do PIB de 2,6% este ano e 3,5% em 1996.

DN — Mas a Oposição avança esses números afirmando que é o Governo que os defende. Acaba por ser uma conversa em círculo...

EC — O Banco de Portugal acaba de apresentar uma estimativa para 1995 num intervalo entre 2,25% e 3,25%.

DN — Mas o Banco de Portugal reviu em baixa a previsão de crescimento, tal como o Banco Cisf...

EC — Sempre disse que a retoma ia ser lenta, difícil e progressiva. Nunca criei falsas expectativas. Não considero que esteja a ser mais lenta e difícil do que se esperava. Mais ou menos 0,25%

não é determinante. O importante é que a retoma seja saudável, começando pelas exportações, estendendo-se ao investimento e a seguir ao consumo privado.

DN — E como é que consegue convencer as pessoas que estamos em retoma?

EC — Os lucros das empresas aumentaram. Os resultados das que estão cotadas em Bolsa subiram cerca de 30% e das PME-Prestígio mais de 20%. O autofinanciamento bruto das empresas aumentou, o que é muito importante para a competitividade e a defesa do emprego. E a recuperação está a ser acompanhada pela redução da taxa de inflação para níveis históricos, o que aumenta o poder de compra das famílias e das pensões. Por outro lado, está a aumentar o crédito à habitação a taxas superiores a 30%. E travámos o crescimento do desemprego.

DN — Mas o consumo das famílias ainda está deprimido.

EC — Os indicadores já evidenciam expectativas mais favoráveis. E existe um fenómeno de substituição do consumo de bens duradouros por aquisição de casa própria.

DN — Não é possível argumentar com substituição de consumo quando o rendimento disponível das famílias diminuiu durante dois anos consecutivos...

EC — Em 1994 houve uma redução do poder de compra dos salários, porque era necessário ajustar os salários para defender o emprego. Mas em 1995 as tabelas salariais estão a crescer a 5% e, com inflação homóloga em 3,8%, os salários reais estão a aumentar.

O atraso na recuperação do consumo também se verificou noutros países, com um desfasamento de um ano face ao início da recuperação da economia.

Mas a recuperação do consumo deverá estar consolidada no final do ano. Além disso, é natural que exista retracção por causa das eleições. É um fenómeno típico de qualquer ano eleitoral. Mas

estou convencido de que, se o PSD ganhar as eleições com maioria absoluta, se criará um clima de confiança, e o consumo vai recuperar efectivamente.

DN — Tem então uma visão muito cinzenta para o futuro do consumo, já que é pouco provável que exista uma maioria absoluta.

EC — Não sei. O povo português tem demonstrado saber o que quer. A maioria absoluta é importante para a governabilidade do País.

DN — Em 1991 também houve eleições e o consumo não se retraiu...

EC — Estávamos no início de um processo de abrandamento das economias internacionais. E, nesse caso, acontece exactamente o inverso, isto é, o consumo é o último a abrandar.

DN — O atraso na retoma do consumo nos outros países é justificado pelo elevado endividamento das famílias. O que, aparentemente, não se verifica em Portugal.

EC — Tudo depende das opções das famílias. Vejo, com agrado, que os Portugueses estão a aplicar as suas poupanças na aquisição de casa própria.

DN — O endividamento das famílias é preocupante?

EC — É um sinal de desenvolvimento económico, pois há uma relação positiva entre o nível de desenvolvimento de um país e o grau de endividamento das famílias. Não me parece que seja preocupante.

DN — Mas a retoma pode estar ameaçada pelo abrandamento das exportações...

EC — A procura externa abrandou no 2.º trimestre. Existem algumas nuvens na conjuntura internacional, mas as exportações estão a crescer.

DN — E a desaceleração da economia internacional, num momento em que a recuperação portuguesa ainda não se consolidou, não é uma ameaça?

EC — A economia dos EUA dá alguns sinais de preocupação, mas há analistas que consideram que vai existir um novo surto de crescimento no final do ano. Para o Japão também existem análises no mesmo sentido. Portugal não pode é seguir, como no passado, políticas de crescimento em contraciclo.

DN — O PSD reclama hoje, para si, a autoria de todas as grandes reformas económicas. Esqueceu as medidas estruturantes adoptadas antes de 1986, nalgumas das quais foi co-responsável?

EC — Antes de 1986, a grande reforma foi política. O período de 1974 a 1985 foi perdido em termos de desenvolvimento económico.

DN — Um período homogéneo? Nem PS, nem AD, nem Bloco Central fizeram mudar algo? Não existem diferenças, em matéria económica, entre 1974-1975 e o pós-PREC?

EC — Chegámos a 1985 com o mesmo PIB *per capita*, ajustado pelas paridades de poder de compra, de 1973. Mas foi um período ganho em termos de reformas políticas: consolidámos a nossa democracia, fizemos a descolonização... Mas a história vai demonstrar que o desenvolvimento económico e social recomeçou em 1985...

DN — Graças também ao trabalho anterior e a uma conjuntura ímpar.

EC — Graças, em primeiro lugar, à estabilidade política. Nessa altura, também se verificou o período alto do ciclo económico internacional e a queda dos preços do petróleo e do dólar. Mas foram factores externos que o Governo soube aproveitar.

DN — Não se está a esquecer, só para dar dois exemplos, das reformas concertadas com o Fundo Monetário Internacional ou das reformas da legislação laboral?

EC — Em 1986, apesar das melhorias resultantes dos planos de estabilização do FMI, a casa ainda estava muito desarrumada, com elevadas taxas de inflação e défice público.

DN — De quem foi a responsabilidade da segunda desarrumação da economia portuguesa em 1980?

EC — Não estou a fazer juízos de valor, estou apenas a verificar factos.

DN — Mas não quer pensar um bocadinho sobre isso?

EC — Não estudei em detalhe esse período. Não quero fazer a análise do que fizeram os vários ministros. Até porque estavam condicionados pelo ambiente político.

DN — Mas sabe que o actual Primeiro-Ministro, quando estava nas Finanças, seguiu em 1980 uma política de contraciclo, que tanto critica...

EC — Não analisei em detalhe esse período. Limito-me a verificar que de 1975 a 1985 houve várias tentativas de seguir uma estratégia de crescimento em contraciclo. Mas não tiro essa conclusão quanto a 1980. De 1981 a 1983 é que se tentou crescer em contraciclo.

DN — Mas foi em 1979 que se deu o segundo choque petrolífero...

EC — O que estou a dizer é que hoje já não é possível seguir políticas de crescimento em contraciclo. Não estou a fazer juízos de valor.

DN — João Salgueiro, ex-ministro do PSD, diz que pior desempenho que o português só o da Grécia...

EC — Não comento afirmações de pessoas. Refiro análises feitas com metodologia de base científica. O *World Economic Outlook*, do FMI, de Setembro, recorda que a análise da convergência real tem de abarcar pelo menos um ciclo económico completo e que existem duas definições. A primeira considera que a convergência existe se as economias pobres tendem a crescer mais rapidamente que as ricas. Uma segunda, que ela existe se a dispersão do rendimento *per capita*, ajustado pelas paridades dos poderes de compra, em grupos de economia, tende a diminuir. Ora, seguindo qualquer das análises, existiu convergência real de 1986 a 1994 em Portugal.

DN — E os outros indicadores...

EC — ... são tão ou mais importantes. O PIB é um índice técnico e não contempla aspectos qualitativos. E as acções estruturais realizadas, de desenvolvimento do capital humano, flexibilidade dos mercados, redução do peso do Estado, vão ter efeitos a prazo e aumentar a taxa potencial de crescimento.

DN — A OCDE diz que Portugal está abaixo da Turquia em matéria de educação...

EC — Mas também elogia os progressos dos últimos anos e diz que os contribuintes gastam com a educação 5,1% do PIB, valor superior à média comunitária e à Espanha.

DN — Mas preferiu-se fazer auto-estradas?

EC — A reforma do sistema educativo é gigantesca, houve uma clara expansão quantitativa. Mas também era necessário melhorar as infra-estruturas físicas do País.

DN — E a qualidade?

EC — Não digo que não existiram essas preocupações. Mas agora importa reforçar a qualidade e o ensino técnico.

DN — A inflação é um dos maiores sucessos da política económica. Em cinco anos, caiu 10 pontos percentuais. Os créditos são do Governo ou do Banco de Portugal?

EC — É necessário fazer uma análise em subperíodos. Penso que tenho crédito na redução da inflação por ter conseguido, desde que entrei nas Finanças, uma articulação mais adequada das políticas orçamental, de rendimentos e monetária e cambial. O mesmo não aconteceu em anos anteriores, em que a política monetária e cambial teve de desempenhar um papel mais significativo. Em 1991, por exemplo, não houve nem consolidação orçamental nem moderação salarial e a política monetária terá tido aí um papel mais importante.

DN — Mas a moderação salarial é fácil quando a economia está em recessão. Logo não parece ser um crédito do Ministro, mas da recessão.

EC — A moderação salarial é consequência da política definida. Se o Governo não tivesse definido uma política salarial para a função pública com efeito de demonstração para o conjunto da economia, a moderação salarial não tinha acontecido em 1994 e 1995.

DN — Se era tão fácil, por que é que os outros ministros não o fizeram? Na fase de aquecimento da economia, o próprio Estado estava a aquecer ainda mais a economia.

EC — Não faço juízos de valor sobre o passado. Mas nessa altura verificaram-se os efeitos do nosso sistema retributivo.

DN — Reconhece então que o Banco de Portugal desempenhou um papel fundamental na redução da taxa de inflação até 1993?

EC — Não. Estou apenas a afirmar que a política monetária e cambial teve um papel positivo quando o Banco de Portugal passou a ter como objectivo a estabilidade cambial.

DN — A actual política monetária está muito apertada?

EC — As taxas directoras do Banco de Portugal, em consequência da recente redução do défice orçamental e da moderação salarial, têm vindo a diminuir, reduzindo-se o diferencial face às taxas dos outros países. Mas sempre disse que a redução das taxas de juro para as empresas era um processo gradual de médio prazo, num quadro de estabilidade macroeconómica, desenvolvimento do mercado de capitais, melhoria da eficiência do sistema bancário e redução do imposto do selo. Em relação ao imposto do selo, dei um sinal, com uma perda de receita de 40 milhões de contos para o Estado ganhos pelas empresas.

DN — O ex-ministro das Finanças Braga de Macedo receava que a redução do imposto do selo não se traduzisse na taxa de juro, ficando os bancos a ganhar.

EC — Isso depende da capacidade negocial das empresas.

DN — A banca funciona em cartel?

EC — A intensidade concorrencial é diferente em função dos segmentos de mercado. No crédito à habitação e nas grandes empresas existe uma grande concorrência.

DN — As PME são as mais sacrificadas?

EC — As PME também não são todas iguais. Por exemplo, as PME-Prestígio do BNU beneficiam de taxas de juro próximas das *prime rates*. Mas há uma grande fatia de PME que ainda estão a pagar taxas muito elevadas. Mas não é um problema que se resolva por via administrativa.

DN — Somos um dos países da União que mais tem apostado na estabilidade cambial. Temos tido vantagens com essa política?

EC — Actualmente já temos taxas de juro mais baixas que as espanholas e as italianas em todos os prazos do mercado monetário.

DN — Mas ainda não chegou às pessoas.

EC — Já chegou ao crédito à habitação. Mas é um processo que leva tempo. Taxas de juro e de inflação mais baixas que as espanholas e italianas reflectem já ganhos da nossa política de estabilidade cambial.

DN — Das promessas que fez, cumpriu a que diz respeito ao desenvolvimento do mercado de capitais?

EC — Totalmente. Prometi fazer uma maior ligação das privatizações ao mercado de capitais e diversificar os sectores das empresas cotadas. Foi nesse quadro que fizemos a privatização da CIMPOR, Portugal Telecom e Portucel Industrial. E vamos deixar tudo preparado para que a CPPE (ex-EDP) seja das primeiras a ser privatizada na próxima legislatura. Não houve tempo político para concretizar esta operação. O segundo objectivo era melhorar as regras de funcionamento do mercado de capitais e estamos a introduzir essas medidas com as alterações à Lei Sapateiro. Foram dados novos incentivos fiscais à cotação de empresas na Bolsa e à aquisição de acções, lancei novos produtos para dinamizar a procura, como os PPA. A única medida prevista e não lançada foi o Plano Poupança Popular, pois considerou-se ter pouco valor acrescentado em relação aos produtos existentes.

DN — A dinamização do mercado de capitais não foi prejudicada pela decisão do «caso Totta & Açores (BTA)»?

EC — O sucesso das operações Portugal Telecom e Portucel Industrial no mercado de capitais, quer em Portugal como no estrangeiro, prova que as vezes agoirentas que tinham essa opinião estavam erradas.

DN — O Estado foi uma pessoa de bem com o diploma interpretativo no «caso Totta»?

EC — Existiam diferenças de opiniões entre a Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações (CAR) e a CMVM. Quando estão em causa valores essenciais, muitos tratadistas defendem a via interpretativa. O diploma interpretativo só surgiu para evitar que o caso se arrastasse em tribunal, causando danos à instituição e à imagem do mercado de capitais. O Ministro tinha de optar entre resolver o caso ou manter uma situação de litígio com o Banesto e com as autoridades espanholas e europeias.

DN — António Champalimaud apanhou o Governo com um facto consumado...

EC — Vou explicar no meu livro, que sai em Setembro, toda a estratégia que foi seguida para levar o Banesto a vender. Foi um processo que me deu grande deleite intelectual. Mas sempre dissemos que a negociação pertencia à esfera privada. Os dois grupos (Mello/BCP e BPI) em negociação com o Banesto iam-nos informando dos seus contactos. O grupo Champalimaud não nos disse que estava a negociar. Quando a 26 de Dezembro — até estava de férias — recebi a notícia de que tinham chegado a acordo, foi quase uma total surpresa.

DN — No «caso BPA», Belmiro faz-lhe duras críticas...

EC — Não comento pessoas, justifico políticas. O Ministro das Finanças tinha de analisar as operações no quadro legal, de acordo com um conjunto de critérios. São sete ou oito, mas para exemplificar adianto um deles — o dos interesses financeiros do Estado. Se optasse pela venda na OPA parcial, o Estado, quando muito, poderia vender apenas 40% das acções que detinha, prejudicando o valor das restantes. Se não vendesse, o valor da sua participação de 24,5% ficaria prejudicado. Logo, tinha que não autorizar a OPA parcial.

DN — Só preocupado com os cofres...

EC — Com os interesses dos contribuintes portugueses. A segunda OPA, que foi total, revelou-se óptima do ponto de vista da instituição — deu-lhe estabilidade accionista — e dos interesses do Estado — que fez mais 30 milhões de contos comparativamente ao preço que tinha vendido anteriormente. Criou ainda condições para vender a UBP, com o Tesouro a receber mais 7 milhões.

DN — Belmiro de Azevedo e o «núcleo duro» não têm razão?

EC — O ex-«núcleo duro» do BPA tinha dos melhores empresários deste país. Mas ficou claro que quase todos estavam desejosos de vender.

DN — Jardim Gonçalves fez-lhe um xeque-mate aproveitando o «caso Totta».

EC — Quando o presidente do BCP veio falar comigo, o Governo ainda não tinha tomado uma decisão sobre o «caso Totta». Bastava o Engenheiro Jardim Gonçalves, que é uma pessoa muito inteligente, ler o meu primeiro despacho para ver que só uma OPA geral satisfaria todos os interesses em presença.

DN — A venda da PETROGAL revela que não se pode confiar no Governo? A lei foi alterada a meio do processo.

EC — Encontrámos a solução para um problema que não era fácil. O modelo anterior era um processo com opções, bastava que os accionistas privados não quisessem exercer a opção para a venda não se verificar. Mais uma vez, pragmaticamente, o Ministro das Finanças, conjuntamente com o Ministro da Indústria, foi colocado perante a seguinte opção: ou lançava mão de 70 milhões de contos — dinheiro dos contribuintes — e ficava de novo com 100% da empresa, ou tentava conciliar os interesses da empresa, Estado e grupo privado. No processo actual, o Estado fica com poder de vigiar a evolução da estrutura accionista privada, de aprovar as alterações no grupo accionista e com direito de preferência. Em

contrapartida, deu alguns direitos: se o Estado quiser vender mais do que os 20% de dispersão, dará preferência aos privados. Para a empresa significa estabilidade accionista, saneamento financeiro e condições para consolidar a sua estratégia. O preço pago pelos privados equivale a valorizar a empresa em 200 milhões de contos.

DN — Sem respeito pela lei...

EC — A solução respeitou o quadro legal e o diploma foi promulgado pelo Sr. Presidente da República. As leis existem para as utilizarmos e resolvermos problemas.

DN — Justifique a engenharia financeira entre a Comunicações Nacionais (CN) e o Tesouro. O Fundo de Pensões da Telecom (PT) foi afectado?

EC — Nem existe relação. Da receita de privatização da PT estava desde o início definido que uma parcela reforçaria o Fundo de Pensões e outra seria receita do Tesouro. Como as acções da PT pertenciam à CN, criou-se uma situação aparente de impossibilidade. Tinha de esperar pela dissolução da CN, no final do ano, para o Tesouro receber os 50 milhões. Aconselhava a boa gestão financeira que se resolvesse a questão.

DN — Sempre pragmático...

EC — ... dentro do quadro legal.

DN — Porque recuou na privatização do BFE?

EC — Não recuei nada! Mas quem define as privatizações é o accionista e não as administrações. O BFE não estava nas nossas prioridades para 1995. Tínhamos outras, casos da PORTUCEL e da TELECOM. E, na sequência das concentrações na banca, era necessário fazer uma reflexão sobre o papel do Estado no sistema financeiro.

DN — Em resultado das operações Totta e BPA, 75 % do mercado bancário está nas mãos de três instituições de crédito. É de recear um comportamento de concertação reforçando o poder de monopólio da banca?

EC — O grau de concentração dos grupos financeiros portugueses, analisando os cinco primeiros bancos, é idêntico ao registado nos pequenos países da União Europeia (UE). Muito semelhante à Irlanda, Holanda, Dinamarca e Bélgica.

DN — Essa concentração pode ser uma realidade, mas é desejável?

EC — Nos pequenos países, o grau de concentração é maior que nos grandes, porque as instituições financeiras estão a preparar-se para os grandes desafios do mercado único de serviços financeiros. Mas o Governo só interveio porque existiam bancos em processo de privatização. Caso contrário, não poderia intervir.

DN — Não existe então perigo de comportamento monopolista...

EC — Mandei fazer um estudo à McKinsey e um dos temas é exactamente os riscos da concentração no sector bancário. «Analisar os possíveis papéis do Estado no sistema financeiro e as suas implicações empresariais», assim se chama o estudo. Refere que os riscos podem ser diferenciados em função do segmento de mercado. Para as grandes empresas, os riscos são nulos, já que têm acesso ao mercado de capitais e aos mercados internacionais. No segmento das pequenas empresas, definidas segundo um volume de vendas até 2,5 milhões de contos, dois terços utilizam o autofinanciamento e o crédito de fornecedores. O terço que recorre ao crédito bancário tem um relacionamento com a banca muito personalizado, e tem normalmente o seu crédito concentrado num banco, porque existem custos de mudança. E como estes custos são uma realidade, não é o facto de existirem cinco ou dez bancos que vai reduzir o poder de mercado. Além do mais, acredi-

tando que até ao final do século vai haver uma moeda única, não estou preocupado com o risco de concentração da banca em Portugal.

DN — Como explica que não se sinta a concorrência em alguns segmentos empresariais?

EC — O que existe são falhas na lei da concorrência aplicável ao sector bancário. E o Banco de Portugal, a nosso pedido, vai propor ao Governo um diploma que dará competência a uma entidade para analisar os efeitos de fusões e aquisição na concorrência.

DN — E será criada uma nova entidade?

EC — É um tema em aberto.

DN — Os bancos públicos têm um papel específico nesta matéria?

EC — Temperando os resultados da análise da McKinsey, considero que, nesta fase, as instituições financeiras ligadas ao Estado devem desempenhar um papel de referência em determinados mercados, designadamente nas PME. Daí que se tenha de dar condições de eficiência ao BNU.

DN — O grupo CGD funcionará como um agente regulador da concorrência?

EC — Não. Rejeito totalmente essa ideia. O grupo CGD deve privilegiar certos segmentos de mercado, onde, sem distorcer as regras de concorrência, tenha um papel regulador. Como acontece no crédito hipotecário com a CGP e nas PME com o BNU.

DN — Daí se conclui que o BNU não deve ser privatizado.

EC — Conclui-se que a CGD deve explorar ao máximo, o que não acontece até ao presente, as sinergias e as complementaridades com o BNU, para que o conjunto seja cada vez mais eficiente. O BNU deve ser o braço do grupo para o segmento das empresas, nomeadamente das pequenas e médias. E não deve ser privatizado. Um dia mais tarde, porque não privatizar parcialmente a própria CGD, mantendo o Estado uma posição de controlo e privilegiando a pequena poupança privada? Mas são reflexões minhas e não do governo.

DN — O grupo não aproveita bem as sinergias. É uma crítica ao presidente da CGD?

EC — Não. O próprio presidente reconhece que há ainda muito trabalho a fazer.

DN — O presidente da CGD abandona o banco?

EC — Só lhe posso dizer o que me disse o Dr. Rui Vilar. Recebeu um convite da Gulbenkian, e sobre o qual está a reflectir. Se a função é de administrador executivo, não é compatível.

DN — E para o BFE? Que papel lhe deve ser reservado?

EC — O estudo da McKinsey propõe um modelo de privatização diferente do que está pensado, uma privatização a sério, onde o Estado venda a sua posição de controlo a um grupo privado de base nacional, num modelo que leve em conta as expectativas dos actuais pequenos accionistas. É uma recomendação que o próximo Governo terá de ponderar.

DN — Vai deixar o estudo da McKinsey para o futuro ministro das Finanças?

EC — Com certeza. Assim como o estudo da Comissão de Desenvolvimento da Reforma Fiscal, o processo de reestruturação do Tesouro e um plano indicativo das privatizações.

DN — Quando chegou ao Ministério das Finanças, uma das prioridades foi o combate à fraude e fuga fiscais. Na altura disse que as dívidas ao Fisco e à Segurança Social eram da ordem dos 600 milhões de contos. Qual o saldo actual?

EC — Colocar o problema nesses termos não é a forma mais correcta. Considero que este objectivo de combate à fuga e fraude fiscais foi cumprido. Por exemplo, a receita do IVA bateu o recorde em 1994. Mas esse valor é o total historicamente acumulado, crédito malparado do Fisco e da Segurança Social, como existe numa empresa ou na banca. Ter um *stock* de crédito malparado, no caso do Fisco, de 300 milhões de contos numa entidade que cobra por ano 3300 milhões de contos, representa cerca de 1% das receitas de dez anos. Há que desdramatizar...

DN — Mas foi o Ministro que dramatizou na altura...

EC — ... para lutar contra a evasão fiscal. Desses 300 milhões de contos, houve uma parte que foi regularizada. Assumi o ónus político de criar um diploma que permitia o pagamento dessas dívidas a prestações.

DN — E estão a cumprir?

EC — O grau de incumprimento é muito pequeno, da ordem dos 5%. O Fisco e a Segurança Social já tinham recuperado, até Maio, 60 milhões de contos.

DN — Mas não revela o actual stock de dívida fiscal?

EC — Posso dizer é que as receitas fiscais em 1994 aumentaram mais que o PIB nominal e estão a ter um bom comportamento em 1995.

DN — O caso dos clubes de futebol está resolvido?

EC — O Ministro das Finanças não analisa nenhum contribuinte em especial. Mas demonstrámos que todos os contribuintes são iguais perante a lei.

DN — Lançou recentemente a «Operação Locomotiva»...

EC — Eu? Outra confissão. O Ministro não lança operações. Quem o faz é a Administração Fiscal. Aliás, tomei conhecimento dessa operação através dos jornais. Nem tinha de conhecer.

DN — Mas a operação foi suspensa, sabe?

EC — Não acredito que a Administração Fiscal não esteja a cumprir as suas obrigações. Essa Operação Locomotiva teve uma função pedagógica. Houve alguma estranheza devido ao conteúdo da carta dirigida aos contribuintes, que a própria Direcção-Geral das Contribuição e Impostos reconheceu que poderia ferir susceptibilidades.

DN — Mas o lançamento e, por maioria de razão, a suspensão de uma operação de fiscalização não têm implicações políticas?

EC — A Administração Fiscal não se pode gerir em função das implicações políticas, mas das suas responsabilidades.

DN — Os impostos directos em 1994 aumentaram, já que as devoluções de IRS desceram?

EC — Outra ideia feita que está errada. A média de IRS do modelo 1 por agregado foi 183 contos e em 1994 foi 187 contos, registando um crescimento inferior à taxa de inflação. No modelo 2 é que se registou um aumento. O IRS por agregado passou de 259 contos para 306 contos, mais 18%. Em nome da

equidade fiscal. No Orçamento de 1994, defendido pelo meu antecessor, o Governo teve de tomar essa medida, porque a taxa efectiva líquida do modelo 2, que era superior em 2 pontos percentuais à do modelo 1, ficou no mesmo nível, devido à ampla possibilidade de deduções através, por exemplo, de Planos Poupança-Reforma (PPR).

DN — O aumento da taxa efectiva líquida no modelo 2 é uma das razões do aumento das receitas de IRS?

EC — É um factor. Outra razão é o aumento da massa salarial. No caso do IRS, deveremos arrecadar mais 30 milhões de contos que o orçamentado.

DN — E como explica o aumento da receita e IRC?

EC — Além do aumento dos lucros, registou-se uma subida na taxa de tributação efectiva em alguns sectores, designadamente na banca.

DN — A evolução do IVA está de acordo com o esperado?

EC — Sim. O valor da receita do IVA, antes de transferências e depois de reembolsos, aumentou 13% no 1.º semestre e na mesma base estatística.

DN — O próximo Governo vai ter surpresas desagradáveis com as contas do Estado? Correm rumores de que o Ministro das Finanças vai deixar uma herança envenenada.

EC — O Ministro vai deixar um défice orçamental inferior ao que encontrou, uma máquina fiscal a funcionar mais adequadamente e todo um conjunto de acções estruturais que podem prosseguir. Os dados de execução da despesa que estão a ser divulga-

dos são produzidos pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública e, como tal, estão correctos. Logo, essas especulações não têm razão de ser.

DN — Está a desenvolver todo o trabalho que é possível para o próximo Governo elaborar o Orçamento para 1996?

EC — Já tive oportunidade de esclarecer o presidente da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, explicando que a elaboração técnica do Orçamento depende das opções políticas. Estou a cumprir a lei e a respeitar a autonomia do próximo Governo.

DN — Por que é que as privatizações pagam cada vez menos dívida pública?

EC — Compromissos assumidos com empresas públicas impedem que a parcela para amortizar dívida pública não tenha sido a que gostaríamos. Em 1994, dos 188 milhões de contos de receitas das privatizações, apenas 40 milhões se destinaram à amortização de dívida pública. Este ano deveremos ter 320 milhões de contos de receitas e apenas 90 milhões serão para pagar dívida. As receitas de 1996 e 1997 já podem ser mais intensamente aplicadas nessa redução.

DN — Mas está a cumprir a lei?

EC — Estamos com certeza a cumprir a lei. Mas a maior parte das outras aplicações são redução indirecta de dívida pública, porque servem para amortizar créditos de empresas públicas com garantias do Estado. Mais tarde ou mais cedo seria dívida do Estado.

DN — Aplicar receitas das privatizações na BRISA — revela o tribunal de Contas — é legal?

EC — Na BRISA? Não posso comentar. Se foi, não foi na minha gerência. Aliás, o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta

do Estado de 1993 merece a discordância da Secretaria de Estado do Orçamento. Respeitamos, mas não concordamos. Custa-me acreditar que existam serviços que não estejam a cumprir a lei. Mas toda a lei pode ter mais que uma leitura.

DN — Há hoje mais dívida garantida?

EC — Hoje as contas são muito mais transparentes. E já se reduziu muito o peso do Estado na economia. Não fomos mais longe porque o PS só em 1989 viabilizou a maioria necessária para eliminar, da Constituição, o princípio da irreversibilidade das nacionalizações. Foi um custo enorme para os contribuintes portugueses.

DN — Mas a dívida pública aumentou.

EC — Em todos os países da UE, com o abrandamento da economia, a dívida pública aumentou. O crescimento em Portugal foi inferior à média.

DN — A causa não foi só a recessão...

EC — Existe ainda a assunção de passivos de empresas públicas, indemnizações da reforma agrária e dívida acumulada do Serviço Nacional de Saúde... Mas neste momento estão criadas condições para reduzir a dívida pública com a aceleração das privatizações. E se nós, em sete/oito meses, fomos capazes de fazer 300 milhões de contos, é possível em dois anos fazer no mínimo 700 milhões de contos.

DN — Os seus antecessores não foram tão rápidos a fazer privatizações?

EC — É preciso uma vontade política forte. Vou deixar um programa indicativo para o próximo Governo. Não se pode perder tempo.

DN — O que pensa do programa económico do PS?

EC — É um elogio ao discurso do Ministro das Finanças.

DN — Os objectivos do PS são exequíveis?

EC — O cenário macroeconómico tem alguns aspectos caricatos, como projecções até às centésimas. Não sei se os objectivos são atingíveis às centésimas. Em termos dos grandes números, é um cenário perfeitamente alcançável. Mas compreendo as dificuldades que os economistas do PS sentiram. Ficou claro que o PS fez primeiro as promessas e só quando teve de contestar as contas do Ministério é que disse que ia apresentar números. Não tinham as contas feitas e desconhecem os assuntos comunitários. Não sabiam que os critérios tinham de ser cumpridos em 1997. Se o PS quiser cumprir as promessas, terá de aumentar os impostos.

DN — É correcto um gabinete das Finanças e o seu director analisarem as propostas do PS? Que os contribuintes financiem a campanha do PSD?

EC — Fiz 80% das contas. Apenas mandei fazer ao meu assessor o pormenor do cálculo. E fiz isso no âmbito da preparação do Governo para o debate do estado da Nação. Tenho, aliás, análises críticas de propostas de todos os partidos.

DN — Se avaliasse todas as propostas da Oposição...

EC — Estávamos perante uma discussão fundamental. Desde que estou nas Finanças, tenho um *dossier* muito completo sobre as propostas da Oposição. Fiz, por exemplo, uma análise do Orçamento do CDS para 1995 e disse que, se fossem meus alunos de Finanças Públicas, chumbavam.

DN — Mas também chumbaria nas contas que fez com as propostas do PS. Um governo, mal toma posse, não começa logo a gastar...

EC — Os cálculos estão correctíssimos. Podia colocar despesa adicional no final do ano, que o efeito seria o mesmo.

DN — Um exercício aceitável em exame de Finanças?

EC — Mas com certeza. Sendo uma folha de cálculo de grandes números, está correcta.

DN — Passava com quanto?

EC — Com 18 valores.

DN — O que pensa do programa económico do PSD?

EC — Ainda não o conheço. Tanto quanto sei, será apresentado em Setembro.

DN — O PS trabalha mais...

EC — O PS cansa-se antes de ser a altura de chegar à meta.

DN — Porque foi afastado do programa do PSD?

EC — Se o Ministro, que nem é militante do PSD, estivesse a colaborar no programa, seria criticado por estar a utilizar os dinheiros do Estado. O partido deve ser autónomo do Governo.

DN — Há empresários que hoje afirmam que o PS é mais liberal que o PSD...

EC — Não confunda a nuvem (Pedro Ferraz da Costa) com Juno... Mas o que é difícil é não perceber as contradições do discurso do PS. Tanto se vê um recém-recrutado distinto professor universitário (Campos e Cunha) a fazer o elogio da política de redução da taxa de inflação e do actual Ministro das Finanças como vejo outras vozes dissonantes. São dúvidas naturais em pessoas recém-convertidas a uma determinada política. Às vezes têm recaídas.

DN — Mas onde estão os ilustres economistas do PSD?

EC — Sei que um conjunto de ilustres economistas, constituído por Tavares Moreira, Carlos Tavares, Patinha Antão, Álvaro Barreto e Ilídio Pinho, estão a preparar o programa do PSD para a área económica.

DN — Fernando Nogueira não o quer a participar na campanha eleitoral?

EC — Não, até porque não sou candidato a deputado.

DN — O Programa de Convergência foi revisto?

EC — O Programa, apresentado em finais de 1993, foi depois aprovado em Fevereiro de 1994, já eu era ministro. Não foi revisto, nem antecipou metas.

DN — Mas não é normal que um programa de 1993 incorpore os dados desse ano e de 1994?

EC — Os países da UE apresentaram os programas de convergência todos ao mesmo tempo. Não estamos obrigados a rever o Programa. O que não quer dizer que o próximo Governo não queira apresentar uma nova revisão do PCR. Mas, à medida que

nos aproximamos de 1997, isso faz cada vez menos sentido, porque a meta de 3% para o défice do Sector Público Administrativo, que tem de ser cumprida em 1997, está definida em vários documentos, designadamente no Tratado da União.

DN — Mas há quem garanta que o cumprimento dos critérios de convergência foi antecipado de 1998 para 1997...

EC — É uma análise completamente errada. Não houve qualquer alteração do calendário. Alguns analistas é que, erradamente...

DN — Não são analistas. É o líder do PS.

EC — São pessoas com falta de conhecimento de assuntos comunitários. Como a data mais provável de passagem à terceira fase da União Económica e Monetária é 1999, quem conhece menos os assuntos comunitários pensou que a meta dos 3% para o défice público era 1998. Ora, o Tratado diz que, neste caso, a avaliação será feita até Junho de 1998. O que significa que tem de ser realizada com os dados definitivos até finais de 1997 e, quando muito, ponderando a tendência para 1998. Por isso é que todos os países apresentam como meta 1997, com excepção da Grécia e da Itália, que apontam 1998 porque estão mais atrasadas na redução do défice.

DN — Pensa que vamos conseguir cumprir essa meta?

EC — É uma meta exequível desde que haja vontade política, exista rigor na despesa e sucesso no combate à evasão fiscal, o que exige capacidade de resistência aos grupos de pressão. Além de ser necessário que exista crescimento económico.

DN — Portugal foi recentemente ameaçado de suspensão do Fundo de Coesão por causa do défice excessivo. É um risco que corremos?

EC — A Comissão está a tentar criar doutrina, num dos «considerandos» da recomendação sobre défices excessivos, sobre a interpretação do princípio da condicionalidade definida no Regulamento do Fundo de Coesão. Este diz que, se a situação de défice excessivo — acima de 3 % do PIB — não for anulada no prazo de um ano ou outro prazo fixado pela Comissão, pode haver suspensão dos pagamentos do Fundo de Coesão para projectos novos, até que a situação seja corrigida. E a nossa argumentação é que o prazo fixado pela Comissão é 1997, em resultado da aprovação do Programa de Convergência. Para 1996, recordámos que já tínhamos estabelecido um défice de 4,3 %, quando os Espanhóis prevêem 4,4 %.

DN — A ameaça é um abuso de poder da Comissão?

EC — Já pedi pareceres a dois gabinetes especializados em direito comunitário, sobre o que nos parece ser uma interpretação abusiva. E vamos questionar essa interpretação.

DN — Vão apresentar queixa ao Tribunal Europeu?

EC — Depois dos pareceres faremos uma avaliação política. Para já os juristas dizem que a situação é caricata, já que existe apenas um considerando e não uma decisão.

DN — Mas afirma-se que existia um objectivo político claro de ataque aos Espanhóis.

EC — Não quero fazer especulações.

DN — A sua carreira política acaba aqui?

EC — Desde o 25 de Abril, já tinha tido quatro ou cinco oportunidades de participar num governo. Não sinto vocação para uma carreira na área política.

DN — Mas afirma que gostou da experiência...

EC — A minha vocação é a economia aplicada. Tenho grande prazer em definir e cumprir objectivos. Como ministro, sinto-me satisfeito por ter alcançado o essencial de um conjunto de objectivos que tinha definido.

DN — E o que vai agora fazer?

EC — Há tanta coisa para fazer. Depois de Outubro vou fazer umas férias prolongadas. Posteriormente tenho de analisar, no quadro da Lei da Transparência, o que posso fazer. Felizmente, tenho autonomia financeira. Mas com certeza não vou fazer exactamente aquilo que fazia antes de ser ministro. Talvez esta função tenha representado uma aceleração do plano de vida que tinha. Tenho 52 anos e pensava que aos 56 poderia ter uma vida mais livre... Provavelmente vou antecipar esse plano.

DN — Vai reformar-se antecipadamente...

EC — Não. Nem dedicar-me à consultadoria. Gosto mais de fazer do que recomendar. Vou é optar por uma função menos exigente para ter mais tempo livre.

DN — Como é que a sua família encarou esta passagem de quase dois anos pelo mundo da política?

EC — A minha mulher está um tanto cansada. Mas acabou por se adaptar melhor do que eu esperava. Não estava habituada à pressão mediática, telefonemas em casa, jornalistas à porta de casa...

DN — Quais os hobbies preferidos?

EC — Gosto imenso de ler filosofia política e história. E gosto muito de viajar para lugares exóticos. Todos os anos procuro fazer uma viagem.

DN — Este ano vai para onde?

EC — Gostava de aproveitar o mês de Novembro para ir à Austrália. Mas não há consenso familiar. No ano passado fui para as ilhas Virgens americanas. Estava lá quando recebi um fax a informar-me de que o grupo de António Champalimaud tinha comprado o Banco Totta & Açores.

Composição, impressão e acabamento
nas oficinas gráficas
da IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.,
com uma tiragem de dois mil exemplares

Setembro de 1995

Depósito legal n.º 92 063/95

